

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARCELO PEREIRA ROCHA

**AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO PROJETO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA
DO BRASIL COM O PARAGUAI: TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÁ
(1943 -1946)**

**CAMPO GRANDE/MS
2019**

MARCELO PEREIRA ROCHA

**AS INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO PROJETO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA
DO BRASIL COM O PARAGUAI: TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ
(1943-1946)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da faculdade de educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Orientador (a): Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito

**CAMPO GRANDE/MS
2019**

MARCELO PEREIRA ROCHA

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR.

COMISSÃO EXAMINADORA

EXAMINADOR

Dra. Silvia Helena Andrade de Brito (Interno)

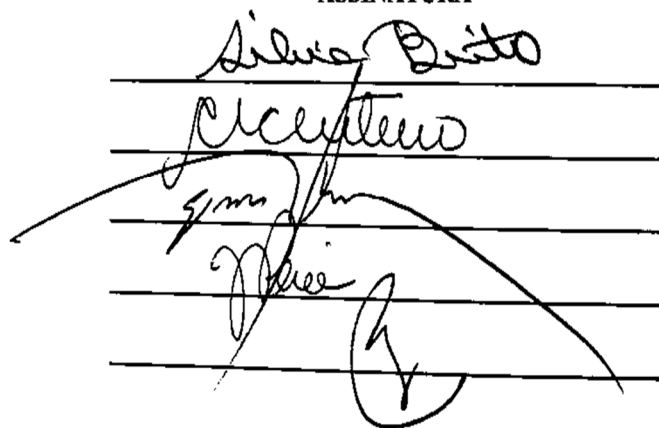
Dra. Carla Villamaina Centeno (Externo)

Dr. Gilberto Luiz Alves (Externo)

Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis (Interno)

Dra. Margarita Victoria Rodriguez (Interno)

ASSINATURA



The image shows five horizontal lines representing signature lines. The first line has a signature that appears to be 'Silvia Brito'. The second line has a signature that appears to be 'Carla Villamaina Centeno'. The third line has a signature that appears to be 'Gilberto Luiz Alves'. The fourth line has a signature that appears to be 'Jacira Helena do Valle Pereira Assis'. The fifth line has a signature that appears to be 'Margarita Victoria Rodriguez'. There is a large, sweeping stroke that starts from the left side of the third line and extends across the fourth and fifth lines, possibly indicating a signature or a mark.

Campo Grande/MS, 30 de julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Maria José Pereira Rocha que me ensinou a ser uma pessoa serena e esforçada, aos meus irmãos Helton Pereira Rocha e Aline Pereira Rocha Goulart que me ajudaram com conselhos em momentos de dificuldades. Gostaria de expressar a minha gratidão à minha companheira Karine da Silva Siqueira, minha filha Sofia Siqueira Rocha e o pequeno Natan Siqueira Rocha que, na medida do possível, procuraram ser pacientes comigo. Todos eles sempre me motivaram, entenderam as minhas faltas, momentos de afastamento e reclusão, mesmo não tendo a mesma oportunidade.

Agradeço também aos professores que participaram da minha banca de qualificação e de defesa, com contribuição de suma importância para a escrita final desta tese. Bem como, agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em especial a minha orientadora. A professora Silvia é uma pessoa muito querida e respeitada por todos. Ela não só contribuiu muito para a minha formação acadêmica como para minha vida pessoal, com conselhos e orientações.

RESUMO

Esta tese está inserida na Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (*campus*, Campo Grande). De modo geral, objetivou-se analisar o processo de expansão das instituições escolares no período de existência do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), na fronteira do Brasil com o Paraguai. Mais especificamente buscou-se: a) Entender como se deu o processo de ocupação da fronteira do Brasil com o Paraguai no Estado de Mato Grosso, bem como no período que essa região foi administrada pelo Território Federal de Ponta Porã; b) Compreender o processo de criação e de instalação das instituições escolares em Mato Grosso, especialmente na região limdeira do Brasil com o Paraguai e; c) Evidenciar a criação e a instalação das instituições escolares no Território Federal de Ponta Porã, inserida no cenário da ocupação/povoamento das fronteiras do Brasil. Examina-se os documentos primários coletados, especialmente em arquivos no Rio de Janeiro, sede do governo federal, à época de existência dos territórios federais, bem como, mensagens presidenciais e jornais fundamentado no aporte teórico-metodológico materialista histórico dialético. Conclui-se que os territórios federais foram criados e implantados no contexto da Marcha para o Oeste, desencadeada no período da Era Vargas, com objetivo maior de povoar as regiões consideradas com baixa densidade populacional, assim como buscou-se aumentar o controle das áreas produtivas, sobretudo aquelas de fronteiras. Nesse contexto de ocupação das fronteiras, e na do Brasil com o Paraguai não foi diferente, se expandiu significativamente as instituições escolares nos sete municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã. Em outras palavras, nos três anos de existência desse território foram criadas na região limdeira mencionada mais de 194 instituições escolares públicas e particulares, essas eram predominantemente do tipo isolada e, na sua maioria, foram instaladas nas zonas rurais, com foco no ensino primário. Entretanto, observa-se também a criação dos primeiros grupos escolares dos municípios de Bela Vista, Dourados, Maracaju, Nioaque e Porto Murtinho, assim como das escolas isoladas urbanas e rurais. Nessa região de fronteira foi inaugurado ainda o primeiro Curso Normal Regional denominado de Princesa Isabel. Com esse se intencionava atender a demanda e/ou melhorar a formação dos professores do território estudado nessa pesquisa.

Palavras-chave: Instituições Escolares; História da Educação; Ocupação Territorial; Território Federal de Ponta Porã.

ABSTRACT

This thesis is inserted in the History, Politics and Education Research Line of the Graduate Program in Education of the Federal University of Mato Grosso do Sul (campus, Campo Grande). In general, the aim was to analyze the process of expansion of school institutions in the period of existence of the Federal Territory of Ponta Porã (1943-1946), on the border between Brazil and Paraguay. More specifically, it was sought to: a) Understand how the process of occupation was on the border of Brazil and Paraguay in the state of Mato Grosso, as well as in the period that this region was administered by the Federal Territory of Ponta Porã; b) Understand the process of creation and installation of school institutions in Mato Grosso, especially in the bordering region of Brazil and Paraguay; c) To highlight the creation and installation of school institutions in the Federal Territory of Ponta Porã, inserted in the scenario of occupation / settlement of the borders of Brazil. It examines the primary documents collected, especially in archives in Rio de Janeiro, headquarters of the federal government, at the time of the existence of federal territories, as well as presidential messages and newspapers based on the dialectical historical materialist theoretical-methodological approach. It is concluded that the federal territories were created and implemented in the context of the “Marcha para o Oeste”, triggered during the Vargas Era, with the purpose of populating the regions considered with low population density, as well as to increase the control of productive areas, especially those borders. In this context of border occupation, Brazil with Paraguay wasn't different. School institutions significantly expanded in the seven municipalities that were part of the Federal Territory of Ponta Porã. In other words, in three years of existence of this territory, more than 194 public and private school institutions were created in these regions. Those were predominantly isolated schools and were mostly installed in rural areas, focusing on primary education. However, there is also the creation of the first school groups in the municipalities of Bela Vista, Dourados, Maracaju, Nioaque and Porto Murtinho, as well as the isolated urban and rural schools. Also, in this border region was inaugurated the first Regional Normal Course called “Princesa Isabel”. This was intended to meet the demand and/or improve the training of teachers in the territory studied in this research.

Keywords: School Institutions; History of Education; Territorial Occupation; Federal Territory of Ponta Porã.

RESUMEN

Esta tesis se inserta en la Línea de Investigación de Historia, Política y Educación del Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul (campus, Campo Grande). En general, el objetivo fue analizar el proceso de expansión de las instituciones escolares en el período de existencia del Territorio Federal de Ponta Porã (1943-1946), en la frontera entre Brasil y Paraguay. Más específicamente, se buscó: a) Comprender cómo el proceso de ocupación de la frontera entre Brasil y Paraguay en el Estado de Mato Grosso, así como en el período en que esta región fue administrada por el Territorio Federal de Ponta Porã; b) Comprender el proceso de creación e instalación de instituciones escolares en Mato Grosso, específicamente en la vecina región de Brasil con Paraguay; c) Destacar la creación e instalación de instituciones escolares en el Territorio Federal de Ponta Porã, insertadas en el escenario de ocupación / asentamiento de las fronteras de Brasil. Fue examinado los documentos primarios recopilados, especialmente en archivos en Río de Janeiro, sede del gobierno federal, en el momento de la existencia de territorios federales, así como mensajes presidenciales y periódicos basados en el enfoque teórico-metodológico materialista histórico dialéctico. Se concluye que los territorios federales se crearon e implementaron en el contexto de la Marcha al Oeste, desencadenada durante la Era Vargas, con el objetivo de poblar las regiones consideradas con baja densidad de población, así como aumentar el control de las áreas productivas, principalmente de las fronteras. En este contexto de ocupación fronteriza, y el de Brasil con Paraguay no fue diferente, las instituciones escolares se expandieron significativamente en los siete municipios que formaban parte del Territorio Federal de Ponta Porã. En otras palabras, en los tres años de existencia de este territorio se crearon más de 194 instituciones escolares públicas y privadas en la región mencionada anteriormente, que eran escuelas predominantemente aisladas y en su mayoría instaladas en áreas rurales, centrándose en la educación primaria. Sin embargo, también se crean los primeros grupos escolares en los municipios de Bela Vista, Dourados, Maracaju, Nioaque y Porto Murtinho, así como las escuelas urbanas y rurales aisladas. En esta región fronteriza también se inauguró el primer Curso Normal Regional llamado Princesa Isabel. Se pretendía lograr la demanda y / o mejorar la formación de docentes en el territorio estudiado en esta investigación.

Palabras clave: Instituciones escolares; Historia de la educación; Ocupación territorial; Territorio Federal de Ponta Porã.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 01 – ORGANOGRAMA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ | 95 |
| QUADRO 02 – CONTEÚDOS PARA ADMISSÃO E AS DISCIPLINAS OFERTADAS NO CURSO DE FÉRIAS (1945)..... | 167 |
| QUADRO 03 – PROFESSORES DO CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ..... | 181 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 01 – AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR MENDES GONÇALVES DE PONTA PORÃ (1945)..... | 151 |
| FIGURA 02 – ESCOLA DE PAU A PIQUE NAS NA ZONA RURAL DE DOURADOS (JAGUAPERÚ)..... | 153 |
| FIGURA 03 – PRÉDIO ADAPTADO DE MADEIRA DO CURSO NORMAL REGIONAL PRINCESA ISABEL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ..... | 173 |
| FIGURA 04 – EXAME FINAL DO CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ..... | 176 |
| FIGURA 05 – APLICAÇÃO DOS EXAMES DE ADMISSÃO DO CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)..... | 178 |
| FIGURA 06 – ESTUDANTES DO CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)..... | 179 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| MAPA 01 – REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1889)..... | 66 |
| MAPA 02 – UNIDADES POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL (1943) | 82 |
| MAPA 03 – O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ..... | 89 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 01 – POPULAÇÃO DE MATO GROSSO (1848)..... | 33 |
| TABELA 02 – ENTRADA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS EM MATO GROSSO..... | 35 |
| TABELA 03 – IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO DE GADO EM PÉ E DE EXPORTAÇÃO GERAL (1885-1894)..... | 39 |
| TABELA 04 – ESTATÍSTICA DE EXPORTAÇÃO DO (1916-1925)..... | 40 |
| TABELA 05 – ESTATÍSTICA DE EXPORTAÇÃO DA ERVA-MATE (1916-1925) | 44 |
| TABELA 06 – ENTRADA DE ESTRANGEIROS NO BRASIL (1936-1945)..... | 50 |
| TABELA 07 – EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS DO BRASIL (1930-1939)..... | 53 |
| TABELA 08 – POPULAÇÃO, SUPERFÍCIE E DENSIDADE TERRITORIAL DO BRASIL (1912) | 67 |
| TABELA 09 – OBRAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946).... | 88 |
| TABELA 10 – POPULAÇÃO E DIMENSÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943) | 91 |
| TABELA 11 – OS MUNICÍPIOS E A POPULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS (1943) | 92 |
| TABELA 12 – ESCOLAS CRIADAS E INSTALADAS EM MATO GROSSO (1875-1876)..... | 102 |
| TABELA 13 – RECEITA DO ESTADO DE MATO GROSSO (1916-1925)..... | 108 |
| TABELA 14 – ESCOLAS INSTALADAS EM MATO GROSSO (1910-1929)..... | 109 |
| TABELA 15 – POPULAÇÃO DAS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES (1936-1950).. | 127 |
| TABELA 16 – ESCOLAS ESTADUAIS EM MATO GROSSO (1930-1950)..... | 128 |
| TABELA 17 – ESCOLAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – MATO GROSSO (1935 A 1942)..... | 131 |
| TABELA 18 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO (1939-1943)..... | 138 |
| TABELA 19 – SALÁRIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS NA CORTE E NAS PROVÍNCIAS DO RIO DE JANEIRO, MATO GROSSO E PARANÁ NO PERÍODO IMPERIAL | 139 |
| TABELA 20 – SALÁRIO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO DE MATO GROSSO NO PERÍODO IMPERIAL | 140 |
| TABELA 21 – SALÁRIO DOS PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL DE MATO GROSSO (1876)..... | 142 |
| TABELA 22 – CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944) | 152 |
| TABELA 23 – RELAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (1944)..... | 155 |
| TABELA 24 – ESCOLAS CRIADAS PELO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)..... | 159 |

| | |
|--|-----|
| TABELA 25 – CURSOS POPULARES NOTURNOS DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946) | 161 |
| TABELA 26 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946) | 163 |
| TABELA 27 – PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, EM MATO GROSSO (1937-1943) | 166 |
| TABELA 28 – CURSO DE FÉRIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1945) | 168 |
| TABELA 29 – LOTAÇÃO E SALÁRIO DOS PROFESSORES NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946) | 169 |
| TABELA 30 – SALÁRIO DOS DIRETORES E PROFESSORES EM MATO GROSSO (1944) E NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)..... | 170 |

SIGLAS/ABREVIATURAS

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CDR – Centro de Documentação Regional
CIC – Conselho de Imigração e Colonização
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CML – Companhia Matte Larangeira
CNR – Curso Normal Regional
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CSSN – Conselho Superior de Segurança Nacional
EUA – Estados Unidos da América
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GEMG – Grupo Escolar Mendes Gonçalves
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MRE - Ministério das Relações Exteriores
MS – Mato Grosso do Sul
MT – Mato Grosso
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
TFAP – Território Federal do Amapá
TFG – Território Federal do Guaporé
TFI – Território Federal de Iguaçu
TFPP – Território Federal de Ponta Porã
TFRB – Território Federal de Rio Branco
TFRO – Território Federal de Rondônia
TFRR – Território Federal de Roraima
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFMS – Universidade Federal de Mato Gross do Sul
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UNESP – Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 16 |
| CAPÍTULO I – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO: DO PERÍODO IMPERIAL À ERA VARGAS | 32 |
| 1.1 O desenvolvimento econômico e o processo de ocupação de Mato Grosso | 32 |
| 1.2 A Companhia Matte Larangeira | 41 |
| 1.3 Coronelismo e banditismo na fronteira de Mato Grosso | 45 |
| 1.4 Uma nova fase no processo de ocupação do sul de Mato Grosso: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados | 47 |
| CAPÍTULO II – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS REGIÕES DE FRONTEIRA: A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI | 58 |
| 2.1 O Brasil Império e a ocupação territorial | 58 |
| 2.2 A ocupação do território brasileiro no período republicano | 64 |
| 2.3 A Revolução de 1930 e o processo de ocupação da <i>hinterland</i> brasileira | 70 |
| 2.3.1 Ocupação das regiões não litorâneas: a Marcha para o Oeste | 75 |
| 2.3.2 O Território Federal de Ponta Porã no contexto da criação e implantação dos Territórios Federais no Brasil | 78 |
| CAPÍTULO III - O ENSINO PRIMÁRIO E A ESCOLA NORMAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO | 99 |
| 3.1 O ensino primário no Brasil e em Mato Grosso no período Imperial | 99 |
| 3.2 O ensino primário no Brasil e em Mato Grosso na Primeira República | 104 |
| 3.3 O ensino primário no Brasil e em Mato Grosso na Era Vargas | 120 |
| 3.4 Ensino normal no Brasil e em Mato Grosso: o problema da formação de professores em foco | 132 |
| 3.5 Perfil dos professores em Mato Grosso, no período Imperial e Republicano | 139 |
| CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA E ESCOLA NORMAL NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ | 149 |
| 4.1 As instituições escolares primárias no Território Federal de Ponta Porã | 149 |
| 4.2 Os professores das escolas primárias do Território Federal de Ponta Porã | 165 |
| 4.3 Curso Normal Regional Princesa Isabel no Território Federal de Ponta Porã | 171 |
| 4.3.1 Exame de admissão do Curso Normal Regional Princesa Isabel | 177 |
| 4.4 Implantação dos cursos normais regionais nos Territórios Federais do Brasil na Era Vargas | 183 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 192 |
| REFERÊNCIAS | 201 |
| ANEXOS | 216 |

| | |
|---|------------|
| ANEXO A. QUADRO DO MOVIMENTO DA MATRÍCULA E FREQUENCIA DOS GRUPOS ESCOLARES E DAS ESCOLAS ISOLADAS DO ESTADO NO ANO LETIVO DE 1914..... | 217 |
| ANEXO B. QUADRO DO MOVIMENTO DA MATRICULA E FREQUENCIA DOS ALUMNOS DAS ESCOLAS PARTICULARES DESTA CAPITAL E DO INTERIOR DO ESTADO NO ANNO LECTIVO DE 1914..... | 220 |
| ANEXO C. QUADRO DO MOVIMENTO DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS POR OUTROS COFRES QUE NÃO OS DO ESTADO, NO DECURSO DO ANNO DE 1914..... | 221 |
| ANEXO D. TABELA COM O QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS POR MUNICÍPIO EM 1919..... | 222 |
| ANEXO E. TABELA COM O QUANTITATIVO DE ESCOLAS ESTADUAIS POR MUNICÍPIO EM 1919 E 1922..... | 223 |
| ANEXO F. ESCOLAS ISOLADAS DE MATO GROSSO, E SUAS RESPECTIVAS MATRÍCULAS, POR MUNICÍPIO EM 1923..... | 224 |
| ANEXO G. ESCOLAS ISOLADAS DE MATO GROSSO, E SUAS RESPECTIVAS MATRÍCULAS, POR MUNICÍPIO EM 1924..... | 225 |
| ANEXO H. ESCOLAS ISOLADAS DE MATO GROSSO, E SUAS RESPECTIVAS MATRÍCULAS, POR MUNICÍPIO EM 1928..... | 226 |
| ANEXO I. REGIMENTO INTERNO DO CURSO NORMAL REGIONAL DE PONTA PORÃ..... | 227 |
| ANEXO J. CAIXA ESCOLAR..... | 229 |
| ANEXO K. COOPERATIVA ESCOLAR..... | 234 |
| ANEXO L. ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)..... | 239 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O interesse em estudar o processo de expansão das instituições escolares em Mato Grosso do Sul é proveniente, de alguma forma, das pesquisas que desenvolvi no mestrado em educação, entre os anos de 2008 e 2010, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Na ocasião estudei o Colégio Osvaldo Cruz de iniciativa particular, que foi criado e instalado no município de Campo Grande/MS. Contudo, é relevante não deixar de mencionar que a presente tese foi resultado de indagações surgidas no ano de 2014¹, sobre as instituições escolares do município de Amambaí, no Estado de Mato Grosso do Sul². Os primeiros levantamentos de informações e documentos evidenciaram que o referido município estava imerso no processo de ocupação/povoamento, no contexto da denominada “Marcha para o Oeste”, que expandiu, entre outras coisas, as instituições escolares da região fronteira do extremo sul de Mato Grosso, na década de 1940.

Neste cenário foram criados os territórios federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã, Iguazu com o objetivo de ocupar/povoar, sanear, defender as regiões de fronteiras do Brasil com a Argentina, Bolívia, Guianas, Paraguai e Venezuela, bem como para integrar as regiões produtivas aos grandes centros urbanos e industriais do país. De acordo com o presidente Getúlio Vargas o Brasil possuía cerca de oito milhões de quilômetros quadrados “[...] constituindo uma unidade política pela língua, pela religião, pela cultura, e uma viva tradição histórica contínua reafirmação de nacionalidade” (VARGAS, 1944, p. 269), no entanto economicamente estava separado por arquipélagos, com áreas industrializadas e acentuado nível de densidade populacional; outras permaneciam com povoamento rarefeito e algumas localidades encontravam-se indústrias rudimentares.

Segundo Freitas (1991, p. 32) “O Território, [foi] definido como uma área excepcional, onde o governo federal ou mesmo estadual retém para si a administração e se torna responsável pelos investimentos em sua infraestrutura [...]”. De acordo com Luiz Rafael Mayer (1976, p. 15) a questão de territórios federais no Brasil teve seus primeiros desdobramentos “[...]”

¹ No ano de 2014 atuei como professor colaborador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Unidade de Amambaí).

² O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado, por meio da divisão do Estado de Mato Grosso, no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), pela Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. Situa-se na Região centro-oeste e faz fronteira, a sudoeste, com as Repúblicas do Paraguai e da Bolívia; a Sudeste, com os Estados de Minas Gerais e São Paulo; ao sul, com o Paraná; e, ao norte, com Mato Grosso e Goiás. Possui 79 municípios distribuídos em área de 357.145.535 Km² e conta com uma população, estimada em 2018, de 2.748.023 habitantes. (IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>>. Acesso em: setembro de 2018).

mediante o tratado de permuta de terras e outras compensações, de 17 de novembro de 1903, entre Brasil e Bolívia, de território que estava submetido à jurisdição desse país.”. No entanto, debates sobre os territórios federais estiveram presentes em todas as constituições brasileiras, mas no período do governo de Getúlio Vargas esse fenômeno foi tratado com mais intensidade.

Tratando-se especificamente do Território Federal de Ponta Porã (TFPP), Medeiros (1946, p. 237) afirma que a sua composição foi a mais privilegiada, porque estavam “[...] entre duas circulações fluviais [Rio Paraná e Rio Paraguai] [...] e que tem sido o caminho principal de escoamento dos produtos do sul de Mato Grosso”. O Território Federal de Ponta Porã favoreceu para o controle da principal atividade econômica da região de fronteira do sul de Mato Grosso, ou seja, da erva-mate. Dizendo de outra forma, o Governo Federal procurou sistematizar a arrecadação dos impostos do mencionado produto, bem como favoreceu para consumir o fim do domínio político e econômico da Empresa Matte Larangeira na região, no período em questão.

O Território Federal de Ponta Porã existiu entre os anos de 1943 a 1946 e foi constituído por municípios desmembrados do Estado de Mato Grosso³, à época: Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho e seus respectivos distritos. Nesse sentido, convém a seguir fazer comentários sobre o povoamento e sobre as atividades econômicas dos mencionados municípios.

Inicia-se pelo município que foi escolhido como a capital do Território Federal de Ponta Porã, ou seja, Ponta Porã. Essa unidade administrativa foi emancipada, no dia 18 de julho de 1912, por força do Decreto n. 617. A dimensão territorial de Ponta Porã compreendia uma região grande da fronteira seca do Brasil com o Paraguai, à época, estava sob sua jurisdição os distritos de Dourados, Amambaí e Mundo Novo, por exemplo. Em 1919 foi criado em Ponta Porã o 11º Regimento de Cavalaria e instalado no ano seguinte. Na década de 1920, Ponta Porã estimava população de 28 mil habitantes, com significativo número de sul-rio-grandenses. Na época, seu território contava com quatro vias navegáveis – o Paraná, o Ivinhema-Brilhante, o Amambaí, o Iguatemi, e com boas estradas (GOMES, 2004). Na década de 1940 o município já contava com 32.996 habitantes⁴, bem como era o principal município ervateiro de Mato

³ Mato Grosso antes do período de existência do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946) compreendia os seguintes estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia. Atualmente os municípios citados fazem parte da jurisdição do Estado de Mato Grosso do Sul.

⁴ Dados de 1940 dos municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã serão apresentados na tabela 10.

Grosso, exportando para a Argentina grandes quantidades de erva-mate. Na metade da década de 1940 na fronteira seca do Brasil com o Paraguai existia duas capitais, ou seja, Ponta Porã do Território Federal de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, do novo Departamento do Paraguai, denominado de Amambay⁵.

Já as cidades gêmeas Bela Vista (Brasil) e Bella Vista (Paraguai) são cortada pelo rio Apa. O município brasileiro foi emancipado em 20 de julho de 1918. Dois anos depois Bela Vista contava com estradas que a ligavam a Campo Grande – importante município do sul de Mato Grosso – e a Miranda, essas permitiam fácil acesso aos portos de Conceição (Paraguai) e Porto Murtinho (Brasil), ambos as margens do rio Paraguai (GOMES, 2004). Em 1919 foi edificado o 10º Regimento de Cavalaria Mecanizada pelo Exército Brasileiro. A população de Bela Vista, na década de 1940, era de 13.775 mil habitantes, com significativa presença de pessoas provenientes do Paraguai. Sua principal atividade econômica era a pecuária, mas nota-se a presença de rudimentar indústria de cal (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c).

No caso do município de Dourados, as notícias sobre terras férteis atraíram famílias, principalmente advindas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Essas visavam a exploração dos extensos ervais nativos, entretanto não se pode deixar de aludir que a pecuária foi outra atividade econômica desenvolvida na região. A estrada de ferro Noroeste do Brasil, por sua vez, foi construída entre os anos de 1904 e 1914, o que alavancou o desenvolvimento do município. A emancipação de Dourados aconteceu no dia 20 de dezembro de 1935, por meio do Decreto n. 30, ou seja, no decorrer da Era Vargas. No meado da década de 1943 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, com área de 50.000 hectares, essa atraiu para a região imigrantes brasileiros e estrangeiros. Nesse período sua população era de 14.985 mil habitantes. Sobre Dourados é relevante dizer ainda que havia ali duas colônias agrícolas:

[...] a Municipal e Federal não conseguem arrender (sic) à acomodação dos colonos que as procuram, sugereitendo-se (sic) eles a morar em ranchos até que lhes seja entregue a casa definitiva, e a distribuição parcelada das terras aqueles que desejam com suor dos seus rostos, povoar e enriquecer esta pequena porção deste Território Brasileiro, que faz de Dourados o celeiro do Território. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 189).

⁵ Nos anos 1940 do século XX, mais precisamente em 10 de julho de 1945, pelo Decreto-Lei n. 9484, a República do Paraguai reestruturou o seu território nacional. Nessa nova reordenação, o que mais chama atenção é a criação do Departamento de Amambay, com capital em Pedro Juan Caballero, na fronteira com o Brasil, na presidência do militar Higinio Morínigo Martínez. (CONGRESO NACIONAL DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY, 2011).

No município de Maracaju, assim como em outros municípios da região de fronteira do Brasil com o Paraguai, predominava a pecuária como atividade econômica. Maracaju foi elevada à categoria de município, por meio da Lei n. 987, de 7 de julho de 1928, e nessa época já possuía iluminação elétrica. Em 1940 o município de Maracaju era habitado por 5.160 pessoas e contava com uma estação ferroviária, inaugurada em 25 de abril de 1944, o que contribuiu muito para o seu crescimento. Maracaju por um breve tempo foi cogitada a capital do Território Federal de Ponta Porã, entretanto, a troca de sede administrativa do governo não se concretizou.

O município de Miranda localizava-se próximo ao rio Miranda, sendo que sua autonomia administrativa aconteceu no dia 20 de janeiro de 1859. No ano seguinte foram inaugurados o telégrafo e a estação ferroviária da estrada de ferro Noroeste do Brasil – essa mais especificamente em 31 de dezembro –, fatos que colaboraram para o desenvolvimento do município. Na época, a estação ferroviária propiciava movimentação comercial e o município também já contava com iluminação elétrica. “A principal indústria é a criação de gados [e alí] possui um dos maiores saladeiros de Mato Grosso” (GOMES, 2004, p. 108). No entanto as terras produtivas dessa região pantaneira estavam, na sua maioria, sob posse de grandes latifúndios, inclusive de estrangeiros. Em 1940 a população de 10.622 habitantes era predominantemente composta por pessoas de baixa renda. É relevante dizer também que o distrito de Porto Esperança, que pertencia a Corumbá, foi incorporado ao município de Miranda na época de existência do Território Federal de Ponta Porã.

Porto Esperança é a estação terminal da Noroeste à margem esquerda do rio Paraguai. Está em início e devido às condições do terreno, coberto atualmente pelas águas, aí tendo lento desenvolvimento. Tem grande movimento de vapores e é sede dum posto alfandegado, recebendo as mercadorias transportadas do rio do Prata para o sul. De Porto Esperança a Campo Grande a viagem é de doze horas, a Corumbá doze horas a vapor. (GOMES, 2004, p. 108).

Nioaque, outro município que ficou sob jurisdição do Território Federal de Ponta Porã, compreende zona dos campos e cerradões, “[...] de terras mais ou menos boas, chamadas de culturas, utilizável no entanto somente para invernações [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 206). Contudo, as terras estavam sob controle de alguns fazendeiros, que pouco produziam. Em 18 de julho de 1890, por força da Lei Estadual n. 23, foi elevada a município e no ano seguinte foi realizado censo que apontou 2.928 habitantes em Nioaque.

Nessa região aumentou-se as fazendas que criavam gado e extraíam a erva-mate. Cinquenta anos depois a população de Nioaque havia aumentado para 16.811 mil pessoas. Entretanto Nioaque estava muito distante do trajeto ferroviário, ou seja, ela vivia em condições precárias e de isolamento notório.

No extremo sul da fronteira de Mato Grosso, Porto Murtinho ficava à margem do rio Paraguai, sendo por longo período o principal centro de exportação da erva-mate. O porto recebia navios do Lloyd Brasileiro⁶, Mihanovic⁷ e outras empresas fluviais. No município a principal atividade econômica era a pecuária, com grande concentração de saladeiros. “Como Bela Vista, há grandes fazendeiros criadores e duas Companhia exploradoras do ‘quebracho’, a Florestal na cidade e a Quebracho no interior” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 241). As duas empresas possuíam elevado número de trabalhadores, que praticamente movimentavam o comércio na cidade, no entanto recebiam salários baixíssimos, principalmente pago pela Florestal. Em 1940, a cidade de Porto Murtinho contava com 7.185 habitantes, mas aproximadamente 60,0% da sua população era de paraguaios.

Antes de tratar sobre os objetivos desta tese apresentará o levantamento de estudos que já foram realizados sobre os territórios federais, principalmente os que focalizaram na educação. Nesse sentido, fez-se levantamento de teses e dissertações no site da capes com as palavras “território federal”, nos remetendo para o resultado de 111 pesquisas, sendo que 67 são de mestrado e 44 de doutorados, porém apenas duas tratavam sobre o Território Federal de Ponta Porã. E quando se pesquisa a expressão “educação nos territórios federais” o número de trabalhos elaborados reduz significativamente para sete, e no caso do Território Federal de Ponta Porã não se tem notícia de estudos de mestrado e/ou doutorado que abordaram a educação. Desta forma, a seguir apresenta-se os trabalhos acadêmicos que foram relevantes para a escrita desta tese.

No que tange aos estudos sobre o Território Federal de Ponta Porã destaca-se a dissertação “Território Federal de Ponta Porã: O Brasil de Vargas e a Marcha para Oeste”, que

⁶ Em 19 de fevereiro de 1890, por força do Decreto n. 208, “[...] constituiu a companhia de navegação que passou a chamar-se LLOYD BRASILEIRO, assumindo a direção da nova empresa, em 15 de abril de 1890 a sua primeira diretoria composta dos SRs.: Barão de Mendes Totta; Barão de Sampaio Viana; Comandante José M. de Melo Alvim”. (JORNAL A NOITE, 1955, p. 08).

⁷ Em 1909, ganhou forma a empresa anglo-argentina *The Argentina Navigation Company (Nicolás Mihanovich) Limited*, com sede em Londres e em Buenos Aires. Pelo contrato, as famílias Mihanovich-Lavarello transferiam todo o passivo e ativo da empresa criada em 1903 e tornaram-se as maiores acionistas; até 1914 a participação do capital britânico era de 25,0%. A empresa tinha um diretório em Londres e outro em Buenos Aires. (MEDRANO, 2005, p. 206, grifo do autor).

foi apresentada por Camila Carmelato Santos. A autora estuda a inserção do referido Território Federal de Ponta Porã na política nacionalista de Getúlio Vargas, bem como analisa como se encontrava a região em que o território foi instalado. Ela investiga, ainda, a origem da mencionada unidade federativa e procura entender quais os motivos que provocaram a criação do Território Federal de Ponta Porã no extremo sul de Mato Grosso, especificamente na zona de fronteira do Brasil com o Paraguai. É interessante expor também o que Santos (2016) compreende por fronteira, mas no caso dela o foco é o período da Era Vargas, apesar de se perceber que na prática a garantia da soberania territorial estava relacionada com a expansão capitalista no Brasil, assim como se entende que as instituições escolares exerceram o papel de transmissora deste “novo momento”.

A ‘consciência de fronteira’ no Brasil, referida por Francisco Campos, seria promovida pelo governo federal a partir da ideia de soberania territorial, ou seja, aproximar a concepção de fronteira à de Nação. Essa soberania se daria não somente pela delimitação jurídico institucional das fronteiras brasileiras, mas também por garantir a segurança nacional através da promoção do desenvolvimento dessas regiões. O crescimento dar-se-ia, sobretudo, por meio do povoamento; da ocupação das fronteiras resultaria o progresso, em diferentes instâncias dessas porções territoriais. (SANTOS, 2016, p. 24).

Santos (2016) evidencia que as regiões fronteiriças na Era Vargas assumem um papel importante na expansão e consolidação do sistema capitalista no Brasil, fortalecendo a economia nacional, porém ela aponta que essa consolidação se deu com base em discursos e na constatação de uma ideologia estatal. Essa dissertação colaborou também com discussões em volta da mudança de capital do território, que ora foi Ponta Porã ora foi Maracaju.

Outra dissertação que tratou sobre o Território Federal de Ponta Porã foi elaborada por Lúcia de Moura Santos (2018), no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, intitulada “Sanear, Educar, Povoar: um estudo sobre o Território Federal de Ponta Porã (1943-1947)”. A autora apresentou informações sobre as alterações da capital do Território Federal de Ponta Porã. Esse trabalho contribui com argumentos a respeito da escolha dos municípios do Território Federal de Ponta Porã. Ela trata sobre a Colônia Municipal de Dourados e o Núcleo Agrícola de Carapã. Em ambas as colônias foram criadas escolas isoladas rurais, em conformidade com o Decreto-Lei n. 406 de 1938.

Entretanto, é relevante evidenciar que as pesquisas mencionadas anteriormente foram desenvolvidas com ênfase na história do território federal, o que não retira o ineditismo desta tese. Nesse contexto de relevância acadêmica esta pesquisa aproveita para apresentar os

trabalhos acadêmicos que se debruçaram sobre as instituições escolares nos demais territórios federais.

No ano de 2007 foi apresentada a dissertação de mestrado de Pascoal de Aguiar Gomes, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá/MT, intitulada: “A Educação Escolar no Território Federal do Guaporé (1943-1956)”. O autor evidencia que a escola normal regional, em 1948, no citado território, atendia estudantes no regime de internato e externato, mas ele ressalta também que as primeiras escolas normais na região em questão antecederam a criação do território.

Sidney da Silva Lobato defendeu sua dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2009, com o seguinte título: “Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)”. O autor menciona que um curso normal regional também foi implantado no Território Federal do Amapá. Lobato (2009) apresenta dados que mais tarde são complementados por Ana Olga da Silva Dias. Esta autora apresentou, no ano de 2014, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em Uberlândia/MG, a tese “A Organização da Educação no Território Federal do Amapá: do ‘Ideal’ ao Real, do Liberal ao Conservador (1943-1958)”, ou seja, ela também trata sobre o Território Federal do Amapá (TFAP). Dias (2014) analisa, entre outros assuntos, que no processo “civilizador” da região do Território Federal do Amapá a educação assume um papel fundamental na propaganda de formação de um “novo homem”. A autora destaca que houve um acentuado crescimento de estabelecimentos de ensino, sobretudo, de tipo rural, mas que a estratégia adotada pelos administradores do território, isto é, o de se basear no projeto educacional do Distrito Federal (Rio de Janeiro) não se concretizou a contento. As mudanças propostas pelos gestores deste território não passaram, conclui a pesquisadora, de aumento de estabelecimentos de ensino primário, pois não foi apresentado estratégias que atendessem a realidade da sociedade amapaense.

No ano de 2010, foi defendida a dissertação de mestrado: “Memórias de Professoras Negras no Guaporé: do Silêncio à Palavra”, na UFMT, por Paulo Sérgio Dutra. É considerado que, especialmente na Era Vargas, os ideais nacionalistas “[...] foram fortalecidos e ocupou o posto de vanguarda na educação para a formação da nação brasileira.” (DUTRA, 2010, p. 42). O autor salienta, ainda, que no governo do interventor Julio Müller as instituições escolares, principalmente as primárias, deveriam moldar os indivíduos ao projeto nacionalista em construção no Brasil.

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no ano de 2011, na cidade de Belo Horizonte/MG, foi defendida a tese com o título “Gestão Maria Angélica de Castro: Apropriação das Idéias sobre a escola nova no Território Federal do Acre (1946/1951)”, por Cleyde Oliveira de Castro. A partir desse trabalho compreendeu-se o processo de organização do Território do Acre. Essa foi a primeira experiência do Brasil com a perspectiva de territórios. A autora esclarece também que as primeiras escolas normais rurais no Território do Acre foram implantadas pela iniciativa particular e, mais tarde, uma delas foi denominada de curso normal regional, sob administração territorial. Concerne lembrar que tanto Dias (2014) como Castro (2011) também trataram sobre as escolas ambulantes em seus respectivos trabalhos.

Inserir-se nessa série de trabalhos que estudaram as escolas normais dos territórios federais os estudos de Milen Margareth Fernandes Schramm (2013) e Lucimara Lemiechek (2014). A primeira elaborou e apresentou sua dissertação na Universidade Federal da Grande Dourados e constatou que o curso normal regional do Território Federal de Rio Branco (Roraima) foi aberto em local próprio. A segunda dissertação de mestrado foi defendida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Lemiechek (2014) enfatiza também que o curso normal regional do Território Federal do Iguaçu atendia indivíduos nos regimes de internato e externato.

Os mencionados trabalhos apresentaram informações em relação aos demais territórios federais, que na maioria das vezes serviram como norteadores para esta tese. Quer dizer, a partir deles foi possível fazer algumas comparações e/ou constatações que ocorreram no Território Federal de Ponta Porã.

Os próximos trabalhos acadêmicos colaboraram com informações sobre a região de fronteira do Brasil com o Paraguai, na qual está inserido o Território Federal de Ponta Porã e/ou trataram sobre instituições escolares na região de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. Todavia, o número de teses e dissertações sobre a mencionada região e referente as instituições escolares em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul são bem maiores do que será apresentado.

Nesse sentido, aponta-se a tese da Silvia Helena Andrade de Brito defendida no ano 2001, com o título “Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas/SP. A pesquisadora argumenta sobre o papel da escola no contexto nacionalista da Era Vargas, assim como evidencia que o governo federal, na década de 1930, pretendia desenvolver uma política econômica mais autônoma, ou seja, de liderança na América Latina, mas com o passar do tempo

e das condições materiais do Brasil foi se alinhando aos interesses do capital internacional. Ele apresentou informações sobre as principais atividades econômicas de Mato Grosso que foram incorporadas nessa tese. Ela trata também da implantação das escolas isoladas e graduadas nas décadas de 1930 e 1940 em Mato Grosso, assim como argumenta sobre as escolas ambulantes no Estado de Mato Grosso. Esta tese contribuiu também com a produção deste trabalho apresentando dados sobre as instituições escolares de Mato Grosso, especialmente na Era Vargas.

Carla Villamaina Centeno, por sua vez, abordou na sua tese de doutorado, com o título “Educação e Fronteira com o Paraguai na Historiografia Matogrossense (1870-1950)”, defendida na Universidade Estadual de Campinas, em Campinas/SP, no ano de 2007, a fronteira do Sul de Mato Grosso. A autora evidencia informações sobre a ocupação/povoamento de Mato Grosso. Nesse contexto ela explica também que o governo central procurou combater o monopólio econômico e político da Empresa Matte Larangeira. A autora apresenta informações sobre os governadores do Território Federal de Ponta Porã. Centeno (2007) esclarece também que até a década de 1940 na fronteira do Brasil com o Paraguai predominava as escolas do país vizinho, e que a partir desse período a educação brasileira passou por mudanças no intuito de atender os moldes dos grandes centros urbanos do país.

Alice Felisberto Silvia elaborou e defendeu sua dissertação de mestrado, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no ano de 2010. O trabalho foi denominado de “O Processo Educativo dos Trabalhadores da Erva-Mate na Obra do Memorialista da Fronteira – Hélio Serejo”. Ela trata sobre a companhia Matte Larangeira e sobre os investimentos empreendidos pela empresa na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Aponta que a Matte Larangeira no intuito de facilitar o escoamento da sua produção transferiu a sede para a cidade de Coronel Sapucaia, à época conhecida como Nhuverá.

Na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados/MS, por sua vez, foi defendida a dissertação, em 2011, de Marcio Borgaz Trevizan, intitulada “Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931)”. O autor explica que o grupo escolar foi o transmissor da proposta modernizadora. Este autor colaborou com pistas em relação ao grupo escolar que foi instalado na fazenda Campanário.

As escolas reunidas do Estado de Mato Grosso foram estudada por Elton Castro Rodrigues dos Santos que defendeu, na Universidade de Mato Grosso, na capital cuiabana, no

ano de 2012, a dissertação intitulada “Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)”. Ele argumenta que a implantação de escolas reunidas passou a ser mais atraente aos governantes por causa do menor custo que exigiam na sua instalação, considerando-se os grupos escolares, as elas necessitavam de menos profissionais da educação. Segundo o autor a opção por esse tipo de escola também foi inspirada no Estado de São Paulo. Santos (2012), aponta ainda que as escolas reunidas seriam, com o passar do tempo, elevadas a grupos escolares, mas isso não ocorreu a contento no período estudado pelo autor.

As dissertações de mestrado de Luciana Belíssimo de Carvalho, intitulada “Implantação e Consolidação da Escola Normal no Sul de Mato Grosso: Escola Normal Jango de Castro, Aquidauana (1949-1975)”, em 2014; de Artur D’Amico Bezerra, denominada “A Escola Normal de Ponta Porã, Sul de Mato Grosso (1959-1974)”, no ano de 2015; e de Hellen Caroline Valdez Monteiro, com o título: “O Processo de Institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa de Três Lagoas no Sul de Mato Grosso (1952-1975)”, em 2018, foram defendidas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A primeira autora trata sobre a escola normal de Aquidauana. Ela faz esclarecimentos alusivos às escolas regimentais e distritais. O segundo autor revela que o número de escolas mantidas pelo Território Federal de Ponta Porã chegava a 223 estabelecimentos, mas salienta que muitas delas foram fechadas em consequência da extinção do referido território, inclusive o curso normal regional criado e implantado no ano de 1946, confirmando as averiguações de Centeno (2007). Ele confirma também que as crianças paraguaias passaram a estudar nas instituições escolares do Brasil, pois o número de escolas havia aumentado consideravelmente.

O município de Ponta Porã, conforme Bezerra (2015), será privilegiada com a construção de uma escola normal rural em 1959, mas parece que a instalação somente foi viabilizada pelos administradores do Estado de Mato Grosso nos anos de 1960. Cabe dizer, de acordo com o mencionado autor, que a legislação estadual, em conformidade com a Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, previa a formação em dois ciclos. Desta forma, a escola normal em Ponta Porã foi implantada com o nome de escola normal regional, por atender somente o primeiro ciclo. Monteiro (2018), por sua vez, constatou que as escolas normais foram abertas anexas as escolas que ofereciam o ensino secundário, ratificando a presença predominante de mulheres na escola normal que se propôs a estudar. Carvalho (2014), na sua pesquisa sobre a Escola Normal Jango de Castro de Aquidauana, chegou a conclusões semelhantes a respeito da presença de indivíduos do sexo feminino.

Dias (2014) expressa que os estabelecimentos de ensino, no caso do Território Federal do Amapá, desempenharam o papel de propaganda do “novo homem”, bem como explica que no aludido território as mudanças propostas pelos gestores nada mais passaram do que um aumento de escolas de ensino primário e sem estratégias que atendessem a realidade da população. Trata também sobre a função da escola nesse momento histórico. Paulo Sergio Dutra (2010) sublinha que a intenção era moldar os indivíduos ao projeto nacionalista em ênfase. Nesta direção, se insere igualmente Trevizan (2011), pois para ele o Grupo Escolar Mendes Gonçalves cumpriu a perspectiva de transmissor do ideário modernizador. Centeno (2007) também permite compreender que a educação na fronteira do Brasil com o Paraguai estava passando por mudanças, no intuito de corresponder aos padrões dos grandes centros do Brasil, especialmente em relação ao interesse do governo central em combater o monopólio econômico e político da Empresa Matte Larangeira. Brito (2001) esclarece que “[...] a maior parte das preocupações voltava-se para o processo de ocupação das fronteiras, por um lado, e com a expansão do ensino público, por outro, enfoques principais do que se poderia chamar uma política de nacionalização das fronteiras”.

Para tal, era imprescindível a participação da União, de posse de uma estrutura pública que teria condições de mobilizar esforços humanos e materiais neste sentido, fato que só ocorreria nos anos seguintes, e só se tornaram eficazes quando foram acompanhados por medidas mais concretas, no campo econômico, que intentavam dar novo perfil à ocupação das regiões de fronteiras (BRITO, 2001).

Estas pesquisas, especialmente a tese de doutorado de Brito (2001), foram relevantes para a formulação da questão norteadora deste trabalho, pois além de apresentarem informações a respeito do Território Federal de Ponta Porã forneceram pistas sobre o aumento de instituições escolares em Mato Grosso pós-1946, ou seja, logo depois da extinção do Território Federal de Ponta Porã. Sendo assim, a questão que norteou este estudo foi: as instituições escolares aumentaram significativamente na fronteira do Brasil com o Paraguai, no período de existência do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), que a época estava sob administração direta do governo federal brasileiro. Para responder essa indagação foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Entender como se deu o processo de ocupação na fronteira do Brasil com o Paraguai, no período que essa região estava sob jurisdição do Estado de Mato Grosso, bem como intenciona-se compreendê-la na época que esteve sob administração do Território Federal de Ponta Porã. Por meio desse objetivo pretendeu-se evidenciar as mudanças ocorridas na região, principalmente no período da Era Vargas; b) Compreender o processo de criação e

de instalação das instituições escolares na região limdeira do Brasil com o Paraguai, sob jurisdição do Estado de Mato Grosso. As informações apresentadas nesse objetivo buscaram dar conta do cenário educacional em Estado de Mato Grosso, desde o período imperial até a criação do Território Federal de Ponta Porã; c) Evidenciar a criação e a instalação das instituições escolares no Território Federal de Ponta Porã, inserida no contexto da ocupação/povoamento das fronteiras do Brasil, no intuito de verificar se a expansão de instituições escolares no Território Federal de Ponta Porã foi realmente expressiva na região. De modo geral, objetivou-se analisar e escrever a respeito do processo de expansão das instituições escolares no Território Federal de Ponta Porã, no cenário da ocupação/povoamento do espaço territorial da região, que se encontrava com população muito dispersa e predominantemente rural, resultado de um processo de ocupação/povoamento a serviço de atividades econômicas que não necessitavam de grandes quantidades de indivíduos em zonas urbanas.

Desta forma, a formação dos territórios, segundo Moraes (2001, p. 105-106), pode ser constituído por três dimensões:

[...] o território é uma construção bélica/militar, é uma construção jurídica e é uma construção ideológica. A formação territorial envolve essas três dimensões, não necessariamente nessa seqüência. Há casos de territórios, nos quais existia primeiramente um pleito ideológico, depois se fez a conquista militar, depois a legalização jurídica. Há casos, como o de Israel, em que primeiramente se fez a legalização política e depois a efetivação da conquista militar. Há casos em que o ideológico vem antes e anima esse processo. Há casos em que primeiramente se conquista e depois se impõe um processo ideológico de afirmação daquela nova identidade.

Marcos Aurelio Saquet e Sueli Santos da Silva (2008, p. 09) apontam o conceito de Milton Santos, ou seja, “[...] o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder”. Eles argumentam ainda que “[...] a delimitação pode não ocorrer de maneira precisa, pode ser irregular e mudar historicamente, bem como acontecer uma diversificação das relações sociais num jogo de poder cada vez mais complexo”. É nesse sentido de construção histórica que é preciso entender a ocupação e organização territorial do Brasil.

Coincide dizer que o Território Federal de Ponta Porã foi resultado de interesses de dada sociedade, em determinado momento histórico, mas que expressa particularidades políticas, sociais e educacionais, marcada em última instância pelo econômico. Nesse sentido, deve-se estar atento às orientações de Gilberto Luiz Alves

O singular é a manifestação, no espaço convencionado, de como leis gerais do universal operam dando-lhe uma configuração específica. Universal e singular, nessa perspectiva, são indissociáveis. [...] Se o singular é a forma singular de realização do universal, só iluminado pelo universal e através dele pode conter elementos que contribuam para cimentar a identidade entre os povos (2003, p. 28).

Sanfelice (2016), por sua vez, argumenta que para se captar a singularidade de uma instituição escolar não se pode perder de vista o universal (a totalidade). A totalidade é a expressão da sociedade capitalista, ou seja, de como se organiza a realidade, o que permite afirmar que a sua existência é concreta.

É relevante dizer também que o estado se organiza em prol da manutenção da sociedade capitalista, ou seja, nas palavras de Marx e Engels (1990, p. 68) “[...] um comitê para administrar os negócios de toda a classe burguesa”. E entre seus vários domínios, destaca-se a educação escolar formal.

Nesse sentido, analisa-se as intervenções do governo federal na região do Brasil com o Paraguai como um processo histórico, que deve ser compreendida na relação constituída entre a transformação da sociedade, no período estudado, e o movimento maior do capital no qual o Brasil estava inserido.

Sobre a educação é relevante dizer que no decorrer do afloramento da sociedade moderna a escola passa por mudanças, ou seja, o ensino individual vai perdendo espaço para o ensino coletivo⁸.

Com efeito, no referido processo foi se impondo o entendimento de que a educação é uma questão de interesse público, devendo ser situada no âmbito da esfera estatal. Daí a bandeira da escola pública, universal, gratuita, obrigatória e leiga que se difundiu de modo especial a partir da Revolução Francesa. Essa bandeira tornou-se realidade a partir da segunda metade do século XIX com a emergência dos Estados nacionais que se fez acompanhar da implantação dos sistemas nacionais de ensino nos diferentes países como via para a erradicação do analfabetismo e universalização da instrução popular (SAVIANI, 2008, p. 213).

Cabe lembrar que o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil, desde o período imperial, também foi apontado por Siqueira e Sá [20--]. No entanto, segundo Saviani (2014), até a década de 1920 a taxa de analfabetos no país era muito elevada. Já no período republicano,

⁸ O primeiro era ministrado no espaço doméstico, por preceptores, e o segundo em espaços públicos determinados para a escola. (SAVIANI, 2008).

autores como Brito (2001); Centeno (2007); Souza (2008); Oliveira e Sousa (2010); Pontes, Farias e Costa (2016), entre outros, enriqueceram a discussão ao afirmarem que a escola foi estrategicamente utilizada como difusora desta perspectiva modernizante no período republicano.

Sendo assim parte-se do pressuposto que todas as instituições escolares (particular ou pública; urbana ou rural) merecem ser estudadas historicamente, mas elas não devem ser compreendidas isoladas da sociedade nas quais estão inseridas (NOSELLA; BUFFA, 2006; SAVIANI, 2007), e nem devem ser entendidas como “[...] expressões singulares, particulares, individualizadas ou ilhadas [...]”, mas sim como “[...] co-partícipes de projetos históricos que revelam projetos ideativos [...]” de sociedade. (ARAÚJO, 2007, p. 96). De acordo com Sanfelice (2007, p. 15-16):

Uma instituição singular é instituída, por exemplo, por um ou vários grupos sociais, ou por uma classe social que, freqüentando-a, levam para o seu interior um mundo já estabelecido fora dela. O mesmo acontece com o conjunto de educadores que por ela transita. Mas não é só isso, pois as instituições escolares respondem a ordenamentos jurídicos e legais sobre os quais não tiveram poder de escolha. E há muito mais: há as políticas educacionais, há o Estado e, em última instância, há a determinação de um mundo da produção material sobre o qual as instituições e os homens se organizam e estabelecem suas conflituosas e antagônicas relações. É preciso atentar para o fato de que a instituição escolar exerce apenas uma parcela das práticas educativas que cada sociedade desenvolve. E, só se justifica o estudo histórico do objeto singular, no caso, a história das instituições escolares, se tais esforços trouxerem mais luzes para compreendermos o fenômeno educativo geral de uma sociedade historicamente determinada.

Nesse sentido, a questão levantada por Sanfelice (2016, p. 24) é importantíssima, isto é, “Mas, afinal, a escolha por uma história de instituições escolares significa uma opção pela micro-história?”. Ele próprio responde que a opção pelo estudo da história das instituições escolares não conduz automaticamente à micro-história, quer dizer, a perspectiva da análise adotada pelo pesquisador é que se torna decisiva na pesquisa (SANFELICE, 2016).

Definido o problema de pesquisa, traçados os objetivos para responder à pergunta e apresentado algumas reflexões conceituais, passa-se a comentar sobre as fontes documentais que foram analisadas para dar suporte empírico ao que se pretendeu estudar. Sendo assim, visitou-se estabelecimentos de pesquisa, especialmente no Rio de Janeiro/RJ, e nesses foram encontrados documentos importantes para a escrita desta tese. O primeiro deles foi o Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). No CDR encontrou-se o relatório apresentado ao presidente da República, Eurico Gaspar Dutra

(1946-1951)⁹, pelo último governador do Território Federal de Ponta Porã, José Alves de Albuquerque. A partir desse material precedeu buscas, on-line, no site da Arquivo Nacional no Rio de Janeiro/RJ e Biblioteca Nacional sobre o Território Federal de Ponta Porã, entretanto sem sucessos. Desta forma, o próximo passo foi necessário ir *in loco* até o Arquivo Nacional para conferir se de fato existiam outros documentos sobre o território. Nesse arquivo encontrou-se documentos como: relatórios da secretaria, divisão de educação, imprensa oficial e curso normal regional do Território Federal de Ponta Porã, assim como algumas informações sobre os demais territórios federais. É relevante dizer que foram desses relatórios que mais se extraiu informações, especialmente sobre a educação no Território de Ponta Porã.

Outro local do Rio de Janeiro na qual se coletou informações foi o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Nesse arquivo apurou-se, entre outros materiais, discursos e comunicações de pessoas que exerceram cargos do executivo e legislativo no período em estudo. Pode-se citar também pareceres referente a criação/manutenção dos territórios federais.

No Rio de Janeiro visitou-se, para além do planejado, a biblioteca do Ministério da Fazenda – Memória Estatística do Brasil, porém por falta de tempo, não foi possível apreciar os arquivos dessa instituição presencialmente a contento. Entretanto acessou-se os materiais que havia disponível on-line. Quer dizer, a maioria das mensagens referentes ao Estado de Mato Grosso utilizadas no texto foram encontradas nessa plataforma. As mensagens do período imperial e da Primeira República estão praticamente completas, com algumas faltas de páginas.

Consultou-se também o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse foram utilizados mapas do Brasil, alguns deles apresentando a divisão administrativa dos territórios federais. Informações encontradas nos anuários estatísticos contribuíram, por exemplo, na elaboração de tabelas que evidenciaram a população do Brasil, de Mato Grosso e dos territórios federais, especialmente do Território Federal de Ponta Porã.

Apresenta a seguir como está organizado o presente trabalho. No primeiro capítulo, intitulado **O Processo de Ocupação de Mato Grosso: do Período Imperial à Era Vargas**, evidencia a ocupação do Estado de Mato Grosso, desde o período imperial até a Era Vargas, destacando as disputas políticas e, principalmente, o cenário econômico da região. No período

⁹ Militar proveniente do Estado de Mato Grosso.

do governo de Getúlio Vargas as fronteiras foram ocupadas, ou melhor povoadas, mais sistematicamente, inclusive com a criação de uma colônia agrícola.

O segundo capítulo denominado **O Processo de Ocupação das Regiões de Fronteira: A Fronteira Brasil-Paraguai**, destaca a criação e instalação do Território Federal de Ponta Porã na fronteira do sul de Mato Grosso, na Era Vargas, no contexto da política denominada de “Marcha para o Oeste”. Neste capítulo foi necessário também tratar sobre a ocupação do território brasileiro, apontando as propostas que foram apresentadas e/ou debatidas a respeito da organização administrativa chamada de território, do Brasil imperial até o período republicano, especialmente no período em que Getúlio Vargas foi presidente do país.

No terceiro capítulo, com o título: **O Ensino Primário e a Escola Normal no Brasil e em Mato Grosso**, discute a educação no Brasil império, com foco nas medidas adotadas pelos administradores da Província de Mato Grosso. Neste capítulo assinala a expansão das instituições escolares mato-grossenses. Apresenta também sobre a educação no Brasil e em Mato Grosso, no período da República. Sendo assim, versa sobre a criação/instalação e a organização das instituições escolares no Estado de Mato Grosso. No capítulo trata também a respeito da intermitência das escolas normais em Mato Grosso.

O capítulo quatro foi titulado **A Educação no Processo de Ocupação da Fronteira Sul-Mato-Grossense: Escolarização Primária e Escola Normal no Território Federal de Ponta Porã**. Neste capítulo discute como se deu o processo de expansão das instituições escolares primárias no Território Federal de Ponta Porã. Apresenta-se informações sobre os gestores da Divisão da Educação do referido território, bem como sobre os professores e alguns dados sobre os alunos das escolas primárias e normal. Assim como procurou tratar sobre as escolas particulares. Destaca neste capítulo sobre o Curso Normal Regional Princesa Isabel, ressaltando professores que eram provenientes, em sua maioria, do Estado de São Paulo. Evidencia, também, sobre os exames de admissão ao curso normal regional, bem como salienta em relação as escolas normais no Brasil e nos demais territórios federais.

Por fim, apresenta a considerações finais, em seguida anuncia as referências bibliográficas e os anexos, com informações sobre as instituições escolares que foram implantadas no Estado de Mato Grosso e no Território Federal de Ponta Porã.

CAPÍTULO I – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO: DO PERÍODO IMPERIAL À ERA VARGAS

Neste capítulo, evidencia como se deu o processo de ocupação de Mato Grosso. Dessa forma, trata-se sobre a ocupação da região no período imperial destacando que a posse da terra inicialmente não era prioridade, devido as características de povoamento temporário da atividade econômica aurífera do Estado de Mato Grosso.

Com a intensificação da navegação, do comércio e, principalmente, das atividades – pecuária, extração da erva-mate e borracha – a ocupação de Mato Grosso segue outro percurso, principalmente depois da Guerra contra o Paraguai. Quer dizer, o processo nesse contexto se deu de forma mais acelerado, inclusive com a forte presença de imigrantes do Paraguai. Na Primeira República, aconteceram disputas armadas pela posse do poder político e da terra. Na Era Vargas foi desacelerada a entrada de estrangeiros no Brasil, assim como foi desencadeada uma diferente dinâmica de ocupação/povoamento.

1.1 O desenvolvimento econômico e o processo de ocupação de Mato Grosso

No século XVIII inicia-se o processo de ocupação da região do Estado de Mato Grosso a partir do movimento denominado de bandeirantismo. O objetivo dos bandeirantes, de modo geral, era buscar metais preciosos, especialmente ouro e prata, e capturar indígenas para trabalharem como escravos nas regiões produtivas do Brasil. Entretanto, mesmo com a descoberta do ouro em Cuiabá, o estado permaneceu rarefeito no que diz respeito a ocupação populacional, até porque a mineração se deu por meio da pilhagem, o que causava um povoamento temporário e itinerante.

Centeno (2007) ratifica que a colonização na região norte da província de Mato Grosso se deu no início do século XVIII e em função da exploração do ouro. Ademais, acrescenta que a região sul do referido estado “[...] serviu de passagem para as moções, expedições exploratórias e colonizadoras. Em alguns locais, a ocupação se restringiu a fortificações militares, como é o caso do Forte Coimbra ou da Colônia Militar de Iguatemi, ambos fundados no século XVII” (CENTENO, 2007, p. 08).

Já no segundo quartel do século XIX, adentra à região sul de Mato Grosso a primeira leva de migrantes que são provenientes do norte da Província e ocuparam a região do Pantanal

e de Vacaria, entre os anos de 1830 a 1850. Mas foi com o segundo grupo, principalmente constituído de migrantes provenientes de Minas Gerais e de São Paulo, que se iniciou a colonização do sul da Província “[...] parte da fronteira com o Paraguai, na região do vale dos rios Miranda, Ivinhema, Iguatemi e Apa, usando as áreas ali compreendidas como campos para a criação de gado” (CENTENO, 2007, p. 08).

O presidente da Província de Mato Grosso, major Joaquim José de Oliveira (1848-1849), em seu relatório, em 1849, apresenta o número de habitantes da província de Mato Grosso. No relatório, constata-se que as cinco freguesias que estavam, à época, sobre administração de Poconé correspondiam a 24,1% da população de Mato Grosso. A população da região sul da Província, mais especificamente representada pelas freguesias Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (atual município de Corumbá), Nossa Senhora do Carmo de Miranda (atual município de Miranda) e Santa Ana do Paranaíba (atual município de Paranaíba) equivalia a 9,6% do total, no ano de 1848. Os indivíduos em condição de escravidão, ou seja, a principal força de trabalho, considerando toda a região, perfazia 33,1%; em Poconé correspondiam a 6,9%; e no sul, foco deste estudo, quantificavam de toda a Província 1,9%. Os habitantes não escravizados totalizavam 66,8% da população de Mato Grosso, em Poconé representavam 17,2%, e nas freguesias do sul 9,6% – com destaque para Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque.

TABELA 01 – POPULAÇÃO DE MATO GROSSO (1848)

| | Freguesias | Livre | Escravos | Total | |
|--------------|---|---------------|-----------------|---------------|---------------|
| Cuiabá | Senhor Bom Jesus de Cuiabá | 2.846 | 2.654 | 5.500 | 16.973 |
| | São Gonçalo de Pedro II | 1.552 | 556 | 2.108 | |
| | N. Sra. das Brotas | 1.412 | 154 | 1.566 | |
| | Santo Antônio do rio Cuiabá abaixo | 2.755 | 579 | 3.334 | |
| | N. Sra. do Livramento | 1.152 | 1.069 | 2.221 | |
| | Santa Ana da Chapada | 669 | 1.551 | 2.220 | |
| | Santa Cruz de Piquiri | 19 | 5 | 24 | |
| Mato Grosso | Santíssima Trindade de Mato Grosso | 2.210 | 530 | 2.740 | 2.740 |
| Diamantino | N. Sra. da C. do Alto Paraguai Diamantino | 1.883 | 1.129 | 3.012 | 5.182 |
| | N. Sra. do Rosário do rio Cuiabá acima | 1.794 | 376 | 2.170 | |
| Poconé | N. Sra. do Rosário de Poconé | 1.596 | 1.404 | 3.000 | 7.938 |
| | São Luiz de Vila Maria | 890 | 246 | 1.136 | |
| | N. Sra. da Conceição de Albuquerque | 1.839 | 55 | 1.894 | |
| | N. Sra. do Carmo de Miranda | 530 | 178 | 708 | |
| | Santa Ana do Paranaíba | 800 | 400 | 1.200 | |
| Total | | 21.947 | 10.886 | 32.833 | |

Fonte: Mato Grosso (1849, p. 31). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

É relevante se atentar, também, para a economia do sul de Mato Grosso, especialmente da fronteira, pois essa começa a se desenvolver de forma mais sistematizada após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, isto é, com a liberação da navegação do Rio Paraguai, a ocupação e a ampliação das áreas produtivas na mencionada região foram, aos poucos, ganhando consistência. E para atender a exploração da erva-mate, extração da borracha e de criação de gado, naquele período, toda força de trabalho foi considerada necessária, seja ela brasileira ou estrangeira.

Nesse cenário, o processo de ocupação do território mato-grossense no século XIX segue novos rumos. É um período em que núcleos portuários, localizados em Cuiabá, Corumbá e Cáceres, vivenciaram intensa atividade econômica e comercial. Com o conflito a circulação de mercadorias dos ingleses na bacia do Prata foi ampliada, ou seja, de acordo com argumentos de Esselin (2011), a burguesia inglesa se aproveitou do fim dos monopólios e da expressiva redução das tarifas alfandegárias para aumentar consideravelmente os ganhos de suas indústrias, ampliando o seu mercado consumidor na região, já que sua produção, à época, exigia novos mercados, ao passo que obtinham matéria-prima diretamente das fontes. Quer dizer, sem os obstáculos à livre concorrência, os produtos ingleses ultrapassaram a fronteira do Paraguai chegando a Mato Grosso.

Dessa forma, a expansão do comércio em Mato Grosso aconteceu, também, por causa do processo de barateamento das mercadorias, devido à utilização de fábricas modernas e baixos custos de transporte viabilizados pela navegação a vapor. Segundo Gilberto Luiz Alves (1984, p. 11), nesse contexto, se “[...] fixou em definitivo a nova rota fluvial do comércio, tendo sido relegada ao abandono a antiga alternativa terrestre”. Diante de tal panorama, as dificuldades para se ter acesso à província de Mato Grosso foram diminuindo, pois até então havia um único e restrito caminho terrestre que direcionava para Goiás.

Portanto, a Guerra contra o Paraguai proporcionou a livre navegação dos rios e tal fato criou as condições para a região mato-grossense se tornar um importante e crescente ponto de investimentos. Aumentou-se expressivamente as reservas de capital, assim como condicionou-se o proletariado de origem paraguaia. Ademais, ao final do conflito, as áreas ribeirinhas se tornaram centro da vida econômica da região. “A navegação dos rios tributários do Paraguai facilitava o escoamento da produção, assim como a importação das mercadorias indispensáveis à região, inclusive maquinaria moderna” (ALVES, 1984, p. 19).

Um exemplo da intensificação desse processo se deu com a implantação de modernas usinas de açúcar, a partir de 1880, na região de Santo Antônio do Rio Abaixo, norte do Estado de Mato Grosso. Essa atividade ofereceu mais condições para o desenvolvimento do território devido ao uso de equipamentos importados que tornavam o trabalho mais objetivo – se comparado com a produção, baseada em engenhos e suas formas rudimentares (ALVES, 1984).

Nesse contexto, apresenta número de estrangeiros que entraram em Mato Grosso, em 1875 e 1876, segundo relatório do presidente da província de Mato Grosso, General Hermes Ernesto da Fonseca (1875-1878):

TABELA 02 – ENTRADA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS EM MATO GROSSO

| País \ Ano | 1875 | | 1876 | |
|--------------|------------|------------|--------------|------------|
| | Entrada | Saída | Entrada | Saída |
| Argentina | 20 | 7 | 46 | 17 |
| Alemanha | 9 | 1 | 6 | 3 |
| Bolívia | 9 | 7 | - | 2 |
| Espanha | 31 | 25 | 52 | 24 |
| França | 19 | 7 | 39 | 9 |
| Inglaterra | 5 | 2 | 9 | 3 |
| Itália | 106 | 12 | 168 | 64 |
| Paraguai | 228 | 63 | 859 | 78 |
| Portugal | 30 | 10 | 54 | 19 |
| Total | 478 | 134 | 1.233 | 219 |

Fonte: Mato Grosso (1876; 1877). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Segundo a tabela 02, o número de imigrantes paraguaios e italianos sobressaem aos demais, esses que vieram morar/trabalhar na região de Mato Grosso, o povo paraguaio foi responsável por 47,7% da imigração para a Província, em 1875. No ano seguinte, os paraguaios corresponderam a 69,6% da imigração na localidade, no entanto, de 1875 para 1876 aumentou expressivamente 276,7% a presença de pessoas do país vizinho. Os dados do relatório de 1876 revelam também que a grande maioria dos imigrados eram homens solteiros que não possuíam ofício definido, bem como o comércio absorvia boa parte desses estrangeiros (MATO GROSSO, 1876). No relatório de 1877 o número de mulheres (620) imigrantes praticamente se equipara com o quantitativo de homens (656) (MATO GROSSO, 1877).

No entanto, o controle na entrada e saída de estrangeiros na fronteira do Brasil com o Paraguai era bem precária. Sendo assim, é relevante apresentar as constatações de Centeno (2000, p. 60-61): “[...] há registros de que só a empresa Matte Larangeira mantinha cerca de

3.000 paraguaios em seus domínios.” (CENTENO, 2000, p. 61). Nessa região de fronteira seca do Brasil com o Paraguai o recenseamento era falho, ou seja, estrangeiros paraguaios entravam no país sem serem contabilizados, ou ainda para se preservarem de hostilidades não informavam corretamente sua nacionalidade às autoridades brasileira. (PERARO, 2016, p. 05)

O presidente Hermes da Fonseca, em 1877, esclarece também que as fronteiras do Brasil sob vigilância da Província de Mato Grosso estavam em paz: “[...] as Fronteiras da Província, limito-me a dizer-vos que ellas achão-se no goso de paz e tranquilidade, e que tenho fundadas esperanças de que este estado não seja alterado.” (MATO GROSSO, 1877, p. 28), mas com certo tom de alerta aponta que o número de imigrantes aumentou consideravelmente no período pós-Guerra. A preocupação do atual administrador sobre os estrangeiros era pertinente, pois na tabela 01 a população de Mato Grosso, mais especificamente na região sul somavam pouco menos de 4.000 habitantes (livres e escravos), em 1848. Duas décadas e meia depois havia imigrado para a região, de acordo com a tabela 02, 1.711 estrangeiros, especialmente de nacionalidade paraguaia (946), ou seja, 55,2% do total de imigrantes. E certamente a região sul do estado foi a local preferido pelos imigrantes paraguaios por estar do seu país de origem.

Nessa época, a região avançava economicamente com a entrada massiva de produtos ingleses por meio das rotas fluviais. Quer dizer, Mato Grosso passou a usufruir do consumo intensivo, gerando maior progresso capitalista na região, especialmente depois do término da Guerra contra o Paraguai. Segundo Alves (1984, p. 13, grifo do autor) “O comércio mato-grossense, antes da Guerra do Paraguai, observava a dinâmica peculiar do comércio em geral, pois o contexto que lhe dava unidade era o mesmo: o *período manufatureiro*”.

Nesse período manufatureiro as casas comerciais se destacavam por serem o principal centro da economia dos países recém independentes. Elas eram essenciais para acumulação de capital que se destinava principalmente à Inglaterra, e responsáveis por importar e distribuir mercadorias produzidas nesse país. Com o passar do tempo, elas também passaram a funcionar como banco, gerando, assim, transformações na qualidade, apesar de ainda não atingir pleno amadurecimento. Segundo Alves (1984, p. 30), “[...] mesmo operando com crédito, e podendo financiar grandes empreendimentos, a magnitude de alguns projetos inspirava-lhe reserva e vacilação”.

Outro fator que se pode elencar a respeito das casas comerciais mato-grossense refere-se a sua intervenção na concessão de terras, o que lhe permitia controle direto sobre a produção.

Quer dizer, com a proclamação da República foi incumbido aos estados federados a responsabilidade sobre as políticas fundiárias.

Disso se aproveitou a burguesia mato-grossense para estabelecer, segundo suas conveniências, a regulamentação da venda, arrendamento e doação de terras. Foi sensível, então, a formulação de uma política fundiária que se desenvolveu sob a égide da concentração (ALVES, 1984, p. 30).

Também nesse período, as casas comerciais passaram a controlar a produção nos seringais, principalmente no norte da região de Mato Grosso, em uma época que a extração de borracha se fazia bastante lucrativa. A intervenção delas na produção gerou a fundamental base para exportação da borracha. Sendo assim, as casas comerciais de Mato Grosso durante o século XIX permeavam pelas seguintes características: monopólio da navegação; a exportação e importação de mercadoria através do comércio; financiamento de novas atividades econômicas por meio do crédito ou investimentos em atividades já existentes; participação direta na produção ao arrendar e comprar terras para extrair a borracha ou desenvolver atividades de pecuária extensiva (ALVES, 1984).

Assim, evidencia-se a complexidade da casa comercial em Mato Grosso. Ou seja, trata-se de um cenário em que os limites regionais foram ultrapassados. Contudo, isso não criou um novo comerciante. Concomitantemente se desenvolveu, em outras partes da região de Mato Grosso, a pecuária, ampliando ainda mais a participação das casas comerciais na produção mato-grossense. Além disso, aprofundou aspectos físicos dessa atividade econômica: criação extensiva – que tinha sua busca pelo lucro, fundamentada nos grandes latifúndios.

No que tange a criação de gado em Mato Grosso, os pioneiros se apossavam de grandes áreas e, conseqüentemente, adquiriam com o tempo o direito sobre elas. Segundo Esselin (2011, p. 180), “[...] no Pantanal, generalizou-se como unidade territorial a sesmaria de uma légua de frente por três de fundo, o que equivaleria a 13.068 hectares”.

É relevante lembrar que a pecuária, como a principal atividade econômica de Mato Grosso, passou a ser realizada por ex-soldados e seus familiares (SODRÉ, 1941). O que atraiu esses ex-combatentes foi a existência de grandes áreas devolutas, as pastagens nativas em extensas planícies providas de águas e barreiros, assim como os grandes rebanhos de bovinos selvagens (ESSELIN, 2011).

No entanto, os anos logo após a Guerra contra o Paraguai foram muito difíceis e se caracterizaram pelo esforço conjunto da população e das autoridades em recuperar a economia

de Mato Grosso. Os habitantes da fronteira no sul de Mato Grosso foram os mais afetados pela Guerra, seja direta ou indiretamente, devido ao fechamento do rio Paraguai, tornando a localidade completamente isolada das demais regiões brasileiras. Esse contexto colaborou para o aumento dos preços de alimentos e de outros artigos, agravando a situação da população pela falta de suprimentos, bem como atingiu o abastecimento parcial das Províncias do Sudeste. Ou melhor, o conflito entre os países sul-americanos desarticulou no Brasil a produção agropastoril e também destruiu as aldeias indígenas de Miranda e do Bom Conselho em Albuquerque. Eram duas unidades que desempenhavam importantes papéis na produção de alimentos para o consumo e troca de produtos como o milho, a mandioca, a cana, o feijão e alguns produtos artesanais como chapéus, redes para dormir, balaios, cerâmicas, tecidos que eram absorvidos pela pequena população urbana dos vilarejos próximos (ESSELIN, 2011).

O fim da Guerra e a assinatura do tratado de paz permitiram que os povos indígenas iniciassem um movimento de retorno para as suas antigas aldeias. Contudo, suas terras já haviam sido ocupadas pelos fazendeiros e militares desmobilizados do exército brasileiro. Isso posto, salienta-se que de 1870 até por volta de 1910 foi lenta a integração do Pantanal sul mato-grossense ao mercado nacional. Diante disso, os primeiros passos para o desenvolvimento da pecuária de corte foram sendo construídas.

Esse foi um período que coincidiu com a substituição da criação do bovino pela ovelha na Argentina e Uruguai, com o conseqüente deslocamento de capitais desses países para a exploração dos imensos rebanhos que estavam subutilizados na planície pantaneira. Pouco mais tarde, quando grandes frigoríficos ingleses se instalaram naqueles dois países para a exportação da carne congelada ou em conserva para o mercado europeu, ambos deixaram de fabricar o charque que, em parte, era exportado para o Brasil, cujo mercado foi então suprido exclusivamente pela indústria nacional (ESSELIN, 2011, p. 318-319).

Foi nesse cenário de expansão financeira que o presidente do Estado de Mato Grosso, Antônio Correa da Costa (1895-1898), salienta que: “Continúa próspera a situação financeira do Estado. As rendas, sempre crescentes, atestam o gráu de desenvolvimento que vão tendo as indústrias, principalmente a extractiva e a pastoril” (MATO GROSSO, 1896b, p. 04). Mas na tabela 03, a seguir, as informações do presidente do Estado dizem respeito a exportação geral, entre os anos de 1889 até 1894. Os aumentos aconteceram no período da Primeira República, sendo que de 1889 para 1890 a arrecadação de impostos foi de 28,4%, e de 22,8% em 1891; 70,9% em 1892; 18,6% em 1893; e 37,5% entre 1893 e 1894.

TABELA 03 – IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO DE GADO EM PÉ E DE EXPORTAÇÃO GERAL (1885-1894)

| Ano | Gado em pé | Exportação em geral |
|--------------|---------------------|----------------------|
| 1885 | 14:989\$000 | - |
| 1886 | 21:253\$000 | - |
| 1887 | 16:684\$000 | - |
| 1888 | 21:192\$000 | - |
| 1889 | 10:422\$000 | 83:355\$000 |
| 1890 | 13:382\$000 | 89:655\$000 |
| 1891 | 16:440\$000 | 113:057\$000 |
| 1892 | 28:104\$000 | 156:739\$000 |
| 1893 | 33:337\$000 | 328:315\$000 |
| 1894 | 45:870\$000 | 351:605\$000 |
| Total | 221:637\$000 | 1.122726\$000 |

Fonte: Mato Grosso (1896b, p. 06). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

De acordo com o Vice-Presidente do Estado de Mato Grosso em exercício, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911), “É incalculavel a capacidade de expansão econômica, que possui o nosso Estado. Apenas uma pequena parcella de suas variadas riquezas naturais vae entrando como fator da produção e da fortuna pública” (MATO GROSSO, 1911, p. 28). O administrador demonstra que existiam regiões do estado, sobretudo do norte, que precisavam ser exploradas, mas o transporte era um obstáculo a ser enfrentado. O Coronel Pedro Celestino evidencia que o progresso agropecuário¹⁰ seria mais volumoso quando a estrada de ferro Madeira-Mamoré, por exemplo, penetrasse

[...] no interior do Norte do Estado, onde se acha condensados os mais possantes seringas, tradicionais minas de ouro, e exuberantes pastagens. Não é optimismo (sic) aquella região depois de franqueada pela via ferrea á immigração, ao trabalho remunerador, uma progressão extraordinaria dos seus produtos de exportação, os quaes, si agora já concorrem com mais de metade da nossa receita total, a ultrapassarão muitas vezes, dentro de poucos anos, ponde-se-lhe ao alcance dos industriaes e capitalistas. Uma propaganda conscienciosa, no estrangeiro, de tão promissor campo de atividade, apressará a conversão daquella zona em um dos mais florescentes centros de indústria extractiva e do commercio. Em relação a indústria pecuária e ao povoamento do solo, não são inferiores os effeitos notorios, cada dia mais accentuados no

¹⁰ “As industrias extractivas da borracha, do matte, de mineraes e a pecuária são as fontes imediatas da nossa receita. Ellas se desenvolvem expontamenamente, quase independente de proteção dos poderes públicos, pelos grandes lucros que oferecem; não assim a indústria agrícola, a fabril e o commercio, cuja válvula é o transporte rapido e barato, cuja base é o ensino agrícola, a immigração, a iniciativa, o estímulo por parte do governo”. (MATO GROSSO, 1911, p. 29).

Sul do Estado, pelos trilhos da Noroeste, desde antes de terem elles transposto o Paraná em demanda do valle do Paraguay. Quando a imensa planicie for avassallada pela locomotiva, ligando-a ao littoral, estará grande parte da sua superficie subdividida em pequenos centros produtores, accionados pelo trabalho moderno, que tanto tem elevado o conceito do nosso visinho Estado de S. Paulo na cultura scientifica da terra, como na intellectual de seus filhos (MATO GROSSO, 1911, p. 28).

Ainda no relatório de 1911 é destacado que o progresso no Estado de Mato Grosso caminhará do sul para o norte atraindo capitais, imigrantes/povoadores nacionais e estrangeiros. “Realizado esse primeiro passo na senda do povoamento do solo, outros em seguida advirão nucleando em logares adequados [ou seja] fecundo gérmes de futuras cidades” (MATO GROSSO, 1911, p. 29). A abertura de núcleos coloniais, em um primeiro momento, deveria ser impulsionada pelo poder público.

Na tabela 04, a seguir, apresenta-se os ganhos que o Estado de Mato Grosso obteve com a pecuária entre os anos de 1916 a 1925. Aumentou-se considerável na arrecadação de impostos no ano de 1919 (143,0%), em relação ao ano de 1918. Nos anos que se seguem, os superávites são, na sua maioria, crescentes, com pequenas quedas que logo são recuperadas, especialmente depois dos anos de 1922 (21,5%), 1923 (34,7%), 1924 (11,6%) e 1925 (16,7%).

TABELA 04 – ESTATÍSTICA DE EXPORTAÇÃO DO (1916-1925)

| Anos | Quantidade | Valor Oficial | Direito |
|--------------|----------------|-----------------------|------------------------|
| 1916 | 51.034 | 4.082:720.000 | 255:170.000 |
| 1917 | 66.689 | 6.668:900.000 | 333:445.000 |
| 1918 | 62.545 | 7.505:040.000 | 368:913.000 |
| 1919 | 128.091 | 15.370:240.000 | 896.637.000 |
| 1920 | 88.152 | 10.578:240.000 | 617:064.000 |
| 1921 | 67.752 | 6.775:200.000 | 474.264.000 |
| 1922 | 82.122 | 5.746:440.000 | 576:249.000 |
| 1923 | 110.134 | 8.810:720.000 | 776:592.000 |
| 1924 | 106.222 | 8.497:760.000 | 866:988.000 |
| 1925 | 152.561 | 12.204:880.000 | 1.012:337.000 |
| Total | 915.302 | 86.240:140.000 | 14. 244:664.000 |

Fonte: Mato Grosso (1927, p. 204).

Os três principais produtos de exportação de Mato Grosso (pecuária, erva-mate e borracha), de modo geral, entre os anos de 1926 a 1929¹¹, aumentaram respectivamente a

¹¹ A arrecadação de impostos do gado em pé no Estado de Mato Grosso foi, respectivamente, de 990:891\$000, 1.574:256\$000, 1.545:440\$000, 1.381:980\$000. O da Borracha foi de 1.327:819\$234, 1.370:902\$787, 842:853\$680, 598:963\$824. E o da Erva-Mate foi de 600:243\$870, 661:384\$705, 872:684\$658, 1.096:824\$717. (BRITO, 2001, p. 28).

arrecadação de impostos no estado. Brito (2001) aponta que, em média, mais da metade dos tributos eram provenientes da pecuária. A borracha, por sua vez, a partir de 1928, passou por consideráveis quedas, pois estava sofrendo concorrência do látex asiático. A erva-mate foi o único produto que se manteve em alta nos quatro respectivos anos.

A indústria da erva-mate também favoreceu para a ocupação territorial de Mato Grosso, desenvolvendo-se no período pós-Guerra contra o Paraguai. Ela foi monopolizada pela Empresa Matte Larangeira desde o período imperial, pois foi a Corte que autorizou pela primeira vez Thomas Larangeira, por meio do Decreto nº 8.799, de 9 de dezembro de 1882, a explorar os ervais em terras devolutas. Ele não foi o único a explorar os ervais, mas aproveitou os benefícios recebidos na concessão para, com o passar do tempo, monopolizar a extração de erva-mate no sul de Mato Grosso. A associação de Thomaz Larangeira com a família Murtinho resultou na formação da Companhia Matte Larangeira.

1.2 A Companhia Matte Larangeira

A região do extremo sul-mato-grossense, localizada no território central da bacia platina, tinha como planta nativa a árvore da erva-mate. Era comum usar suas folhas em uma bebida como complemento alimentar desde os antigos habitantes da região, como os Guarani. Tal hábito foi adotado pelos colonizadores europeus e seus descendentes, formando, assim, na América Ibérica, um amplo mercado consumidor desse produto, tendo sua produção focada inicialmente no Paraguai e, a partir do século XIX, no Brasil.

A produção tomou ares mais conscientes no Brasil, após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai com abertura do rio Paraguai à navegação brasileira, o que facilitou a ligação com um forte mercado consumidor do produto: a Argentina. Tal empreitada iniciou-se com o empresário brasileiro Thomaz Larangeira. Ele recebeu, em 1882, permissão do governo imperial para explorar a erva-mate nativa da região do sul de Mato Grosso e, por longo tempo, monopolizou em sociedade essa atividade (CENTENO, 2000).

No período da Primeira República, Thomaz Larangeira conseguiu, junto ao governo estadual, o direito exclusivo de explorar um amplo território que abrangia quase toda a região ervateira do estado, através do Decreto-Lei n. 520, de 23 de junho de 1890. Dessa forma, ele afastou potenciais concorrentes na produção de erva-mate. Aproveitando-se desse contexto, Thomaz Larangeira ampliou o negócio e fundou a Companhia Matte Larangeira (CML), uma

sociedade anônima criada no Rio de Janeiro em 1891. A empresa estava condizente com a necessidade do governo estadual em ocupar territorialmente as regiões de fronteira.

Deste modo, a Companhia surgiu no momento de mudança de regime político e, nesse cenário, ela ampliou ainda mais seus empreendimentos privados, voltados para diversos setores de atividades econômicas. A empresa passou a ser constituída por meio da associação de importantes nomes na região de Mato Grosso. Por exemplo: a família Murtinho – fundadores do Banco Rio e Mato Grosso – e Francisco Mendes Gonçalves, de família portuguesa.

Sendo assim, a Companhia era parte de uma empresa maior, o Banco Rio e Mato Grosso, fundado, também no Rio de Janeiro, em 1891. Eram membros parte da classe dirigente política e burguesia de Mato Grosso. Apesar do capital ser oriundo principalmente do Rio de Janeiro, o Banco concentrava a maior parte dos seus interesses na região mato-grossense.

Portanto, a atuação da Companhia Matte Larangeira se deu por meio de concessões contratuais de arrendamentos de terras devolutas cedidas, nessa época, pelo governo estadual. As renovações de concessões foram com a proteção e apoio de políticos estaduais/federais e militares brasileiros.

A Companhia chegou a alcançar uma projeção internacional, pois, à medida que ela aumentava suas áreas de extração da erva-mate, o número de argentinos, paraguaios e brasileiros, especialmente indígenas, trabalhadores também era crescente. Ademais, destaca-se o investimento da Companhia na construção de estradas, pontes, rede telefônica, depósitos e até uma ferrovia que ligava Guaíra a Porto Mendes (SILVA, 2010). Entre os anos de 1894 e 1895 a empresa alcançou o monopólio, chegando a investir, tanto na Argentina quanto no Paraguai, em novas técnicas de beneficiamento e na compra de outras empresas.

A Empresa Matte Larangeira cresceu ao ponto de explorar mais de cinco milhões de hectares. “A lei que autorizava a exploração estabelecia que a empresa teria a posse das terras, de tal modo que a ela cabia autorizar ou não a exploração dos ervais por terceiros” (CENTENO, 2007, p. 12). Em 1904 a empresa Mendes & Companhia, sediada em Buenos Aires, incorporou a Matte Larangeira.

O arrendamento foi transferido mediante um contrato firmado em 4 de fevereiro daquele ano [1904]. Francisco Mendes Gonçalves introduziu inovações e acelerou a exportação da empresa. Seus produtos tinham as seguintes marcas: TL, Murtinho e Cruz de Malta [...] (SANTOS, 2016, p. 74).

Em 1904, segundo relatório do presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Antonio Paes de Barros (1903-1906), a migração para o Mato Grosso adveio principalmente do sul do Brasil, isto é, “A imigração havida foi, em sua quasi totalidade, de nacionaes, provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Geraes, que se têm localisado, principalmente, nas zonas do sul do Estado” (MATO GROSSO, 1904, p. 13). Nesse ano a empresa Larangeira Mendes & Cia se apressa para firmar contrato com o governo estadual no intuito de manter e expandir ainda mais seu monopólio na extração da erva-mate – dado que aumentaram as pressões dos migrantes do sul do Brasil por posse de terras sob monopólio da Companhia.

Ainda no ano de 1904, o governo de Mato Grosso e o Ministério da Fazenda firmaram acordo para a criação da guarda fiscal na fronteira para evitar o contrabando no estado, especialmente da erva-mate, que possuía como representante Joaquim Murtinho. Contudo, essa ação não resultou em efeitos significativos, pois o contrabando continuou como prática corriqueira na região (SILVA, 2010). Nesse ano, também, a guarda fiscal foi derrotada pelo grupo de Felipe de Brum e Bento Xavier da Silva¹².

No fim de 1900, nova frente de exportação da erva-mate foi aberta via rio Paraguai, por meio de Porto Murtinho. Contudo, o trajeto entre Porto Murtinho e Ponta Porã não era fácil, obrigando a empresa a buscar alternativas que incluíam reorganizar a sede administrativa. “A administração foi, então, organizada em Nhuverá [atualmente é o município Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul], fronteira com o Paraguai, sob a responsabilidade de Raul Mendes Gonçalves” (SILVA, 2010, p. 75). A partir de então a erva-mate passou a ser exportada de Ponta Porã, contribuindo, assim, para o crescimento dessa cidade fronteira. Esse produto também era transportado de Ponta Porã para Guaíra, no Paraná, outro ponto de escoamento controlado pela Companhia Matte Larangeira.

A empresa possuía forte influência política junto ao governo e aos particulares no Estado de Mato Grosso, assim como exercia certo controle sob o eleitorado que votava naqueles locais dominados por ela. Assim, conseguiam eleger governadores, deputados estaduais, deputados

¹² Conforme relata Coronel Generoso Ponce (1907-1908), presidente do estado, “Goza presentemente o Estado de plena paz e tranquilidade, depois de reprimido o movimento armado que irrompeo em alguns pontos das comarcas de Miranda e Nioac, em Novembro do anno passado, tendo por chefe o cidadão Bento Xavier da Silva, rio-grandense há muitos annos residente em Bella-Vista, pertencente a segunda daquelas comarcas”. (MATO GROSSO, 1908, p. 09).

federais, senadores, prefeitos, expandindo seu poderio até São Paulo e Rio de Janeiro (SILVA, 2010).

Em 1929 estava entre as maiores empresas no campo extrativo do país. Contudo, utilizava força de trabalho semiescrava e exercia poder paralelo dentro do estado. Suas relações de trabalho eram constituídas a partir da violência, chegando a utilizar paraguaios em trabalhos forçados. Como demonstrativo do crescimento da extração da erva-mate em Mato Grosso apresenta-se, a seguir, as arrecadações do estado com a erva-mate nos anos de 1916 a 1925.

TABELA 05 – ESTATÍSTICA DE EXPORTAÇÃO DA ERVA-MATE (1916-1925)

| Anos | Quantidade | Valor Oficial | Direito |
|--------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|
| 1916 | 5.596.109 | 3.919:657.700 | 310:544.361 |
| 1917 | 5.525.916 | 3.868:311.300 | 300:194.400 |
| 1918 | 6.648.611 | 4.654:027.700 | 330:315.410 |
| 1919 | 7.100.204 | 4.970:842.887 | 352:108.854 |
| 1920 | 6.798.589 | 4.758:992.650 | 339:144.490 |
| 1921 | 7.954.650 | 5.568:273.208 | 393:932.961 |
| 1922 | 9.395.489 | 6.572:243.350 | 462:427.041 |
| 1923 | 11.374.150 | 11.374:150.500 | 555:428.795 |
| 1924 | 7.806.707 | 7.806:707.075 | 422:949.295 |
| 1925 ¹³ | 8.426.012 | 8.426:012.673 | 484:808.500 |
| Total | 76.626.437 | 61.920:219.043 | 3.612:705.617 |

Fonte: Mato Grosso (1927, p. 196).

Nesse período os impostos foram crescentes em 1918 (10,0%), 1919 (6,6%), 1921 (16,1%), 1922 (17,4%), 1923 (20,1%), e 1925 (14,6%), com quedas nos anos de 1917 (3,3%), 1920 (3,7%) e 1924 (23,8%).

Contudo, a empresa Matte Larangeira, que era responsável pela parte predominante das arrecadações mostradas na tabela 05, chegou ao seu declínio quando a Argentina aumentou e melhorou sua produção de erva-mate. O período varguista também contribuiu para a queda da empresa, principalmente diante da política de nacionalização em que o seu poderio foi colocado em xeque, quer dizer, o governo federal passou a diluir os grandes latifundiários. Como uma das medidas tomadas para diminuir o controle da Matte Larangeira pelo governo federal, pode-se citar a criação do Território Federal de Ponta Porã e da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Esse novo processo de desenvolvimento da região ofereceu as bases necessárias para o desenvolvimento de outro tipo de ocupação na região. Com base econômica advinda do governo

¹³ As estatísticas da exportação da erva-mate, entre os anos de 1926-1929, foram apresentadas na nota de rodapé 09.

federal, o estímulo para atrair pessoas de diferentes locais de dentro do Brasil e, conseqüentemente, melhorar a infraestrutura foram potencializadas. Antes de evidenciar essa nova fase da ocupação da região do sul de Mato Grosso desencadeada no período da Era Vargas, compete considerar a respeito da luta entre as frações burguesas no Estado de Mato Grosso no contexto da Primeira República, principalmente na área da faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai.

1.3 Coronelismo e banditismo na fronteira de Mato Grosso

A presença da burguesia agrária na região mato-grossense na Primeira República foi marcada por um contexto de disputas e instabilidade diante dos conflitos coronelistas. Era um contexto que já se fazia presente antes da mudança de regime, mas que a partir do período republicano passou a contar com novos coronéis (CORRÊA, 1995).

Após a Proclamação da República os conflitos se agravaram devido às mudanças nas políticas de concessão de terras. O que antes era responsabilidade do governo imperial passou a ser dos entes federados. Assim, surgiram, em Mato Grosso, conflitos pelo controle político, criando um “[...] clima violento e instável por várias décadas, principalmente, após a instalação da Companhia Matte Larangeira na fronteira” (CENTENO, 2007, p. 11).

Muitos migrantes gaúchos lutavam para adquirir terras que eram cedidas por arrendamento à Companhia Matte Larangeira, constituindo-se um cenário de fortes tensões. Os posseiros gaúchos se aliaram aos coronéis contrários ao domínio da empresa, transformando a região em um barril de pólvora.

Os paraguaios eram a principal força de trabalho na região de domínio da empresa Matte Larangeira e estavam sujeitos a trabalho análogo por dívida, já que se instalavam nas propriedades da empresa e adquiriam empréstimos com juros maiores que seus salários, ficando, assim, impossibilitados de liquidarem suas dívidas e, conseqüentemente, presos à Companhia.

O trabalho na Companhia acontecia em situação contrária a uma sociedade que celebrava o trabalho livre. Mas esse tipo de trabalho, de forma geral, “[...] foi a única forma que o capital encontrou para expandir e garantir a acumulação nos locais onde as terras eram livres e sem controle” (CENTENO, 2007, p. 13). A autora esclarece, também, sobre a utilização da força de trabalho paraguaia:

De fato, as terras já estavam sob controle no sul de Mato Grosso e no caso da exploração da erva-mate, havia outra razão para a adoção do trabalho compulsório: a necessidade de habilidade técnica no trabalho, algo que, nas origens, era um atributo exclusivo da população paraguaia (CENTENO, 2007, p. 13).

A vida dos habitantes, de modo geral, era difícil devido ao distanciamento de Mato Grosso com os “[...] grandes centros econômicos, problemas de comunicação, grande extensão da fronteira seca, que permitia plena mobilidade de pessoas, bem como a dificuldade de controlar o contrabando” (CENTENO, 2007, p. 14). Tal contexto tornou a violência para toda a população um fato cotidiano, além da convivência com o banditismo. Tanto o banditismo quanto o coronelismo, foram fenômenos comuns na fronteira mato-grossense ao longo do processo de ocupação. As lutas armadas e o banditismo proporcionaram uma atividade econômica ao oferecer um meio de vida, isto é, remuneração, benefícios, saques e desapropriações para parte da população marginalizada na aquisição de terras (CORRÊA, 1995).

Com a Proclamação da República, esperava-se que as relações sociais e econômicas em Mato Grosso passassem por transformações, mas o que de fato ocorreu foi o agravamento do clima instável proporcionado, principalmente, pelo coronelismo diante das lutas armadas referente a posse de terras e aumento do poder em âmbito local. Nesse período o banditismo atingiu um nível até então não visto na história da região.

As disputas coronelistas na região só vieram reforçar ainda mais as condições favoráveis ao desenvolvimento do banditismo, envolvendo bandidos, não raras vezes, em lutas político-partidárias locais. O relacionamento direto ou indireto, declarado ou camuflado, entre coronéis e bandidos tornou-se, portanto, comum a todos os movimentos revolucionários a partir de 1891, de tal forma que, em relação a Mato Grosso, ambos os fenômenos coronelismo e banditismo não podem ser compreendidos separadamente (CORRÊA, 1995, p. 32).

Os coronéis locais tinham como prática utilizar homens armados para atingir seus objetivos políticos. Esse foi o mecanismo mais eficiente para impor e sustentar seu poder a nível local e regional, em momentos críticos da luta político-partidária. Segundo Corrêa (2000, p. 69), os coronéis e seus “[...] aliados e/ou agentes de facções políticas [...], ora estavam lutando para assumir o poder, ora estavam defendendo a manutenção do status quo e a ordem pública”. Ou seja, as lutas eram consideradas revolucionárias quando o objetivo era destituir o grupo de

aliados aos coronéis adversários, porém quando a intenção era manter os cargos e postos conquistados se declarava contrarrevolucionária.

O banditismo em Mato Grosso se desenvolveu articulado às lutas coronelistas, ou seja, sobreviveu na órbita dos coronéis. Essa relação marcou o banditismo na região de Mato Grosso durante o período da Primeira República, entretanto essa associação entre coronéis e bandidos também tinha suas facetas contraditórias. Nesse sentido, não era difícil encontrar grupos contratados pelos coronéis para derrubarem seus opositores estarem, nos anos seguintes, lutando para desapossar seus antigos financiadores, pois os processos de luta saíam do controle dos coronéis, ou seja, seus resultados eram imprevisíveis. Portanto, andar armado era um critério essencial para sobrevivência.

Sendo assim, a história da região mato-grossense durante as primeiras décadas do período republicano, “[...] foi a história de um *povo armado*. Sua principal característica constituiu-se no uso extremo da violência que acabou por se confundir com o próprio modo de vida do mato-grossense” (CORRÊA, 2000, p. 67, grifo do autor). Esse fenômeno esteve imbricado com o processo de ocupação e desenvolvimento econômico de Mato Grosso.

Por fim, a Primeira República não gerou transformações substanciais capazes de alterar as relações socioeconômicas e nem conseguiu combater a violência e o banditismo na região. O novo regime político apenas consolidou um contexto pré-existente no cenário de lutas de poder em níveis locais e regionais. Ou seja, houve intensificação do clima de violência, criando uma situação que ampliou o espaço de atuação dos coronéis. Em outras palavras, por causa desse cenário de violência sem precedentes, a região ficou conhecida como terra sem lei que se manifestava de forma explícita e corriqueira, ganhando um caráter de naturalidade e chegando a surpreender viajantes que passavam pelo local. Era um cenário em que valia uma única lei, artigo 44, ou seja, a lei do calibre 44.

O governo de Vargas buscou romper com a política vigente implementando um governo centralizado, com maior intervenção federal nas políticas regionais e locais. Sendo assim, as oligarquias e, conseqüentemente, os coronéis tiveram seus poderes minados, mas não significa que essa prática foi completamente extinta.

1.4 Uma nova fase no processo de ocupação do sul de Mato Grosso: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados

A Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder colocou barreiras à política dos governadores e a política do café-com-leite. Essa se caracterizou pela alternância de presidentes, dentre aqueles indicados por São Paulo e Minas Gerais, que eram os principais centros econômicos do período. A política dos governadores, por sua vez, eram articulações locais em que políticos e coronéis tinham forte influência na escolha dos eleitos aos cargos do executivo e legislativo.

De fato, as medidas centralizadoras do governo Vargas foram mais sistemáticas a partir da instauração do Estado Novo, em 1937, caracterizando o governo como ditatorial e autoritário. Segundo palavras do próprio Vargas, o “Estado, segundo a ordem nova, é a Nação, e deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos, para manter contacto com o povo e consultar as suas aspirações e necessidades” (VARGAS, 1938, p. 123). Quer dizer, as medidas foram sentidas em todas as regiões do Brasil. Segundo Centeno (2007), no caso mato-grossense, o desarmamento e a perseguição a bandos e bandidos foram intensificados a partir do ano de 1939.

Tais mudanças também foram sentidas na fronteira, onde se caracterizava um quadro mais grave de instabilidade. O objetivo do programa político do governo Vargas e seu discurso oficial era que o estado se fizesse mais presente em todos os setores da vida nacional e, assim, esperava-se resolver os problemas causados pela crise econômica que levou ao desequilíbrio da produção e comercialização do café. Dessa forma, o propósito era evitar novas crises e proteger a soberania nacional a partir da integração nacional.

Ademais, entre as políticas do governo federal na fronteira com o Paraguai, com o objetivo de aumentar o controle sobre ela, a implantação de pequenas propriedades através de colônias agrícolas, o controle das empresas de capital externo e das terras e suas concessões na fronteira, além da imposição para que as empresas mantivessem em seu quadro de funcionários pelo menos uma cota de dois terços de trabalhadores brasileiros.

Em relação à nacionalização do trabalho foram adotadas medidas na intenção de controlar a entrada de estrangeiro no território brasileiro. Para o governo Vargas, era preciso resolver o problema dos sem-trabalho. Assim, sua ação foi:

A providência inicial, julgada urgente, consistiu em limitar a entrada, no país, de estrangeiros desprovidos dos necessários recursos para as primeiras despesas e sem colocação assegurada. Era uma medida acauteladora dos males do problema dos sem trabalho, felizmente inexistente entre nós (VARGAS, 1938, p. 142).

Como resultado desse cenário foi elaborado o Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930, também conhecido como Lei dos Dois Terços. Pois, para parte do governo Vargas (1938), a continuação do livre acesso de estrangeiros poderia agravar as condições dos trabalhadores nativos. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Conselho de Imigração e Colonização (CIC)¹⁴, por sua vez, alertavam que a imigração era necessária e positiva, pois a extensão de terras a serem povoadas eram grandes e essas pessoas seriam importantes no processo de ocupação. Segundo Endrica Geraldo (2009, p. 177),

por um lado, Vargas defendia que o Brasil ainda constituía um país de imigração devido à necessidade de povoar seu vasto território e pela necessidade de braços “numerosos e adestrados” para o cultivo da terra. Por outro lado, procurava ressaltar que a orientação dada à política imigratória até então não poderia mais continuar, isto é, com a livre entrada de imigrantes.

Desta forma a entrada de estrangeiros passou a ser sistematizada pelo governo federal na intenção de controlar não apenas o emprego, mas também a distribuição de terras. Entre as medidas de nacionalização do trabalho estavam a criação de um aparato jurídico para manter a paz nas relações entre trabalhador e empregador. Quer dizer, tratava-se de legislação trabalhista que objetivava desmobilizar os trabalhadores para que o processo de acumulação de capital fosse garantido, principalmente na agricultura e na indústria, desenvolvendo internamente o país.

Nesse contexto, é importante evidenciar que as duas constituições federais, na Era Vargas, trataram sobre as concessões de terras no Brasil. A Constituição de 1934 estabeleceu no artigo 166 que “[...] dentro de uma faixa de cem quilômetros, ao longo das fronteiras, o capital empregado e os trabalhadores deveriam ser predominantemente nacionais nas indústrias, inclusive de transporte, pois interessava à segurança nacional” (BRASIL, 1934, p. 26). Já a Carta Magna de 1937 determinava que a concessão de terras na região fronteira não poderia ser feita sem a audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN)¹⁵.

¹⁴ Órgão criado pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, para coordenar e organizar todas as questões relativas à imigração, à colonização e à concentração de estrangeiros no país. O Decreto tratava, principalmente, sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. (VARGAS, 1938).

¹⁵ Órgão criado pelo artigo 162 da Constituição de 1937, com o objetivo de estudar todas as questões relativas à segurança nacional. (BRASIL, 1937).

Contudo, o fluxo de imigrantes, nesse momento histórico, oriundos principalmente da Europa, não foi interrompido no Brasil na Era Vargas, mas passou por um processo de redução significativo, ou melhor, verificou-se uma política de desaceleração da imigração para o Brasil. A entrada de estrangeiros no país presenciou queda de 54,0% na Era Vargas como pode ser observado na tabela 06, a seguir. Nessa, o percentual de estrangeiros fixados no país na época foi de 26,6% portugueses, 14,5% norte-americanos, 10,0% argentinos, 7,3%. Os uruguaios compõem a 5,5% do total de imigrantes que vieram morar no Brasil.

TABELA 06 – ENTRADA DE ESTRANGEIROS NO BRASIL (1936-1945)

| Nacionalidade/Período | 1936-1940 | 1941-1945 | Total |
|------------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Alemães | 18.949 | 998 | 19.947 |
| Argentinos | 13.824 | 13.361 | 27.185 |
| Belgas | 825 | 471 | 1.296 |
| Bolivianos | 318 | 1.141 | 1.459 |
| Chilenos | 890 | 2.358 | 3.248 |
| Espanhóis | 5.182 | 2.060 | 7.242 |
| Franceses | 4.809 | 2.311 | 7.120 |
| Holandeses | 1.279 | 650 | 1.929 |
| Húngaros | 1.075 | 175 | 1.250 |
| Ingleses | 9.110 | 3.775 | 12.885 |
| Italianos | 11.945 | 984 | 12.929 |
| Japoneses | 15.933 | - | 15.933 |
| Norte-americanos | 14.841 | 24.599 | 39.440 |
| Paraguaios | 668 | 2.112 | 2.780 |
| Poloneses | 7.770 | 1.044 | 8.814 |
| Portugueses | 60.620 | 11.782 | 72.402 |
| Romenos | 973 | 124 | 1.097 |
| Suíços | 2.087 | 915 | 3.002 |
| Tcheco-eslovacos | 1.032 | 317 | 1.349 |
| Uruguaios | 5.413 | 9.494 | 14.907 |
| Diversos/outros | 8.636 | 6.870 | 15.506 |
| Total¹⁶ | 186.179 | 85.541 | 271.720 |

Fonte: IBGE (1946, p. 77-78). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

¹⁶ No decênio de 1884 a 1893 o total de imigrante chegou ao número de 883.668 estrangeiros. No seguinte, isto é, 1894 a 1903, o Brasil recebeu 882.110 novos moradores do exterior. No terceiro decênio, de 1904 a 1913, o país aceitou 1.006.617 pessoas advindas de outras nações e na década de 1914 a 1923 vieram fixar residência no Brasil mais 503.981 imigrantes. Outra informação relevante diz respeito aos dados do decênio de 1945 a 1951. Esse período não está completo nos primeiros anos, comprometendo a observação do mencionado período. (BRASIL, 1952, p. 68; BRASIL, 1945, p. 50).

Os paraguaios, por sua vez, apresentaram imigração bem aquém dos países vizinhos latinos americanos mencionados. De acordo com o anuário estatístico brasileiro, imigraram para o Brasil 2.780 paraguaios, esse quantitativo correspondia a 1,0% do total de imigrantes.

Peraro (2016) esclarece que a imigração dos países vizinhos era vista pelos administradores de Mato Grosso, desde a década de 1870, como pouco contributiva para o desenvolvimento da região. A população latina, sobretudo a paraguaia, era considerada de “má índole”. Desde o período citado a imigração desejada era a europeia, mas essa era direcionada para os grandes centros econômicos do país, o que não era o caso de Mato Grosso.

É relevante lembrar que as restrições relacionadas a entrada de estrangeiros estavam associadas àqueles considerados de classes “inferiores”, isto é, se enquadrava na lei quem não tinha capital para sustento próprio ou destino definido.

Art. 1º Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo: I – aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos; II – indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres; III – que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos; VI – doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras nos regulamentos de saúde pública; V – que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional; VI – menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento; VII – que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência; VIII- de conduta manifestamente nociva à ordem pública, e segurança nacional ou à estrutura das instituições; IX – já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado; X – condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira; XI – que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestantes imorais.

Art. 2º O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização (BRASIL, 1938b, p. 01).

O Decreto-Lei n. 406, de maio de 1938, afunilou ainda mais a entrada de imigrantes ao estabelecer cotas, quer dizer, os novos estrangeiros não poderiam exceder o limite de 2,0%, considerando-se o número de compatriotas já residentes no Brasil. No entanto, havia exceções: 1) a cota seria aumentada para 20,0% se o imigrante fosse proveniente de Estado constituído; 2) caso a cota de uma nacionalidade não atingisse minimamente 3.000 pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização poderia autorizar a entrada de indivíduos do mesmo país até que o número fosse alcançado.

É importante esclarecer, também, que 80,0% da cota era reservada para imigrantes que atuavam na agricultura ou técnicos de indústrias rurais e esses não podiam deixar de exercer tais serviços durante quatro anos consecutivos (BRASIL, 1938b), caso a permissão de entrada no Brasil fosse concedida.

Art. 36. Os serviços de hospedagem e encaminhamento de estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais serão efetuados, no porto do Rio de Janeiro pelo Governo Federal, e, nos demais portos de desembarque de estrangeiros, pelo Governos estaduais, sociedades, empresas ou particulares que houverem promovido sua introdução (BRASIL, 1938b, p. 04).

O mencionado decreto regulamentou sobre os núcleos coloniais, centros agrícolas e colônias agrícolas (públicas e/ou particulares), estabelecendo que seus principais administradores deveriam ser brasileiros natos, mais especificamente, o percentual não poderia ser menor que 30,0% de brasileiros e o de estrangeiros não poderia ultrapassar por nacionalidade o máximo de 25,0%. O Conselho de Imigração e Colonização era incumbido de poder para alterar esses percentuais, quando necessário, aumentando a cota de entrada de estrangeiros, preferencialmente provenientes de Portugal. Nessas áreas a criação de escolas primárias e a utilização da língua portuguesa era obrigatório (BRASIL, 1938b).

A colônia agrícola nacional foi instalada na fronteira do Brasil com o Paraguai. Entretanto, antes é relevante dizer que se intensificou a expulsão dos estrangeiros, mais especificamente a partir de 1930, com aumento considerável no ano de 1934 (200,0%), em relação ao ano de 1933. No ano de 1936 o percentual foi ainda maior, ou seja, de 234,0% em comparação ao ano anterior.

Na tabela 07, que até o ano de 1939, os banimentos, ou seja, nos dez primeiros anos de governo de Vargas, com intensificações nos anos de 1935 a 1937, tiveram como alvo 21,3% dos portugueses, 16,7% espanhóis, 9,8% poloneses, 9,1% italianos, 8,0% russos, 5,9% lituanos, 5,6% alemães, 4,9% franceses, 3,8% romenos, 3,1% argentinos, 2,9% uruguaios e outros somam 8,9%. Os principais alvos de expulsões do país, enfraquecendo a organização dos trabalhadores, eram pessoas ligadas a lideranças de movimentos operários socialistas.

Os paraguaios não representavam ameaças para a integridade brasileira, uma prova desse argumento pode ser constatada na tabela 07, pois no decênio de 1930 a 1939 foram expulsos do Brasil apenas dois indivíduos provenientes do Paraguai.

TABELA 07 – EXPULSÃO DE ESTRANGEIROS DO BRASIL (1930-1939)

| Países | 1930 | 1931 | 1932 | 1933 | 1934 | 1935 | 1936 | 1937 | 1938 | 1939 | Total |
|-----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| Alemanha | 4 | 4 | 7 | 1 | 2 | 1 | 7 | 2 | 2 | 2 | 32 |
| Argentina | 3 | 1 | - | - | 1 | 2 | 8 | 1 | 1 | 1 | 18 |
| Áustria | 1 | - | - | 1 | 1 | 2 | 3 | - | - | - | 8 |
| Bélgica | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Bolívia | - | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Chile | - | - | - | - | 1 | 1 | 3 | 1 | - | - | 6 |
| Cuba | - | - | - | - | - | 1 | 2 | - | - | - | 3 |
| Dinamarca | - | - | - | - | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| Espanha | 13 | 7 | 3 | 1 | 13 | 4 | 25 | 25 | 4 | - | 95 |
| Estados Unidos | - | - | - | - | - | 2 | - | - | - | - | 2 |
| Estônia | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| Egito | - | - | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 1 |
| França | 16 | 3 | 1 | 1 | 1 | - | 2 | 2 | 2 | - | 28 |
| Hungria | - | - | - | 2 | - | 1 | - | - | - | - | 3 |
| Inglaterra | 1 | - | - | - | - | 1 | 2 | - | - | - | 4 |
| Itália | 15 | 4 | 1 | 3 | 6 | 4 | 14 | 2 | 3 | - | 52 |
| Iugoslávia | - | - | - | - | - | 1 | 1 | 4 | - | - | 6 |
| Lituânia | - | - | - | 1 | 11 | 3 | 16 | 3 | - | - | 34 |
| Paraguai | - | - | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | 2 |
| Peru | - | - | - | - | - | - | 2 | - | - | - | 2 |
| Polônia | 6 | 3 | 3 | 4 | 9 | 8 | 16 | 4 | 1 | 2 | 56 |
| Portugal | 25 | 14 | 2 | 4 | 18 | 9 | 32 | 9 | 6 | 2 | 121 |
| România | - | - | - | 1 | 1 | 1 | 16 | 3 | - | - | 22 |
| Rússia | 17 | 9 | 3 | 1 | 1 | 4 | 6 | 3 | 2 | - | 46 |
| Síria | - | - | - | - | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| Tchecoslováquia | - | - | - | - | 1 | - | 1 | 1 | - | - | 3 |
| Uruguai | 8 | 3 | 1 | 1 | 2 | - | - | 1 | 1 | - | 17 |
| Total | 109 | 48 | 21 | 23 | 69 | 47 | 157 | 65 | 22 | 7 | 568 |

Fonte: Brasil (1938a, p. 853); Brasil (1940, p. 1.428). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Na década de 1940 foi implantado na fronteira do Brasil com o Paraguai, por força do Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)¹⁷, “[...] em terras da União, mais precisamente no Território Federal de Ponta Porã, na administração de Júlio Strubing Müller (1937-1945), interventor federal de MT, nomeado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo” (SANTOS, 2016, p. 133). De fato, a afirmação que as terras de posse da União estavam sob a administração do interventor de Mato Grosso, por ora,

¹⁷ É oportuno lembrar que na região centro-oeste foi criada também a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). A CANG foi criada em 1941, por força do Decreto n. 6.882, de 19 fevereiro de 1941.

Júlio Strubing Müller, não está de toda equivocada, pois o primeiro governador do território foi nomeado em janeiro de 1944 e o Território Federal de Ponta Porã já havia sido criado.

O Decreto-Lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943, ratifica que a região onde foi criada a colônia ainda estava sob administração de Mato Grosso, bem como que somente em 01 de janeiro de 1944 a União passou a controlar diretamente os municípios que constituíram o Território Federal de Ponta Porã. Sendo assim, o decreto, no décimo artigo, estabeleceu que “Até essa data [01/01/1944] é assegurada aos Estados a percepção dos respectivos tributos, dentro das circunscrições territoriais que lhes pertenciam, continuando a cargo dos mesmos a despesa com a manutenção dos serviços” (BRASIL, 1943b, p. 01).

A implantação da Colônia de Dourados insere-se na política de nacionalização das fronteiras desencadeada no governo Vargas. Portanto, estava inserida no projeto do Estado Novo da Marcha para o Oeste. O objetivo desse programa, cabe lembrar, era estimular a colonização do país, utilizando como uma de suas estratégias as colônias agrícolas, ao tentar promover a formação de pequenas propriedades. O estímulo à criação de pequenas propriedades por parte do Estado Novo era para contrapor-se ao poder dos latifúndios, criando uma nova realidade agrícola, com o objetivo de atender o desenvolvimento industrial do país naquele período (LENHARO, 1985). Contudo, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, o governo Vargas interferiu no poderio da Companhia Matte Larangeira. Ou seja, pretendia-se desarticular o poder da empresa na região, tentando controlá-la e, de alguma forma, diminuir os conflitos pela terra.

A Colônia de Dourados não era um projeto somente de cunho nacional, havia também a participação dos poderes locais, estaduais e migrantes. Ao visitar a sede da Colônia, em Dourados, o Presidente Getúlio Vargas formou uma comissão de pessoas influentes e de destaque na região que tinham como principal reivindicação a implantação da Colônia (NAGLIS, 2014).

O governo federal investiu na propaganda por todos os meios informativos para atrair trabalhadores para as colônias agrícolas. “Segundo consta, esse mecanismo deu bons resultados, uma vez que para a região migraram centenas de famílias dos vários estados do país em busca da terra como meio de trabalho (OLIVEIRA, 1999, p. 186).

Nesse sentido, distribuí-se gratuitamente terras aos trabalhadores que não possuíam qualquer posse e eram considerados pobres. Esses colonos recebiam entre 20 a 50 hectares de terras, incluindo as casas e outras benfeitorias. Além disso, deveriam providenciar documentos

como: atestado de conduta, atestado de vacina e saúde, declaração de experiência no campo, certidões de casamento e de nascimento dos filhos (SANTOS, 2016). Ou seja, a aquisição de terras não era um processo criterioso, pois não era exigido qualquer comprovação de não possuir terras, bastava uma alegação verbal.

Mas a existência da colônia vai além do período do Estado Novo, ou seja, foram treze anos entre o início da demarcação, em 1948, até sua implantação. Mesmo angariando recurso suficiente, o ritmo de seus trabalhos foi lento, principalmente em relação à construção de casas para os colonos. Isso resultou “[...] em famílias inteiras expostas às intempéries climáticas, vivendo sob a copa das árvores durante semanas seguidas, à espera de que se lhes desse o necessário abrigo” (SANTOS, 2016, p. 136). Na época foi recomendado ao prefeito de Dourados que se responsabilizasse por providências cabíveis em articulação com o Ministério da Agricultura para resolver tais irregularidades. Contudo, não surtiu efeito, tendo poucas melhorias na situação devido ao fato da prefeitura não possuir recursos necessários para a assistência desses indivíduos.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados, diferente de outras colônias implantadas no contexto da Macha para o Oeste, atingiu resultados positivos em seu desenvolvimento. “Apesar das dificuldades iniciais, como as matas e a necessidade de derrubá-las, os migrantes não tiveram grandes problemas de adaptação [...]” (MENEZES, 2012, p. 130).

Contudo, finaliza-se esse capítulo argumentando que a ocupação de Mato Grosso em primeiro momento se deu de forma temporária/itinerante ou por meio de fortificações. Com o passar do tempo recebeu contingentes provenientes, principalmente, do Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Esses indivíduos buscavam terras produtivas, o que causou preocupações dos proprietários da Matte Larangeira, sobretudo no sul do estado, pois ela pretendia manter na região sua hegemonia na posse de terras. A população de Mato Grosso foi se avolumando, mas até a guerra contra o Paraguai o número de habitantes era aproximadamente de 30 a 40 mil pessoas.

Depois da guerra o povoamento de Mato Grosso inicia seu processo de crescimento, inclusive com a presença de estrangeiros – sobretudo paraguaios –, que passam a ser preocupação nos discursos dos administradores do estado. Entretanto esses indivíduos não imigraram expressivamente para se torna um problema para a soberania do Brasil, até porque eram, de fato, explorados como trabalhadores, principalmente nos ervais de domínio da empresa Matte Larangeira.

Nos discursos dos administradores foi exposto a necessidade em ampliar a exploração das áreas produtivas de Mato Grosso, entretanto os meios de transportes ainda eram bem rudimentares, ou seja, precisava-se investir no transporte e na comunicação do estado no intuito de escoar os principais produtos para os grandes centros urbanos e econômicos do país. A ferrovia era o meio de transporte desejado, na época, para o deslocamento de matéria-prima/pessoas.

É significativo lembrar que no decorrer do governo imperial aconteceram, também, tentativas de atuar mais diretamente na aquisição de terras devolutas, entre elas, a de fronteiras, da qual instituiu-se a Lei n. 601, de 18 de dezembro de 1850, tornando obrigatório a autorização para a posse de terra.”, exceto nas “[...] terras situadas nos limites do Império com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas [pouco mais de 48 quilômetros], as quaes poderão ser concedidas gratuitamente.”. (BRASIL, 1850, p. 01). No caso das áreas de fronteiras o acesso era mais fácil, pois se intencionava ocupar essas regiões.

Com a proclamação da República as arrecadações do Estado de Mato Grosso passam por constantes aumentos, principalmente pela expansão na exploração das suas principais atividades econômicas (borracha, pecuária e erva-mate). A expansão dessas atividades proporcionou a ocupação do espaço geográfico de Mato Grosso, ou seja, de fato foi se oficializando, por meio de concessões, compras e/ou apossamento das terras que pertenciam ao Brasil. Na fronteira sul de Mato Grosso a empresa Matte Larangeira desempenhou função determinante para a ocupação dos limites do Brasil.

Diferente da ocupação do espaço territorial que ocorreu nos períodos anteriores, quer dizer, que foi desencadeada por meio de grandes latifúndios e monopólios comerciais das principais atividades econômicas, na Era Vargas, um novo processo de ocupação se caracterizou pelo intenso povoamento da região de Mato Grosso, no contexto da Marcha para o Oeste, em outras palavras, percebe-se que um novo processo de ocupação das regiões do Oeste do Brasil, especialmente as áreas de fronteira, está relacionado ao contexto de reorganização e de expansão do capital no país pós-crise de 1929. Ou melhor, para que o processo de integração nacional ocorresse, era necessário que certo desenvolvimento econômico fosse iniciado, o que de fato foi assumido pelo governo de Getúlio Vargas.

Ademais, o processo de ocupação durante o Estado Novo objetivou nacionalizar a fronteira, a fim de cumprir uma política centralizadora do governo Vargas. Esse período se caracterizou pela ênfase dada a integração nacional, que teve como medidas no caso de Mato

Grosso a instalação do Território Federal de Ponta Porã, e nesse a Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS REGIÕES DE FRONTEIRA: A FRONTEIRA BRASIL-PARAGUAI

Neste capítulo, destaca sobre a criação e instalação do Território Federal de Ponta Porã, na fronteira do sul de Mato Grosso, na Era Vargas, no contexto da política de ocupação denominada de “Marcha para o Oeste”. Nesse sentido, foi necessário elucidar sobre a ocupação do território brasileiro, evidenciando as propostas que foram apresentadas e/ou debatidas a respeito da organização administrativa chamada de territórios, no Brasil imperial e no período republicano.

As primeiras discussões sobre a criação de territórios são originárias do período imperial, mas sua legalização se configurou nas constituições republicanas elaboradas durante o governo de Getúlio Vargas. Entretanto, é relevante evidenciar que o Território do Acre iniciou o processo de criação de territórios no Brasil, ainda que sem amparo jurídico, no período da Primeira República. Assim, de antemão, justifica-se que foi necessário abordar mais sobre esse território, dada a sua importância para o processo de criação e instalação de outros territórios federais no Brasil, na qual insere-se o Território Federal de Ponta Porã, foco desta tese.

2.1 O Brasil Império e a ocupação territorial

O modo capitalista de produção no contexto internacional no final do século XIX entrava em uma nova fase colocando em risco a hegemonia da Inglaterra¹⁸. Essa teve quantidade expressiva de perda de mercado para outros países emergentes, tais como: Alemanha, França, Estados Unidos e Japão (ALVES, 1984), ou seja, seus interesses

¹⁸ “A primeira fase da industrialização britânica, baseada nos têxteis, chegara a seus limites ou parecia estar prestes a fazê-lo. Felizmente, estava iminente o advento de uma nova fase do industrialismo, que proporcionaria alicerces muito mais firmes para o crescimento econômico: a baseada nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço. A era da crise do industrialismo têxtil foi a era da chegada do carvão e do ferro, a era da construção ferroviária. Havia para tanto duas razões convergentes. A primeira foi a crescente industrialização do resto do mundo, criando um mercado em rápido crescimento para aquele tipo de bens de capital que não podia ser importado em qualquer quantidade salvo da “oficina mecânica do mundo” e que ainda não podia ser produzido em quantidade suficiente internamente. Em nenhuma outra época, anterior ou posterior, a taxa de crescimento das exportações britânicas aumentou tanto como entre 1840 e 1860, sendo muito maior do que a verificada no período pioneiro do algodão, 1780-1800”. (HOBSBAWM, 2000, p. 101).

imperialistas¹⁹ estavam ameaçados. O processo da nova fase monopolista em que o “capitalismo transformou-se em imperialismo” é evidenciado por Lênin (1987, p. 22) em três fases:

1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis²⁰, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica.

O Brasil adentra no mencionado contexto sob forte influência dos ingleses que, por sua vez, buscavam fortalecer as instituições do antigo regime que garantiam seus privilégios e “controle monopólico sobre o mercado mundial”. Moraes (2001, p. 112) destaca que “[...] a forma da legitimação jurídica da soberania territorial, no Antigo Regime, que era a forma dinástica”, como uma das principais instituições que, sobretudo a Inglaterra, desejavam manter forte. Até porque a França, uma das suas principais concorrentes na Europa Continental, já havia adotado “[...] a soberania nacional popular, isto é, o território pertence a um povo, a uma nação [...]” (MORAES, 2001, p. 112), e não mais as casas reinantes ou dinastias. E essa mudança, de alguma forma, estava influenciando outros países europeus e, conseqüentemente, suas colônias a seguirem o mesmo exemplo.

A proclamação da independência do Brasil ocasionou algumas mudanças na estrutura político-administrativa, entre elas, a substituição do sistema de capitanias pela organização em províncias. Nesse contexto segundo Cigolini (2015, p. 08-09) ocorreu também:

A dilatação do território ocorrida durante o período colonial ampliou, sobremaneira, sua extensão e resultou na divisão em 18 províncias: Grão-Pará e Rio Negro, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina. Estavam ainda, na época da Independência, de posse do Brasil, a Guiana Francesa, que havia sido anexada em janeiro de 1809, e a Província Cisplatina (atual Uruguai), que havia sido incorporada em 1821, sendo a Guiana restituída em 1817 e a Província Cisplatina dando origem ao Uruguai, com o tratado de paz em 1828.

¹⁹ “Em essência, porém, a *livre competição* já fora ultrapassada, nessa época, em função de duas características do capitalismo inglês que o tornavam precursor do imperialismo: jugo que exercia sobre uma infinidade de colônias e o controle monopólico sobre o mercado mundial”. (ALVES, 1984, p. 06, grifo do autor).

²⁰ “Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, etc. Repartem os mercados entre si. Determinam a quantidade dos produtos a fabricar. Fixam os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas”. (LÊNIN, 1987, p. 22).

Mas apenas um quinto do território brasileiro estava ocupado no período colonial, o restante era considerado fundos territoriais²¹. Moraes (2001) argumenta que a adoção do sistema monárquico, no caso do Brasil, favoreceu para a manutenção da soberania de seu território e para o relativo controle dos fundos territoriais.

Cigolini (2015), por sua vez, argumenta que o período colonial e imperial apresentou, apesar de suas características próprias, elementos complementares, especialmente na configuração territorial do Brasil. A expansão e ocupação do território, no Brasil colônia, aconteceu de forma fragmentada e desconexa, mas dilatou consideravelmente as possessões portuguesas no continente sul-americano. No período imperial a preocupação estava mais centrada na manutenção da integridade territorial e, para manter a posse de 7.948 dos 15.708 quilômetros de fronteiras, a monarquia brasileira se envolveu em guerras, decisões arbitrárias e negociações, com os países vizinhos.

Como nas primeiras décadas do período imperial o foco estava na superação dos riscos da desintegração territorial, principalmente por causa da dilatação ocorrida na época colonial, os debates sobre a reorganização do território brasileiro não aconteceram logo após a independência do Brasil, entretanto, com o passar do tempo, propostas foram sendo apresentadas.

A primeira proposta previa a possibilidade de redividir as províncias do Brasil em dois grupos. No primeiro grupo ficariam as regiões com maior consistência populacional, que seriam consideradas subdivisões provincianas e teriam representação política no império. Integrariam o segundo grupo as regiões que não tivessem densidade considerável de habitantes, sendo administradas como distritos, por autoridades designadas com o objetivo de desenvolvê-las, principalmente na perspectiva econômica e populacional e, com o tempo, tais áreas, conseqüentemente, alcançariam o direito de ter representatividade política, assim como serem elevadas à condição de províncias, com autonomia administrativa. Outra sugestão de reorganização administrativa do país, e que de certa forma não se diferencia muito da anterior, foi a proposta de dividir o Brasil em 40 províncias com base na variação da população, área e renda (CIGOLINI, 2015).

²¹ Moraes (2001) denomina de fundos territoriais as áreas com baixa presença de habitantes, pois eram regiões que ainda não atraíam o interesse do capital.

Com a emancipação política e com a elaboração da primeira Constituição do Brasil, em 1824, as perspectivas que pretendiam reestruturar o país em comarcas com subdivisões distritais, aproveitando de alguma forma os limites naturais e equilibrando a divisão territorial e populacional, não são levadas a frente (BRASIL, 1948). Sobre a divisão política do império brasileiro, os deputados Hugo Carneiro, Ponce de Arruda, Afonso de Carvalho e Munhoz da Rocha²² revelam que na Constituição de 1824:

Atribui-se a redação²³ o intuito de reduzir as províncias a ‘pequenos governichos’ além de outras segundas intenções, a qual mais cavilosa. Depois de longa discussão, nêsse terreno, rejeitou-se afinal o art. 4.º do projeto, vencendo a emenda que veio a ser o art. 2.º daquela Constituição (BRASIL, 1948, p. 01).

De fato, o que se concretiza é descrito pelo segundo artigo da Constituição de 1824, isto é, “O seu território é dividido em Províncias na fôrma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado” (BRASIL, 1824, p. 01). A Carta Magna, em relação à reorganização territorial das fronteiras interprovíncias do Brasil, não altera o que foi herdado do período colonial e nem apresenta medidas para garantir a soberania das fronteiras internacionais, ou seja, mantém-se em vigência o que previa o Tratado de Santo Idefonso²⁴.

Foi nesse cenário, segundo Porto (1999), que aconteceram as primeiras discussões referentes a criação de territórios no Brasil. Ou seja, debateu-se que as províncias menos prósperas passassem “[...] à condição de território com organização especial que preparassem para elevação futura à condição provincial [...]” (PORTO, 1999, p. 02). Freitas (1991, p. 28) evidencia que a vontade de se fazer uso da forma administrativa denominada territórios “[...] foi muita e vinha desde o império, perpassando, assim, às discussões entre federalistas, liberais

²² São deputados que foram eleitos, em dezembro de 1945, para a Assembleia Nacional Constituinte. Os três primeiros eram filiados ao Partido Social Democrático (PSD), sendo que o deputado Hugo Carneiro pelo Território do Acre, Ponce de Arruda pelo Estado de Mato Grosso, e Afonso de Carvalho pelo Estado de Alagoas. O último foi eleito pelo Estado do Paraná, na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Esse, em 1946, apresentou à Constituinte a emenda que extinguiu o Território do Iguazu, criado em 1943. Durante os debates de criação/manutenção dos territórios federais no Brasil, em 1948, os mencionados deputados argumentam, entre outras coisas, sobre o assunto da divisão territorial nas constituições anteriores.

²³ Não se localizou o projeto derrotado citado pelos deputados Hugo Carneiro, Ponce de Arruda, Afonso de Carvalho e Munhoz da Rocha.

²⁴ Este tratado foi assinado em 1 de outubro de 1777, pondo fim ao Tratado de Madri, na cidade espanhola de San Idefonso. Este acordo assemelhou-se, em muitos aspectos, com aquele que foi firmado em 1750, inclusive com a formação de comissões demarcatórias mistas, para levantar e confirmar as informações obtidas nos terrenos americanos produzidos pelos comissários na época do Tratado de Madri, bem como utilizou-se a estratégia do uso das barreiras naturais para a definição dos limites. (CORREA, 2015, p. 45).

e monarquistas”. Mas esclarece que, apesar da ideia de criação de territórios ser proveniente do período imperial, não se poderia criar territórios federais, pois não existia um Estado Federativo. Sendo assim, para Freitas (1991, p. 29), o que se pretendia pôr em prática era “[...] um Território onde o Império reservaria para si as ações intervencionistas no desenvolvimento da área”.

O sistema monárquico no Brasil favoreceu a sustentação da unidade territorial do país, mas esse não conseguiu proporcionar uma melhor distribuição territorial e nem da população, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros econômicos, ou seja, à época, a área litorânea.

O Brasil, no período imperial, também se envolveu em conflitos de ordem externa, e a questão das disputas territoriais estavam presentes. “Externamente travou-se a guerra com a Argentina pela posse da Província Cisplatina, e entre os anos de 1864 e 1870, houve a guerra contra o Paraguai, fato marcante na história nacional” (CIGOLINI, 2015, p. 08).

A guerra da Cisplatina foi um conflito ocorrido entre o império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (1825-1828), pela posse da Província Cisplatina. O território da Banda Oriental era alvo de disputa desde a fundação de Montevidéu, em 1680, pelos portugueses. Os portugueses buscavam um ponto mais ao sul onde estariam diretamente envolvidos nas atividades econômicas da região, ou seja, teriam “[...] maior participação na atividade de contrabando de metais vindos do Alto Peru e de outras variedades exploradas na região” (LAURENZANO, 2006, p. 74). Além disso, o “[...] domínio e defesa da posição era determinante na participação destas atividades, [para] manter um caminho aberto para os territórios longínquos de Mato Grosso” (LAURENZANO, 2006, p. 74). Junqueira (2016), por sua vez, acrescenta que o principal embate entre as forças das Províncias Unidas do Rio da Prata e as tropas do império brasileiro aconteceu na batalha de Passo do Rosário (RS), ou *Ituzaingó*, no dia 20 de fevereiro de 1827. O conflito chegou ao fim em 27 de agosto de 1828 com o surgimento da República do Uruguai.

A Guerra contra o Paraguai, por sua vez, foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Ela aconteceu entre os anos de 1864 a 1870 envolvendo Brasil, Argentina e Uruguai (Tríplice Aliança) contra o Paraguai, gerando mais consequências ao vizinho Guarani – já que foi o país derrotado. No decorrer do período da guerra era governado pelo ditador paraguaio Francisco Solano Lopes, que possuía ambições imperialistas que colidiam com os interesses da Inglaterra.

O conflito foi iniciado em dezembro de 1864 pelas tropas paraguaias que atacaram Mato Grosso e ocuparam, entre outros lugares, o Forte Coimbra²⁵ em Corumbá. No ano seguinte, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil e Uruguai).

Sobre o início do conflito, Salles (2012, p. 05), argumenta que a aliança entre o Uruguai e o Paraguai representavam um equilíbrio de forças na região do Prata, mas essa foi rompida com a invasão do Uruguai pelo império brasileiro deixando o estado paraguaio em situação de vulnerabilidade.

Com o fim da guerra e a vitória dos países aliados (Brasil, Argentina e Uruguai) não havia mais obstáculos para o Brasil obter a livre navegação no rio Paraguai – o que lhe favorecia manter comunicação da província de Mato Grosso com o restante do Brasil; definir um tratado de fronteiras com o Paraguai – confirmando a sua expansão territorial; e conter a influência argentina sobre a região, que tinha ambições de restabelecer o Vice-Reino da Prata. Diante das tentativas do Uruguai em se aproximar do Paraguai, a Argentina procurou se associar ao Brasil por possuírem interesses em comum: Brasil e Argentina eram estados centralizados e sob governos liberais; viam com desconfiança o governo blanco no Uruguai; e tinham questões de fronteiras para tratar com o Paraguai.

Em fevereiro de 1872 foi assinado o tratado de paz, limites, extradição e amizade, comércio e navegação entre o Brasil e Paraguai. Com esse tratado, os objetivos do império brasileiro em relação ao país Guarani vizinho foram realizados, quer dizer, definiu-se as fronteiras entre as duas nações dentro das pretensões perseguidas pelo Rio de Janeiro nas últimas duas décadas.

Contudo, apesar dos autores mencionados apresentarem interpretações relevantes sobre a guerra contra o Paraguai, é importante dizer, em concordância com Alves (1984), que as causas das guerras mencionadas não devem ser limitadas as relações entre os países do Prata, pois conflitos aconteceram em diversos locais de distintos continentes, no período em questão, e eles “[...] constituíram-se, da mesma forma, em manifestações de fenômeno essencialmente único, determinado pelo estágio de desenvolvimento do processo de acumulação capitalista,

²⁵ Em 1775, o forte de Nova Coimbra foi fundado à margem do rio Paraguai próximo aos primeiros aglomerados de Corumbá, mas é importante lembrar também que três anos depois construiu-se mais dois fortes, sendo que um deles foi denominado de Nossa Senhora do Carmo do Rio Mondego – que deu origem ao povoado de Miranda – e o outro de Luiz de Albuquerque de Melo no povoado de Corumbá. Estas fortificações foram construídas, no período no Brasil império durante a administração do Marquês de Pombal, na intenção de garantir as posses portuguesas definidas pelo Tratado de Madri, tanto das potências concorrentes, quanto dos nativos que pretendiam recuperar seus territórios.

que, nesse momento, impunha uma dinâmica específica ao *imperialismo inglês*” (ALVES, 1984, p. 05, grifo do autor).

No final do período imperial, ocorreu a intensificação de atividades econômicas em direção ao interior do território brasileiro, especialmente àquelas alusivas ao cultivo do café, à criação de gado, a extração da erva-mate e borracha. Tais atividades produtivas contribuíram para a dispersão da população e a compartimentação do território brasileiro.

A seguir, elucida-se sobre a ocupação do território brasileiro no período republicano, bem como sobre as forças políticas ao sul do Brasil que optaram pela plantação de café, um produto que era bem aceito no mercado europeu e dos Estados Unidos. Porém, é relevante lembrar que São Paulo, além de rapidamente se tornar o maior investidor na indústria do café, ampliando consideravelmente os ganhos da economia brasileira, também passou a reinvestir capitais, estimulando a instalação de indústrias de outros ramos.

2.2 A ocupação do território brasileiro no período republicano

Foi com a implantação da República que se colocou fim ao sistema de monarquia no Brasil, mas isso não significa que as mudanças ocorreram imediatamente. O estado brasileiro, no decorrer das primeiras décadas do período republicano, passou apenas por algumas alterações de importância secundária, quer dizer, a proclamação da República gerou pouca transformação quando se pensa nos aspectos políticos, econômicos e sociais. Segundo Nagle (2001), os mesmos grupos se mantiveram no poder com seu regime oligárquico, tendo como principal fonte de riqueza os latifúndios.

A passagem para o período republicano foi um processo que não teve ampla participação da população e os interesses eram bem diversos quanto à concepção e organização da forma de governar a República. Nesse sentido, “As principais lideranças, como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul defendiam a idéia de fundamentar a República na forma federativa, assegurando alto grau de autonomia aos Estados que compusessem essa federação” (ARAÚJO; RODRIGUEZ, 2009, p. 131). Sobre a federalização, apresenta, rapidamente, os esclarecimentos de Abrúcio (2010), segundo o qual o sistema federativo é uma forma de organização territorial do estado e que se diferencia, por exemplo, da configuração via Estado Unitário. No primeiro rege o princípio de autonomia dos governos estaduais, de compartilhamento da decisão entre os entes federados.

Desse modo, é possível ter mais de um agente governamental legítimo na definição e elaboração das políticas públicas, além de ser necessária, em maior ou menor medida, a ação conjunta e/ou a negociação entre os níveis de governo em questões condicionadas à interdependência entre eles (ABRÚCIO, 2010, p. 41).

Esse contexto começou a apresentar modificações mais expressivas somente a partir das décadas de 1920 e 1930. Quer dizer, à medida que as camadas médias foram se fortalecendo e diminuindo sua dependência com a burguesia agroexportadora, apropriaram-se dos discursos reformistas defendidos pelo Partido Democrático. Assim, iniciam uma série de reivindicações de forma mais intensa pela garantia de direitos civis, entre eles, o acesso à escola.

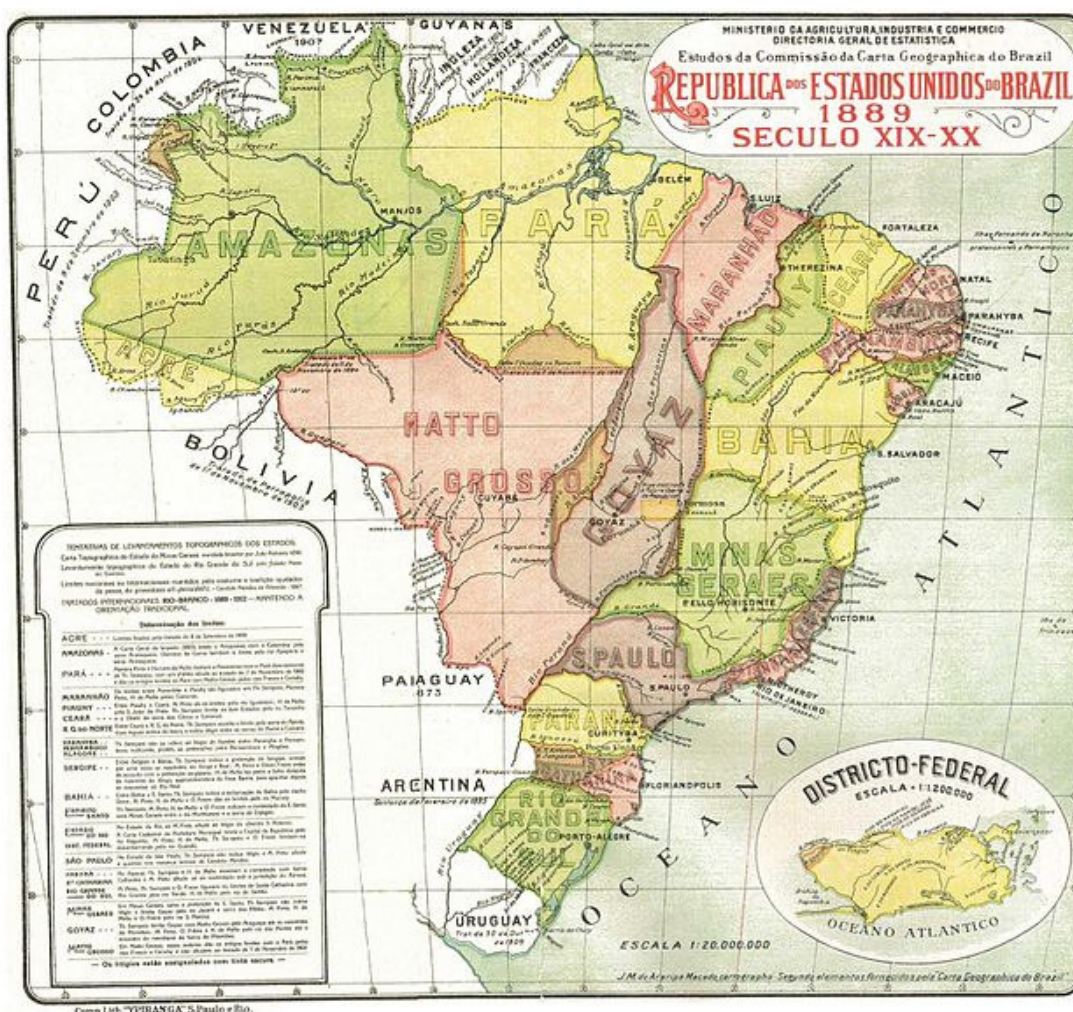
A Primeira República no Brasil não foi resultado de um movimento de camadas médias urbanas em defesa da democracia contra um sistema conservador, regressista, autoritário dominado pelas oligarquias do império, mas consequência da colisão entre dois grupos pertencentes à burguesia: os tradicionais senhores de engenho do nordeste e os barões de café do Vale do Paraíba contra as novas oligarquias dos fazendeiros do café do oeste paulista. Os primeiros defendiam um sistema monárquico escravocrata, enquanto os segundos possuíam grande poder econômico, mas eram fracos politicamente. Justamente pela busca de poder que esse segundo grupo organizou o Partido Republicano Paulista, em 1873, tendo entre seus fundadores, principalmente, cafeicultores de Itu e Campinas.

Diante de ameaça de instabilidade política durante os primeiros anos da Primeira República, essa parcela da burguesia agrária resolveu afastar do cenário político os militares que estavam no governo e a participação popular, neutralizando, assim, a capital da República e fortalecendo os estados (CARVALHO, 1997). Como mecanismo para diminuir a participação popular foi utilizada a repressão policial às manifestações em locais públicos, além de criar leis que dificultavam o acesso à cidadania, como reduzir o número de eleitores ao proibir a participação de menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, praças, religiosos e estrangeiros. Com isso, foram excluídos de acesso ao voto cerca de 80,0% da população. Sendo assim, era uma República em que “[...] os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem [...]” (CARVALHO, 1997, p. 85-89). Além disso, utilizavam de meios fraudulentos como votos de defuntos, ausente e/ou forjavam atas.

Tal autoritarismo se fazia presente, também, no campo social por meio da exploração do trabalho. Nas áreas rurais permaneciam práticas escravocratas ao utilizarem do mecanismo

de favor, prendendo o trabalhador com dívidas que eram praticamente impossíveis de serem saldadas. A situação dos ex-escravos era ainda pior, pois, após a libertação, foram completamente excluídos da sociedade. Desempregados e sem qualificação, muitos se submetiam a trabalhar sem remuneração para antigas famílias ricas, recorriam a trabalhos informais degradantes ou ainda a criminalidade para poder sobreviver. Quanto aos imigrantes, assim como os demais trabalhadores brasileiros, não possuíam acesso às leis trabalhistas que regulamentassem sua jornada de trabalho, chegando a 17 horas diárias. Além de não possuírem direito a férias, folga remunerada, salário digno para sua sobrevivência. Em relação as mulheres e crianças a situação era mais degradante.

MAPA 01 – REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (1889)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/extensao-territorial-actual.html>. Acesso em outubro de 2018.

No período da Primeira República as discussões sobre a criação de territórios federais em “[...] áreas de fronteira, no norte e no sul do país, e de áreas interiores” (BRASIL, 1948, p. 07) foram retomadas. No entanto, a Constituição de 1891 não foi além do que estabeleceu a constituição do período imperial, em relação aos territórios federais. Ela apenas transformou as antigas províncias em estados federados (mapa 01), quer dizer, a perspectiva de redimensionar o território brasileiro em extensão e população, bem como desenvolver as regiões menos favorecidas do país, mais uma vez não se materializou nas políticas governamentais.

TABELA 08 – POPULAÇÃO, SUPERFÍCIE E DENSIDADE TERRITORIAL DO BRASIL (1912)

| ESTADOS | POPULAÇÃO | SUPERFÍCIE | DENSIDADE |
|---------------------|-------------------|----------------------------|--------------|
| Alagoas | 848.526 | 58.491 | 14,507 |
| Amazonas | 378.476 | 1.894.724 | 0,200 |
| Bahia | 2.746.443 | 426.427 | 6,441 |
| Ceará | 1.179.197 | 104.250 | 11,311 |
| Distrito Federal | 975.818 | 1.116,5930 ²⁶ | 873,925 |
| Espirito Santo | 362.409 | 44.839 | 8,082 |
| Goiás | 428.661 | 747.311 | 0,574 |
| Maranhão | 683.645 | 459.884 | 1,487 |
| Mato Grosso | 191.145 | 1.378.783,50 ²⁶ | 0,139 |
| Minas Gerais | 4.628.553 | 574.855 | 8,052 |
| Pará | 809.886 | 1.149.712 | 0,704 |
| Paraíba | 630.171 | 74.731 | 8,433 |
| Paraná | 554.934 | 251.940 | 2,203 |
| Pernambuco | 1.649.023 | 128.395 | 12,843 |
| Piauí | 441.350 | 301.797 | 1,462 |
| Rio de Janeiro | 1.325.929 | 68.982 | 19,221 |
| Rio Grande do Norte | 424.308 | 57.485 | 7,381 |
| Rio Grande do Sul | 1.682.736 | 236.553 | 7,114 |
| Santa Catarina | 463.997 | 43.535 | 10,658 |
| São Paulo | 3.700.350 | 290.876 | 12,721 |
| Sergipe | 426.234 | 39.090 | 10,904 |
| Território do Acre | 86.638 | 152.000 | 0,570 |
| Brasil | 24.618.429 | 8.485.777,0930 | 2,901 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1908_1912_v1.pdf. Acesso em outubro de 2018. Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

A população brasileira no início do período republicano, segundo os dados do censo de 31 de dezembro de 1890²⁷, era de 14.333.915 habitantes, sendo que os estados mais populosos

²⁶ Conforme original.

²⁷ Segundo dados do IBGE, a população brasileira era de 10.112.061, em 1872, e 17.318.556, em 1900, ou seja, um crescimento maior que três milhões por década.

eram Minas Gerais (3.184.099 habitantes), seguido pela Bahia (1.919.802) e São Paulo (1.384.753). Os estados menos populosos, por sua vez, eram os de Amazonas (147.915), Espírito Santos (135.997) e de Mato Grosso (92.827) (BRASIL, 1890). No entanto, quando se observa o mapa 01 e os dados da tabela 08, no mesmo período do censo mencionado, o Estado do Amazonas, Mato Grosso e Pará²⁸ eram os maiores em extensão territorial.

Os Estados de Mato Grosso e do Amazonas eram constituídos de 26 e 28 municípios, respectivamente, somente esses entes federados contavam com municípios com mais de 100.000 quilômetros quadrados. No caso específico de Mato Grosso, havia mais de um município com mais de 200.000 km². Tal característica favoreceu para que sua população fosse constituída de forma dispersa.

No contexto da Primeira República faz-se algumas considerações sobre o coronelismo²⁹ no Brasil. Essa prática se caracterizou como um sistema de poder que surge desde o município. Expondo de outra forma, era um sistema político baseado em complexas redes de relações que iniciavam nas cidades até chegar ao presidente da República através de favores mútuos.

O regime federalista implantado na Primeira República em substituição ao centralismo do império fez surgir um novo ator político: os governadores dos estados, enquanto que, durante o império, o presidente da província não tinha poder próprio por ser indicação do Ministério, podendo ser removido a qualquer momento.

Com o advento da República, o governador passou a ser eleito através de partidos políticos, colocando-se, assim, como chefe político do estado. Nesse cenário existiam as oligarquias que tinham os coronéis como as principais figuras, se mantendo em torno do governador. Com a implantação da política dos estados por Campos Sales em 1898, o poder desses governadores se fortaleceu ao apoiar os candidatos eleitos através da política dominante de cada estado (CARVALHO, 1997).

²⁸ O número de habitantes no Estado do Pará era de 227.572 habitantes, em 1890.

²⁹ “O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o governo. O coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois dela. Ele morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. Foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo e à derrubada de Flores da Cunha, o último dos grandes caudilhos gaúchos”. (CARVALHO, 1997, p. 05).

Até 1930, por meio da “política dos governadores”, o fazer político da Primeira República era comandado por São Paulo e Minas Gerais, maiores produtores de café e leite, respectivamente, uma governança também conhecida como “política do café-com-leite”, isso porque, a cada eleição presidencial, havia revezamento desses dois estados com indicações de candidatos que seriam os próximos governantes do país. Essa prática evidencia como ambos os estados citados eram política e economicamente mais fortes – principalmente São Paulo –, pois o café era o maior produto de exportação do Brasil, que era essencialmente agroexportador.

Contudo, na década de 1920, principalmente em 1929 com a crise econômica da bolsa de valores de Nova York, nos Estados Unidos da América (EUA), o mundo capitalista entrou em depressão. Essa situação refletiu no Brasil, que teve a desvalorização do café e consequente queda nas exportações do seu principal produto, gerando desconforto na política e na economia brasileira (FAUSTO, 2006).

Surgiu, nesse contexto, a figura de Getúlio Vargas, no Rio Grande do Sul, que era um dos estados que iniciaram sua oposição à presente política. Também pode-se citar a participação dos tenentistas nesse processo de contestação do sistema vigente. Eram críticos dessa política oligárquica, já ao final dos anos de 1920, e defendiam um governo mais centralizador, que intervisse mais na economia, nacionalizasse as atividades econômicas e de transporte, criasse leis trabalhistas, entre outras medidas. Por fim, acrescenta-se entre os fatores que levaram a ruína desse sistema oligárquico a insatisfação da classe trabalhadora que reivindicava por leis de proteção ao trabalhador.

A fase final desse processo, até culminar na Revolução de 1930, foi a tentativa dos paulistas em continuar na presidência, descumprindo ao subentendido acordo da “política do café-com-leite”. Para tentar manter sua estabilidade econômica com a ajuda do governo federal, São Paulo não queria que Washington Luís fosse substituído por uma indicação de Minas Gerais, lançando, assim, Júlio Prestes. Descontente com tal ato, Minas Gerais se aliou ao Rio Grande do Sul e a Paraíba e lançam o nome de Getúlio Vargas como o próximo candidato a presidente. Mas o estopim para deflagrarem a Revolução de 1930 foi o assassinato do vice de Vargas, João Pessoa, por brigas políticas locais que não estavam ligadas à conjuntura presidencial. O ocorrido serviu de argumento para as forças revolucionárias, com ajuda do exército, em 30 de outubro de 1930, destituírem o presidente Washington Luís. Em seguida, Getúlio Vargas assumiu o poder por meio de Junta Provisória, chegando ao fim a Primeira República no Brasil.

2. 3 A Revolução de 1930 e o processo de ocupação da *hinterland* brasileira

Com a Revolução de 1930, de algum modo, tem-se algumas mudanças no sistema político brasileiro, que predominou na chamada Primeira República, mas isso não significa que se efetivou a construção de um regime democrático. No período denominado de Segunda República o governo federal centralizou, interveio e/ou mesmo administrou, de forma especial, as regiões de fronteira, sobrepondo-se às autonomias dos entes federados. De fato, foi a partir desse contexto, ainda que de forma incipiente, que se iniciou o processo de industrialização no Brasil.

Sobre a Era Vargas é relevante destacar que se instalou o Governo Provisório (1930-1934) com o auxílio de parte da classe dominante e dos militares. Vargas, no decorrer desse período, suspendeu a Constituição em vigor (1891), fechou o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas Estaduais e a Câmaras Municipais (FAUSTO, 2008). Ele passou a governar por decretos-leis e nomeou tenentes com interventores nos estados para “quebrar” o poder dos dirigentes regionais.

Conforme Fausto (2008), Getúlio Vargas foi eleito presidente da República por meio de voto indireto até 1938. Porém, o presidente Vargas se manteve chefe do governo central brasileiro por um tempo bem maior, instaurando em novembro de 1937 o Estado Novo. Esse se definiu como uma política autoritária e centralista, diferentemente da Primeira República que se caracterizava pelo forte federalismo. Para empreender esse sistema, foi utilizada a força armada para fazer frente aos dirigentes regionais.

Apoiaram também o governo os operários, devido aos diretos trabalhistas e a sua política populista. Entre os anos de 1931 a 1934 foram criadas diversas leis trabalhistas com o objetivo de protegê-los e, assim, regulamentar sua situação nas indústrias e na prestação de serviços. Entre essas leis, destaca-se: a criação e uso da Carteira de Trabalho; jornada de trabalho fixa de oito horas diárias; o trabalho de mulheres e crianças menores de idade regulamentado; surgimento da lei de férias; e direito a aposentadoria e pensão. O salário mínimo foi instituído apenas no Estado Novo. Essas medidas se tornaram, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Uma outra medida tomada na área trabalhista, que nesse caso beneficiou mais os industriais e empresários, foi a criação de uma legislação sindical. O objetivo era subordinar os

sindicatos ao controle do Estado ao estabelecer um sindicato único para cada categoria. A adesão dos trabalhadores era compulsória porque só receberiam os benefícios adquiridos se estivessem sindicalizados. Contribuindo para tal controle, foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamento em que o Estado mediava os conflitos entre empregados e empregadores, além da criação do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho.

Sobre a economia brasileira, é importante evidenciar que, até então, o país não tinha passado por um processo de industrialização como ocorreu durante a Era Vargas. Foi um processo que iniciou em meio à crise do café devido às quedas na exportação desse produto e pela desvalorização da moeda nacional. Conseqüentemente, tornou-se muito caro importar produtos manufaturados em um país que priorizava a produção e exportação de produtos agrícolas/extrativistas e dependia do mercado externo para adquirir produtos industrializados. Surge, dessa forma, a necessidade de lidar com o desequilíbrio e abastecer o mercado interno, a alternativa foi investir na criação de novas indústrias para lidar com a nova conjuntura.

Um outro fator que contribuiu para esse cenário foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois os países da Europa que exportavam os produtos industrializados para o Brasil estavam envolvidos por completo no conflito mundial e suas fábricas estavam voltadas, principalmente, para o esforço de guerra com a produção de armamentos. Conseqüentemente, a produção para abastecer o mercado externo de países como o Brasil estava em segundo plano.

Diante dessas necessidades, Vargas também viu na guerra a oportunidade para conseguir os investimentos que necessitava para o processo de industrialização que pretendeu empreender. No início da guerra o Brasil se mantinha neutro, logo, comercializava tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos se adiantaram e aceitaram assinar acordos com os brasileiros, entre eles, um para investir na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e, com isso, Vargas angariou o empréstimo junto ao *Eximbank* para a construção da usina de Volta Redonda direcionada à produção pesada, como aço e ferro. Sendo assim, o Estado se tornou um dos maiores investidores no processo de desenvolvimento da indústria siderúrgica do país. Diante de tais conquistas, em 1941, o Brasil cortou relações com a Alemanha devido à entrada dos EUA na guerra depois do ataque japonês a Pearl Harbor. Nesse contexto, os navios brasileiros se tornaram alvos dos alemães e foram atacados no litoral nordestino do país, gerando a morte de mais de 600 pessoas. O ataque à soberania brasileira serviu de estopim para o presidente Vargas declarar guerra aos países do Eixo. Mas tal medida não foi somente por causa dos bombardeios,

e sim para tentar angariar vantagens políticas e econômicas no pós-guerra, pois já se esperava que os aliados vencessem o conflito.

A industrialização empreendida pelo governo de Getúlio Vargas, contudo, não foi um processo sem conflitos. De um lado havia a oligarquia agroexportadores que, apesar da Revolução de 1930, não perdeu totalmente força, se mantendo com importante influência na política nacional, e que se mantinha compromissada com a burguesia internacional que exportava para o Brasil produtos manufaturados em troca de suas matérias-primas, assim, mantendo sua hegemonia comercial. Portanto, não concordavam que fossem revertidos parte dos investimentos nacionais do seu setor para a industrialização. Assim surgiu um outro grupo de oposição a essa oligarquia, que seriam os empresários urbano-industriais. Eles defendiam a intervenção estatal na expansão da indústria de bases nacionais, proteção contra a concorrência externa e investimentos na infraestrutura e insumos. Era uma fração de classe que procurava tornar o Brasil um personagem importante do mundo capitalista industrial e moderno. Ou seja, era um empresariado industrial que defendia um projeto de desenvolvimento econômico e que teve no governo de Getúlio Vargas um forte apoio e investimento.

Sendo assim, conforme Ianni (1996), nos anos de 1930 a 1945, no governo brasileiro, sob a presidência de Getúlio Vargas, outro momento na interação entre o Estado e o sistema político-econômico, pois se adotaram medidas diferentes das quais herdara, repensou as instituições e estabeleceu reformas, inclusive, educacionais. As mudanças apontavam para uma nova dinâmica, mas o referido autor alerta que as reformas político-administrativas executadas, assim como a reestruturação do aparelho estatal não são resultados de um planejamento organizado das reais condições do Brasil no período em questão. Bastos (2006), na mesma direção, argumenta que as ações do governo de Vargas não foram planejadas, bem como se focalizou na defesa do desenvolvimento econômico norteado pela perspectiva de Estado nacional.

Nos anos que sucederam a “Revolução” de 1930 que se criam as condições para a organização do Estado burguês, sendo perceptível “[...] um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente burguês.” (IANNI, 1996, p. 25). O governo de Getúlio Vargas, contudo, não assumiu a representação de uma classe ou fração em particular, em detrimento da burguesia cafeeira, e sim “[...] elevou-se por sobre todas as frações do capital justamente para preservar aquilo que,

essencialmente, interessava a todas elas: a manutenção da sociedade burguesa no Brasil.” (DEMIER, 2012, p. 378-379).

Na Era Vargas, segundo Abrúcio (2010), o federalismo no Brasil também sofreu consideráveis modificações. O autor argumenta: “Primeiro, com a maior centralização do poder, fortalecendo o Executivo Federal. Em segundo lugar, houve uma expansão de ações e de políticas nacionais em várias áreas, inclusive na educação.” (ABRÚCIO, 2010, p. 44).

É importante destacar, nesse contexto, que se reformou a Constituição no Brasil, em 1934 e 1937, e ambas trataram sobre a organização político-administrativa do país. Mais precisamente, torna-se interessante evidenciar a propósito dos territórios controlados diretamente pelo governo federal. No caso da primeira Constituição, da Era Vargas, o artigo primeiro estabelecia: “A Nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios em Estados Unidos do Brasil [...]” (BRASIL, 1934, p. 01). O artigo 16 possibilitava que novos territórios nacionais fossem implantados, o que não ocorreu durante a sua vigência. Essa Carta Magna nada mais fez do que legalizar a existência de territórios federais no Brasil, mais especificamente do Território do Acre, que foi anexado no início do século XX.

Freitas (1991) e Porto (1999) argumentam que a experiência acreana serviu para o Governo Federal, na Era Vargas, como alicerce para estabelecer as condições legais necessárias para a implantação e organização dos demais territórios federais no Brasil. Porto (1999) esclarece que a Reforma Constitucional de 1926 já havia permitido “[...] a criação jurídica deste tipo de modelo no país, ratificada com a Constituição Federal de 1934 e que continuou sendo mantida nas constituições posteriores até as suas transformações em Estados.” (PORTO, 1999, p. 03).

A segunda Constituição Federal da Era Vargas, por sua vez, instituiu no seu terceiro artigo que “O Brasil é um Estado federal, constituído pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios [...]” (BRASIL, 1937, p. 01). É importante destacar, ainda, que no artigo sexto da Constituição de 1937 dois novos princípios são acrescidos a respeito da criação de territórios federais no Brasil. Isto é, “A União poderá criar, no **interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados**, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial.” (BRASIL, 1937, p. 01, grifo nosso).

Essa segunda lei federal apresentou perspectiva diferente sobre os territórios federais, quer dizer, os debates sobre a implantação desse tipo de administração até a Constituição de

1891 pretendia, ao menos nos discursos, desenvolver economicamente as regiões menos favorecidas do país, assim como distribuir mais equilibradamente a dimensão territorial e/ou populacional. A Lei Maior de 1937 evidenciou mais claramente a finalidade de criação de territórios federais quando elencou a defesa nacional como prioridade, o que demonstra a preocupação, mais uma vez, em se garantir a integridade nacional característica dos governos centralizadores. Ademais, essa legislação inseriu de forma deliberada o desmembramento dos entes federados para a criação de novos territórios, ou seja, expressando a política intervencionista/centralizadora do governo de Getúlio Vargas.

No período que vai até a elaboração da legislação federal de 1937, a perspectiva de rever a divisão territorial no intuito de equalizar a distribuição populacional e de extensão ainda estava na ordem do dia e que Mato Grosso era uma das regiões foco para a materialização de tais propostas. Na década de 1930 foi realizado estudos que servissem de orientação para se rever a divisão territorial do Brasil – Comissão Nacional de Redivisão Territorial, presidida por Everaldo Backheiser³⁰. “Esta Comissão sugeriu que a instalação de territórios nacionais seria providência de primeira urgência, para atender as justificativas de povoamento adequado, nacionalização e defesa de fronteiras [...]” (PORTO, 1999, p. 04). Quer dizer, foi sugerido, nesse contexto, a criação de dez territórios federais, provenientes dos Estados do Paraná, Santa Catarina (Iguaçu), Mato Grosso (Maracajú, Guaporé e Jaru), do Amazonas (Rio Branco, Rio Negro, Acre e Solimões) e do Pará (Óbidos e Amapá) (PORTO, 1999).

Um inventário profundamente realístico, promovido pelo Itamarati, às vésperas de 1930, evidenciara o quadro negativo reinante. E como ele, a urgência de uma política que introduzisse o *tômus* vivificador e assegurasse, nas orlas de fronteira, uma brasilidade que não fosse apenas teórica, mas se representasse com provas materiais inequívocas. A ideia dos Territórios, para tais zonas, começou a ser levantada. Organizaram-se projetos, redividindo o país em Estados e Territórios (BRASIL, 1948, p. 07, grifo dos autores).

Nesse sentido de defesa nacional é relevante comentar também sobre a Comissão Especial de Revisão de Concessões de Terras na Faixa de Fronteiras³¹. Até porque a questão

³⁰ Sobre esse indivíduo consultar tese de doutorado de Maria Lúcia Torrecilha (2013, p. 54-56), intitulada “A Gestão Compartilhada como Espaço de Integração na Fronteira Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai)”.

³¹ Esta Comissão foi criada pelo Decreto-Lei n. 1.164, de 18 de março de 1939, mas com a ampliação de sua finalidade nas áreas de fronteiras seu nome é alterado, pelo Decreto-Lei n° 4.783, de 5 de novembro de 1942, para Comissão Especial da Faixa de Fronteiras.

nacional era um ponto central nas discussões/ações dessa comissão, ou seja, entendia-se que o Brasil deveria tomar posse de si, ocupando os vazios demográficos, bem como assumir suas indústrias, atividades comerciais, meios de transportes e as comunicações. Nos espaços fronteiriços, por sua fragilidade em aspectos da segurança nacional, tal ponto deveria ser mais intenso e retirado do controle dos governos estaduais “[...] já que estariam ‘contaminados’ pelos interesses de seus grupos de pressão locais. Essa tarefa era entendida, substancialmente, como incumbência da esfera federal de governo, com a qual se identificava a nacionalidade.” (BRITO, 2001, p. 214-215).

Em seu discurso no ano de 1944, Getúlio Vargas evidencia como se pretendia resolver o obstáculo dos vazios demográficos. Ao fazer comentários sobre a criação dos territórios federais ele desvela como os poderes locais seriam enfraquecidos.

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Govêrno Federal. [...] A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico (VARGAS, 1944, p. 270).

Foi nesse cenário que se criaram os Territórios Federais do Amapá, de Fernando de Noronha, do Guaporé, do Iguaçú, Ponta Porã e do Rio Branco por meio de lei especial para tal, isto é, o Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. Os objetivos dos territórios se resumem em: defesa nacional; povoar as regiões de fronteira do Brasil; sanear as áreas longínquas do país; e instruir a população brasileira aos moldes dos grandes centros. Santos (2016), por sua vez, explica que o governo de Getúlio Vargas se valerá da dicotomia “litoral x interior” ou “cidade x sertão” para disseminar a imagem de um Brasil “uno” e, para concretização desse propósito, o governo federal investe na política de Marcha para o Oeste, na qual a criação dos territórios federais também está inserida, no intuito de integrar o país “civilizado” com o “nativo”, mas com a soberania do primeiro sobre o segundo. Dessa forma, apresenta-se na próxima subseção a Marcha para o Oeste para, logo em seguida, destacar a respeito dos territórios federais no Brasil.

2.3.1 Ocupação das regiões não litorâneas: a Marcha para o Oeste

A cidade de São Paulo, desde o período de 1900 a 1910 foi assumindo “o papel de centro econômico do país.” (SILVA, 2016, p. 29), pois, no mencionado período, a cidade exportava para os demais estados brasileiros 15,0% do total de sua produção e 85,0% para outros países. No período que compreende os anos de 1910 a 1920 inicia-se um processo de mudança, quer dizer, reduz-se as exportações para o exterior (de 85,0% para 75,0%), enquanto acontece aumento de 15,0% para 25,0% na exportação de São Paulo para os demais estados brasileiros. “Essa proporção se alteraria ainda mais na década de 1960: 16% para o exterior e 84% para o mercado nacional.” (CANO, 1981, p. 70).

Nessa perspectiva, é importante compreender que São Paulo se beneficiou, ao longo do tempo, do controle econômico do país, fato para o qual Brito (2001) e Silva (2016) chamam a atenção. Sendo assim, os referidos autores evidenciam que os discursos do presidente Getúlio Vargas, intencionando consolidar o seu projeto nacionalista, apontavam para uma política de integração das regiões econômicas do Brasil. No entanto, para se concretizar tal proposta, era preciso fazer coincidir as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas.

Em outros termos, no pronunciamento de Getúlio Vargas ao tratar dessa questão, existiam duas fronteiras: uma de natureza política — qual seja, a fronteira representada pelos limites territoriais propriamente ditos; e uma fronteira econômica, cuja característica era ser uma *fronteira móvel*, cuja tendência deveria ser sua progressiva integração e expansão, alcançando desta forma a necessária coincidência entre esta última e a fronteira política. (BRITO, 2001, p. 30, grifo do autor).

Sendo assim, segundo o Governo Federal, “[...] cabia, através do imperialismo interno, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental [...]” (VARGAS, 1944, p. 31). Silva (2016) esclarece que o “imperialismo interno” correspondia, no discurso do governo central, a tentativa de “[...] integração das regiões de baixa densidade demográfica ao circuito produtivo nacional; pela reorganização das relações sociais das diferentes regiões do país e pela formação de um mercado de produção e de consumo [...]” (SILVA, 2016, p. 27).

Foi nesse contexto que se instituiu a campanha Marcha para o Oeste, desencadeando um “[...] processo de ocupação do chamado vazio demográfico com desenvolvimento econômico regional e incentivo ao consumo dos produtos industriais [...]” (SILVA, 2016, p. 31-32). Dizendo de outra forma, “Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia, nada mais restava do que ajustar-se a uma função complementar da

economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior [...]” (CANO, 1981, p. 59).

A Marcha para o Oeste favoreceria, dessa forma, a ocupação do interior do país, o que permitiria acelerar a vinculação inter-regional. O “[...] projeto viria responder as necessidades imediatas, surgidas no próprio movimento de expansão do capitalismo no país [...]” (SILVA, 2016, p. 04). É preciso enfatizar que, para a ideia de Marcha, “[...] seria utilizada a alegoria da Nação que segue em marcha, rumo ao crescimento do Brasil, numa alusão à ideia de igualdade [...]” (FERNANDES, 2006, p. 06). No entanto, o que de fato se constata “[...] com a integração dos sertões era solidificar a produção industrial, e impor-se a presença do Estado onde [até então] vigoravam [apenas] as leis dos coronéis [...]” (FERNANDES, 2006, p. 06).

Na realidade, o que se tem não é simplesmente um desejo integracionista em busca de uma Nação mais bem estruturada. A Marcha para o Oeste é mais uma imagem que se cria visando legitimar o regime autoritário e a ordem capitalista no Brasil. O Oeste só seria de fato desbravado ao apresentar atrativos ao capital e esse processo de ocupação reunia interesses comuns de uma burguesia emergente, latifundiários, e do Estado, desejoso por expandir sua soberania (FERNANDES, 2006, p. 06).

Para Oliveira (2008), a Marcha para o Oeste – ou como a autora prefere designar: a marcha para ocupar o sertão –, foi trazida à tona como uma tarefa épica de construção da nação, tendo os bandeirantes como inspiração histórica para novos empreendimentos de ocupação política, cultural e econômica do sertão. A diferença dos anos de 1940 é que “[...] cabia ao Estado realizar essa expansão interna, algo como ‘crescer por dentro’, crescer do litoral para o interior.” (OLIVEIRA, 2008, p. 20).

Os autores Schallenberger e Schneider (2010), por sua vez, argumentam que a política nacional expansionista na Era Vargas conhecida como Marcha para o Oeste intencionava, além de integração nacional, “[...] a organização dos territórios, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas [...]” (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 207).

Por fim, Hahn e Morigi, ao tratarem sobre a Marcha, são bem categóricos em afirmar que “A palavra de ordem do governo Vargas passava a ser de nacionalização das fronteiras [...]” (HAHN; MORIGI, 2015, p. 264). Para os referidos autores, a presença dos estrangeiros nas áreas de fronteiras na década de 1930 já causava “certo desconforto” ao estado brasileiro, permitindo a intensificação de discursos nacionalistas, assim como a preocupação com a segurança nacional. Sendo assim, conforme os autores, instituiu-se uma política de ocupação

que objetivou nacionalizar as fronteiras e controlar o espaço geográfico da nação brasileira por meio da migração interna.

Cabe, nesse momento, discutir sobre a organização dos cinco territórios federais que também foram instituídos no período da Era Vargas no contexto da Marcha para o Oeste. Antes, no entanto, faz-se mister apresentar experiências desse tipo de organização político-administrativa denominada de territórios federais em outros países.

Sendo assim, no caso dos Estados Unidos da América (EUA), os territórios são, em sua maioria, provenientes de compras ou incorporações de regiões que não o pertenciam. Na maioria das regiões, incorporadas ou compradas pelos EUA, eram em pouco tempo elevadas de territórios para condição de Estado-Membro. “Mas como o ‘império’ americano tornou-se muito grande, os EUA fizeram logo uma distinção entre Território – como área contígua ao solo americano – e Território, em terras não contíguas e distantes do continente americano.” (FREITAS, 1991, p. 32). Os territórios do primeiro grupo faziam parte da Confederação dos EUA, porém, os do segundo, que eram regiões mais longínquas, não podiam usufruir da mesma prerrogativa.

No México, criou-se territórios federais nas regiões mais afastadas como: Baixa Califórnia e Quentana Roo. A primeira faz fronteira seca com o EUA e, a segunda, com Belize e ambas são áreas litorâneas bem distantes, especialmente da capital do país. No caso da Venezuela, os territórios federais são administrados diretamente pelo governo central, mas sem diretrizes claras que apontam para a elevação desses territórios para condições mais autônomas. Na Argentina, por sua vez, os territórios nada mais foram do que um período pela qual algumas das regiões menos povoadas galgaram antes de serem transformadas em províncias. O critério utilizado para alcançar tal elevação, isto é, ao posto de província na Argentina, era que a população atingisse pelo menos 60.000 habitantes (FREITAS, 1991).

Quer dizer, a organização administrativa territórios federais foi usada em países do continente americano como desenvolvimento de regiões com baixa densidade populacional e/ou sem autosustentação econômica, todavia em alguns países são utilizadas até a atualidade como é o caso dos EUA e da Venezuela. No Brasil, os territórios federais se assemelharam a algumas delas, já no caso da Território do Acre a dos EUA serviu de modelo.

2.3.2 O Território Federal de Ponta Porã no contexto da criação e implantação dos Territórios Federais no Brasil

Como já mencionado, foi no período republicano, na Era Vargas, que a perspectiva de criar territórios voltou à tona no Brasil, mas, dessa vez, não se restringiu aos debates. A maioria dos territórios federais são provenientes do período conhecido como Segunda República, ou seja, somente o Território do Acre foi criado antes de 1930, mais especificamente na presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), por meio do Decreto n. 1.181, de 25 de fevereiro de 1904.

O Território do Acre³² foi a principal mudança no alargamento do espaço brasileiro, no período Republicano, mas a incorporação do Acre só foi possível devido a penetração de nordestinos e amazônicos que procuravam seringueiras para a extração da borracha no território para além das fronteiras do Brasil. Na questão jurídica, como já se evidenciou anteriormente, a Constituição de 1891 não legislou a respeito da criação de territórios federais, o que motivou novas discussões e debates sobre a necessidade de se permitir a criação desse tipo de organização político-administrativa no Brasil. As experiências dos EUA na implantação de territórios foram as mais apreciadas pelos defensores desse tipo de unidade federativa (FREITAS, 1991). Quer dizer, o Território do Acre seguiu trajetória muito semelhante aos dos norte-americanos, no que tange a compra de espaços geográficos fronteiriços pela federação em regiões com potencial econômico. Conforme Freitas (1991, p. 32), “O Brasil seguiu à risca a doutrina americana [...] pelo Barão do Rio Branco no caso Acre.”.

Segundo Freitas (1991, p. 31), “[...] a incorporação do Acre trouxe à discussão jurídica [...] desta incorporação, que resultou, pela primeira vez em 1904, no aparecimento jurídico do Território Federal no corpo das leis brasileiras.”. Para Mayer (1976), a questão dos territórios federais tem suas primeiras implicações no contexto da incorporação da região do Acre ao Brasil, em 17 de novembro de 1903, na consumação do acordo diplomático entre a Bolívia e o Brasil denominado de Tratado de Petrópolis³³. No entanto, Mayer (1976) evidencia que o

³² Ver Território Federal do Acre no mapa 02 na página 82.

³³ “Estabelecido o *modus vivendi* provisório, imposta a vigilância das forças federais sobre a parte situada a leste do Rio Iaco, e limitada, ao norte, pela linha geodésica do marco do Madeira à nascente do Javari, e, ao sul, pelo paralelo de 10°20’, desde o referido marco até o Iaco, foram possíveis os entendimentos que culminariam com o Tratado de Petrópolis, assinado no Estado do Rio de Janeiro em 1903. Por esse instrumento, ficou acordado que a Bolívia receberia compensações territoriais em vários pontos da fronteira com o Brasil; que o Governo brasileiro se comprometeria a construir a Estrada de ferro Madeira-Mamoré; e que seria garantida a liberdade de trânsito pela ferrovia e pelos rios até o oceano Atlântico, o que facilitaria o escoamento das exportações bolivianas pelo sistema fluvial do Amazonas. Como não havia equivalência entre as áreas dos territórios permutados, estabeleceu-se, ainda, uma indenização pecuniária no montante de dois milhões de libras esterlinas, a ser paga pelo Brasil em duas parcelas. Em contrapartida, a Bolívia cederia a parte meridional do Acre, reconhecidamente boliviana, mas povoada por brasileiros, e desistiria de seu alegado direito à outra parte do território mais ao norte, igualmente ocupada só por brasileiros”. (ALVES, 2005, p. 138, grifo do autor).

Estado do Amazonas contestou a legitimidade administrativa da União sobre o Território do Acre com o argumento de que o território do Brasil era dividido em estados federados, cabendo à União o que se acha circunscrito aos limites dos estados, ou seja, não havia, até o período em questão, legislação que permitisse à União possuir terras fora das fronteiras estaduais.

De todo modo, as disputas externas ou internas pelo Território do Acre eram de caráter econômico até a segunda metade do século XIX. Destarte quando os nordestinos – principalmente os cearenses – começaram a adentrar na selva amazônica para se dedicar à atividade extrativista da borracha para a produção de calçados no Brasil, por exemplo, não tinham muita preocupação em adquirir títulos de propriedades e, conseqüentemente, foram ocupando, aos poucos, aquelas terras litigiosas pertencentes à Bolívia. Porém esse cenário mudou quando os automóveis, sobretudo, europeus começaram a utilizar pneus, ou seja, o “ouro negro” da Amazônia despertou os anseios por aquela região até então esquecida.

Ainda sobre o Território do Acre, cabe ressaltar, de acordo com Castro (2011), que a situação administrativa foi alterada três vezes ao longo da sua história. Primeiro, organizou-se o território em departamentos (1903-1920); segundo, administrou-se como território Unificado (Território do Acre), a partir de 1920; e terceiro como ente federado do Brasil (Estado do Acre), pós 1962. Sobre o primeiro período é relevante dizer que cada departamento³⁴ era administrado por prefeituras autônomas entre si. No dia 01 de outubro do ano de 1920³⁵, o Decreto n. 14.383 unifica os departamentos no Território do Acre, com capital na cidade de Rio Branco, conforme o segundo artigo da referida legislação. Por fim, a Lei n° 4.070 de 15 de junho de 1962, institui o Estado do Acre³⁶, durante a presidência de João Goulart (1961-1964).

Porto (1999) elucida que a possibilidade de transformação do Território do Acre em estado federado foi evidenciada na Constituição de 1934³⁷. Nela instituía-se que a elevação para a categoria de estado do referido território somente aconteceria quando a população mínima de habitantes estabelecida fosse atingida ou por força de lei especial, desde que justificada, mas

³⁴ Segundo Castro (2011, p. 63), inicialmente, estabeleceu-se três departamentos: “Alto Acre, com sede em Rio Branco, Alto Purus, com sede em Sena Madureira, e Alto Juruá, com sede em Cruzeiro do Sul. Mas em 1912 o terceiro foi subdividido em: Alto Juruá e Alto Tarauacá, esse último com sede em Villa Seabre, conforme o Decreto n° 6831, de 24 de abril de 1913.”

³⁵ No período de 28 de julho de 1919 até 15 de novembro de 1922 era presidente do Brasil Epitácio Pessoa.

³⁶ De acordo com Porto (1999, p. 08), o “Acre transformou-se em Estado através da Lei n° 4.071, de 15 de junho de 1962”.

³⁷ “Artigo 16 – Além do Acre, constituirão territórios nacionais outros que venham a pertencer à União, por qualquer título legítimo. § 1º – Logo que tiver 300.000 habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços públicos, o Território poderá ser, por lei especial, erigido em Estado. § 2º – A lei assegurará a autonomia dos Municípios em que se dividir o território”. (BRASIL, 1934, p. 05).

até a elaboração da Constituição de 1946 o *status* do Acre não havia mudado. Essa última constituição, mais especificamente no artigo nono, estabeleceu que “O Território do Acre será elevado à categoria de estado com a denominação de Estado do Acre, logo que as suas rendas se tornem iguais às do estado atualmente de menor arrecadação.” (BRASIL, 1934, p. 09). Essa nova determinação nada mais fez do que alterar as condições para a futura transformação do Território Federal do Acre para estado, pois a equidade de orçamento demorou 16 anos para se efetivar.

No contexto da Era Vargas foram instalados no Brasil outros territórios federais, o primeiro deles foi o de Fernando de Noronha instalado em 09 de fevereiro de 1942, por força do Decreto-Lei n. 4.102. Esse território compreendia uma ilha que serviu como ponto de apoio para os militares americanos no decorrer da Segunda Guerra Mundial, e que “[...] a administração [à época] dispõe apenas do Governador, que acumulava as funções de Comandante da Guarnição Militar e de Secretário.” (TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA, 1956/57, p. 05). Foram governadores do Território Federal de Fernando de Noronha: General Tristão de Alencar Araripe, General Mário Fernandes Imbiriba e Tenente Coronel José Francisco da Costa. Importa lembrar que, de fato a presença de militares nos cargos administrativos de primeiro escalão foi recorrente em todos os territórios. Segundo Mayer (1976, p. 25) “Com apoio na Carta de 1937, foi primeiramente criado o território federal de Fernando de Noronha, [...] desmembrado do Estado de Pernambuco e caracterizado como militar.”.

Os demais territórios administrados diretamente pelo Governo Federal, na Era Vargas, foram instituídos no dia 13 de setembro de 1943 pelo Decreto-Lei n. 5.812, são eles: o Território Federal do Amapá (TFAP); o Território Federal do Guaporé (TFG)³⁸; o Território Federal do Iguaçu (TFI); o Território Federal de Ponta Porã (TFPP); e o Território Federal de Rio Branco (TFRB)³⁹.

MAPA 02 – UNIDADES POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO BRASIL (1943)



Fonte: Diretoria de Geociências, Departamentos de Estruturas Territoriais do IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/evolucao.html>.

³⁸ A Lei Ordinária n. 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, modifica a denominação da mencionada região para Território Federal de Rondônia (TFRO).

³⁹ A Lei n. 4.182, de 13 de dezembro de 1962 altera a denominação da referida localidade para Território Federal de Roraima (TFRR).

As condições de vida nessas áreas desmembradas eram precárias. No caso do Amapá, os municípios não possuíam qualquer aparência de centro urbano, as casas caíam, a malária assolava a região e o ensino era precário. Para se ter ideia do nível da situação que se encontrava tal localidade, o prefeito de Macapá residia em Belém/PA. A região foi disputada diplomaticamente com a França. Outro exemplo era a capital do Território Federal de Rio Branco, Boa Vista, ou seja, não passava de uma rua de casas e muitas delas estavam em condições de deterioração avançada. O gado, nas fazendas, era magro e diminuto e a extração de minérios ainda era baseada em processo primitivo de garimpagem.

São exemplos de extinção, pela Constituição Federal de 1946, os Territórios Federais de Ponta Porã e Iguazu, ou seja, a referida lei devolveu os municípios que constituíram os citados territórios federais aos seus respectivos estados de origem: no caso do Território Federal de Ponta Porã, ao Estado de Mato Grosso; e do Território Federal do Iguazu, aos estados do Paraná e de Santa Catarina. No caso do Território Federal de Ponta Porã, pode-se afirmar que as reações em relação à extinção não demoraram a ser notadas, pois as lideranças políticas, principalmente dos municípios mais prósperos (Bela Vista, Dourados, Maracaju e Ponta Porã), passaram a enviar correspondências aos líderes políticos do governo federal solicitando a volta do citado território. As reações foram tão expressivas que, no Rio de Janeiro, criou-se a “Associação Pró-restauração do Território Federal de Ponta Porã”, em 1946, que rapidamente publicou um estatuto, tendo como presidente João Portela Freire e como Vice-presidente, Elpídio Reis.

Ainda sobre os territórios, é importante evidenciar os objetivos de se criar tais unidades administrativas no Brasil. Nesse sentido, o governador do Território Federal de Ponta Porã e do Acre, Guiomar Santos (1952), destaca que a criação dos territórios, principalmente os implantados na Era Vargas, tinham como objetivo aliviar a hipertrofia latifundiária de alguns estados. O seu sucessor na administração do Território Federal de Ponta Porã, José Alves Albuquerque, esclarece que era preciso nacionalizar os “vastos acúmenos”⁴⁰, ou seja, “colonizar o País, apossar-se da imensa porção de solo pátrio que jaz abandonada, improdutiva, desnacionalizada, in natura, [sendo esse] [...] dever precípua do Govêrno Central [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 07). Ele enfatiza, na mesma direção de Guiomar Santos, que o Território Federal de Ponta Porã foi criado e implantado com a

⁴⁰ Acredita-se que a grafia esteja errada. Sendo que foi encontrado ecúmeno que, resumidamente, significa área habitável ou habitada da Terra e apresentam condições adequadas à ocupação humana.

intenção de combater o “regionalismo doentio”. Quer dizer, para integrar a fronteira do Brasil com o Paraguai aos grandes centros urbanos era preciso desmanchar os grandes latifúndios com a implantação de colônias em áreas controlada pelo governo federal.

Esse último governador acrescenta que as criações dos “Territórios representam, não há [de] negar, ao longo das fronteiras, fator indiscutível de nacionalização, de civilização [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 07) e que a mentalidade do “homem da fronteira” não estava compatível com os interesses nacionais, até porque esses indivíduos não sentiam os benefícios das cobranças dos impostos. Sendo assim, a mentalidade dos fronteiriços precisava ser trabalhada lentamente na intenção de torná-los conhecedores da sua pátria. Para esse administrador, a título de exemplo, a expansão de instituições escolares era essencial para atingir os propósitos de nacionalização das regiões de fronteiras.

Para Freitas (1991), os territórios federais, salvo o caso de Território do Acre que teve sua instalação no início da década de 1900, foram a concretização de uma diretriz de governo que objetivou conquistar definitivamente as áreas da Amazônia e do centro-oeste com a administração direta da União. O Governo Federal, na época em questão, intencionou integrar e desenvolver essas regiões de forma que elas se autossustentassem.

Medeiros (1946) destaca a defesa nacional como objetivo da criação e instalação dos territórios federais, que é expressa na preocupação da posse de terras, no caso de Mato Grosso aquelas ocupadas pelos paraguaios. Dessa forma, o autor argumenta que o objetivo do Território Federal de Ponta Porã foi o de combater a ocupação de indivíduos provenientes do Paraguai. Ele evidencia que, com o referido território, a fronteira do Brasil com o país Guaraní foi transformada em “fronteira viva” (MEDEIROS, 1946, p. 07). Sobre isso, é importante dizer que se criou serviços de vigilância, com a presença da guarda territorial. Comprou-se lanchas para auxiliar no patrulhamento das áreas fluviais, que também seriam usadas no “[...] transporte de funcionários do Território, médicos, engenheiros, inspetores escolares, agrônomos, etc [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 08). Pode-se citar, ainda, como melhoramentos,

[...] uma rede de rádio-telegrafia, para o que adquiriu nada menos que 21 estações emissoras-receptoras. Uma dessas, com a potência de 1.000 wats, seria instalada em Ponta Porã, Capital do Território e diretamente ligada à Polícia do Distrito Federal. As demais, com a potência de 350 wats, eram destinadas às sedes dos municípios e aos postos de guardas [...] Completando o que podemos chamar de segurança da fronteira, criou o Governo o Serviço Aéreo Territorial [...] (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 08).

De alguma forma as melhorias colaboraram no combate ao contrabando do principal produto da área de fronteira do Brasil com o Paraguai, ou seja, a erva-mate. Sendo assim, é importante lembrar, segundo o governador José Albuquerque, que houve “[...] descréscimo (sic) do crime em mais de 70% e o aumento da renda federal originada da exportação da erva-mate [...] aumentando a renda do País e diminuindo a das nações vizinhas [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 08). Entende-se por “nações vizinhas” o Paraguai e a Argentina, sendo que a segunda nação era a maior compradora da erva-mate do Brasil no período em questão. De acordo com Porto (1999, p. 05),

vários objetivos foram traçados com a criação e instalação desses Territórios, dentre os quais se destacam: proteger as regiões fronteiriças de vazio demográfico; garantir a atuação do governo em regiões longínquas e criar condições jurídicas e econômicas para reorganizar o espaço brasileiro, de acordo com as orientações constitucionais e com um programa para sua organização e desenvolvimento que preconizava sanear, educar e povoar.

É oportuno dizer, neste momento, que a criação e instalação dos territórios federais aconteceu sem planejamento, sem consulta aos estados diretamente interessados. De fato, não se pode negar que discussões em volta do assunto já vinham acontecendo há algum tempo, ora com menos, ora com mais intensidade, mas isso não significa que existia uma consciência nacional que preparasse a opinião pública para os conflitos causados pelos territórios. Por isso, as opiniões se dividiram e algumas apontavam que a criação destas unidades político-administrativas “[...] ou foi inoportuna ou foi uma decisão ocasional.” (FREITAS, 1991, p. 49).

Apresentados esses esclarecimentos sobre os territórios compete, a partir de agora, explicar mais detalhadamente sobre o Território Federal de Ponta Porã. Sendo assim, esse também foi criado no decorrer do governo Vargas (1930-1945) e instalado, conforme evidencia Océlio de Medeiros (1946), com formato semelhante a um “paralelogramo”, estendendo-se do noroeste para o sudeste “[...] desde a margem esquerda do rio Paraguai até a margem direita do rio Paraná [...]” (MEDEIROS, 1946, p. 164). O referido território foi implantado “[...] entre duas vias de circulação fluvial [...]” (MEDEIROS, 1946, p. 164), as mais importantes dessa região (bacias do Rio Paraguai e do Rio Paraná), sendo, por isso, um dos principais locais de escoamento dos produtos do sul de Mato Grosso, e uma importante área de fronteira com o Paraguai.

O Território Federal de Ponta Porã, ao longo de sua existência, foi administrado por três governadores: Coronel Ramiro Noronha, Major José Guiomard dos Santos e José Alves de Albuquerque. Sobre os governadores desse território é importante apresentar os esclarecimentos de Centeno (2007, p. 166):

O Coronel Ramiro Noronha foi o primeiro Governador do Território Federal de Ponta Porã, tendo sido nomeado em Janeiro de 1944. Com a deposição de Vargas, Noronha exonerou-se em novembro de 1945 e o cargo foi assumido interinamente por Leônidas Horta, diretor da [Divisão de] Educação e Cultura. Ainda no mês de novembro o Major José Guiomard dos Santos, foi nomeado para substituir. Mas exerceu o cargo por dois meses apenas, em razão de sua nomeação para assumir o governo do Território do Acre. Para substituí-lo foi nomeado o Dr. José Alves de Albuquerque, médico da Comissão de Limites, que exerceu o cargo por 9 meses, em razão da extinção do Território, em setembro de 1946.

Nessa perspectiva, é interessante destacar as determinações do Decreto-Lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943, que dispõe sobre a administração dos territórios federais. No seu artigo terceiro foi determinado que os governadores deveriam ser brasileiros natos e maiores de 25 anos de idade, com nomeação feita pelo presidente. No segundo parágrafo do mesmo artigo foi instituído que o governador era auxiliado por um secretário geral, esse que era empossado pelo presidente (BRASIL, 1943b, p. 01). E, em cumprimento ao segundo parágrafo do artigo terceiro, o secretário geral era o responsável em administrar o Território Federal de Ponta Porã durante as ausências dos governadores em exercício. Em 1944, foi nomeado pelo presidente da República o primeiro secretário desse território, isto é, o presidente “[...] assinou um Decreto nomeando Mário José Pinto Guedes Filho para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Geral, padrão P, do Território Federal de Ponta Porã.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1944, p. 02), mas tudo indica que ele não exerceu suas funções, pois encontrou-se menções somente do Secretário Valério Caldas de Magalhães⁴¹. Esse exerceu, por vezes, a função de governador do citado território. Os prefeitos, por sua vez, eram nomeados pelos governadores dos territórios federais, conforme artigo sete do Decreto-Lei n° 5.839 (BRASIL, 1943b).

O primeiro governador do Território de Ponta Porã, Coronel Ramiro Noronha, de fato, iniciou sua administração entre os meses de outubro e novembro de 1944, ou seja, pelo menos nove meses depois de sua nomeação. Dizendo de outra forma, as primeiras intervenções, ao menos na área da educação, são materializadas somente no ano de 1945, o que, de fato, reduz

⁴¹ Mais informações sobre esse secretário ver dissertação de Santos (2018, p. 66-67).

a efetividade dessa unidade federativa para menos de dois anos, pois o Território Federal de Ponta Porã foi reintegrado ao seu estado de origem, conforme a Constituição de 1946, definitivamente no dia 31 de dezembro de 1946.

O segundo governador, o major José Guiomard dos Santos, conforme já apontado por Centeno (2007), foi nomeado no final do Estado Novo. De acordo com o jornal Gazeta de Notícias:

O Presidente da República assinou, ontem, um Decreto concedendo exoneração ao Coronel Ramiro Noronha do cargo de Governador do Território Federal de Ponta Porã e nomeado para substituí-lo, o Major José Guiomard dos Santos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1945, p. 03).

Porém, em fevereiro de 1946, o mencionado militar foi nomeado governador do Território Federal do Acre pelo presidente da República, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), em substituição a Luís Alberto Gomes Coelho, complementando o que já foi evidenciado por Centeno (2007).

No que tange aos governadores, Freitas (1991) constatou duas características: instabilidade no cargo e a forte presença de militares na administração dos territórios. Sendo assim, constatou-se tal fato apresentando os nomes dos governadores, especificamente aqueles do período da Era Vargas. Dessa forma, nos Territórios Federais de Iguazu, foram dois militares: Tenente-Coronel João Garcez do Nascimento (6 de janeiro de 1944 até fevereiro de 1946) e o Major Frederico Trotta (7 de fevereiro de 1946 até 18 de setembro de 1946). No Território do Rio Branco (Roraima), foram governadores o Capitão Ene Garcez dos Reis⁴² (17 de abril de 1944 até 22 de fevereiro de 1946) e o Tenente Coronel Félix Valois de Araújo (22 de fevereiro de 1946 até 28 de maio de 1947). O Território de Federal do Amapá e de Guaporé foram exceções no que diz respeito a troca de governadores, pois o Capitão Janary Gentil Nunes administrou o primeiro desde janeiro de 1944 até fevereiro de 1955; e o segundo foi governado pelo Major Aluísio Pinheiro Ferreira (1º de novembro de 1943 até 7 de fevereiro de 1946).

A instabilidade no cargo executivo pode ser explicada pelas dificuldades enfrentadas pelos governadores em administrar os territórios, ou seja, as obras não eram concluídas por problemas administrativos e/ou financeiros. O governador do Território Federal de Ponta Porã, José Alves Albuquerque, aponta o atraso no repasse das verbas como elemento que dificultava

⁴² As informações sobre os governadores dos Territórios de Iguazu, Amapá, Guaporé e Roraima foram encontradas nos verbetes de biografia na página do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), exceto Ene Garcez dos Reis. Sobre esse, consultar a tese de doutorado “As transformações da Paisagem do Sítio Histórico Urbano de Boa Vista: Um olhar a partir da fotografia” de Maria Goretti Leite de Lima, 2011.

a finalização de obras. Ele evidencia que o Estado de São Paulo era o principal fornecedor dos materiais de construção utilizados nas edificações do Território Federal de Ponta Porã, e a demora no transporte desses materiais, na época, colaborava também para os atrasos das edificações. Na tabela 09, a seguir, expõe-se sobre a alternância de governador, especificamente do Território Federal de Ponta Porã, em curto tempo de administração, assim como os atrasos na finalização de obras.

TABELA 09 – OBRAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)

| Administradores | Iniciadas | Concluídas | Deixadas em construção | Tempo de administração |
|----------------------------|------------------|-------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| Cel. Ramiro Noronha | 23 | 11 | 13 ⁴³ | 13 meses |
| Maj. Guiomard Santos | 16 | 14 | 12 | 3 meses |
| Dr. José Alves Albuquerque | 20 | 24 | 8 | 10 meses |
| Soma | 49 ⁴⁴ | 49 | 9 ⁴⁵ | (As 9 ficaram por concluir) |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946e, p. 87). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Sobre o atraso de repasse de verbas, Freitas (1991, p. 48) acrescenta que a liberação para os territórios era contingenciada, pois “Para os Territórios Federais a liberação dos recursos era feita pelo sistema dos Duocécimo, onde as verbas destinadas aos Territórios eram divididas, globalmente, em doze parcelas [...]”. Dessa verba, que eram liberadas com atrasos de seis meses, pagava-se as despesas de custeio e pagamento de pessoal, o que de alguma forma criava uma situação de “[...] descrédito ao governo, desespero aos fornecedores e funcionários.” (FREITAS, 1991, p. 48).

De acordo com Medeiros (1946), e com o Relatório elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque (1946), o Território Federal de Ponta Porã constituía-se, à época, de sete municípios, sendo que, alguns deles, mantiveram os seus limites territoriais sem alterações,

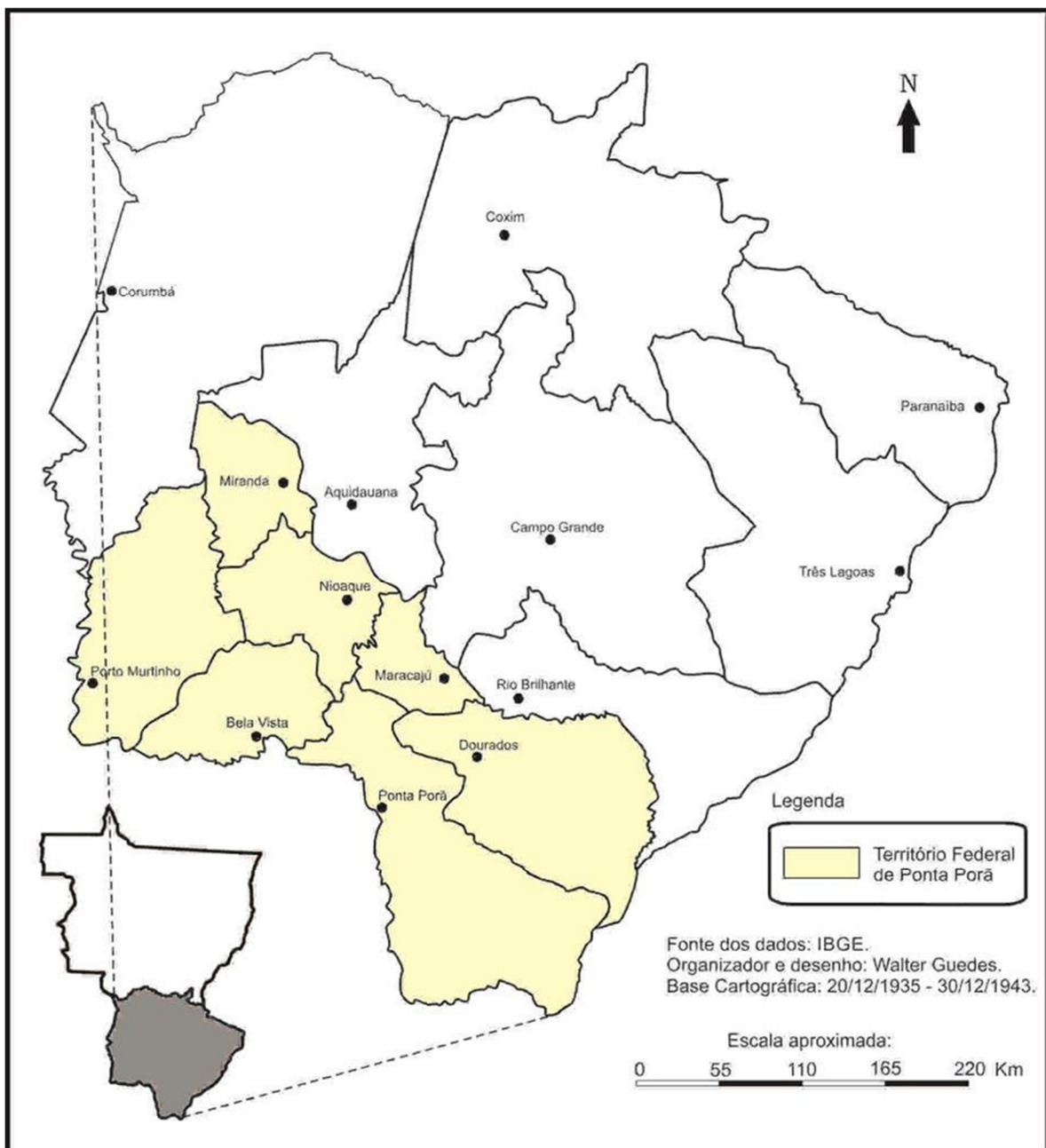
⁴³ Este dado está equivocado, pois se o Coronel Ramiro Noronha iniciou 23 obras e concluiu 11 ficaram 12 edificações em andamento para o próximo gestor. Esta informação incorreta altera completamente os dados seguintes da coluna, quer dizer, como entende-se que o governador Major Guiomard Santos continuou as 12 construções da administração anterior, e iniciou mais 16, o número de obras foi ampliada para 28 em andamento. Ele concluiu 14 deixando, 14 em atraso para o seu sucessor. O governador José Alves de Albuquerque assumi as 14 e inicia mais 20 edificações, elevando o número de obras em andamento para 34. Ele consegue concluir em sua gestão 24 e deixa em construção 10 obras sem finalização.

⁴⁴ O resultado correto nesta coluna é 59.

⁴⁵ O resultado da somatória nesta coluna, à primeira vista, é de 33. No entanto, tem que se considerar que obras foram sendo concluídas pelos governadores que assumiram a administração do território e não foram sendo demonstradas em números no quadro elaborado na época, o que nos remete a perceber que eram de fato 10 construções incompletas.

outros não. Bela Vista, Dourados, Ponta Porã e Porto Murtinho estão entre os que mantiveram suas áreas territoriais. No caso de Maracaju e Nioaque, preservou-se a maior parte de seus territórios, no entanto, pequenas porções de terras ficaram sob a administração de Mato Grosso. O município de Miranda nem sustentou nem perdeu parte do seu espaço físico, e sim adicionou o Distrito de Porto Esperança que, antes da implantação do território, estava dentro dos limites da jurisdição de Corumbá.

MAPA 03 – O TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ



Fonte: Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-2-Area-do-Territorio-Federal-de-Ponta-Pora-e-ervais-nativos-no-Sul-do-estado-do_fig2_305804846. Acesso em: 16 de maio de 2017.

Aproveitando a discussão apresentada por Santos (2018) sobre a escolha dos municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã. Ou seja, a autora identificou que o Decreto-Lei 5.839, de 21 de setembro de 1943, desmembrou do Estado de Mato Grosso os municípios de Ponta Porã, Bela Vista, Bonito, Dourados, Maracaju, Porto Esperança, Porto Murtinho, porém o Decreto-Lei n. 6.550, de 31 de maio de 1944, alterou e amplia a área do Território Federal de Ponta Porã.

6 – Nos limites do Território de Ponta Porã é proposta pequena modificação, para o fim de incluir no mesmo pequena parte do antigo município de Miranda [parte ilegível...] incluir pequeníssimo trecho do município de Aquidauana. Foi proposta ainda a restauração do município de Nioaque, por ter sido a área deste incluída quase toda no Território, e a anexação do de Pôrto Esperança ao de Miranda, uma vez que a área daquele compreende grande extensão de terrenos pantanosos e o mesmo não era anteriormente senão um distrito do município de Corumbá e não preenche as condições indispensáveis à autonomia (Informação dirigida a Vargas, assinada por Alexandre Marcondes Filho, em 22 maio 1944, p. 3-4. *In*: ARQUIVO NACIONAL – FUNDO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA *apud* SANTOS, 2018, p. 56).

O Território Federal de Ponta Porã englobava uma parte da região do sul de Mato Grosso, conforme demonstrado no mapa 03. Aproveitando que o referido mapa exibido fez o recorte geográfico dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para se evidenciar que metade dos municípios da região sul do Estado de Mato Grosso foram transferidas para a administração federal, todas consideradas áreas fronteiriças⁴⁶. Nessa época, o Estado de Mato Grosso era circunscrito por 28 municípios, ou seja, no sul, 1/4 do estado ficou sobre posse do governo federal, mas é importante não deixar de acrescentar que o Estado de Mato Grosso também perdeu possessões para o Território Federal de Guaporé (atual Estado de Rondônia), ou seja, Alta Madeira e Guajará Mirim.

Para se avaliar a importância do Território Federal de Ponta Porã dentro da referida região, à época, é relevante apresentar os dados populacionais e de dimensão territorial dos municípios membros no ano de sua criação, ou seja, setembro de 1943. Antes, contudo, salienta-se sobre as informações apontadas no Relatório da Divisão de Educação sobre a população e dimensão territorial do mencionado território. Segundo o documento o Território Federal de Ponta Porã media, “[...] aproximadamente 100.000 Km² e abriga uma população de 100.000

⁴⁶ É importante lembrar que o Decreto-Lei n° 1.164, de 18 de março de 1939. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira. Nesta é estabelecido no artigo primeiro: “As concessões de terras na faixa de cento e **cinquenta quilômetros** ao longo da fronteira do território nacional com os países estrangeiros não se farão sem prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional”. (BRASIL, 1939, p. 01, grifo nosso).

habitantes, que lhe dá a densidade demográfica de 1 habitante por quilômetro quadrado.”. E que “[...] a população rural desta unidade federativa [era] de 80.000 habitantes, aproximadamente [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 10). Os dados na tabela 09, a seguir, fornecem informações mais exatas em relação a dimensão territorial e populacional do Território Federal de Ponta Porã.

TABELA 10 – POPULAÇÃO E DIMENSÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943)

| Município | População | Dimensão Territorial |
|------------------|------------------|-------------------------------|
| Bela Vista | 13.775 | 11.300 Km ² |
| Dourados | 14.985 | 20.000 Km ² |
| Maracaju | 5.160 | 6.030 Km ² |
| Miranda | 10.622 | 23.910 Km ² |
| Nioaque | 4.674 | 4.680 Km ² |
| Ponta Porã | 32.996 | 23.930 Km ² |
| Porto Murtinho | 7.185 | 17.080 Km ² |
| TOTAL | 89.397 | 106.930 Km² |

Fonte: Medeiros (1946, p. 166); Território Federal de Ponta Porã (1946g, p. 45). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

É interessante apresentar, ainda, as argumentações de Medeiros (1946) ao destacar que, entre os territórios criados pelo Decreto-Lei n. 5.812, na administração de Getúlio Vargas, o “[...] Território Federal de Ponta Porã [...] é o de maior número de municípios e, economicamente, o mais importante, podendo servir de base de uma comunidade brasileiro-paraguaia, que teria a Estrada de Ferro Noroeste como sua espinha dorsal.” (MEDEIROS, 1946, p. 163).

No intuito de ratificar a informação de Medeiros (1946) de que o Território Federal de Ponta Porã é o maior em quantitativo de municípios na época de instalação dos territórios federais é oportuno evidenciar o número de municípios dos demais territórios. De acordo com o Decreto-Lei n. 6.550, de 31 de maio de 1944, especificamente o artigo terceiro, os territórios federais do Brasil tinham a seguinte quantidade de municípios e de população.

Sendo assim foi elaborado a tabela 11 com a quantidade de municípios e população dos territórios federais, e logo em seguida esclarece quais estados perderam territórios para formação das novas unidades administrativas.

**TABELA 11 – OS MUNICÍPIOS E A POPULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS FEDERAIS
(1943)**

| Unidade Federativa | Municípios | População |
|---|---|------------------|
| Território Federal do Amapá | Amapá, Macapá e Mazagão. | 21.191 |
| Território Federal de Fernando de Noronha | Fernando de Noronha. | 1.065 |
| Território Federal do Guaporé | Alta Madeira, Canutama, Lábrea, Guajará Mirim e Porto Velho. | 21.297 |
| Território Federal do Iguaçu | Clevelândia, Foz do Iguaçu, Iguaçu, Mangueirinha e Xapecó. | 96.848 |
| Território Federal de Ponta Porã | Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho. | 90.912 |
| Território Federal de Rio Branco | Barcelos, Boa Vista, Catrimari. | 12.130 |
| Total | | 243.443 |

Fonte: Medeiros (1946, p. 166); Brasil (1944, p. 01); IBGE (1943, p. 697). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Foi desagregado do Estado do Pará os municípios que formaram o Território Federal do Amapá, principalmente o município de Mazagão, Amapá e o município de Macapá, sendo, esse último, escolhido como a capital.

Para a criação do Território Federal do Guaporé dois estados federados perderam municípios, ou seja, os Estados do Amazonas e de Mato Grosso. Sendo assim, o município de Porto Velho foi aumentado com parte do município de Humaitá, ambos do Estado do Amazonas. Alto Madeira preservou sua área administrativa, enquanto o município de Guajará Mirim ampliou sua área geográfica com outras partes do Estado de Mato Grosso, que somadas foram cedidas ao novo território.

Sobre o Território do Iguaçu é importante dizer que os quatro primeiros municípios eram possessões do Estado do Paraná, sendo que Foz de Iguaçu era constituído de parte do distrito de Campo Mourão e do município de Guarapuava; Clevelândia não perdeu e nem ganhou território; Iguaçu é a fusão de parte do distrito de Laranjeiras mais parte do distrito de Catanduvás, ambos do município de Guarapuava; Mangueirinha foi formado com parte do município de Palmas; e Xapecó era parte do município de mesmo nome e o único que pertencia ao Estado de Santa Catarina.

O Território Federal de Fernando de Noronha, por sua vez, nada mais é do que uma ilha que foi desmembrada do Estado de Pernambuco. E o Território Federal de Rio Branco foi criado a partir de territórios municipais que estavam sob a jurisdição do Estado do Amazonas. O

município de Catrimani foi ampliado com parte do distrito de Moura e parte do município de Barcelos. Fez parte do território também a cidade de Boa Vista, eleita a capital.

Referente ao número de habitantes, a tabela 10 apresenta que o Território Federal de Ponta Porã só era menor que o Território Federal do Iguaçu. Assim, as duas unidades federativas mencionadas, contabilizadas separadamente, eram, aproximadamente, quatro vezes mais populosas que os Territórios Federais do Amapá e do Guaporé, e esses números eram ainda maiores em relação ao Território de Rio Branco, ou seja, sete vezes mais habitantes.

Nesse sentido, já no período de vigência da Constituição de 1946 que devolveu para Mato Grosso os municípios do Território Federal de Ponta Porã, documento enviado aos deputados e senadores, da Associação Pró-Restauração do Território Federal de Ponta Porã, evidenciava que o número de habitantes do território foi ampliada para “mais de 30.000 almas!” durante a existência do território. Ademais, o quantitativo de brasileiros foi elevado na fronteira onde a presença de estrangeiros (argentinos e paraguaios) era considerável e que se tinha a preocupação de que o governo estadual mato-grossense não conseguiria manter a organização iniciada no período da administração do governo federal. Quer dizer, segundo a Associação Pro-Restauração, os administradores do Estado de Mato Grosso, além de estarem muito distante das cidades do sul, geriam as regiões de fronteiras precariamente, o que não permitia restringir a presença de estrangeiros.

O contato direto e mais forte que possuímos com a Argentina e o Paraguai, obriga-nos a medidas diferentes das regiões centrais e litoraneas, pois a política econômica é característica, lidamos ali com maior quantidade de estrangeiros que nacionais, portanto, implicitamente estamos obrigados a operações custosas e que requerem maior atenção. Não é possível mantermos a nossa nacionalidade sem recursos e com autoridades longínquamente instaladas (CPDOC, 1948, p. 05).

Ainda sobre o Território Federal de Ponta Porã é relevante explicar a respeito das mudanças que aconteceram em torno da instalação da sua capital. Durante o período de sua existência, que compreende o período de setembro de 1943 a dezembro de 1946, a capital do Território Federal de Ponta Porã alternou-se, ao menos nas legislações, entre o município de Ponta Porã e de Maracaju. A primeira era a localidade mais populosa da região e foi sede entre 13 de setembro de 1943 – criação do Território Federal de Ponta Porã – até 31 de maio de 1944, mas o Decreto-lei n. 6.550 mudou a capital, curiosamente, para o segundo município menos habitado, Maracaju conforme a tabela 11.

Nesse sentido, ratifica-se por meio de legislações os argumentos de Santos (2016) sobre a incerteza na fixação da sede do governo do Território Federal de Ponta Porã. Contudo, é preciso lembrar que os primeiros “oito meses”, segundo Santos (2016), a capital era em Ponta Porã, mas não se havia ainda instalado o mencionado território. De modo geral, o território ficou sediado durante sua existência nos primeiros oito meses (setembro de 1943 a maio de 1944) e nos últimos seis meses (junho de 1946 a dezembro de 1946), totalizando 14 meses, na cidade de Ponta Porã; e 25 meses ficou sediado na cidade de Maracaju, pelo menos no que diz respeito a legislação.

Sobre a mudança da capital para Maracaju, expõe-se as críticas de Medeiros (1946, p. 168), ou seja,

Sérias críticas também podem ser feitas à localização geográfica de sua capital. Por que a recuaram de Ponta Porã, quando o Governo Paraguaio, seguindo a mesma linha do Governo do Brasil, instituiu o Território de Amambaí, tendo a cidade fronteiriça de Juan Caballero por capital? Por que não a situaram em Campo Grande⁴⁷? Por que não a situaram em Nioaque, cidade de tradições e que ainda mostra, nas suas estradas, o rastro dos heróis da retirada da Laguna que aí descansaram? Por que, finalmente, a situaram em Maracaju, cidade artificial e que perderá sua expressão quando a Estrada se prolongar pelos sertões paraguaios?

A capital conforme legislação foi transferida para Maracaju – segundo Medeiros (1946) um município artificial – porque inaugurava-se a estação ferroviária na localidade, em abril de 1944, favorecendo e agilizando a comunicação, o transporte de pessoas e de mercadorias, especialmente entre Maracaju e Campo Grande e, respectivamente, para a capital do Brasil e outros grandes centros urbanos e consumidores. No caso de Ponta Porã, a ferrovia chegou mais tarde, por volta de 1950.

Santos (2018) também trata sobre a transferência da capital de Ponta Porã para Maracaju. Ela argumenta que a mudança surpreendeu os habitantes pontaporanenses, bem como os legisladores a opinião do governador do Território de Ponta Porã.

Finalmente é proposta a mudança da capital do Território de Ponta Porã para Maracajú, atendendo a que esta última, pela sua situação geográfica, está destinada a ser o centro das vias de comunicação do Território, facilitando assim sobre modo, a ação da respectiva administração central. O senhor Governador do Território manifestou-se contrário a essa mudança no

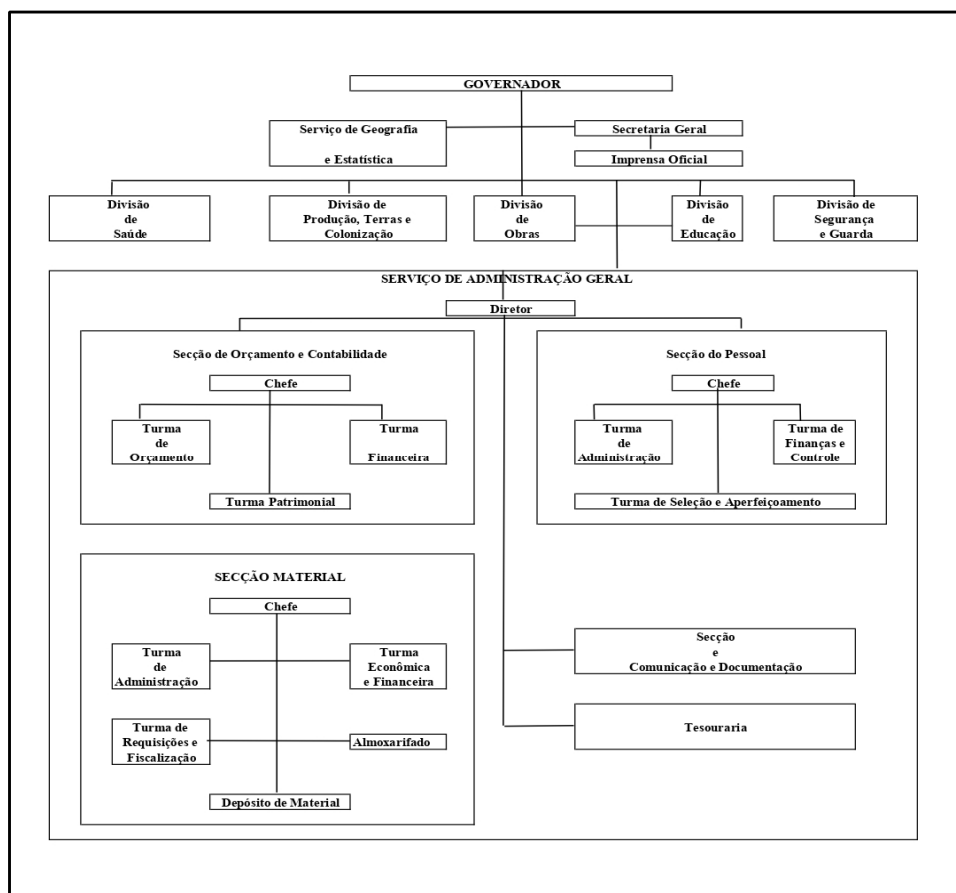
⁴⁷ Segundo Medeiros (1946, p. 165), “Com a inclusão de Campo Grande, no Território, Ponta Porã poderia ser imediatamente erigido em Estado”.

momento presente, embora considerando que teria sido preferível que a capital do mesmo tivesse sido inicialmente fixada em Maracajú. À Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e êste Ministério, porém, pareceu que, não obstante os argumentos expendidos pelo Senhor Governador do Território, era conveniente que a aludida modificação se fizesse desde logo, sobretudo pela circunstância de se encontrar a cidade de Ponta Porã situada na própria linha de fronteira com o Paraguai e sem qualquer acidente físico que a separe da cidade vizinha de Caballero (Informação dirigida a Vargas, assinada por Alexandre Marcondes Filho, em 22 maio 1944, p. 4. *In*: ARQUIVO NACIONAL – FUNDO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA *apud* SANTOS, 2018, p. 58-59).

Santos (2018) também conclui que a ferrovia foi um argumento forte para justificar a mudança da capital do Território de Ponta Porã, mas ela esclarece que a transferência não se materializou, pois já se havia instalado o território. No entanto, a sede administrativa volta a ser Ponta Porã, por força do Decreto-lei nº 9.380, de 18 de junho de 1946.

O organograma do Território Federal de Ponta Porã, a seguir, exemplifica como os territórios federais estavam organizados:

QUADRO 01 – ORGANOGRAMA DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946e, p. 05).

Ainda sobre o Território Federal de Ponta Porã é relevante ressaltar que, apesar dos investimentos serem provenientes do governo central, existiam dificuldades para a efetivação das construções. Quer dizer, algumas das obras planejadas para 1946 foram canceladas e outras construídas de forma improvisada devido aos cortes no orçamento e modificações no plano original. São exemplos: o “[...] Hotel, Centro operário, Quartel da Guarda e Escola Normal [prédio improvisado de madeira]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 09). E que no decorrer dos anos de existência do Território Federal de Ponta Porã os cargos foram sendo preenchidos, mas isso não significou que todos os setores foram ocupados. Por exemplo até o final 1945 na Divisão de Educação os cargos de chefe de secção técnica, a orientação pedagógica, orientação sanitária, encarregado de controle, auxiliar de escritório e servente ainda estavam vagos (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 42-43)⁴⁸.

Finaliza-se este capítulo dizendo que no século XIX o Brasil conquista sua independência e influenciado pelos ingleses adota o sistema político monárquico. Nesse cenário, foi discutida a necessidade de intervenção direta do governo imperial sobre as áreas menos desenvolvidas economicamente, também consideradas como “fundos territoriais”, legadas do período colonial. Nesse período, dilatou-se expressivamente as possessões portuguesas na América do Sul.

No entanto as primeiras propostas que intencionavam desenvolver as extensas áreas territoriais com baixa rentabilidade econômica e densidade populacional não se materializaram, diante da prioridade do governo imperial em resolver questões de limites, ou seja, consolidar as dominações adquiridas no período colonial era mais relevante do que o desenvolvimento das regiões em questão, todavia, isso não significa que não se tenha atuado na ordenação interna do território brasileiro.

De modo geral, os primeiros debates sobre a reorganização das províncias buscavam diminuir o desequilíbrio populacional, ou seja, desde o período imperial intencionava-se preencher os vazios demográficos, desenvolvendo as regiões interioranas e fronteiriças, com o intuito de molda-las aos padrões do litoral brasileiro.

Enquanto no período imperial o foco estava mais em torno da baixa densidade populacional, no período republicano, pelo menos até a elaboração da Constituição de 1934, os

⁴⁸ Mais informações sobre o Plano Quinquenal de Obras e Equipamentos ver Santos (2018, p. 68-82).

debates foram mais intensos em volta da distribuição territorial. Mas conforme apresentado, percebe-se, de fato, a continuidade de grandes porções de terras concentradas em alguns estados brasileiros, principalmente das regiões do centro-oeste e norte. Isso não quer dizer que propostas sobre as regiões com baixa densidade populacional não tenham emergido no período republicano, pelo contrário, propõe-se que esses lugares se constituíssem como territórios anexos aos estados existentes até que atingissem um nível populacional semelhantes aos demais.

Com a elaboração da Constituição de 1934, na Era Vargas, permitiu-se a criação de territórios federais no Brasil, assim como legalizou-se a situação do Território do Acre. Contudo a lei maior ao estabelecer que os territórios, assim como os estados e Distrito Federal, fossem perpétuos descaracterizou a sua função de impulsionador temporário das regiões com baixas densidade populacional e de rentabilidade econômica. A Constituição de 1937, por sua vez, retoma essa perspectiva, ao passo que amplia as possibilidades de criação de territórios no Brasil. Em outras palavras, a Constituição de 1937 traz a possibilidade de desmembramento de áreas de outros estados federados para a formação de territórios federais. Nessa legislação foi dado ênfase na defesa do território nacional como justificativa.

Com a criação e instalação do Território Federal de Ponta Porã, o governo central não apenas avançou com o seu objetivo de aproximar a fronteira econômica da fronteira política, como passou cada vez mais a controlá-la de forma direta. No entanto, não se pode deixar de observar que o foco maior era criar as condições necessárias, à época, para expansão do capitalismo para o “interior” do país, com predominância do Estado de São Paulo. Assim como, nota-se que a ocupação da fronteira do Brasil como o Paraguai no período do Território Federal de Ponta Porã foi intensificada.

Contudo na Era Vargas, então, verifica-se outra dinâmica na ocupação dos espaços com baixos níveis de povoamento e de potencial econômico de Mato Grosso. Nesse contexto, desencadeou a política de Marcha para o Oeste, na qual o governo de Getúlio Vargas, por meio de mecanismos legais, buscou controlar e desenvolver tais regiões, principalmente as áreas de fronteiras que apresentavam forte presença de estrangeiros, criando territórios federais e colônias agrícolas e de colonização.

Nesse cenário, a imigração foi necessária para contribuir com o projeto de ocupação do oeste brasileiro, sobretudo das fronteiras, contudo ela passou a ser controlada pelo governo

federal ou por empresas autorizadas. Em outras palavras, angariou-se aqueles imigrantes dispostos e habilitados para o trabalho no campo.

É relevante lembrar que na administração de Getúlio Vargas intencionou combater à crise econômica que tinha afetado a exportação dos principais produtos brasileiros, em especial do café. Nesse sentido, as áreas produtivas até então pouco exploradas foram consideradas essenciais para a sobrevivência do capital nacional. De todo modo, não se observa que as políticas, principalmente econômicas, foram resultados de planejamentos que atendessem os reais problemas do Brasil, porém as ações do governo federal favoreceram para se criar as condições para a organização do estado burguês no país.

Outro aspecto a se considerar nesse processo de ocupação da região mato-grossense é a educação. Ou seja, a maior parte dos habitantes de Mato Grosso não tinham acesso ao ensino, pois estavam imersos no campo e na produção das principais atividades econômicas. Nos próximos capítulos trata sobre o ensino primário e a escola normal no Brasil e em Mato Grosso, para logo em seguida evidenciar a respeito das instituições escolares no Territórios Federal de Ponta Porã na fronteira do Estado de Mato Grosso, na década de 1940.

CAPÍTULO III - O ENSINO PRIMÁRIO E A ESCOLA NORMAL NO BRASIL E EM MATO GROSSO

Neste capítulo evidencia a educação no Brasil império e as medidas adotadas pelos administradores para reduzir o déficit educacional da Província de Mato Grosso. Entretanto, as instituições escolares na região sul se fizeram mais presentes depois da Guerra contra o Paraguai.

Ademais, apresenta a educação no Brasil e em Mato Grosso no período da República. Neste momento destaca sobre as reformas, a criação/instalação e a organização das instituições escolares no Estado de Mato Grosso. Contudo, apresenta primeiro a educação no Brasil para em seguida explicar sobre as instituições escolares no Estado de Mato Grosso, antes da criação do Território Federal de Ponta Porã.

3.1 O ensino primário no Brasil e em Mato Grosso no período Imperial

Inicialmente, no final do século XIX, a monarquia não correspondia mais aos interesses da burguesia agroexportadora brasileira e não contava mais com o apoio de grupos como intelectuais, militares, clero e latifundiários que, aliás, passaram a combatê-la. A fragilidade monárquica brasileira proporcionou instabilidade política, favorecendo a instalação da República. (CARONE, 1983).

No entanto, foi durante o Brasil império, mais especificamente no período posterior à Guerra do Paraguai, que os debates educacionais se delinearão para a descentralização do ensino, alicerçada pelo Ato Adicional de 1834, isto é, a partir da mencionada legislação cada província deveria se responsabilizar pela educação em seu território. Neste sentido, nas últimas décadas do período Imperial e ao longo da Primeira República, foram intensos os debates sobre a organização de um sistema educacional de ensino, que “[...] se manifestaram tanto no plano das condições materiais como no âmbito da mentalidade pedagógica”. (SAVIANI, 2013, p. 166). Sobre as condições materiais, pode-se citar o investimento irrisório com a educação, o qual não ultrapassava os 3,0%.

A descontinuidade é uma das características que prejudicaram a construção do sistema nacional de educação no Brasil no período imperial, pois a reforma que era implantada por um

ministro era alterada na administração seguinte. As reformas desse período evidenciam um movimento de “zigue-zague ou do pêndulo”⁴⁹, segundo Saviani. (2014, p. 35)

Esse movimento prossegue no período republicano patenteando-se melhor aí o caráter pendular, pois se uma reforma promove a centralização, a seguinte descentraliza para que a próxima volte a centralizar a educação, e assim sucessivamente. Se uma reforma se centra na liberdade de ensino, logo será seguida por outra que salientará a necessidade de regulamentar o ensino. Uma reforma colocará o foco do currículo nos estudos científicos e será seguida por outra que deslocará o eixo curricular para os estudos humanísticos.

O projeto educacional no período imperial era aumentar o número de pessoas alfabetizadas no Brasil, pois uma população analfabeta era um obstáculo para torná-los cidadãos. Nessa perspectiva se objetivou aumentar o número de instituições escolares primárias no país. Nesse cenário insere-se a Província de Mato Grosso, pois os presidentes procuraram empreender propostas que melhorassem a educação primária. O principal ponto abordado era a obrigatoriedade do ensino primário, visando oferecer a instrução, mesmo que de forma básica, para a maioria dos homens livres. Ou seja, tratava-se de um trabalho de alfabetizar a maior parte da população livre, que até então vivia sob o sistema da oralidade. (SIQUEIRA; SÁ, [20--]).

Contudo, conforme discurso de 1840 do presidente da Província de Mato Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende (1838-1840), essa obrigatoriedade alcançou 239 alunos, em 1839, distribuídos em 18 escolas públicas de primeiras letras (14 para meninos e 4 para meninas). É relevante evidenciar que “D’entre ellas só se achao providas nove e no numero das que estão vagas se incluem todas as de Meninas. Das quatorze Escolas de Meninos, duas a de **Freguesia de Santa Anna da Parahiba**, e de Villa Maria, ha pouco providas, ainda não forao abertas [...]” (MATO GROSSO, 1840, p. 06-07, grifo nosso). Havia também sete escolas particulares, atendendo 198 alunos em idade escolar.

Na década de 1840 os professores eram mal remunerados⁵⁰ e as aulas eram ministradas nas residências dos docentes, ou seja, locais não adequados para fins educacionais. Os pais não enviavam seus filhos para as escolas nas vilas/freguesias/povoados porque elas se encontravam distantes da sede do distrito e por não haver espaços adequados para os estudantes residirem

⁴⁹ “A metáfora do zigue-zague indica o sentido tortuoso, sinuoso das variações e alterações sucessivas observadas nas reformas; o movimento pendular mostra o vaivém de dois temas [centralização e descentralização] que se alternam sequencialmente nas medidas reformadoras da estrutura educacional”. (SAVIANI, 2014, p. 34).

⁵⁰ No relatório de 1846 o presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, argumenta sobre a necessidade de aumento do salário dos professores. “Parece-me que os ordenados dos Professores de 1ª letras das Freguezias deve ser elevado de 200 para 300 mil reis pelo menos”. (MATO GROSSO, 1846, p. 16).

(hotéis por exemplo). O orçamento provincial também não estava conseguindo manter funcionando escolas primárias, pois já haviam fechado algumas delas em Mato Grosso:

Pela lei provincial n. 3 de 22 de agosto de 1846 forão supprimidas as aulas de meninos de diferentes parochias, exceptuando as das parochias cabeças dos municípios, tendo já sido supprimidas pela lei provincial n. de 8 de maio de 1845 as aulas de meninas das cidades e villas, excepto a da capital. Sem duvida essas suppressões forão motivadas pela deficiencia dos cofres provinciaes; mas é de lamentar que ellas tivessem lugar. (MATO GROSSO, 1849, p. 40-41).

Nesse sentido, em 1848, o número de escolas primárias diminuiu de nove para seis (Cuiabá, Diamantino, Mato Grosso, Poconé e Rosário – apenas a capital Cuiabá contava com duas instituições de ensino) e o número de alunos também reduziu de 239 para 204. (MATO GROSSO, 1850).

Até meados do século XIX a instrução no Província de Mato Grosso não havia passado por substanciais mudanças. A condição financeira de Mato Grosso, à época, não permitia a expansão das suas escolas, mas não era somente isso. Quer dizer, atender todos as crianças em idade escolar não era prioridade no período em questão. Para se ter ideia, em 1850 o atendimento escolar não alcançava nem 10,0% da população em idade de escolarização. (ALVES, 2015).

No período pós-Guerra contra o Paraguai, em Mato Grosso predominou o método de ensino mútuo, conhecido na região como sistema monitorial, mas esse não surtiu efeito esperado. Sendo assim, a preferência pelo ensino simultâneo, também denominado de misto, “[...] o qual incorporava algumas facetas do método lancasteriano e alguns aspectos do ensino individual”. (SIQUEIRA; SÁ, [20--], p. 03).

Na administração do Barão de Diamantino⁵¹, especificamente em 1874, a capital cuiabana contava com a presença do Seminário Episcopal⁵², sob a direção do Bispo Diocesano. Faz-se relevante dizer que, em 1872, cursos noturnos atendiam alunos do primário e do secundário na capital da província. No entanto, as escolas ainda enfrentavam problemas, pois

⁵¹ Antônio de Cerqueira Caldas (Barão de Diamantino) administrou o Estado de Mato Grosso no período que compreende entre 29 de maio a 12 de outubro de 1870. Um segundo momento foi entre 27 de maio a 29 de julho de 1871, e, por fim o terceiro, que corresponde ao período mencionado no texto, foi entre 6 de dezembro de 1874 a 5 de junho de 1875.

⁵² Com a criação do Seminário Episcopal da Conceição, em 1853, a igreja católica passou a deter o controle pleno do ensino secundário. (ALVES, 2015, p. 108).

não tinham móveis adequados e nem docentes bem preparados para atender alunos. Locais construídos especificamente para moradia eram improvisados como escolas, se diferenciando das décadas passadas apenas por não ser realizadas as aulas, na sua maioria, nas casas dos professores.

Até metade do século XIX o governo de Mato Grosso havia criado somente uma escola na região sul da Província, ou seja, em Paranaíba, para alunos do sexo masculino, mas aparentemente essa escola não estava funcionando como explicou a autoridade da época. Expondo de outra forma, a realidade educacional do sul de Mato Grosso era mais precária. Na segunda metade do século XIX, no período pós-Guerra contra o Paraguai, se inicia na região sul a abertura de escolas públicas e particulares, com predominância das primeiras.

TABELA 12 – ESCOLAS CRIADAS E INSTALADAS EM MATO GROSSO (1875-1876)⁵³

| | 1875 | | | | 1876 | | | |
|------------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|----------------------|----------|----------------------|----------|
| | Escolas Provincianas | | Escolas Particulares | | Escolas Provincianas | | Escolas Particulares | |
| | Masculina | Feminina | Masculina | Feminina | Masculina | Feminina | Masculina | Feminina |
| Cuiabá | 10 | 2 | 3 | 3 | 15 | 3 | - | - |
| Corumbá | 1 | 1 | - | - | 2 | 1 | - | - |
| Diamantino | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - |
| Mato Grosso | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - |
| Miranda | 1 | - | 2 | - | 1 | 1 | - | - |
| Poconé | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - |
| Rosário | 1 | - | - | - | 1 | - | - | - |
| Santa Ana do Paranaíba | 3 | 1 | - | - | 1 | 1 | - | - |
| São Luiz de Cáceres | 1 | 1 | - | - | 1 | - | - | - |
| | 20 | 5 | 5 | - | 24 | 6 | - | - |
| Total | 25 | | 5 | | 30 | | - | |

Fonte: Mato Grosso (1876, p. 156; 1877, p. 92). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2019.

⁵³ Nos relatórios presidenciais é comum a falta de informações, o que dificultou completar a tabela 12 adequadamente.

A tabela 12 evidencia que foram criadas/implantadas nove escolas na região sul de Mato Grosso, cinco anos após o término da citada guerra, correspondendo a 30,0% do total de escolas públicas/particulares de toda a província de Mato Grosso. No ano de 1876 o número de escolas diminuiu para sete (23,3%), ou seja, escolas foram fechadas em Miranda e Paranaíba. Nessa época, abrir e fechar escolas era uma prática corriqueira. No sul o maior número de escolas estava concentrado em Paranaíba e Corumbá, bem como em tais localidades já se oferecia escolaridade para crianças/adolescentes do sexo feminino.

Segundo relatório de 1877, do General Hermes Ernesto da Fonseca (1875-1878), a população escolar, na faixa etária de 06 a 15 anos, em Mato Grosso, era de 12.807 alunos. O número de mulheres (6.525) era maior do que os homens (6.282), mas a quantidade de escolas públicas/particulares era predominantemente para o sexo masculino, ou seja, existiam 24 escolas (para homens) e 6 (para mulheres). As 30 escolas funcionando em 1876 atendia uma pequena parcela da população livre e escolarizável de Mato Grosso.

As escolas eram criadas/instaladas preferencialmente em localidades onde havia demanda, mas, ao menos até o final do período imperial, a solicitação da população também foi uma forma de pressionar o governo sobre a falta de escolas. Até porque observa-se no fragmento de texto a seguir que os administradores conheciam a carência de escolas em Mato Grosso.

Os habitantes da freguesia de S. Rita de Levergeria (Nioac) [atualmente Nioaque] reclamam a criação alli de duas escolas primarias para ambos os sexos, afim de não continuarem os meninos, já em numero avultuado, privados do beneficio da instrucção elementar.

De um mappa existente na secretaria da presidencia e que foi-me remetido pelo reverendo Simão Moreira da Rocha, capellão do 1º corpo de cavallaria estacionado n'aquella localidade, consta que já alli existe numero suficiente de meninos em idade escolar para tornar-se necessaria uma escola para o sexo masculino e outra para o feminino. Indicou-me esse sacerdote um cidadão do lugar, casado, como apto para reger a cadeira do sexo masculino, ficando a de meninas a cargo de sua mulher, mas estando ainda por ser creadas, neste sentido mandei responder pela secretaria o officio do indicado sacerdote. (MATO GROSSO, 1883, p. 04).

Em relação aos compêndios didáticos utilizados pelos professores, conforme o projeto imperial, esses seriam indicados pelos gestores educacionais. Em Mato Grosso foi o Conselho Literário o órgão responsável pela seleção dos livros a serem adotados nas escolas públicas. No estado a maioria dos autores adotados eram europeus ou brasileiros oriundos do Rio de Janeiro, ou seja, o que ler e o que estudar passou a ser uma escolha externa aos professores. (SIQUEIRA;

SÁ, [20--]). Sobre a seleção de material didático, é relevante mencionar, ainda, que a primeira reforma da educação de Mato Grosso estabeleceu o seguinte: “Art. 29º – Não podem ser admitidos nas escolas públicas do Estado outros livros e compêndios que não sejam os aprovados e mandados adaptar pelo Conselho Superior da Instrução Pública”. (MATO GROSSO, 1910a, p. 124).

Os problemas como dados educacionais imprecisos, especialmente no que diz respeito à frequência dos alunos, inspetores/professores desestimulados e mal remunerados, e escolas funcionando em locais improvisados, pelo menos nos primeiros anos do período republicano, também não haviam sido superados.

3.2 O ensino primário no Brasil e em Mato Grosso na Primeira República

Com o advento da República, aconteceram mudanças nas instituições do sistema monárquico. Nesse sentido, Furtado (2007) aponta como fatores que contribuíram para a mudança do regime monárquico brasileiro para o republicano o acelerado crescimento populacional, a substituição do trabalho servil pelo assalariado e a expansão das indústrias.

O café⁵⁴ teve sua primeira fase de expansão com recursos preexistentes e subutilizados da decadente economia de extração de ouro. Furtado (2007, p. 169) esclarece, ainda, que “[...] o segundo e principalmente o terceiro quartel do século XIX são basicamente a fase de gestação da economia cafeeira [...]”, e que no decorrer dessa etapa se formou uma nova classe empresarial que exerceu influência no desenvolvimento subsequente do país.

O Brasil chegou ao final do terceiro quartel do século XIX com a economia cafeeira em condições de se reintegrar às correntes de expansão do comércio mundial. De acordo com Furtado (2007, p. 172) “[...] concluída a sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente; estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira.”. O autor

⁵⁴ “O café, se bem que tivesse sido introduzido no Brasil desde começo do século XVIII e se cultivasse por toda a parte para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século, quando ocorre a alta de preços causadas pela desorganização do grande produtor que era a colônia francesa do Haiti. No primeiro decênio da independência o café já contribuía com dezoito por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações brasileiras”. (FURTADO, 2007, p. 168-169)

evidencia dados da expansão do café, isto é, “A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de sessenta quilos) em 1880/81 para 5,5 milhões em 1890/91, alcançaria em 1901/02 16,3 milhões.”. (FURTADO, 2007, p. 251).

Paes (2011), por sua vez, evidencia que, no período em questão, houve considerável aumento das indústrias no país. Contudo, o Censo de 1920 apontou que apenas 13,8% da população ativa dedicava-se ao setor industrial, enquanto a maioria (69,7%) se dedicava à atividade agrícola e 16,5% estavam no setor de serviços. Quer dizer, a economia brasileira ainda era baseada na atividade agroexportadora (café, açúcar, borracha, cacau, fumo e erva-mate).

No que diz respeito a educação, não aconteceu consideráveis alterações no período que compreende a Primeira República, ou melhor, “[...] o ensino permaneceu praticamente estagnado, o que pode ser ilustrado com o número de analfabetos em relação a população total, que se manteve no índice de 65% entre 1900 e 1920”. (SAVIANI, 2014, p. 219). É relevante destacar que a população brasileira, na época em questão, aumentou de 17.438.434, em 1900, para 30.635.605, em 1920.

Durante o Governo Provisório do presidente Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), mais especificamente, os Decretos n. 06 e 07, de 1889, estabeleciam, respectivamente, o “incentivo” à instrução elementar. Quer dizer, o foco dos republicanos, assim como aconteceu no Brasil império, se voltou mais para o ensino primário. Souza (2008), ao tratar sobre a educação primária na Primeira República, argumenta que os republicanos objetivaram colocar em prática um projeto de modernização da sociedade brasileira e delegaram o papel central a esse nível de ensino. Pontes, Farias e Costa (2016) acrescentam que as escolas primárias no período republicano deveriam exercer a função de difusora do ideal modernizador do sistema vigente, ou seja, moldar a população para o novo cenário.

O período da Primeira República foi marcado pela predominância da ideologia liberal no campo político e econômico. Eram defendidos os princípios de individualidade, liberdade, propriedade, igualdade e democracia. Esse cenário favoreceu para o surgimento do movimento em defesa da “Escola Pública, Universal e Gratuita”. (OLIVEIRA, 2009, p. 107).

Nesse cenário, São Paulo iniciou um projeto de reforma educacional no ensino primário por meio da implantação e organização da instrução pública. Foram criados/implantados grupos escolares no intuito de melhorar a educação no referido estado. Esse modelo escolar paulista ampliou-se para os demais estados do país através de novos métodos de ensino e instituições de educação pública.

Embora a reforma promulgada em 1892 abrangesse a totalidade da instrução pública, seu centro localizava-se na escola primária. E a grande inovação consistiu na instituição dos grupos escolares, ‘criados para reunir em um só prédio de quatro a dez escolas, compreendidos no raio da obrigatoriedade escolar’. Na estrutura anterior, as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E essas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares. (SAVIANI, 2013, p. 171-172).

De fato, o processo de criação/instalação de escolas no período republicano atingiu contornos de expansão maiores que o período imperial. Quer dizer, foi nesse contexto que os administradores do Estado de Mato Grosso instituíram normatizações no intuito de melhorar o ensino primário e secundário. Cita-se, por exemplo: os Decretos n. 10, de 07 de novembro de 1891; n. 68, de 20 de junho de 1896; n. 139, de 2 de janeiro de 1903; o n. 296, de 13 de janeiro de 1912; a Lei n. 533, de 4 de julho de 1910 (Decreto n. 265) e, por fim, o Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927. As referidas legislações mato-grossense, assim como ocorreu no cenário nacional, focalizaram no ensino primário, demonstrando que o estado também se concentrou na superação do analfabetismo.

No entanto, em 1896, o presidente do Estado de Mato Grosso, Antonio Corrêa da Costa (1895-1898) apontou que as escolas públicas estaduais de ensino primário não estavam atendendo a contento os alunos mato-grossenses. Segundo ele,

[...] a decadencia do nosso ensino primario chegou a ponto de verificar-se pelos exames ultimamente procedidos que dos 44 alumnos julgados provectoros apenas 17 foram preparados nas 10 escolas publicas que mantêm o governo n’esta capital [Cuiabá]. (MATO GROSSO, 1896b, p. 21).

Nesse contexto de alerta do administrador, mais precisamente em 1898, foram matriculados em todo o Estado de Mato Grosso 1.808 alunos (1.255 meninos, 553 meninas). As escolas haviam aumentado para “[...] 59 cadeiras de instrução primaria, sendo 15 do sexo masculino, 15 do feminino e 29 mixtas; [...]” (MATO GROSSO, 1899, p. 14). A expansão de escolas mistas colaborou para aumentar o número de mulheres na docência, pois o espaço de atuação para professoras foi ampliado para além das turmas de meninas. Contudo, a implantação significativa dessas escolas não aconteceu sem oposições, isto é, no início da Primeira República havia localidades resistentes a esse tipo de escola.

No início do século XX a população continuava reclamando por escolas, especialmente nas localidades com maior concentração de pessoas. Mas o Estado de Mato Grosso precisou rever as suas finanças devido ao movimento liderado por Bento Xavier da Silva, que ocorreu na fronteira do sul do estado. Sendo assim, grupos escolares que seriam implantados em Cuiabá e Corumbá⁵⁵, bem como escolas primárias públicas estaduais em outros municípios tiveram que ser temporariamente suspensas.

Na historiografia da educação de Mato Grosso é evidenciado que, na administração de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), o número de escolas primárias públicas cresceu expressivamente de 42, em 1908, para 104, em 1909, ou seja, aumentou 147,6%. De fato, Pedro Celestino “[...] realizou uma reforma no ensino primário, quatro dias após sua posse no governo, começando pela implantação dos grupos escolares mediante um Regulamento promulgado nas primeiras décadas do século XX”. (REIS, 2006, p. 47), ampliando o número de escolas em Mato Grosso. Entretanto, foram instaladas durante o seu governo apenas nove escolas elementares, assim distribuídas: nas cidades de Cuiabá e Rosário, duas em cada; nas cidades de Aquidauana, Bela Vista, Bonito, Coxim e Livramento, uma em cada. A fonte evidencia também que havia instalado no Estado de Mato Grosso 85 escolas, em 1909, mas que apenas 71 estavam funcionando, as demais (14) estavam desativadas por falta de professores e/ou frequência dos alunos. (MATO GROSSO, 1909).

O processo de expansão das escolas em Mato Grosso foi iniciado concomitantemente com a crescente arrecadação de impostos. Neste sentido, explicita-se dados, ainda que esses iniciem na segunda metade da década de 1910, sobre a receita do Estado de Mato Grosso no intuito de comprovar que os avanços na educação só foram possíveis na Primeira República porque, economicamente, o estado estava em condições materiais favoráveis, com superávites superando a receita orçada. Ou seja, em 1917 arrecadou-se 1,9% a mais do que se havia estimado. No ano seguinte, subiu para 7,4% e em 1919 eleva-se o valor do esperado para 22,0%. Nos anos de 1920, 1921 e 1922 a previsão orçamentária foi frustrada com quedas respectivas de 11,3%, 19,2% e 16,8%, mas a arrecadação do estado voltou a crescer nos anos que se seguem (1923-1924), atingindo aumentos em torno de 23,0%. No ano 1925, por sua vez, a previsão do orçamento foi superada em 58,0%.

⁵⁵ Sobre os grupos escolares citados é relevante esclarecer que um deles era para ser instalado em Corumbá, mas as duas instituições foram instaladas, mais tarde, em Cuiabá. (MATO GROSSO, 1909).

TABELA 13 – RECEITA DO ESTADO DE MATO GROSSO (1916-1925)

| Exercícios de | Receita orçada | Receita arrecadada | Diferenças | |
|---------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | | | Para mais | Para menos |
| 1916 | 4.246:379.327 | 4.129:147.629 | - | 117:231.698 |
| 1917 | 4.246:329.327 | 4.327:573.637 | 81:194.310 | - |
| 1918 | 4.246:329.327 | 4.561:409.585 | 315:030.258 | - |
| 1919 | 4.600:000.000 | 5.612:905.931 | 1.012:905.931 | - |
| 1920 | 5.320:000.000 | 4.718:230.775 | - | 601.769.225 |
| 1921 | 5.320:000.000 | 4.297:222.597 | - | 1.022:777.403 |
| 1922 | 4.731:000.000 | 3.935:295.738 | - | 795:704.262 |
| 1923 | 4.765:000.000 | 5.879:391.788 | 1.114:391.788 | - |
| 1924 | 4.786:000.000 | 5.897:527.960 | 1.111:527.960 | - |
| 1925 | 5.250:000.000 | 8.298:736.922 | 3.048:736.922 | - |
| Total | 47.511:137.981 | 51.657:442.562 | 6.683:787.169 | 2.537:482.588 |

Fonte: Mato Grosso (1927, p. 209).

É no contexto de ampliação da arrecadação e de crescimento populacional que se nota a expansão das escolas em Mato Grosso. No caso dos grupos escolares o aumento é perceptível, de quatro para oito escolas, em 1924, e de oito para onze, no ano de 1926. Nesses anos os superávites do estado foram prósperos. As escolas isoladas também cresceram na maior parte do tempo, especialmente no ano de 1915 (39,8%). Ou seja, a partir dessa data as escolas isoladas aumentaram todos os anos até acontecerem algumas diminuições no ano de 1924 a 1926. No entanto, o crescimento populacional também colaborou para a expansão de instituições escolares em Mato Grosso.

Na maior parte do tempo as matrículas nas escolas estaduais de Mato Grosso foram crescentes. No caso dos grupos escolares os aumentos consideráveis aconteceram do ano de 1923 (1.890) para o de 1924 (2.332), o que corresponde em dados percentuais a 23,3%. Nos quatro anos seguintes a expansão foi de 57,4%. No que tange as escolas isoladas estaduais nota-se na tabela 14 constantes oscilações no número de matrículas.

É relevante dizer também, recorrendo ao anexo A, que a presença de estudantes matriculados do sexo masculino era mais que o dobro do feminino em 1914, ou seja, eram 2.996

homens e 1.450 mulheres, ainda que as escolas mistas corresponderem a maioria das escolas funcionando em Mato Grosso.

TABELA 14 – ESCOLAS INSTALADAS EM MATO GROSSO (1910-1929)

| | Grupos Escolares Estaduais | | Escolas Isoladas Estaduais | |
|--------------------------|----------------------------|-------------------|----------------------------|---------------------|
| | Número | Matrícula | Número | Matrícula |
| 1910 | 2 | 600 | 104 | 2.678 |
| 1911 | 2 | 745 | 90 | 3.326 |
| 1912 | 3 | 1.060 | 92 | 2.435 |
| 1913 | 5 ⁵⁶ | 1.208 | 101 ⁵⁷ | 2.722 |
| 1914⁵⁸ | 5 | 1.025 | 103 | 2.996 |
| 1915 | 5 | 695 ⁵⁹ | 144 | 3.808 |
| 1919⁶⁰ | 5 | 1.001 | 148 | 4.633 |
| 1920 | 5 | 1.057 | 154 | 4.500 ⁶³ |
| 1921 | 5 | 783 ⁶³ | 153 | - |
| 1922⁶¹ | 5 | - | - | - |
| 1923⁶² | 4 | 1.890 | 156 | 3.556 ⁶³ |
| 1924⁶⁴ | 8 | 2.332 | 150 | 2.935 |
| 1925 | 8 | - | - | - |
| 1926 | 11 | - | 146 | - |
| 1927 | 11 | - | - | - |
| 1928⁶⁵ | 11 | 3.671 | 163 | 4.481 |
| 1929⁶⁶ | 11 | 3.391 | 175 | 5.334 |

Fonte: Mato Grosso (1915, p. 66-67; 1919, p. 79; 1920, p. 93; 1923, p. 109; 1924, p. 32-33; 1925, p. 24-25; 1929, p. 92-93; 1930, p. 123). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Conforme relatou o presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, a instrução primária seria moldada nos métodos de São Paulo “[...] que incontestavelmente, no nosso paiz, occupa a vanguarda na formação intelectual e na educação

⁵⁶ Dois grupos escolares em Cuiabá; e Poconé, Rosário e São Luiz de Cáceres um em cada.

⁵⁷ Por meio do Decreto n. 322, de 7 de janeiro de 1913, cria na capital uma escola agrícola estadual, em 1913.

⁵⁸ Ver anexos A, B e C sobre a distribuição de escolas públicas e particulares por município (matrículas, frequências e subvenção). No cruzamento dos dados nota-se algumas disparidades.

⁵⁹ Números parciais, pois nem todas as escolas havia enviado os dados para a Divisão de Ensino de Mato Grosso.

⁶⁰ Ver anexo D sobre a distribuição de escolas por município (matrículas) e anexo F sobre distribuição de escolas.

⁶¹ Ver anexo E sobre a distribuição de escolas estaduais.

⁶² Ver anexo F sobre a distribuição de escolas estaduais (matrículas).

⁶³ Como pode ser observado no anexo G as informações não são precisas. No relatório presidencial foi acrescentado média nas escolas que não enviaram os dados e o número de matrículas foi elevado para 4.754.

⁶⁴ Ver anexo G sobre a distribuição de escolas estaduais (matrículas).

⁶⁵ Ver anexo H sobre a distribuição de escolas por município (matrículas).

⁶⁶ No ano de 1929 o estado já havia criado três escolas reunidas (Bela Vista, Livramento, Paranaíba). A quarta escola reunida de Santo Antonio do Rio Abaixo, em Mato Grosso, foi criada no ano seguinte. Todas elas foram instaladas em 1930. Das 175 escolas isoladas de Mato Grosso, 32 eram urbanas, 130 rurais e 13 ambulantes.

cívica da infância e da mocidade”. (MATO GROSSO, 1911, p. 13). Ele argumenta ainda que em São Paulo já tinha posto em prática o processo pedagógico que era adotado pelos países mais avançados da Europa e pelos Estados Unidos da América.

Dessa forma, “Por decreto nº 508, de 20 de Agosto ultimo [1910], foram creados dois grupos escolares, um no 1º e outro no 2º distrito desta capital, cuja direção foi confiada aos Srs. Professores Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kuhlmann [...]” (MATO GROSSO, 1911, p. 14). Esses foram normalistas contratados no Estado de São Paulo. Em 1910 foram matriculados mais de 600 alunos de ambos os sexos nos dois grupos escolares. Na mensagem de 1911 foi destacado a compra de materiais para a educação de Mato Grosso nos Estados Unidos da América:

Dos Estados Unidos, a título de experiencia, mandei vir 400 carteiras duplas e cem bancos. Este mobiliario, decente, higienico e econômico, acha-se distribuído pelos grupos e pelas escolas izoladas desta cidade e de Corumbá, dando-lhes agradável aspecto e posição mais confortável aos meninos. Ainda insufficiente a quantidade adquirida, faz se mister o provimento, em maior escala, desse material, como de outros indispensáveis ás exigências do ensino moderno. (MATO GROSSO, 1911, p. 15).

Com o objetivo de modernizar a educação em Mato Grosso implementou-se também reformas educacionais no decorrer do seu primeiro mandato. Neste sentido, aprovou-se o Decreto n. 265 de 22 de outubro de 1910, composto por 215 artigos. O Regulamento foi uma importante ferramenta para a reforma da Instrução Pública no Estado de Mato Grosso, por ser responsável pela formação de uma série de ações e decisões essenciais.

Os grupos escolares foram o reflexo do ideal de renovação pedagógica que intelectuais e administradores do ensino público de Mato Grosso passaram a defender, sendo considerados a melhor maneira para a modernização da escola pública e formação do cidadão republicano. Criados oficialmente no estado pela Lei n. 508 de 1908, os grupos escolares representaram a inovação da Reforma da Instrução Pública Primária de 1910.

Sendo assim foi criado na capital Cuiabá um grupo escolar para servir de modelo para os demais grupos escolares do estado:

Algumas normas administrativas e pedagógicas foram criadas a fim de regulamentar essa instituição de ensino, que representava a inovação pedagógica e tinha como dupla função: lecionar as primeiras letras aos alunos do ensino primário e destinar-se a pratica pedagógica obrigatória dos alunos do 2º e 3º anos normais. De acordo com o Regulamento da Escola Normal, decreto nº 353 [de 1914], cap. 12, art. 131, ficou estabelecido que anexo a ela haveria um Grupo Escolar. Conforme diz o parágrafo único: “O Grupo Escolar

será denominado “Escola Modelo anexa” e será destinado a preparar preliminarmente as crianças de ambos os sexos e a prática dos alunos do 3º ano e do 4º ano do curso Normal, servindo de referência para todos os grupos escolares do Estado”. Oportunizava-se aos normalistas que colocassem em prática o que aprendiam na teoria. Estudavam no período da manhã, na Escola Normal, e, à tarde, lecionavam nas turmas de ensino primário, na Escola Modelo. (REIS, 2006, p. 48).

Os grupos escolares eram formados a partir do agrupamento de pelo menos seis escolas primárias, conforme estabelecia o Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto n. 265, de 22 de outubro de 1910. Mas é importante explicar que o mesmo Regulamento previa que a idade dos alunos não poderia ser menor que 16 anos e nem exceder a idade de 45. Além disso, o grupo escolar no qual o prédio não suportasse o número mínimo de 96 alunos deveria funcionar em dois prédios. (MATO GROSSO, 1910a).

O sucessor de Pedro Celestino na Presidência do Estado de Mato Grosso, o Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915), solicitou a compra de mais 650 carteiras duplas e 200 individuais, mais 40 armários, 55 mesas, 15 dúzias de cadeiras, 6 mobílias completas para sala, 10 lavatórios completos, 40 relógios de parede. “Todo este mobiliário custou ao estado 33:243&170 além do frete de Montevideo a esta capital, destinando-se parte dele ao Lyceu e a Escola Normal”. (MATO GROSSO, 1912, p. 25).

O presidente Costa Marques também contratou normalistas do Estado de São Paulo. Os professores Ernesto Sampaio⁶⁷, José Rizzo, João Bryenne de Camargo e Francisco Azzi⁶⁸ foram selecionados, mais ou menos nas mesmas condições dos normalistas anteriores, para gerirem os novos grupos escolares que fossem criados.

Em 1912 criou-se uma Escola de Aprendizizes e Artífices⁶⁹ em Cuiabá, custeada pela União e sob a direção de João Pedro Gardés. Com essa escola o governo federal pretendia qualificar os filhos de trabalhadores que se avolumavam nas cidades em busca de oportunidades de trabalho. (SOARES, 1982). No final do ano de 1910 a escola atendia apenas 87 alunos e,

⁶⁷ Ernesto Sampaio foi designado para o grupo escolar de Corumbá, mas como a implantação deste estabelecimento ainda não havia sido efetivada ele foi aproveitado para auxiliar o diretor que administrava sozinho a escola normal e a escola modelo em Cuiabá.

⁶⁸ “O normalista designado para o grupo da villa do Rosario, Francisco Azzi, em virtude do seu máu estado de saúde, rescindiu o seu contracto e regressou para S. Paulo. Em sua substituição, nomeei o nosso coestadoano bacharel Ulisses Cuyabano, cuja aptidão pedagogica é esperançasosa”. (MATO GROSSO, 1912, p. 27).

⁶⁹ “Pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha, presidente da República, criou, nas capitais dos estados da República, as Escolas de Aprendizizes Artífices, destinadas ao ensino profissional primário gratuito. O mesmo decreto determinava que essas escolas seriam mantidas pelo Governo federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio”. (SOARES, 1982, p. 59).

para os próximos anos, esperava-se elevar o número para 90. Nesse ano, prédios foram comprados/cedidos nas cidades de Corumbá⁷⁰, Cáceres⁷¹, Poconé⁷² e Rosário⁷³ para a instalação dos grupos escolares. Esses foram criados pelo Decreto n. 297, de 17 de janeiro de 1912, na administração de Costa Marques, sendo que o Grupo Escolar de Cáceres foi inaugurado primeiro, ou seja, no dia 9 de março de 1912, com mais de 100 alunos matriculados. A instituição escolar graduada de Poconé, por sua vez, começou a funcionar no dia 13 de maio de 1912.

Nesse período as escolas primárias isoladas públicas, que eram maioria no Estado de Mato Grosso, não usufruíam da mesma atenção e financiamento que as escolas graduadas. Por exemplo, o presidente Costa Marques argumenta que essas funcionavam em casas alugadas, ou melhor, em locais não próprio para os fins educacionais, exceto nos casos dos municípios de Bela Vista e Nioaque.

Em muitas cidades e villas ainda faltam casas apropriadas para o bom funcionamento das escolas, não obstante o esforço do Governo em preencher essa lacuna do nosso preparo para dar combate a ignorância. É que a estreiteza da nossa receita exige que não se faça essa reforma com a urgencia desejavel e sim paulatinamente, como se vae fazendo.” (MATO GROSSO, 1914, p. 24).

No caso de Bela Vista a Câmara Municipal havia construído um local próprio para as atividades da escola, ou seja, “Em Bella Vista tem o Estado uma bôa casa para escola, construida com auxilio da municipalidade. É a melhor de todas que visitei na minha excursão”. (MATO GROSSO, 1913, p. 16). Outra informação interessante sobre essa escola está

⁷⁰ “Em Corumbá é que ainda se não poude conseguir uma casa apropriada. A que estava destinada, a da Beneficiencia Italiana, a melhor que se encontrou, verificou-se depois não ter condições necessarias. Pelo que imediatamente solicitei daquela Municipalidade um terreno convenientemente situado para construção de grupo, e ella, em reunião extraordinaria, realizada no mez passado [abril de 1912], resolveu desapropriar um dos melhores terrenos que ali poude encontrar com cincoenta e poucos metros de frente e quarenta de fundo. Situado no centro da cidade. Já o Governo mandou arganisar a planta e abrir concorrência para a construção desse predio, certo de que lhe não faltará o vosso apoio para dotar aquella prospera e futura cidade com esse beneficio tão reclamado pela sua já numerosa população escolar quão útil aos seus habitantes e ao Estado”. (MATO GROSSO, 1912, p. 26).

⁷¹ “Na cidade de S. Luiz de Caceres, mandei contractar por dous contos e quarenta mil réis annuaes e prezo de dous anos o arredamento de uma das melhores casas alli existentes, bastante espaçosa, bem arejada e bem situada, com capacidade para trezentos alunos pouco mais ou menos e que satifaz os requisitos necessarios e até que se possa mandar construir um predio para esse fim”. (MATO GROSSO, 1912, p. 26).

⁷² “Em Poconé, a Municipalidade, vindo ao encontro dos esforços do Governo e das aspirações daquelle povo, deliberou ceder, pelo prazo de dous anos e gratuitamente, a casa em que funcionava a Intendencia para instalação do grupo. Esta casa, antiga residencia do Barão de Poconé, bastante espaçosa, arejada e de situação conveniane, pode comportar até trezentos alunos”. (MATO GROSSO, 1912, p. 26).

⁷³ Em Rosário foi negociado a compra de um prédio que comportava mais de 300 alunos e que com algumas modificações preencheria todas as condições exigidas para um grupo escolar. (MATO GROSSO, 1912, p. 26).

relacionada com a Empresa Matte Larangeira. Essa doou todo o mobiliário que existia na escola, no ano de 1913. Em Nioaque, por sua vez, o governo adquiriu prédio próprio, no valor de 10:300\$00.

Outro problema que continuava presente no cotidiano das escolas isoladas públicas do Estado de Mato Grosso, principalmente no caso das escolas rurais, era falta de professores, material escolar e mobiliário. Por exemplo as escolas primárias estaduais de Campo Grande, Ponta Porã e Ladário não estavam funcionando por esses motivos.

Os municípios com condições econômicas melhores, à época, como era o caso de Aquidauana, Porto Murtinho e Corumbá, por exemplo, além de financiarem suas escolas isoladas colaboravam, principalmente, com a manutenção das estaduais. Em Aquidauana funcionavam duas escolas e se considerava a possibilidade de construção de um prédio escolar para criação de uma Escola Reunida. No município de Porto Murtinho a Câmara Municipal construiu a sua sede, onde funcionava também a escola que o governo estadual criou para atender as crianças em idade escolar. O município de Corumbá – à época o mais populoso no sul do estado, e conseqüentemente com maior número de crianças –, contava com número considerável de escolas primárias públicas. No entanto, das oito escolas mencionadas na mensagem de 1913, cinco eram mantidas pelo governo municipal.

Nesse contexto, os municípios, principalmente os de menor porte econômico, exerciam papel complementar no que diz respeito à criação/instalação de escolas, quer dizer, o estado praticamente financiava a implantação e manutenção delas. Tal perspectiva motivou as críticas do presidente do Estado de Mato Grosso aos gestores municipais.

É verdadeiramente lamentável a maneira pela qual as municipalidades se desinteressam do ensino primario; entre aquelles que descuram merece seja citada a desta capital *que não custeia nenhuma escola publica!* Entretanto, em S. Paulo e outros Estados os poderes municipaes porfiam em cuidar de fundar escolas primarias e até secundarias a expensas suas [...]” (MATO GROSSO, 1917, p. 55, grifo do autor).

Nessa perspectiva argumenta também o presidente Caetano Manoel de Faria e Albuquerque (1915-1917) que a instrução pública não era função do estado. Para o chefe do executivo, ao estado cabia regulamentar, inspecionar e subvencionar as escolas primárias: “E o estado ahi intervem: como legislador, pelos regulamentos; como governo, pelas inspeções; como tesouro publico, pelas subvenções”. (MATO GROSSO, 1917, p. 53).

O administrador Faria e Albuquerque traz à tona também que o Estado de Mato Grosso estava profundamente inserido no contexto nacional, mais especificamente na política que ditou as regras durante a Primeira República, e tal fato tinha suas consequências nas escolas.

O que faz mal ao ensino publico não é essa dependencia em que elle ainda está do governo [estadual]; o que, todavia, lhe faz grandíssimo damno é o contagio da politicagem, fazendo do professor publico o servidor de um partido, o galopim eleitoral, que escreve a acta e é o agente da cabala eleitoral. O que faz mal ao ensino é essa intromissão malsã (sic) do patronato nos concursos para provimento dos lugares do magistério; o que faz mal a instrucção popular é essa ausencia de dedicação e de vocação sincera para uma profissão tão eminente, de tão alta dignidade, ausencia que transforma o magisterio em um meio de vida, tirando-lhe essa finalidade tão digna e alevantada, que interessa a grandeza da pátria, por dizer de perto com o seu futuro político-economico. (MATO GROSSO, 1917, p. 55)

Já a mensagem apresentada pelo presidente Dom Francisco de Aquino (1918-1922), no ano de 1918, demonstra que o ensino em Mato Grosso não estava passando por bons momentos nos anos de 1916 e 1917, pois nesse período o Liceu Cuiabano, que atendia o ensino secundário em Mato Grosso aos moldes do Colégio Pedro II, havia perdido o *status* de equiparado por ter sido alvo de denúncias. No que tange ao ensino primário, os grupos escolares de Cáceres, Poconé e do segundo distrito da capital apresentaram acentuadas quedas de matrículas, devido a desorganização administrativa dessas escolas.

Assim, medidas foram tomadas na gestão de Dom Aquino para resolver os problemas enfrentados pela educação, ao menos os casos considerados mais urgentes. No caso do Grupo Escolar de Poconé mudou-se o diretor, que era um dos normalistas contratados na segunda leva do Estado de São Paulo. Onze escolas primárias de maior importância para o estado foram providas com professoras normalistas, as quais foram selecionadas por concurso. Mais duas escolas foram criadas, uma no Município de Diamantino e outra em Lavrinha, na capital cuiabana.

Na década de 1910 as escolas estaduais primárias estavam sendo criadas em locais de colonização. Por exemplo, na colônia indígena de São Lourenço foi criada uma escola com denominação de “Escola Primaria José Bonifacio”. Nessa escola o ensino cívico, comemorações de datas nacionais, por meio de festividades, hasteamento da bandeira nacional

e cantar o hino nacional com todos os alunos era atividade cotidiana. (MATO GROSSO, 1915)⁷⁴.

No período de 1911 a 1920 escolas municipais, bem como administradas pela união, regimentais e particulares também foram criadas. O número de matrículas das escolas municipais, em Mato Grosso, variou entre 428 a 993, sendo que de 1911 para 1912 aconteceu considerável aumento de pouco mais de 48,0%.

No que tange as escolas particulares de nível primário, no ano de 1911, foram abertas as seguintes em Cuiabá: Colégio Santa Catharina, sob a direção de Thereza Guiassani (48 alunos matriculados) e o Asylo de Santa Rita (124 alunas, sendo que 40 eram internas)⁷⁵. No ano seguinte foi a vez do Colégio São Luiz, dirigido por Maria Dimpina de Arruda Lobo (33 alunos matriculados, sendo 16 homens e 17 mulheres), aumentando o número de escolas de iniciativa particular na capital cuiabana. No interior foram criadas as seguintes escolas: Colégio Maria Auxiliadora em Coxipó da Ponte (27 alunos, sendo 25 mulheres); três escolas em Cáceres (157 alunos, sendo 84 mulheres); duas escolas em Campo Grande (60 alunos, sendo 40 homens); três escolas em Corumbá (451 alunos, sendo 155 mulheres; 130 homens; e uma escola mista); uma escola em Miranda (15 alunos homens); uma escola em Poconé (57 alunos, sendo 48 homens). Em 1911 foi inaugurado, ainda, a escola agrícola de Santo Antônio em Coxipó da Ponte e a escola agrícola/industrial “Gratidão Nacional de Palmeiras”, ambas pelos Salesianos. Essas foram instaladas próximas a capital cuiabana, com frequência de jovens da etnia Bororo.

As escolas particulares, por sua vez, oscilaram em quedas e consideráveis aumentos, pois, em 1912, eram 18 – todas na capital cuiabana –, tendo esse número diminuído para 14 em 1913. A partir de 1914 percebe-se constantes ampliações, com cinco novas escolas particulares criadas no Estado de Mato Grosso. Contudo, no ano de 1919 o número de escolas organizadas pela iniciativa particular somou 76, aumento notável em relação às 19 no ano de 1914.

Na década de 1920, o presidente do Estado de Mato Grosso Dom Aquino esclareceu aos deputados que não fazia sentido multiplicar a quantidade de escolas se a fiscalização delas não acontecesse de forma rigorosa e constante. Sendo assim, ele solicita “[...] a criação de cargos bem regulamentados e remunerados de fiscais ou inspectores escolares”. (MATO GROSSO,

⁷⁴ Adianta-se que o Decreto-Lei n. 406, em 1938, estabeleceu como obrigatória a abertura de escolas primárias nas áreas consideradas de colonização.

⁷⁵ Sobre esta escola, ver dissertação de mestrado de Ivone Goulart Lopes, intitulada “**Asilo Santa Rita de Cuiabá: releitura da práxis educativa feminina Católica (1890-1930)**”, defendida na Universidade Federal de Mato Grosso, em 2002.

1920, p. 32). Ainda no mesmo ano foi inaugurado o prédio do Grupo Escolar de São Luiz de Cáceres, assim como foi terminada as construções dos grupos escolares de Três Lagoas e Corumbá. Para o ano seguinte, havia a previsão da construção de mais três grupos escolares, todos no sul de Mato Grosso, sendo eles: Aquidauana, Campo Grande e Miranda.

O regulamento n. 845, de 1921, criou a inspetoria geral com sede em Cuiabá. “A necessidade dessa criação foi levada ao espirito do Governo pela falha, ha muito notada, no funcionamento de varias escolas do Estado [...]” (MATO GROSSO, 1922, p. 18-19). A partir da criação das inspetorias o governo estadual pretendia resolver o problema que, desde o período imperial, afligia o ensino mato-grossense: a falta de fiscalização e, de alguma forma, de acompanhamento pedagógico.

No ano de 1921 os grupos escolares de Campo Grande e Três Lagoas são instalados, inicialmente, em locais cedidos pelos respectivos municípios. (MATO GROSSO, 1922). Os grupos escolares de Aquidauana, Corumbá e Miranda foram inaugurados no dia 10 de março de 1924, por força do Decreto n. 669, de 5 de junho de 1923, na gestão do Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922-1924). Esse decreto denominou oficialmente os grupos escolares instalados e os já existentes:

Art. 1º A Escola Modelo desta Capital passará a denominar-se, de 13 de Junho corrente em diante. Escola Modelo “Barão de Melgaço”, continuando anexa á Normal; o Grupo Escolar de S. Luiz de Cáceres denominar-se-á Grupo Escolar “Esperidião Marques”; o de Corumbá, Grupo Escolar “Luiz de Albuquerque”; o de Miranda, Grupo Escolar “Caetano Pinto”; o de Aquidauana, Grupo Escolar “Antonio Corrêa”; o de Campo Grande, Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”; e de Tres Lagôas, Grupo Escolar “Affonso Penna”. (MATO GROSSO, 1925, p. 26-27).

Em 1924, por um lado, o número de grupos escolares foi elevado de quatro para oito, por outro lado, as escolas isoladas passaram por redução nas suas matrículas. De acordo com o presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa (1922-1924), a diminuição das matrículas está relacionada com o movimento tenentista desencadeado, inicialmente, no Estado de São Paulo em 1922: “No Anno transacto, não obstante a perturbação trazida ao Estado pelo movimento revolucionario em São Paulo [...]” (MATO GROSSO, 1925, p. 27).

No ano de 1927 foi reaberto o Grupo Escolar de Poconé, que havia sido extinto pelo Decreto n. 585, de 29 de Abril de 1922, tendo como principal motivo do fechamento a falta de professores para ministrarem aulas. Apesar das reformas, a criação da inspetoria geral e

formação de profissionais *in loco* ainda era um problema evidente no período republicano mato-grossense:

A falta de pessoal para o exercício do magisterio; a situação de muitas dellas, afastadas centenas de léguas dos centros populosos; os parcos vencimentos que actualmente percebem aquelles que se arriscam á regencia de uma dessas cadeiras; a carencia de material didactico e escolar; a falta de comunicação e mais que tudo a inefficacia de fiscalização obtido por essas escolas isoladas. (MATO GROSSO, 1927, p. 122).

Em 1927 também foi elaborada a segunda reforma da instrução pública em Mato Grosso, no governo de Mário Correa da Costa. Ela ficou conhecida como “Regulamento da Instrução Publica do Estado de Matto-Grosso” através do Decreto n. 759, de 22 de abril de 1927. O objetivo dela era instituir o ensino público primário gratuito, leigo e obrigatório a todas as crianças analfabetas entre 07 e 12 anos de idade, que residissem a 2 quilômetros da escola pública. O que diferencia essa regulamentação é a menção à gratuidade do ensino, já que anteriormente constavam apenas as palavras “leigo” e “obrigatório”.

A reforma estadual mato-grossense visou a um incremento da qualidade do ensino primário e à formação de professores. A manutenção da obrigatoriedade do ensino para as crianças gerou polêmicas à época, e foi considerada uma medida de aspecto pouco prático, uma vez que não havia meios de verificação da frequência do alunado das escolas públicas urbanas e rurais. Apesar de tais medidas preconizadas no Regulamento de 1927, importa admitir a presença significativa de analfabetos no estado. (PAES, 2012, p. 91).

Outro aspecto em que essa regulamentação inovou, no caso de Mato Grosso, foi ao definir as escolas primárias segundo sua localização, estrutura, funcionamento, formação de turmas de alunos e cancelamento de turmas quando não se atingisse o número aceitável para sua composição. Mesmo instaladas em povoados, vilas ou distrito, passaram a ser consideradas escolas rurais aquelas que estivessem localizadas a mais de 3 quilômetros da sede municipal. A reforma mato-grossense de 1927 estabeleceu a existência de cinco tipos de escolas públicas: os grupos escolares, escolas reunidas, cursos noturnos, escolas isoladas urbanas e rurais⁷⁶.

Em 1928 o inspetor geral do ensino primário, o Sr. Coronel Alexandre Magno Addôr, revela que as escolas ainda estavam instaladas em espaços não adequados e/ou nas casas dos professores contratados para lecionarem. Como muitas das escolas dividiam espaço com as residências dos próprios professores, quando ocorria a troca do professor, o local em que

⁷⁶ Para mais informações sobre a tipologia das escolas mato-grossense desta legislação ver Brito (2001, p. 57-58).

funcionava a escola também deveria ser trocado. Para resolver tal problema o inspetor sugere que, para se criar novas escolas na zona rural, não bastaria apenas apresentar o número suficiente de alunos em idade escolar, mas a localidade deveria dispor de acomodações adequadas e exclusivas para a escola. O prédio poderia ser oferecido “[...] pela população ou pela municipalidade, ou mediante aluguel que o Estado pagará, contando que o prédio seja destinado a serventia exclusiva da escola pública local”. (MATO GROSSO, 1929, p. 94).

A última mensagem da década de 1920 é elaborada pelo presidente Mario Corrêa da Costa (1926-1930). Ele esclarece que, para se dar conta do universo de escolas distribuídas pelo Mato Grosso, foi estabelecido o Regulamento de 1927. Nesse regulamento os diretores dos grupos escolares ou das escolas reunidas acumulariam a função de fiscalizadores das escolas isoladas das suas respectivas regiões. Segundo a legislação:

Art. 176 – As funções de inspetor distrital são gratuitas e conferidas pelo governo, livremente, a pessoas de critério reconhecido, independência de caráter, espírito de justiça e zelo pelo ensino, residentes no distrito. § 1 – No distrito em que houver escolas reunidas ou grupos escolares, o cargo de inspetor distrital cabe necessariamente ao diretor do estabelecimento principal, independente de nomeação, ficando as atribuições de inspetor obrigatoriamente adicionadas à de diretor. (MATO GROSSO, 1927, p. 23).

Alves (1998) argumenta que as mudanças que aconteceram no setor educacional, tanto no Brasil quanto em Mato Grosso, de modo geral, manifestaram a intenção de alinhar o ensino as situações emergentes, principalmente àquelas relacionadas as mudanças político-econômicas que estavam em processo.

Nesse sentido, a educação mato-grossense seguiu novos rumos, principalmente depois de 1910, no intuito de acompanhar os estados mais desenvolvidos, isto é, investiu-se em grupos escolares que atendiam mais adequadamente os alunos, mas de fato o que se observa, devido principalmente aos gastos dos cofres públicos para se construir e manter o número de funcionários que demandavam a escola graduada, foi buscar outros tipos de escolas. Dessa forma, foram criadas e implantadas, a exemplo de outros estados especialmente São Paulo, as escolas reunidas em cidades, lugarejos e vilas, que reuniam três ou quatro escolas isoladas. (SANTOS, 2012). Entretanto, até o final da década de 1920 poucas escolas reunidas haviam sido criadas e apenas uma foi instalada, ou seja, a de Santo Antônio do Rio Abaixo.

As escolas isoladas eram 175, sendo que 32 estavam instaladas nas áreas urbanas e 130 nas áreas rurais. O presidente do estado, Annibal de Toledo, menciona que existiam funcionando 13 escolas ambulantes em Mato Grosso. Somadas as matrículas dessas instituições

de ensino chegou-se ao número de 5.334 alunos, mas o presidente de Mato Grosso, à época, argumenta “[...] não acredito que a frequência atinja sequer a terça parte da matrícula”. (MATO GROSSO, 1930, p. 42).

Antes de apresentar a educação na Era Vargas expõe como estava organizada a educação na fronteira do extremo sul de Mato Grosso, especificamente do Brasil com o Paraguai, durante a Primeira República. Desta forma, Centeno (2007, p. 74) explica que “[...] havia uma escola particular primária em Campanário, sede da Cia Matte Larangeira, ‘Escola Francisco Mendes Gonçalves’”, frequentada pelos filhos dos funcionários de Campanário. Os trabalhadores do campo da erva-mate devido à localização afastada dessa escola e pela falta de tempo para participarem frequentemente das aulas tinham menos acesso a ela. Trevizan (2011) sustenta a informação de que existia um grupo escolar particular denominado de Francisco Mendes Gonçalves (GEFMG), na Fazenda Campanário, e acrescenta que a escola tinha a frequência de 400 alunos.

As escolas em funcionamento, principalmente nas áreas rurais, não eram suficientes para atender toda a população em idade de escolarização, mas em toda fazenda um trabalhador ervateiro, de alguma forma, se responsabilizava pela alfabetização desses trabalhadores. Dentre esses, destacou-se um mestre gaúcho chamado José Jobim por ser o responsável em montar uma escola na região de fronteira. (CENTENO, 2007).

Havia escolas sob responsabilidade de fazendeiros, comerciantes e/ou pequenos proprietários de terras. Entretanto, elas também passavam por diversas dificuldades que levavam ao seu fechamento, como falta de professores, problemas de comunicação ou meios de transportes no deslocamento de crianças, ou ainda falta de recursos e materiais pedagógicos. Esses obstáculos favoreciam para que as crianças brasileiras atravessassem a fronteira com o Paraguai para ter acesso à escola. Segundo o presidente do estado Joaquim Augusto da Costa Marques, em 1912 e anos seguintes:

[...] na povoação paraguaia funcionava uma escola graduada, bem instalada e bem dirigida, e que também era frequentada pelas crianças da povoação brasileira que allí iam receber instrução em lingua castelhana! (MATO GROSSO, 1913, p. 15).

Portanto, muitas escolas não se desenvolveram nesse local marcado pelo trabalho no campo para uma população em que em sua maioria exercia atividades que não necessitavam de instruções oferecidas pelas escolas, e sim aprendizado prático adquirido no/pelo próprio trabalho. (CENTENO, 2007).

As crianças tinham o direito de estudar no Paraguai, mesmo que seus pais – que eram paraguaios –, trabalhassem nas fazendas ou no comércio no Brasil. Entretanto, devido à falta ou precariedade de escolas na região de Mato Grosso, muitas crianças brasileiras também se deslocavam para o outro lado da fronteira para frequentar essas escolas. (CENTENO, 2007).

Na divisa seca do Brasil com o Paraguai criou-se o primeiro grupo escolar, por força do Decreto n. 752, de 29 de janeiro de 1927, no município de Ponta Porã com a denominação de Mendes Gonçalves, em homenagem ao presidente da Empresa Matte Larangeira, empresa que doou o edifício para a instalação da escola.

3.3 O ensino primário no Brasil e em Mato Grosso na Era Vargas

Na segunda metade do século XX, o Brasil passou por mudanças que sinalizaram a construção de uma nação com formato diferente. Conforme Rodrigues (2006, p. 53), isso ocorreu na “[...] tentativa de encontrar uma ‘identidade nacional’ [...]”, compatível com a industrialização e a urbanização brasileira [...]. Quer dizer, na Era Vargas, a busca pela unidade nacional foi apresentada como saída para a crise econômica de contexto internacional.

Nesta direção, Santos (2010, p. 85) afirma que “[...] o ideal nacionalista de um Brasil unido e alicerçado sobre valores e sentimentos comuns de pertencimento estaria ameaçado pela existência de comunidades organizadas com base em aspectos culturais estrangeiros”. Assim, durante a Era Vargas (1930-1945), as regiões que concentravam imigrantes de origem alemã, italiana, polonesa, japonesa⁷⁷ estiveram na mira do governo federal. Os projetos do Ministério da Educação e Saúde se concentravam, então, na perspectiva de nacionalizar a população, especialmente em áreas de fronteiras, por meio da educação. Segundo Brito (2001, p. 248),

[...] estes projetos, marcados por um discurso preocupado com a construção da nacionalidade, com a valorização da brasilidade, pela afirmação da identidade nacional brasileira, – voltada esta última para a própria construção da identidade do homem trabalhador e para a delimitação do que seria nacional –, enfatizavam a dimensão estratégica da educação.

⁷⁷ Sobre a escola japonesa no sul de Mato Grosso consultar dissertação de mestrado de Claudia Regina de Brito, intitulada “Escola Visconde de Cairu: educação e etnicidade em Mato Grosso do Sul”.

Sendo assim, intencionava-se minimizar a presença de estrangeiros nas zonas de colonização e fronteiriças por meio de políticas de nacionalização. Nesse sentido, a padronização do ensino, centralização das atividades escolares, unificação de programas e materiais escolares, caracterizaram uma educação de bases nacionais.

Nesse cenário de crise econômica e de redução de fluxos de capitais, acirrou-se os conflitos internacionais conduzindo, de modo geral, os países a buscar soluções nacionais que diminuíssem os impactos pela crise internacional. (CORSI, 1997). Brito (2001), na mesma direção, pondera que a intensificação de um ambiente nacionalista no Brasil também está relacionada com o acirramento das disputas interimperialistas entre os Estados Unidos da América e a Alemanha, e com os problemas específicos enfrentados pelo Brasil na América Latina. Quer dizer, de um lado, a Argentina, que inclusive já havia declarado ajuda aos alemães, optou por uma política de fortalecimento de suas Forças Armadas com o objetivo de ampliar sua influência na América do Sul; de outro lado, o atraso econômico e despreparo das Forças Armadas do país.

É relevante lembrar que a questão nacional não se apresentou no Brasil de forma única e hegemônica. Nesse sentido, é preciso observar atentamente sobre a política articulada por Vargas para “[...] qualificar-se mais precisamente de que nacionalismo o governo Vargas falava e que propostas nacionalistas levou adiante em sua prática política”. (BRITO, 2001, p. 194). Até 1939 Getúlio Vargas manteve uma política mais autônoma acreditando que apenas com o capital interno elevaria o Brasil ao nível de países desenvolvidos, mas, aos poucos, percebeu que seria necessário se aproximar do capital internacional. (BRITO, 2001).

Nos anos de 1940 o alinhamento do governo Vargas aos Estados Unidos da América foi ampliado com o fechamento de acordos que beneficiavam o interesse dos dois países. Os norte-americanos buscavam aliados, preferencialmente os fornecedores de matérias primas essenciais, para manter os esforços armamentistas. O Brasil, por sua vez, garantiu bons níveis de comercialização do café, bem como material militar que totalizava 100 milhões de dólares. Quer dizer, a política externa de um Brasil independente ou com posições nacionalistas foram sendo menos resistentes à penetração do capital internacional.

Segundo Brito (2001), nos anos de 1942 e 1943, no contexto do esforço de guerra, o Brasil já direcionava para os Estados Unidos da América cerca de 60,0% a 75,0% das suas exportações e, entre os anos de 1940 a 1945, mais da metade das importações do Brasil eram provenientes dos norte-americanos. Os acordos, por um lado, colaboraram para aumentar

seguidamente as reservas econômicas do Brasil, o que possibilitou ao governo federal realizar algumas medidas no processo de industrialização em curso, especialmente a partir de 1942; por outro lado, disseminou-se a ilusão de que o Brasil seria o “aliado especial” dos EUA, mas a expectativa não foi levada adiante pelo governo norte-americano. Na verdade, tal governo reafirmou a característica de economia complementar para os países da América Latina.

Dessa forma, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o nacionalismo adotado no Brasil já caminhava para o realinhamento aos interesses do capital externo, ou seja,

[...] a emancipação econômica do país não significava confronto com o capital externo. Este, ao contrário, deveria ser o trampolim para levar o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento no qual, resguardada a sua soberania, caberia ao país um papel de destaque no cenário mundial, como nação industrializada. Com este projeto, ao mesmo tempo que o governo Vargas abandonava a intenção de promover um desenvolvimento subsidiado nacionalmente – embora não deixasse de lado a importância do controle, pelo Estado nacional, dos rumos deste desenvolvimento – preparava as bases de seu alinhamento com o governo norte-americano. (BRITO, 2001, p. 204).

Para esse intento nacionalista a educação assumiria, no entendimento dos administradores do governo federal, um papel importante de disseminadora dos projetos em questão na Era Vargas. De acordo com Oliveira e Sousa (2010, p. 16), foi em meio aos anos do “[...] governo de Vargas e os debates de construção do estado nacional e da nacionalidade [...]” que a ideia de centralização da educação no Brasil foi retomada, colocando-a aos cuidados do domínio federal em oposição à política de descentralização, adotada nas primeiras décadas do período republicano. Com relação a descentralização herdada da Primeira República, os autores evidenciam que a transferência da responsabilidade da educação para os entes federados do Brasil estabeleceu a formação de “dois modelos paradigmáticos” na educação do século XX:

[...] o que se manifesta nos estados do Sul e Sudeste que assumiram a responsabilidade pelo atendimento educacional e construíram, ao longo do século XX, sistemas próprios de ensino, recorrendo subsidiariamente aos municípios;

[...] o dos estados do Norte e Nordeste em que estes se omitiram de construir um sistema de ensino de massas e tal responsabilidade foi precariamente assumida pelos municípios. (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p. 15-16).

No caso dos estados do centro-oeste, na sua maioria, aconteceu processo semelhante aos do norte e nordeste, mas é interessante destacar que “[...] os antigos territórios federais, Amapá, Roraima, Rondônia [Guaporé] e Fernando de Noronha”. (OLIVEIRA; SOUSA, 2010, p. 15) avançaram um pouco mais na construção dos seus sistemas de ensino, pois eram financiados pelo governo federal. Nesse contexto, no Território Federal de Ponta Porã – embora ele não

tenha sido citado acima em função de sua extinção pela Constituição de 1946 –, é relevante mencionar que se iniciou também considerável crescimento das escolas primárias⁷⁸.

De acordo com Francisco Luiz Corsi (1997), que o crescimento industrial pelo qual passou o Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas, não mudou o quadro geral da economia brasileira. Não havia possibilidades de um desenvolvimento autônomo, pois as condições de subdesenvolvimento⁷⁹ na qual o país se encontrava não poderiam ser superadas naquele contexto.

Santos (2010, p. 108) acrescenta que o governo central passou a orientar que “[...] as práticas pedagógicas e a gestão das escolas se tornassem instrumentos ideológicos a serviço do enaltecimento de valores e atitudes tidos como alicerces de um patriotismo [...]”. Esses deveriam contrapor-se aos estilos sociais e culturais dos estrangeiros. Ademais, a autora evidencia que foi atribuído às escolas o papel de legitimação do ideário político e econômico em andamento.

Nesse contexto, o aumento da centralização na área educacional foi expressado na elaboração do Decretos n. 19.890 (1931) e n. 21.241 (1932)⁸⁰, na gestão do ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Luís da Silva Campos (1930 – 1932). Souza (2008, p. 147) afirma que a primeira reforma empreendida “[...] sinalizou os rumos da ação do Estado na tentativa de constituição de um sistema nacional de educação pautado nos princípios da racionalidade e uniformização [...]”. Para Saviani (2013), com as reformas empreendidas pelo ministro Francisco Campos, o governo Vargas demonstrou que sua tendência seria tratar a educação como questão nacional.

A segunda reforma educacional no período do Governo Vargas foi apresentada pelo ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema Filho (1934-1945), e se constituiu

⁷⁸ Contudo será abordado sobre essa unidade administrativa mais a seguir, e sobre a educação deste território no capítulo IV.

⁷⁹ “[...] situação dada pela inserção periférica do país na economia mundial [...]”. (CORSI, 1997, p. 2).

⁸⁰ “a) Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação; b) Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; c) Decreto n. 19.852, de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário; e) Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931, que estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas; f) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências; g) Decreto n. 21.241, de 04 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. (SAVIANI, 2013).

de uma série de reformas parciais, as chamadas Leis Orgânicas do Ensino⁸¹. Com a referida reforma, pretendia-se organizar um sistema de ensino nacional no Brasil. (BRITO, 2001), dado que as condições e as bases, de alguma forma, já haviam sido criadas pela Reforma Francisco Campos. Por sua vez, Saviani (2014, p. 30) argumenta que, de fato,

[...] o Brasil foi retardando essa iniciativa e, com isso, foi acumulando um déficit histórico imenso no campo educacional, em contraste com os países que implantaram os respectivos sistemas nacionais de ensino tanto na Europa como na América Latina, como o ilustram os casos da Argentina, Chile e Uruguai. Estes equacionaram o problema na passagem do século XIX para o XX. O Brasil já ingressou no século XXI e continua postergando a dupla meta sempre proclamada de universalizar o ensino fundamental e erradicar o analfabetismo.

No caso de Mato Grosso antes de Getúlio Vargas assumir o governo federal e indicar um interventor para esse estado⁸² foi eleito o presidente Annibal Benício de Toledo (janeiro de 1930 a outubro de 1930). Nesse período, era precária a eficácia na fiscalização das escolas no estado, a instalação de algumas escolas com frequência intermitente dos estudantes, especialmente em zonas rurais rarefeitas característica de grande parte dos municípios de Mato Grosso. Sobre as escolas rurais estavam instaladas em locais inapropriados e nelas faltavam materiais, os professores não tinham diplomação adequada e a fiscalização acontecia sem periodicidade e efetividade.

Annibal de Toledo destaca que expandir e fiscalizar as escolas no estado era problemático devido sua extensão territorial, pois era “[...] cerca de 400 mil habitantes para 1.500.000 quilômetros quadrados”. (MATO GROSSO, 1930, p. 05). Assim, essa característica ocasionava elevado estado de dispersão da população. Para resolver tal obstáculo foi elencado como proposta a intensificação da colonização pelo estado e por particulares. Segundo Annibal de Toledo:

⁸¹ Formadas pelos seguintes Decretos: Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; Decreto-lei 4.244, de 09 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário; Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei 8.529 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário; Decreto-lei 8.530 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal; Decretos-lei 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946: Criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Decreto-lei 9.613 de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (ROMANELLI, 1999, p. 140).

⁸² É relevante lembrar que no governo Vargas foram nomeados interventores e o estado de Mato Grosso foi governado por nove deles. O primeiro interventor de Mato Grosso foi o Major Sebastião Rabelo Leite, substituído pelo Coronel Antonio Mena Gonçalves que permaneceu no governo por menos de seis meses. Segundo Marcílio (1963, p. 16), “Artur Antunes Maciel, Leônidas Antero de Matos, Cezar de Mesquita Cerva, Felon Muller e o general Newton Calvacante, constituem a sucessão de outros interventores”. Com a saída de Getúlio Vargas da presidência do Brasil, os Estados Federados puderam eleger de forma direta os seus governadores.

O povoamento, a colonização, oferecem, portanto solução de conjuncto, resolvem o problema de modo integral e completo, habilitando-nos a cuidar da instrução, da hygiene, da segurança, da assistencia e de todos os outros serviços publicos sobre bases mais largas, a ir melhorando e ampliando todos elles com recursos orçamentarios que o aumento e o enriquecimento da população irão tornando cada vez maiores. Ao passo que o solucionamento isolado de qualquer destes, a hygiene, por exemplo, nos levaria a gastar rios de dinheiro para chegarmos afinal a um resultado relativamente mesquinho. Dariamos solução apenas a uma face do problema, e esta mesma incompleta, inefficiente; quando, o que devemos desejar é a solução integral, que só o povoamento offerece. (MATO GROSSO, 1930, p. 09).

No que tange à educação primária, em 1929, o presidente Annibal de Toledo salienta que essa formação escolar era ministrada, em Mato Grosso, por grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas (urbanas, rurais e ambulantes). As escolas graduadas são resultados da reforma de 1910 e tinham o intuito de modernizar o ensino em Mato Grosso. As escolas reunidas e ambulantes, por sua vez, são implementadas no estado tendo como base a reforma de 1927.

Sobre as escolas ambulantes, segundo Tony Honorato (2013), a exemplo de São Paulo, deveriam ser instaladas em localidades com baixa densidade populacional. As escolas ambulantes, pelo menos no caso de Mato Grosso, eram derivações de tipos de escolas existentes, isto é, “[...] as escolas ambulantes formavam-se a partir de classes isoladas que, embora localizadas em um dado município, não possuíam um espaço físico definido, podendo situar-se em diversos lugares, ao longo dos anos”. (BRITO, 2001, p. 58-59).

As escolas ambulantes no caso do Estado de Mato Grosso foram chamadas de itinerantes no Território Federal de Ponta Porã (1943-1946). Elas eram consideradas relevantes para atender alguns dos indivíduos em idade escolar, de modo especial, os filhos dos trabalhadores dos ervais. Sobre as escolas ambulantes, Brito (2001) apresenta dados de 1930 a 1942, sendo que na década de 30 havia 13 dessas escolas e, sete anos depois, os estabelecimentos desse tipo tinham desaparecido. Essas escolas não tiveram duração longa e a autora aponta como possíveis causas da extinção os cortes no orçamento do Estado de Mato Grosso e o não enquadramento na legislação vigente à época.

Castro (2011), por sua vez, salienta que as escolas ambulantes também foram instaladas no Território Federal do Acre, por volta da década de 1930. Segundo a autora, as escolas ambulantes nessa região atendiam as localidades mais distantes, como os seringais. Sua transferência de uma localidade para outra poderia ocorrer no período de até um ano, diferentemente do Território Federal de Ponta Porã. Ainda sobre a abertura de instituições de

ensino para um público específico, Dias (2014) critica a falta de escolas que atendessem às necessidades peculiares do caboclo, no caso do Território Federal do Amapá.

Sendo assim, após a Revolução de 1930, tentou-se criar em Mato Grosso um projeto orgânico para o conjunto de estabelecimentos estaduais de educação. Ou seja, era uma tentativa de resolver os problemas crônicos enfrentados pelo sistema educacional da região. Dentre eles, pode-se destacar três, segundo Brito (2001, p. 57):

1. a dificuldade de manter-se, em termos organizativos, um sistema de ensino formado, em sua maioria, por escolas isoladas, localizadas preferencialmente na zona rural;
2. a incapacidade do Estado de fazer frente à necessidade de controle e fiscalização da rede de ensino existente, fosse ela pública ou particular;
3. a presença maciça de professores leigos, principalmente no ensino primário.

Portanto, até o final da década de 1930, reorganizou-se o sistema educacional mato-grossense no que se refere a esfera pública. Segundo o presidente do estado, Annibal Benicio de Toledo, em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 1930:

Grupos escolares temos 11, sendo 2 na capital [Cuiabá] e 1 em cada um dos seguintes municípios: Rosario Oeste, Poconé, Caceres, Corumbá, Aquidauana, Miranda, Campo Grande, Três Lagoas e Ponta Porã, nos quaes se matricularam o anno passado 3.391 alumnos. Os mais frequentados foram os de Cuyabá, Campo Grande e Corumbá, Com 1.423, 480, e 304 alumnos cada um respectivamente, e o de menor numero de matriculas foi o de São Luiz de Caceres com 143 apenas. Escolas reunidas, temos, 4, sendo 1 em cada um dos seguintes municípios: Livramento Santo Antonio do Rio Abaixo, Sant'Anna do Paranahyba e Bella Vista. (MATO-GROSSO, 1930, p. 41-42).

Em 1936 o Estado de Mato Grosso era constituído de 24 municípios e duas vilas. A região sul de Mato Grosso compreendia 12 municípios (Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã, Porto Murtinho, Paranaíba e Três Lagoas e uma vila – Dourados.

A seguir, na tabela 15 apresenta como os municípios de Dourados e Ponta Porã atingiram crescimento sempre maior que 50,0%. Segundo estatísticas de 1950 o crescimento de Dourados foi de 140,2%, demonstrando que o povoamento do sul de Mato Grosso foi intensificado nos anos de 1940.

Na mencionada tabela o município de Ponta Porã, por exemplo, na década de 1940 diminuiu consideravelmente sua população, no entanto, é importante esclarecer que isso

ocorreu principalmente porque o município de Amambaí já havia sido desmembrado de Ponta Porã.

TABELA 15 – POPULAÇÃO DAS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSSES (1936-1950)

| Município | Ano | 1936 | 1937 | 1940 | 1950 |
|---------------------------------|------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Cuiabá (capital) | | 47.819 | 48.857 | 54.394 | 56.204 |
| Alta Araguaia | | - | - | 10.363 | 11.049 |
| Alta Madeira | | - | - | 5.788 | - |
| Amambaí | | - | - | - | 16.088 |
| Aparecida do Taboado | | - | - | - | 3.412 |
| Aquidauana | | 15.030 | 15.429 | 20.949 | 21.258 |
| Araguaiana | | 3.787 | - | 3.202 | - |
| Aripuanã | | - | - | - | 2.038 |
| Barra do Bugres | | - | - | - | 3.114 |
| Barra do Garças | | - | - | - | 6.628 |
| Bela Vista ⁽²⁾ | | 12.890 | 13.233 | 13.775 | 16.436 |
| Bonito | | - | - | - | 4.360 |
| Cáceres | | 15.306 | 15.713 | 17.603 | 19.262 |
| Camapuã | | - | - | - | 9.475 |
| Campo Grande | | 29.890 | 30.685 | 49.629 | 57.033 |
| Corumbá | | 27.898 | 28.640 | 29.521 | 38.734 |
| Coxim | | 12.553 | 12.887 | - | 8.508 |
| Diamantino | | 5.845 | 6.000 | 5.430 | 6.169 |
| Dourados ⁽²⁾ | | 14.051 | 14.455 | 14.985 | 22.834 |
| Entre Rios | | 10.000 | 10.266 | 8.375 | - |
| Guajará Mirim ⁽¹⁾ | | 8.535 | 8.762 | 6.101 | - |
| Herculândia | | - | - | 11.203 | - |
| Lajeado (Guiratinga) | | - | - | 16.841 | 18.627 |
| Livramento | | 10.399 | 10.675 | 10.475 | 11.366 |
| Maracaju ⁽²⁾ | | 8.400 | 8.623 | 5.160 | 5.799 |
| Mato Grosso | | 1.845 | 1.894 | 3.272 | 2.848 |
| Miranda ⁽²⁾ | | 10.430 | 10.707 | 10.622 | 7.419 |
| Nioaque ⁽²⁾ | | 5.600 | 5.749 | 4.757 | 6.742 |
| Paranaíba | | 15.000 | 15.399 | 14.105 | 22.482 |
| Poconé | | 10.842 | 11.130 | 16.313 | 13.438 |
| Ponta Porã ⁽²⁾ | | 25.490 | 26.168 | 32.996 | 19.997 |
| Porto Murtinho ⁽²⁾ | | 5.485 | 5.631 | 7.185 | 8.436 |
| Poxoreu | | - | - | 14.779 | 21.720 |
| Ribas de Rio Pardo | | - | - | - | 3.609 |
| Rio Brillhante | | - | - | - | 8.838 |
| Rochedo | | - | - | - | 9.132 |
| Rosário Oeste | | 12.543 | 12.876 | 14.086 | 16.883 |
| Santa Rita do Araguaia | | - | 15.592 | - | - |
| Santo Antônio ⁽³⁾ | | - | - | 15.338 | 17.800 |
| Santo Antônio do Rio Abaixo | | 20.975 | 21.533 | - | - |
| Santo Antônio do Rio da Madeira | | 13.800 | 14.167 | - | - |
| Três Lagoas | | 13.883 | 14.252 | 15.378 | 18.803 |
| Várzea Grande | | - | - | - | 5.503 |
| Total | | 358.296 | 379.323 | 432.625 | 527.547 |

(1) Depois de 1943 passou a integrar o Território Federal de Guaporé.

(2) Entre os anos de 1943 a 1946 integrou o Território Federal de Ponta Porã.

(3) Santo Antônio do Rio Abaixo e do Rio Madeira.

Fonte: BRASIL (1937, p. 128; 1938, p. 127-128; 1939/40, p. 100; 1946, p. 60; 1952, p. 52-53). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018

No que tange aos municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã, à época no extremo sul de Mato Grosso, a população correspondia a 82.346 (23,0%) do total do estado, no ano de 1936, sendo que o município de Ponta Porã, nesse período, contava com 25.490 mil habitantes (7,1%) – o que a colocava como o quarto município mais populoso do estado, ficando atrás apenas da capital Cuiabá, de Campo Grande e de Corumbá.

No período que condiz de 1936 a 1940, Ponta Porã aumentou sua população para quase 33 mil, tornando-se o terceiro município mais importante em número de habitantes de Mato Grosso. Os demais principais municípios do sul de Mato Grosso: Aquidauana, Bela Vista, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Miranda, Porto Murtinho e Três Lagoas também cresceram, especialmente Campo Grande, com crescimento de 66,0%. Em Maracaju e Nioaque, pelo contrário, a população diminuiu.

Na década de 1940, foi em Miranda que aconteceu o maior esvaziamento populacional. Considerando que o Território Federal de Ponta Porã havia sido extinto em 1946. Campo Grande continuou crescendo de forma notável, superando inclusive a população da capital, Cuiabá. Corumbá cresce e tornou-se o terceiro município mais populosa do estado. Dourados, local onde foi instalado a Colônia Nacional Agrícola, em 1943, expandiu sua população em 52,3%. É relevante enfatizar que no período novos municípios foram emancipados, diminuindo a população de suas antigas sedes administrativas.

As escolas estaduais em Mato Grosso, a partir de 1937, aumentou significativamente, principalmente depois da criação do Território Federal de Ponta Porã, mais especificamente após 1947, conforme apresentado na tabela 16.

TABELA 16 – ESCOLAS ESTADUAIS EM MATO GROSSO (1930-1950)

| Ano | Grupo Escolar | | Escolas Reunidas | | Escola Isolada | | Total |
|---------------------|---------------|-----|------------------|-----|----------------|------|------------|
| | escolas | % | escolas | % | escolas | % | |
| 1930 | 11 | 5,8 | 4 | 2,1 | 175 | 92,1 | 190 |
| 1937 | 11 | 4,4 | 12 | 4,8 | 227 | 90,4 | 251 |
| 1939 | 13 | 4,9 | 22 | 8,3 | 230 | 86,5 | 266 |
| 1942 | 13 | 4,8 | 22 | 8,1 | 235 | 87,1 | 271 |
| 1947 ⁽¹⁾ | 15 | 5,5 | 23 | 8,4 | 236 | 86,1 | 274 |
| 1948 | 24 | 3,6 | 33 | 5,0 | 609 | 91,4 | 666 |
| 1949 | 25 | 3,9 | 39 | 6,1 | 576 | 90,0 | 640 |
| 1950 | 28 | 3,6 | 37 | 4,8 | 705 | 91,6 | 770 |

(1) Os dados apresentados excluem o Território de Ponta Porã, em 1947.

Fonte: Brito (2001, p. 59; p. 143). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Os grupos escolares foram ampliados expressivamente em 1939, 1947 e 1948, crescendo, nesse último ano, 60,0%. As escolas reunidas aumentaram 200,0% no ano de 1937 e 83,3% em 1939. No ano de 1948, seu crescimento foi de 43,4%. As unidades escolares de tipo reunidas cresceram consideravelmente na primeira década dos anos de 1930, pois o estado, assim como em todo o país, recuperava-se de um período de crise internacional, impondo novos desafios para a expansão de escolas. Sendo assim, a expansão de escolas reunidas foi um meio encontrado para conter gastos do cofre público estadual com a educação, pois os grupos escolares exigiam investimentos mais elevados em relação as escolas reunidas que necessitavam de um quadro de funcionários menor. Elas reuniam em um raio de dois quilômetros três ou mais escolas isoladas, mas o total de matrículas não poderia ser menor que 80 alunos. Segundo o artigo 25 e 26 do Regulamento da instrução pública primária do Estado de Mato Grosso, de 22 de abril de 1927, “As escolas reunidas serão dirigidas por um dos respectivos professores, nomeados pelo governador e com **regência obrigatória de classe**” e “O diretor de escolas reunidas terá além dos vencimentos que lhe competirem como professor, uma gratificação mensal de 30\$000 (trinta mil réis) por classe, não computada a sua”. (MATO GROSSO, 1927, p. 166, grifo nosso), ou seja, a direção da escola era dividida com a parte administrativa.

Conforme o Decreto n. 265, de 22 de outubro de 1910, que ainda estava vigente para o quadro de funcionários dos grupos escolares, em seu artigo 41, estabeleceu que “Cada grupo terá o seguinte pessoal: Um diretor, Um professor auxiliar para cada classe, Um porteiro e dois serventes”. (MATO GROSSO, 1910a, p. 125). Sobre as escolas reunidas, salienta-se que:

Art. 20 – As escolas reunidas terão no máximo sete classes e não poderão funcionar com menos de três.

Art. 21 – A criação de escolas reunidas visa:

I – melhorar as condições pedagógicas e higiênicas das salas escolares;

II – classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual;

III – facilitar e intensificar a inspeção. (MATO GROSSO, 1927, p. 166).

As escolas isoladas, por sua vez, seguiram ritmo de expansão mais acelerado. No ano de 1947, cresceram 29,7%, mas no ano de 1948 o número saltou para 158,0%, ao menos nos principais centros populacionais. As escolas em Mato Grosso, a partir de 1948, cresceram consideravelmente, pois o número de 274 escolas no ano de 1947 foi ampliado para 666, percentualmente corresponde a 143,0% a mais. No ano de 1948, foi inserido no quantitativo de escolas de Mato Grosso as criadas na época do Território Federal de Ponta Porã.

As escolas isoladas urbanas se diferenciavam das rurais pelo distanciamento da sede municipal, isto é, as primeiras deveriam estar dentro de um raio de três quilômetros, e as escolas rurais para além dessa quilometragem. Outra diferença é relativa ao tempo de execução do programa de estudos, pois nas escolas rurais seria ensinado a instrução rudimentar em dois anos: leitura, escrita, as quatro operações sobre os números inteiros, noções de História Pátria, Corografia do Brasil, especialmente de Mato Grosso e noções de higiene, enquanto nas escolas isoladas urbanas o tempo mínimo era de três anos.

De todo modo, destaca-se que enquanto as escolas públicas eram, na maior parte, rurais, as escolas de iniciativa particular estavam localizadas majoritariamente nas cidades. Do mesmo modo que se nota que os grupos escolares foram apontados como a estratégia mais adequada de escolas, mas o que se efetiva no estado é a abertura considerável de escolas reunidas e isoladas, devido às limitações econômicas da realidade de Mato Grosso e da dispersão da população, resultado de uma ocupação populacional centrada em atividades de cunho extensivo da pecuária e da erva-mate. Sendo assim, apenas nos municípios que possuíam alguma importância no quadro regional, é que houve maior presença de escolas reunidas e grupos escolares. “Para as outras cidades e zona rural, eram destinadas as escolas isoladas urbanas, públicas e particulares, no primeiro caso; ou escolas isoladas públicas, no segundo”. (BRITO, 2001, p. 63).

Na década de 1940, o interventor federal Julio Strübing Müller (1937 – 1945)⁸³, por meio do Decreto n. 53, de 18 de abril de 1941, criou 100 escolas de instrução primária, principalmente nas zonas rurais do estado. De acordo com Gonçalves (2009), o fato destas escolas serem rurais se deve a população, nesse período, vivia em sua maioria no campo.

Nesse contexto, as escolas regimentais e distritais que também eram do tipo isoladas, mas elas se diferenciavam pela sua localização e/ou pelos alunos que atendiam. Essas escolas instruíam em nível primário adultos que estavam em exercício militar ou estavam incorporados na força policial do Estado de Mato Grosso. As escolas regimentais foram criadas desde a Primeira República, mas, no período varguista, chegaram a funcionar 12 delas. Enfatiza-se que: “Os respectivos professores, nomeados pelo Govêrno do Estado e pagos pelos cofres públicos,

⁸³ Assumiu a função de interventor do estado de Mato Grosso no período de 24/11/1937 a 08/11/1945, com o golpe de estado de 1937, instaurado na gestão do presidente Getúlio Vargas (1930-1945).

exercem suas funções debaixo da vigilância dos respectivos comandos [...]” (MATO GROSSO, 1942, p. 17).

Nas décadas de 1930 e 1940, as escolas públicas estaduais passaram por crescimento, assim como ocorreu com as municipais, salvo em um ou outro ano. As escolas que eram administradas pelas municipalidades alcançaram, respectivamente, os seguintes aumentos: 23,6% no ano de 1936, 31,9% em 1937 e 10,0% no ano de 1942. No ano de 1939 ocorre queda de 3,2%, conforme tabela 17.

TABELA 17 – ESCOLAS SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – MATO GROSSO (1935 A 1942)

| Ano | Estaduais | % | Municipais | % | Particulares | % | Total |
|------------|------------------|----------|-------------------|----------|---------------------|----------|--------------|
| 1935..... | 229 | 62,2 | 38 | 10,3 | 101 | 27,4 | 368 |
| 1936..... | 208 | 53,3 | 47 | 12,1 | 135 | 34,6 | 390 |
| 1937..... | 251 | 54,2 | 62 | 13,4 | 150 | 32,4 | 463 |
| 1939..... | 266 | 67,2 | 60 | 15,2 | 70 | 17,7 | 396 |
| 1942..... | 271 | 68,4 | 66 | 16,7 | 59 | 14,9 | 396 |

Fonte: Brito (2001, p. 65).

Entretanto, as escolas particulares diminuíram sua participação no ensino primário do estado. De acordo com dados coletados por Brito (2001), no IBGE e nos relatórios de Mato Grosso, as escolas particulares oscilaram com crescimento e queda no que diz respeito ao número de escolas criadas. Entre os anos de 1935 a 1937, percebe-se respectivos aumentos de 33,6% no ano de 1936 e de 11,1% no ano seguinte das escolas da iniciativa particular, e queda de 53,3% em 1939 e 15,7% no ano de 1942. As escolas particulares foram sendo trocadas pelas públicas, pois o contexto de crise ainda era muito forte em Mato Grosso. Seus principais produtos estavam em queda

[...] atingindo principalmente a pecuária e as atividades extrativas — sobretudo a erva-mate e a borracha — não deixava margem a um crescimento mais significativo de empreendimentos privados, contribuindo para a dificuldade de se criar um público próprio para o consumo da atividade educativa de cunho particular. Para isto colaborou, ainda, o próprio conflito mundial, no final dos anos 30, na medida em que, inicialmente, dificultou a comercialização de algumas mercadorias produzidas no estado, diminuindo assim, momentaneamente, a disponibilidade de capitais, públicos e privados, em Mato Grosso. (BRITO, 2001, p. 65).

Ademais, a população mato-grossense estava crescendo no período em questão, pois entre os anos de 1920 e 1940, nota-se 75,0% de crescimento da população e que os indivíduos escolarizáveis aumentaram para 34,6%, considerando a faixa etária de 05 a 14 anos. Nessa faixa etária a autora destaca que, em 1920, 14,4% da população estava frequentando a escola primária, pública ou particular, em Mato Grosso. Vinte anos depois, o atendimento registrou aumento para 29,3% das crianças/adolescentes recebendo instrução rudimentar. A população, em 1920, em Mato Grosso era de 246.612 e em 1940 era de 432.265 indivíduos. (BRITO, 2001). Ou seja, à medida que crescia a população, aumentavam o número de alunos e de escolas, intensificando a demanda por professores.

Desta forma a seguir apresenta o processo de criação das escolas normais no Brasil, bem como, apresenta-se as medidas que foram tomadas para formar profissionais para atuarem na área da educação no Estado de Mato Grosso.

3.4 Ensino normal no Brasil e em Mato Grosso: o problema da formação de professores em foco

No período imperial as primeiras escolas normais foram criadas no século XIX em grande parte das províncias. Saviani (2009, p. 144) argumenta que “[...] essas escolas, entretanto, tiveram existência intermitente, sendo fechadas e reabertas periodicamente”. Nos primeiros 50 anos do período imperial, poucas escolas normais foram implantadas e não conseguiram concretizar o ensino normal no Brasil, mas, a partir dos anos de 1868/70, “[...] transformações de ordem ideológica, política e cultural seriam acompanhadas de intensa movimentação de idéias, com profundas repercussões no setor educacional [...]” (TANURI, 2000, p. 66). Desta forma, se passou a entender o ensino como imperioso para desenvolver-se a nação nos aspectos sociais e econômicos. As escolas normais também passaram a ser reclamadas nesse período, sendo que o número delas – que eram de 4 em 1867 – cresceu para 22 no ano de 1883.

Nesse contexto, ainda, propostas que pretendiam colaborar na criação e manutenção de estabelecimentos de ensino normal, por exemplo: Decreto n. 7.247 (Reforma Leôncio de Carvalho), de 1879; os projetos elaborados por Almeida de Oliveira, Rui Barbosa, no ano de 1882, e de Cunha Leitão, quatro anos depois.

As propostas não se consolidaram a contento, mas foram favoráveis para destacar a importância do papel das escolas normais no desenvolvimento do ensino, sobretudo, do primário. Além disso, até o final do império brasileiro (1889) “[...] a maioria das províncias não tinham mais do que uma escola normal pública, ou quando muito duas, uma para o sexo feminino e outra para o masculino, organizadas com dois a quatro anos de estudos, geralmente três”. (TANURI, 2000, p. 66-67), coube aos republicanos ampliar esse número, assim como mudar qualitativamente as escolas normais no Brasil.

De acordo com Saviani (2009) as críticas apresentadas pelo Ministro dos Negócios do império, Couto Ferraz, evidenciam que as Escolas Normais eram muito caras, não atingiam os objetivos esperados delas e formavam um número discreto de profissionais, pois eram ao longo do século XIX “insignificantes quantitativamente”.

Com a proclamação da República, uma nova Constituição foi elaborada permanecendo a descentralização estabelecida pelo Ato Adicional de 1834. Contudo, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o movimento nacionalista das escolas normais ganhou força. Esse objetivou, além de influenciar o desenvolvimento do ensino primário em todo o país, organizou um sistema de formação de professores coordenado pelo governo federal ou, ao menos, estabelecer a criação de escolas modelos nos estados federados, mas as expectativas não caminharam conforme o desejável durante a Primeira República. Nesse período, os avanços no desenvolvimento qualitativo e quantitativo das escolas normais foram financiadas pelos estados, sobretudo de São Paulo, já que o governo federal havia se ausentado.

Neste sentido, conforme Tanuri (2000, p. 68):

A atuação dos reformadores paulistas nos anos iniciais do novo regime permitiu que se consolidasse uma estrutura que permaneceu quase que intacta em suas linhas essenciais nos primeiros 30 anos da República e que seria apresentada como paradigma aos demais estados, muitos dos quais reorganizaram seus sistemas a partir do modelo paulista: Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina, Sergipe, Alagoas, Ceará, Goiás e outros.

O Estado de São Paulo foi o pioneiro na reforma da instrução pública (1890) e, nessa oportunidade, apresentou um modelo de organização e funcionamento das Escolas Normais. A reforma paulista seguiu dois caminhos, isto é, enriqueceu os conteúdos curriculares e deu ênfase nos exercícios práticos de ensino. No entanto, a particularidade de criação de escola-modelo anexa à escola normal foi sua principal inovação. O modelo de reforma estendeu-se a partir de

São Paulo para os demais estados brasileiros, que enviavam seus professores para estagiar nessa unidade federativa ou recebiam comissões de docentes paulistas. (SAVIANI, 2009)

Nesse contexto, a proposta dos reformadores republicanos paulistas foi aperfeiçoada no intuito de aligeirar a formação de professores. Observa-se, então, a implantação de cursos complementares e, conseqüentemente, a dualidade no que diz respeito a formação de professores. Desta forma,

[...] consolida-se nesse período a idéia de desdobramento dos estudos propedêuticos e profissionais, em dois cursos distintos, quando então são dados dois importantes passos nesse sentido: a criação ou ampliação dos estudos complementares, preparatórios ao normal, acima mencionados, e, em alguns estados, a divisão do curso normal em dois ciclos: um geral ou propedêutico e outro especial ou profissional, ainda que nem sempre completamente diferenciados. (TANURI, 2000, p. 70).

Neste cenário, se deu instalação de escolas normais rurais no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Na mesma linha, o Estado de Minas Gerais apresenta reforma que evidencia três categorias de estabelecimentos de ensino: Escolas Normais de Segundo Grau (somente oficiais); Escolas Normais de Primeiro Grau (oficiais e particulares); e Cursos Normais Rurais. Esses funcionavam junto aos grupos escolares, no período de dois anos, como aprofundamento das matérias do ensino primário caracterizando o citado curso normal como formação “intensiva” de docentes, mas não se pode deixar de considerar que a mencionada estratégia possibilitou que a maioria dos estados brasileiros expandissem consideravelmente suas escolas normais. (TANURI, 2000).

No caso da capital federal, no decorrer dos anos de 1930, o ciclo preparatório da escola normal foi ampliado e equiparado ao ensino secundário. Quer dizer, nesse período, o curso fundamental passou a ser constituído de 05 anos; o curso profissional, por sua vez, foi reformulado e transformado em Escola de Professores. Essa, com o passar do tempo, foi incorporada à universidade do Distrito Federal.

Outra tendência apontada, no período de 1930 a 1940, diz respeito ao movimento ruralista que objetivava aproximar os currículos da escola primária e normal às singularidades do meio em que eram instaladas, constituindo, por assim dizer, uma consciência agrícola e fixando o homem no campo. Escolas normais rurais foram instaladas no Ceará, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Sul.

As escolas rurais foram acolhidas pela Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, e Lourenço Filho (1953) argumenta que os cursos normais regionais, ou rurais, formariam profissionais destinados a atender as escolas rurais, conforme fragmento de texto abaixo:

Para a formação do pessoal docente destinado a escolas rurais, consideráveis esforços vêm sendo realizados, no Brasil, desde algum tempo. Experiências pioneiras houveram nesse sentido, antes da lei orgânica do ensino normal, que é de janeiro de 1946; em consequência dessa providência do governo federal é que, no entanto, o movimento tomou maior firmeza e expansão. Já no ano de 1951 funcionavam 121 cursos normais regionais, de par com as escolas normais comuns, então, em número de 434. (LOURENÇO FILHO, 1953, p. 75).

A Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) apenas instituiu em lei federal o que os estados já vinham desenvolvendo no âmbito das escolas normais, ou seja, esse ensino foi reorganizado em dois ciclos, sendo que o primeiro oferecia formação de regentes, em quatro anos, com funcionamento em escolas normais regionais. O segundo, por sua vez, formaria professores primários e eram ministrados nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação. (TANURI, 2000). A diferença na formação de regentes (1º ciclo) e professores primários (2º ciclo) se dava no nível de aprofundamento das disciplinas já estudadas no primeiro ciclo, bem como na inserção de estudos como História/Filosofia da educação, Metodologia do ensino primário, Psicologia e Sociologia.

No caso de Mato Grosso implantou-se a escola normal no contexto do Brasil império, segundo Rodríguez e Oliveira (2008), mas desde o referido período a escola normal passou por rupturas e interrupções, não sendo diferente para as instituições de ensino normal que foram implantadas depois. Dessa forma, a primeira escola normal foi implantada pela Lei Provincial n. 08, de 05 de maio de 1837, instalada somente em 1840, no governo do presidente Cônego José da Silva Guimarães (1840-1843). O seu primeiro dirigente foi o professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzadas, que estagiou na escola normal Fluminense, em Niterói, com o intuito de se preparar para administrar a referida escola. Rodríguez e Oliveira (2008) evidenciam, ainda, que a escola normal foi desativada quatro anos depois de sua instalação.

Com a Lei Provincial n. 13, de nove de julho de 1874, instaurada 30 anos depois da acima menciona, o Barão de Diamantino instalou em Cuiabá um curso normal. (MATO GROSSO, 1876), mas, anos depois, o Liceu de Línguas e Ciências absorveu esse curso. Sobre o Liceu, é relevante dizer que foi criado, em 3 de dezembro de 1879, pela Lei n. 536, passando a habilitar professores para atuarem no ensino primário. (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2008).

Com o advento da República no Brasil, o curso normal de Mato Grosso foi anexado ao Curso de Preparatórios. Anos mais tarde, especificamente na administração do governador Pedro Celestino da Costa, elaborou-se um conjunto de reformas no campo da educação, criando-se, inclusive, uma escola normal. Essa escola foi reorganizada pelo “[...] Decreto n. 266, de 3 de dezembro de 1910, sendo que sua orientação pedagógica sofreu influências das idéias paulistas trazidas por especialistas contratados pelo estado [de Mato Grosso] [...]” (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2008, p. 03)

O Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, Vice Presidente do Estado, em exercício, usando da autorização que lhe dá a lei nº. 533 de 4 de Julho do corrente ano, na alínea b, de seu art. 1º, resolveu criar nesta capital uma Escola Normal Mista, tendo por dependência um Grupo Escolar Modelo, de Instrução primária, e em Jardim da Infância para meninos e meninas de 3 a 6 anos de idade; e manda que no serviço da nova Instituição, assim criada, se observe o regulamento que com este baixa. (MATO GROSSO, 1910b, p. 01).

Em 1912, o relatório do presidente Joaquim Augusto da Costa Marques enfatiza que a escola normal de Mato Grosso, no ano anterior, matriculou 16 alunos, sendo que a maioria era de mulheres (14), não estando a escola adequadamente aparelhada. No ano seguinte, foram matriculados 30 alunos na primeira série e 13 na segunda. (MATO GROSSO, 1913).

Em 1914, foi instituído o prédio escolar que passou a ser a nova sede do curso normal. Entretanto, essa medida não melhorou o cenário precário na formação das professoras devido a distância entre a capital e o interior de Mato Grosso. Nesse ano, a escola normal de Mato Grosso continuou crescendo em número de alunos, tendo 45 novas matrículas efetivadas e a escola já possuía três séries. Ainda em 1914, foi instituído o Decreto n. 353 para promover mudanças na escola normal. Foi solicitado, nessa oportunidade, pelo gestor da escola normal, a contratação de dois professores diante do aumento de alunos, tornando

[...] mais equitativa a divisão das matérias além de muitas outras modificações. Assim terão os alumnos deste Instituto maior espaço de tempo para se prepararem e os annos do curso não ficarão tão sobrecarregados de matérias como estavam, com sacrificio do methodo e prejuizo do ensino. (MATO GROSSO, 1914, p. 24).

Três anos depois, a escola normal mato-grossenses matriculou apenas 74 alunos. Isso indica que seu crescimento havia sido moderado no período, mas em 1920, a escola normal voltou a expandir suas matrículas, aumentando o número para 105 alunos a mais. Isso corresponde percentualmente a 41,8%, e, no ano seguinte, a efetivação de matrículas foi elevada para 124 (18,0%). Nesse ano, os discentes do gênero masculino se faziam presente com 7 jovens

apenas. No decorrer da república, a presença de mulheres já eram bem mais expressiva. Três anos depois, no relatório do presidente do Estado de Mato Grosso, Estevão Alves Corrêa, evidenciou que a escola normal de Mato Grosso passou mais uma vez por queda, matriculando 114 alunos. (MATO GROSSO, 1925).

Em 1927, por sua vez, a escola estava sob a direção do professor Julio Strubing Müller. “Até hoje tem completado o curso da Escola Normal 164 alumnos que, na sua quase totalidade, regem os estabelecimentos e classes dos grupos escolares espalhados no Estado”. (MATO GROSSO, 1927, p. 121). Por um lado, essa informação do diretor da escola reforça que o diploma do curso normal em Mato Grosso, na época em questão, possibilitava atuar nos grupos escolares ou nas melhores escolas isoladas que estavam localizadas nos principais centros urbanos do estado. Por outro lado, a quantidade de alunos formados por ano (seis em média), não acompanhou a expansão de escolas, sobretudo, as isoladas em Mato Grosso.

Ainda no período da Primeira República, mais especificamente em 1928, a escola normal de Cuiabá teve seu maior percentual de crescimento, pois foram matriculados 246 alunos. (MATO GROSSO, 1929), isso corresponde a um aumento expressivo de 115,7%. Entretanto, no ano seguinte, o número de matrículas volta a cair. Annibal de Toledo, informa que o número de normalistas matriculados, no ano de 1929, foi de 167, um total de 32,1% a menos de alunos.

No período conhecido como Era Vargas, os estados que constituíam o Brasil foram administrados por interventores escolhidos pelo presidente. O Estado de Mato Grosso, nesse sentido, foi assumido por Julio Strübing Müller (1937-1945) que desativou mais uma vez a escola normal de Cuiabá. Brito e Rodríguez (2015) argumentam que a escola foi aberta e fechada por problemas administrativos no contexto de crise econômica e política dos anos que se seguiram a 1930. As autoras constataram que a formação docente ora era desenvolvida em estabelecimentos congêneres, ora “[...] simplesmente deveria ser deixada para a iniciativa privada a sua materialização, o que foi facilitado pela equiparação dos estabelecimentos privados [...]” (BRITO; RODRÍGUEZ, 2015, p. 07).

A partir do exposto, é relevante apresentar as matrículas nos municípios do sul de Mato Grosso, antes da criação do Território Federal de Ponta Porã. De modo geral, aconteceram sucessivos aumentos no período evidenciado pela tabela 18 – exceto no ano de 1939 em que ocorreu queda de 3,0% e em 1943 de 9,5% do total de matrículas. As escolas estaduais ampliaram suas matrículas na maior parte do tempo, mas nos anos de 1940 e 1943 o número de

alunos diminuiu, respectivamente, 10,8% e 13,8%. As escolas municipais aumentaram suas matrículas, principalmente nos anos de 1938 (160,8%) e 1940 (23,1%). Contudo, nos anos de 1942 e 1943 apresentou quedas, respectivas, de 0,5% e 14,3%. As escolas particulares apresentaram queda acentuada no ano de 1939 (16,7%). Entretanto, essas atendiam número de alunos maiores que as escolas públicas municipais.

TABELA 18 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS DE ENSINO PRIMÁRIO NO SUL DE MATO GROSSO (1939-1943)

| Ano | Estaduais | Municipais | Particulares | Total |
|------------|------------------|-------------------|---------------------|--------------|
| 1937 | 1.337 | 235 | 974 | 2.466 |
| 1938 | 1.686 | 613 | 989 | 3.326 |
| 1939 | 1.866 | 637 | 824 | 3.327 |
| 1940 | 1.665 | 784 | 1.054 | 3.532 |
| 1941 | 1.697 | 785 | 1.086 | 3.568 |
| 1942 | 1.718 | 781 | 1.039 | 3.538 |
| 1943 | 1.481 | 669 | 1.052 | 3.202 |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 10).

Neste cenário, no sul de Mato Grosso foram implantadas também as primeiras escolas normais nas cidades mais prósperas, iniciando pela criação e instalação da escola normal de Campo Grande. Essa escola foi a primeira instituição da região sul e a segunda do estado, antecedida apenas pela Escola Normal Pedro Celestino de Cuiabá. Contudo, o ensino normal em Campo Grande também passou por interrupções, ou melhor, ocorreu em Campo Grande o mesmo que ocorreu com a escola normal de Cuiabá: a referida instituição foi desativada durante o governo de Julio Strübing Müller.

Dessa forma, a escola normal de Campo Grande foi incorporada ao Liceu campo-grandense e a de Cuiabá pelo Liceu Cuiabano, por força do Decreto n. 229, de 27 de dezembro, de 1938. Ou seja, a formação de professores ficou sob responsabilidade dos ginásios oficiais. “Para tanto funcionava junto aos liceus uma Seção Normal – que era a antiga Escola Normal e o Curso Especializado de professores”. (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2008, p. 08).

No ano de 1947, já no governo de Marcelo Moreira (1946-1947), a escola normal de Cuiabá e de Campo Grande, por meio do Decreto-Lei n. 834 de 31 de janeiro de 1947, foram reabertas. Seguindo as orientações do Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, as escolas normais deveriam a partir de então organizar-se em dois ciclos, sendo o primeiro, com disciplinas distribuídas em quatro anos, destinados à formação dos professores regentes (equivalente ao ginásial); e o segundo (correspondente ao colegial), este focalizava, em três

anos, a formação de professores para o ensino primário. (RODRÍGUEZ; OLIVEIRA, 2008; BRITO; RODRÍGUEZ, 2015).

Neste contexto, elucida sobre os professores de Mato Grosso, especialmente sobre aqueles que exerciam suas atividades profissionais na fronteira do sul do estado, na medida do possível contextualizando com outras regiões do país.

3.5 Perfil dos professores em Mato Grosso, no período Imperial e Republicano

Os professores da Província de Mato Grosso, em 1837, conforme tabela 19, recebiam salários que correspondiam a metade da remuneração que se pagava no Rio de Janeiro. Na década de 1850, aumentou-se em 180,0% a remuneração dos professores mato-grossenses, passando a ser maior que do Estado do Rio de Janeiro, do Paraná e da Corte. Entre as décadas de 1860 e 1870 é evidente o achatamento do salário dos professores em Mato Grosso, enquanto que, na Corte, aumentou em 50,0% e no Rio de Janeiro dobrou-se o valor salarial. O Estado de Mato Grosso, no final da império e início da República, aumentou a renda dos professores, equiparando-a ao Estado do Paraná, por exemplo.

TABELA 19 – SALÁRIO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS NA CORTE E NAS PROVÍNCIAS DO RIO DE JANEIRO, MATO GROSSO E PARANÁ NO PERÍODO IMPERIAL⁸⁴

| Ano | Corte | Província do RJ | Província de MT | Província do PR |
|-------------|------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Salário | Salário | Salário | Salário |
| ...1837 | - | 600\$000 | 300\$000 | - |
| 1850 a 1858 | 800\$000 | 600\$000 | 840\$000 | 800\$000 |
| 1862 a 1867 | 1:000\$000 | 1:000\$000 | - | 800\$000 |
| 1873 a 1877 | 1:200\$000 | 1:200\$000 | 800\$000 | - |
| 1880 a 1889 | 1:800\$000 | - | 1:200\$000 | 1:200\$000 |

RJ = Rio de Janeiro; MT = Mato Grosso; PR = Paraná

Fonte: Castanha; Bittar (2009, p. 16). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Nesse sentido, pesquisas apontam que, nas vilas e freguesias (interior), pagavam-se de

⁸⁴ Não foi considerado o valor da gratificação.

20,0% (160\$000) a 30,0% (240\$000) a menos do valor total (800\$000) apresentado na tabela 19. Entretanto, analisando-se a tabela 20, sobretudo na década de 1870, conclui-se que dos 24 professores 16 recebiam remunerações de 300 a 600\$000 em Mato Grosso, ou seja, valores maiores que os percentuais mencionados anteriormente.

Nas escolas que estavam sob jurisdição da capital Cuiabá e do município de Cáceres verificou-se o pagamento dos menores salários, isto é, de 300 a 400\$00. Os salários de professores na capital cuiabana evidenciam também as maiores disparidades, quer dizer, existiam docentes recebendo rendimentos quatro vezes a mais que outros colegas. Esse grupo equivalia a 50,0% do total de professores de Cuiabá. No caso das escolas do interior de Mato Grosso os salários dos professores eram mais nivelados.

TABELA 20 – SALÁRIO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO DE MATO GROSSO NO PERÍODO IMPERIAL⁸⁵

| Localidade | Nome dos Professores | Vencimento | Nomeação |
|------------------------|------------------------------------|------------|------------|
| Cuiabá | José Gomes da Silva | 1.200\$000 | 15/06/1875 |
| | Benedicto Francisco de Paula | 800\$000 | 15/06/1870 |
| | Egydio Angelo Bueno Mamoré | 1.200\$000 | 27/01/1875 |
| | Etolvina Maria da Conceição | 800\$000 | 09/03/1875 |
| | Thomaz de Aquino Rodrigues | 300\$000 | - |
| | João Baptista da Silva Albuquerque | 800\$000 | 25/04/1870 |
| | Maria Justina da Gama | 1.200\$000 | 17/10/1873 |
| | Porfirio Franco do Camargo | 400\$000 | 10/10/1874 |
| | João Geraldo Martins Galvão | 400\$000 | 21/07/1872 |
| | José Cyrillo Fontoura | 400\$000 | 22/07/1870 |
| | José Bernardes da Silva | 400\$000 | 12/03/1875 |
| Gustavo Pinto de Sousa | 400\$000 | 28/09/1870 | |
| Corumbá ⁸⁶ | José Marcelino de Alcantara | 600\$000 | 12/06/1870 |
| | Lydia Augusta Schorts | 600\$000 | 12/05/1870 |
| Diamantino | Luiz Felipe de Araujo | 900\$000 | 21/08/1873 |
| Mato Grosso | João Carneiro Geraldês | 600\$000 | 17/01/1872 |
| Miranda | Jacinto Antonio de Assumpção | 600\$000 | 02/07/1873 |
| Poconé | Manoel Felecissimo Pereira | 600\$000 | 03/05/1869 |
| Rosário | José Felipe da Cruz | 600\$000 | 04/07/1876 |
| Santa Ana de Paranaíba | José Aprigio de Toledo | 600\$000 | 30/03/1875 |
| | Antonia Flavinia de Camargo | 600\$000 | 30/12/1870 |
| São Luiz de Cáceres | Roberto Alves da Cunha | 900\$000 | 17/10/1873 |
| | Maria Thereza de Albuquerque Nunes | 600\$000 | 17/02/1875 |
| | José Bento da Silva | 400\$000 | 12/05/1873 |

Fonte: Mato Grosso (1876, p. 73). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

⁸⁵ Não se considerou as gratificações que variavam de 100 a 400\$000.

⁸⁶ Em 1875 foram contratados outros professores, a saber: Baltar Luiz da Fonseca (escola masculina) e sua esposa Dona Francisca dos Santos Fonseca (escola feminina), com a mesma remuneração.

Conforme tabela 20, mais uma vez, dos 24 professores em Mato Grosso, apenas cinco usufruíam do vínculo de efetivo, sendo os demais interinos. A lei n. 08, de 05 de maio de 1837, da Província de Mato Grosso, estabelecia que a efetivação de professores acontecia por meio de aprovação em concursos públicos. Não havendo profissionais nessa condição a legislação previa, no artigo 42, que:

Em quanto não houver Professores com a necessaria aptidão para reger as Escolas Publicas do Primeiro e Segundo gráo em conformidade desta Lei, o Governo conservará, e irá provendo como julgar conveniente as Cadeiras actuaes, não podendo abonar a taes Professores interinos mais do que o ordenado minimo estabelecido por ella. (BRASIL, 1837, p. 05-06).

No ano 1845, o presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, evidencia que os professores eram mal remunerados e que as aulas eram ministradas em suas casas, isto é, locais não adequados para fins educacionais. No ano seguinte, o presidente da Província solicita o aumento do salário dos professores: “Parece-me que os ordenados dos Professores de 1^a letras das Freguezias deve ser elevado de 200 para 300\$000 réis pelo menos”. (MATO GROSSO, 1846, p. 16).

A partir de 1854 os professores que eram diplomados por escolas normais no Brasil não precisavam passar por concursos para serem efetivados nos cargos de docente. Mas, no decorrer da década de 1870, novas exigências são apresentadas para que os professores se estabilizassem no cargo público. Ou seja, para além do concurso, os professores,

No caso de Mato Grosso, o regulamento de 1880 estabelecia que, para os formados pelo Liceu Cuiabano, o período probatório seria de três e para os demais de cinco anos, tendo nesse período aprovado no mínimo 20 alunos. Caso o professor tivesse sofrido algum processo disciplinar, o tempo mínimo seria nove anos. O professor deveria encaminhar os documentos para a inspetoria geral, que repassaria ao presidente da Província e ao Conselho Literário. (CASTANHA; BITTAR, 2009, p. 11-12).

Os professores, no período imperial, conforme relatório de 1877, do General Hermes da Fonseca, recebiam salários que variavam de 400 a 1.200 mil réis, e o motivo não era o tempo de magistério público, pois o professor mais antigo foi contratado em 1869 e recebiam metade do valor de professores que foram contratados em 1875. Os docentes da capital Cuiabá, na sua quase totalidade, recebiam as melhores remunerações, menos o professor Thomaz de Aquino

Rodrigues (300\$000) que recebia o menor salário e a menor gratificação (100\$000)⁸⁷ entre os professores de Mato Grosso.

Três professores que recebiam os salários mais altos: 1.200\$000 (José Gomes da Silva; Egydio Angelo Bueno Mamoré; Maria Justina da Gama – todos da Capital Cuiabá). Eles podem ser usados também como referência de maiores gratificações (400\$000). A professora Maria Justina da Gama está entre os docentes que tem os melhores salários, conclui-se que as diferenças salariais não eram determinadas pelo gênero. A diferenciação salarial pode estar associada a carga horária do docente, bem como a localidade da escola ou, ainda, ao nível de formação do professor.

Na escola normal de Mato Grosso, em 1875, que era composta de um diretor, um secretário, um porteiro e quatro docentes, a remuneração dos professores era equiparada aos colegas do ensino primário que recebiam o teto salarial da década de 1870, conforme tabela 20, ou seja, estar no ensino secundário não significava melhores condições salariais. A tabela 21, por sua vez, revela a presença predominante de homens lecionando na escola normal de Mato Grosso, no final do Brasil império. Nesse período, os estudantes também eram, na sua maioria, do sexo masculino.

TABELA 21 – SALÁRIO DOS PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL DE MATO GROSSO (1876)

| Cargo | Nomes do docentes | Salário | Nomeação |
|-------------------------|---|----------------|-----------------|
| Diretor | Protonotario Apostolico Ernesto Camillo Barreto | - | 30/11/1874 |
| Amanuense | Manoel Gaudio Loy | - | 30/11/1874 |
| Porteiro | Joaquim Ferreira de Moraes Navarros | 500\$000 | 16/02/1875 |
| Gramatica Portuguesa | Antonio Pereira Catilina da Silva | 1.200\$000 | 30/11/1874 |
| Pedagogia | Dr. Dormevil José dos Santos Malhado | 1.200\$000 | 30/11/1874 |
| Matemáticas Elementares | Alferes José Estevão Corrêa | 1.200\$000 | 30/11/1874 |
| Geografia e História | Capitão João Roberto da Cunha Bacellar | 1.200\$000 | 30/11/1874 |

Fonte: Mato Grosso (1876, p. 98).

Por fim é relevante dizer que a questão salarial no período imperial era realmente muito preocupante, tanto para os inspetores quanto para os deputados, pois esses consideravam as

⁸⁷Provavelmente esse docente exercesse a função de professor em caráter temporário/substituto/diarista.

remunerações dos professores baixíssimas, chegando ao ponto de alguns parlamentares até sugerirem e defenderem melhorias no salário da classe. Os docentes, além de receberem salários baixos, tinham que conviver com constantes atrasos, devido as precárias condições financeiras da Província ou, ainda, pela demora no transporte dos mapas de frequência que comprovavam a efetivação do seu trabalho.

Outro ponto no período imperial, evidenciado na tabela 20, diz respeito ao predomínio do profissional do sexo masculino nas escolas primárias públicas. Em 1877 os professores homens correspondiam a 79,0% do professorado e lecionavam apenas nas escolas primárias para meninos na Província de Mato Grosso.

Na Primeira República foi implementado projeto político que tinha como objetivo modernizar o país. Diante desse cenário, percebe-se a importância que é dada a expansão do ensino por meio da criação e instalação de escolas. Contudo, a Primeira República também se diferencia do período imperial no que diz respeito a predominância de professores do sexo masculino. Em 1897, escolas mistas (para ambos os sexos) começam a ganhar expressão em Mato Grosso. Nesse ano, das 59 escolas, 15 atendiam exclusivamente os meninos, 15 as meninas e 29 eram mistas, ou seja, 49,1% das escolas existentes em Mato Grosso não separavam mais crianças/adolescentes por gênero.

Nesse sentido, os discursos, a partir de 1915, de que as escolas primárias deveriam ser administradas preferencialmente por mulheres. O presidente do Estado de Mato Grosso, General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque, além de evidenciar a sua preocupação em seguir os passos dos Estados de São Paulo e da Capital Federal (Rio de Janeiro) na formação do profissional da educação primária, argumenta que “Pensa-se que a mulher é que compete o magistério primário, visto como esse magistério é um prolongamento da educação familiar, na qual a família exerce a sua função educativa com *disciplina, o exemplo e o ensino*.” (MATO GROSSO, 1916, p. 55, grifo do autor).

Todavia, a participação das mulheres nas escolas primárias em Mato Grosso aumentou expressivamente não só por esse motivo. O crescimento acelerado das escolas isoladas mistas e para o sexo feminino também contribuíram para maior participação das mulheres na docência das escolas primárias. No ano de 1923⁸⁸ havia, em Mato Grosso, 156 escolas primárias públicas isoladas, sendo que 20,5% delas atendiam alunos do sexo feminino, enquanto as direcionadas

⁸⁸ Consultar o número de escolas em Mato Grosso por gênero no anexo F.

para os meninos calculava-se em 19,8%, e as escolas mistas que também eram atendidas por professoras correspondiam 59,6% do total. Dessa forma, 79,4% dos professores que atuavam no estado eram do sexo feminino. Contudo, os homens, de fato, perderam espaço nas escolas primárias, o que não significa que deixaram de controlar posições consideradas mais importantes na área da educação, como: cargo de inspetores das escolas primárias, diretores de escolas e professores do ensino secundário.

Depois que essas professoras se formavam normalistas, eram encaminhadas para trabalharem, inicialmente, nas escolas rurais. Com o passar do tempo poderiam ser transferidas para as escolas urbanas. (SÁ; ROHDEN, 2015), o que de fato não demorava a acontecer devido a demanda por professores em Mato Grosso, ou seja, as professoras mais qualificadas e/ou indicadas ocupavam as vagas nos centros urbanos do estado.

Sendo assim, as escolas rurais eram entregues também as professoras leigas que, por sua vez, atuavam principalmente nas classes de 1º anos. “Em realidade, na parte Sul do Estado, não somente o ensino primário rural não rendia como deveria, mas as escolas primárias urbanas também passavam por problemas”. (FURTADO; PINTO, 2013, p. 08). Nessa região havia professoras que trabalhavam sem domínio da docência e eram criticadas por intelectuais e governantes pela sua falta de formação, bem como eram acusadas pela ineficiência e ineficácia do ensino público primário. O diretor da Instrução Pública, Franklin Cassiano da Silva, em 1931, fiscalizou o sul do estado e constatou que a situação era insatisfatória, pois faltava material didático, a maioria dos grupos escolares tinham em seu corpo docente pessoas sem preparo adequado. (SÁ; ROHDEN, 2015).

O diretor da Instrução Pública de Mato Grosso, Cassiano da Silva, expressou sua preocupação pelo fato de professoras leigas atuarem no ensino primário e até nos grupos escolares, pois elas deveriam servir como modelo de organização administrativa e pedagógica para as demais escolas do estado. (SÁ; ROHDEN, 2015).

No entanto, essas professoras leigas enfrentavam dificuldades de acesso às escolas rurais, assim como trabalhavam em condições precárias em prédios que eram adaptados para fins educacionais e, normalmente, longe dos centros urbanos.

Independentemente de terem formação ou não, a realidade dos docentes primários nas escolas localizadas na zona rural do estado era difícil, sendo sujeitas a condições de vida e de trabalho bastante precárias. A diferença existente estava na possibilidade de ocupar vagas em lugares com mais estrutura em espaços urbanos e, de alçar cargos de maior relevância na educação, embora tal privilégio não dependesse somente da formação, mas

sim, como veremos a seguir, da influência política. (SÁ; ROHDEN, 2015, p.135).

Outro aspecto que se pode mencionar foi a influência direta da política partidária. As professoras leigas preferiam não discutir qualquer assunto relacionado à política com medo de perderem seus empregos. Muitos dos políticos utilizavam de seus cargos para nomear apadrinhados, demitir ou transferir aqueles que lhes fizessem oposição. Isso se dava diante de um cenário conturbado em que havia constantes alternância de poder, levando a um “[...] desequilíbrio financeiro, falta de continuidade dos projetos e ausência de iniciativas no setor educacional”. (SÁ; ROHDEN, 2015, p. 137).

Durante a Era Vargas, as professoras leigas também foram acusadas de serem as responsáveis pelos fracassos da educação em Mato Grosso e as críticas recaíam sobre sua formação. (SÁ, ROHDEN, 2015). O total de professores no período de 1937 até 1943 não ultrapassava o percentual de 28,0% de normalistas. De acordo com o diretor em exercício da Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã, Luiz Castanho Filho, “Os professores em exercício nas escolas dos municípios, não tinham grande cultura e o seu grau de intelectualidade era muito pequeno”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 143). O diretor chama atenção também para a importância do professor rural na nacionalização da região, bem como para a finalidade das escolas nas áreas de fronteiras, ou seja, “[...] a escola primária precisa adquirir novo aspecto de organização e de funcionamento.”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 11).

Portanto, a trajetória das professoras primárias no Estado de Mato Grosso era permeada por uma política de poder de mando que garantiu interesses pessoais de muitos dos políticos da região. Foi uma prática apoiada pelo próprio representante do governo de Vargas, o seu interventor. (SÁ; ROHDEN, 2015). O magistério do ensino primário em Mato Grosso foi exercido principalmente por mulheres devido a ideia, nesse contexto, de que cabia às mulheres a função de cuidar de crianças, assim como pela expansão de escolas isoladas mistas e do sexo feminino.

Desta forma, conclui-se que o salário dos professores no período imperial ora aumentou, ora diminuiu. Os docentes que trabalhavam nas cidades com núcleos populacionais maiores recebiam pagamentos melhores, em Mato Grosso o vencimento de um professor variava de 400 a 1.200 reis, em 1870 e de 400 a 1.600 reis, em 1875. Mas a grande maioria recebia valores intermediários.

Os professores que atuavam no ensino normal não estavam em condições muito diferente dos colegas que atuavam no ensino primário de Mato Grosso. Mas no caso da escola normal o número de professores do sexo masculino era predominante.

Sobre o processo de implantação das escolas normais no Mato Grosso é oportuno dizer que a primeira escola desse tipo foi criada em 1837, ainda no período imperial, mas sua instalação se deu no ano de 1840. Essa escola existiu por pouco tempo. A escola normal de Mato Grosso foi reaberta no ano de 1874 e absorvida pelo Liceu de Línguas e Ciências dois anos depois. No período republicano essa escola foi incorporada ao curso preparatório em Cuiabá e, em 1910, ela inicia seu processo de expansão, com aumentos de sucessivas matrículas, contratou-se mais professores e a escola foi melhor aparelhada. Na década de 1920 as matrículas na escola continuaram crescendo, mas no ano de 1928 atinge o número de 246 alunos.

Na região sul do Estado de Mato Grosso a primeira escola normal foi instalada em Campo Grande, mas ela foi anexada ao Liceu do mencionado município, na década de 1930. Tal fato ocorreu também com a escola normal de Cuiabá. Dito isso, é importante registrar que no ano de 1946 uma escola normal regional foi instalada na capital do Território Federal de Ponta Porã, ou seja, na época, era a única que oferecia formação específica para professores.

No início do período republicano as mulheres eram maioria dos habitantes do Estado de Mato Grosso, bem como o número de escolas para o sexo feminino havia sido ampliada consideravelmente, no entanto quando se observa o número de matrícula/frequência o quantitativo dos meninos sendo escolarizados era mais expressivo. Nesse cenário, as professoras ampliaram sua participação no universo da educação mato-grossense, pois eram elas as responsáveis em lecionarem também nas escolas mistas, e essas já perfaziam, em 1898, quase o dobro das escolas que separavam os alunos por sexo.

Nos primeiros anos da República o Estado de São Paulo se adiantou na elaboração de reformas e reorganização do ensino público no Brasil. O Estado de Mato Grosso, assim como outros estados, na medida do possível seguiu os moldes do sistema educacional paulista. Tais influencias são notáveis também nas principais reformas educacionais (1910 e 1927) do Estado de Mato Grosso.

Com o desenvolvimento das atividades produtivas do Estado de Mato Grosso, no período republicano, principalmente as escolas primárias isoladas rurais públicas, expandiram significativamente. Mas isso não significa que todas as escolas públicas já funcionavam em

prédios próprios e/ou específicos para a atividade escolar, na verdade tal expectativa foi privilégio de uma ou outra instituição escolar.

Desta forma, as escolas públicas expandiram no decorrer da Primeira República, ou seja, até 1930 foram instalados 11 grupos escolares e 175 escolas isoladas, sendo que 32 estavam instaladas na zona urbana e 130 na rural. No final desse período foram instaladas as 13 primeiras escolas ambulantes.

As instituições escolares particulares também expandiram sua participação no período republicano, com a criação e instalação de novas escolas. Ou seja, 14 escolas particulares foram abertas no estado, em 1911, sendo três em Cuiabá e 11 no interior e a maioria delas atendiam estudantes do sexo masculino. Em 1912 o número de instituições escolares particulares aumentou para 18. No entanto, em 1913 o número de escolas administradas por particulares diminuiu para 14, mas voltou a crescer nos anos seguintes, atingindo o quantitativo de 76 instituições escolares, em 1919.

Na fronteira do Brasil com o Paraguai a situação da educação não era diferente da precariedade vivenciadas por outras partes do estado. No entanto na fronteira a falta de professores, problemas de comunicações e de transportes, falta de materiais pedagógicos eram mais acentuados. Sendo assim não era incomum as crianças brasileiras estudarem nas escolas do lado Paraguai que, à época da Primeira República, eram bem mais numerosas e estavam em condições melhores, devido aos investimentos do governo do Paraguai. Quer dizer, em 1906, esse país focalizou suas políticas nas escolas rurais primárias, pois “[...] debían transformarse en ‘escuelas nuevas’, e integrais para lograr un nacionalismo verdadeiro”. (ZAYAS ROSSI, 2015, p. 36). Essas medidas, que se estenderam até os anos 1930, foram complementadas com um esforço voltado para a formação docente, visando assim adaptar o país às novas exigências do capital internacional monopolista, incrementando, no campo e na cidade, o acesso e permanência da população na educação primária.

De ahí que se arraigó la convicción de extender y considerar la educación popular, tanto en el ámbito urbano como rural; por ello, se dio um continuo esfuerzo para ampliar y fortalecer los centros de formación docente e incrementar el acceso y permanência de la población en los primeiros grados de enseñanza. (ZAYAS ROSSI, 2015, p. 36).

Na fronteira sul do Estado de Mato Grosso a instituição escolar particular Francisco Mendes Gonçalves, na fazenda Campanário, sede da empresa Matte Larangeira atendia aproximadamente 400 alunos. Contudo, a primeira escola graduada na fronteira seca do Brasil

com o Paraguai foi criada, em 1927, com denominação de Grupo Escolar Mendes Gonçalves, com doação do prédio pela Matte Larangeira.

No início da Era Vargas muitos dos problemas enfreados na Primeira República não foram resolvidos e que o crescimento das escolas isoladas e dos grupos escolares se deu de forma menos intensa, mas nesse cenário foi introduzido a instalação de escolas reunidas, essas expandiram significativamente no final da década de 1930. Essas escolas não exigia o mesmo financiamento que os grupos escolares, sendo assim, na década de 1930, na qual o país sofreu com a crise internacional de 1929, a instalação desse tipo de instituição escolar correspondeu com as necessidades econômicas do estado na época.

Na década de 1940 expandiu-se expressiva de todas as tipologias escolares (grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas). As escolas particulares também acompanharam esse período de crescimento, e normalmente, eram abertas nos centros urbanos de Mato Grosso. As escolas reunidas expandiram para 39 no final da década de 1940. Nessa década outra variação de escola isolada foi instalada em Mato Grosso, ou seja, as escolas regimentais/distritais, essas atendiam público específico. De todo modo, apresenta-se as escolas que foram instaladas no Território Federal de Ponta Porã, que no final da década de 1940 foram inseridas, possivelmente, no conjunto de escolas do Estado de Mato Grosso.

Sendo assim no próximo capítulo, apresenta como na fronteira do extremo sul de Mato Grosso que, à época, estava sendo administrada pelo governo federal, mobilizou a educação, pois as escolas nos municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã cresceram expressivamente, assim como criou-se e instalou-se um curso normal regional em 1946, sendo a única em funcionamento na região.

CAPÍTULO IV – A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA SUL-MATO-GROSSENSE: ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA E ESCOLA NORMAL NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

Neste capítulo versa a respeito do processo de expansão das instituições escolares primárias no período de existência do Território Federal de Ponta Porã, nos municípios que foram desmembradas do Estado de Mato Grosso (Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho). Identifica as instituições escolar por tipologia (grupo escolar, escolas isoladas urbanas/rurais e suas variáveis – ambulantes). No capítulo é apresentado informações sobre os gestores da Divisão da Educação do referido território, bem como sobre os professores e alguns dados mais gerais sobre os alunos do ensino primário e normal. Em momentos oportunos é explicado sobre as inspetorias e as instituições escolares particulares.

Trata-se, também, sobre o curso normal regional criado e instalado no Território Federal de Ponta Porã, destacando professores que eram provenientes, em sua maioria, do Estado de São Paulo e sobre os exames de admissão do referido curso, bem como apresenta como estava organizada a educação na fronteira de Mato Grosso, especificamente do Brasil com o Paraguai, durante a Primeira e a Segunda República.

Nesse sentido, apresenta as ações empreendidas pelo governo federal na área da educação, especificamente na fronteira do Brasil com o Paraguai, no intuito de entender quais foram as ações que a União colocou em prática, à época do Território Federal de Ponta Porã.

4.1 As instituições escolares primárias no Território Federal de Ponta Porã

Inicialmente é relevante esclarecer que os relatórios utilizados na elaboração deste capítulo foram produzidos pelos gestores do Território Federal de Ponta Porã (inspetores e governador), quer dizer, há informações do levantamento censitário educacional realizado, no ano de 1944. Todavia, há também informações do relatório elaborado pelo último governador. Esse apresentou as intervenções desenvolvida no Território Federal de Ponta Porã, no intuito de convencer as autoridades da importância da permanência dessa unidade federativa, ou melhor, chegou às vezes a exagerar. Ou seja, em alguns momentos tal exaltação, especialmente

sobre a educação do território, comprometeu as informações/dados sobre o Território Federal de Ponta Porã, dificultando as análises.

O Território Federal de Ponta Porã foi criado pelo Decreto n. 5.812, de 1943, na Era Vargas, e era composto de sete municípios do sul de Mato Grosso, sendo eles: Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque, Ponta Porã (capital) e Porto Murtinho. Esses municípios eram áreas de fronteiras e algumas delas compreendiam o extremo das possessões político-administrativas do Brasil, ou seja, era o final do território brasileiro e início do paraguaio (ou vice-versa).

Nesse sentido, é interessante apresentar a quantidade e como se encontravam organizadas a região de fronteira do sul de Mato Grosso que foi transferida para o Território Federal de Ponta Porã. A citada área fronteiriça do Estado de Mato Grosso contava com o total de 53 instituições escolares – Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas⁸⁹ – sob jurisdição do Estado de Mato Grosso eram 29 instituições escolares e sob administração municipal eram 24, segundo relatório da Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã (1946c).

É importante lembrar que na região sul do Estado de Mato Grosso, em 1930 – época que a referida região ainda estava sob administração desse estado –, por sua vez, funcionavam seis grupos escolares (Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Miranda, Três Lagoas e Ponta Porã) equivalentes a 46,0% das 13 escolas graduadas existentes em todo o estado. Entretanto, quando se observa a região da fronteira sul de Mato Grosso, o número de escolas graduadas era de apenas duas, em Ponta Porã e Miranda, o que corresponde a 15,3% do total desse tipo de instituições escolares. No caso de Ponta Porã existia o Grupo Escolar Mendes Gonçalves, que foi instalado no prédio doado pela Empresa Matte Larangeira⁹⁰.

Essa companhia foi responsável também pelo fornecimento de todo mobiliário da escola. Todavia, no período de existência do Território Federal de Ponta Porã, essa escola passou por reforma para ampliação de salas de aulas, instalação de um ginásio esportivo e aparelhamento sanitário, conforme figura 01. É oportuno dizer que no ano de 1945 “As Escolas Reunidas de Campanário [Francisco Mendes Gonçalves], propriedade particular da Cia Mate Larangeira de Campanário, passaram a ser propriedade do Território, por doação daquela Cia,

⁸⁹ O relatório da Divisão de Educação não separou as escolas isoladas urbanas das rurais.

⁹⁰ Sobre esta escola consultar a dissertação de Marcio Bogaz Trevizan, intitulada: Grupo Escolar Mendes Gonçalves: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira Brasil-Paraguai (1889-1931).

passando a funcionar como Grupo Escolar com 5 unidades [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 153).

**FIGURA 01 – AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR MENDES
GONÇALVES DE PONTA PORÃ (1945)**



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946d, p. 118-119).

Contudo, o governador José Alves de Albuquerque destaca que apenas 12,0% da população em idade escolarizável estava sendo atendida, pois das 16.000 crianças, aproximadamente, no máximo 1.800 estavam frequentando as escolas. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e). De acordo com a tabela 22, a seguir, no ano de 1944, o número de crianças/adolescente em idade escolar (07 a 12 anos), dos principais núcleos populacionais do Território Federal de Ponta Porã, somava 10.890⁹¹ indivíduos. Entretanto, no anuário do IBGE o número de alunos matriculados perfazia 4.147. (BRASIL, 1948, p. 441).

A tabela 22 indica, também, que no município de Ponta Porã se concentrava o maior número de crianças em idade escolar, quer dizer, 48,0% em relação ao total, perfazendo mais que o dobro dos municípios de Dourados e de Bela Vista que somavam, respectivamente, o número de 2.357 (21,6%) e 2.168 (19,9%) crianças entre 07 a 12 anos de idade, sendo considerados o segundo e terceiro maiores municípios em número de alunos.

⁹¹ Os municípios de Maracaju, Miranda e Nioaque não enviaram informações sobre os indivíduos nessa faixa etária. Desse modo, os administradores do Território Federal de Ponta Porã estimaram em sete mil a população de escolares, totalizando aproximadamente 17.890 indivíduos. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c). Entretanto esses dados parecem não condizer com a realidade do período.

**TABELA 22 – CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR NO TERRITÓRIO
FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944)**

| IDADE | | | | | | | |
|----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Municípios | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | Total |
| Ponta Porã | 897 | 887 | 876 | 866 | 856 | 847 | 5.229 |
| Bela Vista | 372 | 368 | 363 | 359 | 355 | 351 | 2.168 |
| Dourados | 404 | 400 | 395 | 390 | 386 | 382 | 2.357 |
| Porto Murtinho | 195 | 193 | 190 | 188 | 186 | 184 | 1.136 |
| Total | 1.868 | 1.848 | 1.824 | 1.803 | 1.783 | 1.764 | 10.890 |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 07).

Segundo o governador Albuquerque, foi procedido recenseamento escolar, no qual enfatizou ainda mais os problemas enfrentados pela Divisão de Ensino de Mato Grosso. Em algumas instituições escolares nem o livro de matrículas foi localizado pelos inspetores, o que demonstra o descaso com as instituições escolares na fronteira sul de Mato Grosso. Como comprovação, tem-se o seguinte relato: “A escrituração escolar se achava desorganizada, sem método, sem nenhuma orientação e grande parte era feita em folhas avulsas, com faltas de muitas anotações, de que facilmente se constatava a ausência de controle da Divisão de Ensino, em Cuiabá”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 26).

Ademais, o governador evidencia também que as salas de aulas eram impróprias, escuras, heterogêneas e superlotadas, os prédios não obedeciam às condições mínimas para atenderem os estudantes. De modo geral, eram casas construídas de “pau a pique” sem acesso a saneamento básico e água encanada. “Encontraram-se lugares com matrícula de mais de 70 alunos funcionando em classes várias em 3 períodos, cubículos sem luz, e sem arejamento. Notou-se muita pobreza em algumas regiões indo crianças à escola mal trapilhas”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 26). Ou seja, na zona rural “[...] onde os pais dos alunos não dispunham de recursos para adquirirem lapis, papel, cadernos, borracha, tinta e livros para os seus filhos. Sentavam-se as crianças em tábuas ou em caixotes e raras eram as escolas que dispunham de algumas carteiras”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 83). Alguns desses aspectos podem ser observados na figura 02.

**FIGURA 02 – ESCOLA DE PAU A PIQUE NAS NA ZONA RURAL DE
DOURADOS (JAGUAPERÚ)**



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946d, p. 142).

Com a instalação do Território Federal de Ponta Porã, em 1944, criou-se a Divisão de Educação, e ao longo de sua existência a divisão contou com a administração de quatro gestores. São eles: 1) Professor Leônidas Horta de Macedo; 2) Professor Paschoal Innarelli; 3) Wilson Dias de Pinho⁹²; e 4) Professor Luiz Castanho Filho. O primeiro era proveniente do Estado de São Paulo e exerceu o cargo de 11 novembro de 1944 até dezembro de 1945, foi responsável por fazer o levantamento da situação escolar, bem como de dividir o território em distritos escolares. O segundo, por sua vez, ficou na função até maio de 1946, período da criação e instalação do curso normal regional de Ponta Porã, pois ele assumiu a função de diretor do aludido curso normal. O terceiro esteve à frente da divisão até 30 de setembro de 1946. Ao

⁹² Sobre este administrador, consultar dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Grande Dourados/UFGD, intitulada “O Jornal o Progresso e a Dinâmica Política e Eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)”.

quarto, coube a função de organizar a transição, especificamente da educação, para o Estado de Mato Grosso. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c).

A Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã era composta, no ano de 1946, pelas seguintes repartições: biblioteca, secretaria, curso normal regional e a inspetoria geral. Essa última era responsável pelos prédios escolares, instituições escolares, estatística, orientação pedagógica e pelas regiões distritais. Conforme o Decreto-Lei n. 7.771, de 23 de julho de 1945:

Art. 7º A Divisão de Educação tem por finalidade:

I – promover, orientar e fiscalizar o ensino em todo o Território;

II – manter estabelecimentos escolares de grau e natureza compatíveis com as possibilidades da região;

III – organizar, manter e auxiliar, quando de iniciativa privada, instituições complementares do ensino ou que visem o desenvolvimento cultural da população. (BRASIL, 1945b, p. 02).

De acordo com o diretor da Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã, Professor Luiz Castanho Filho, a população rural era constituída de 80.000 habitantes, enquanto a urbana era de 20.000. Dessa forma, 140 escolas isoladas urbanas seriam suficientes para atender a demanda de aproximadamente 5.000 crianças/adolescentes nas cidades e vilas. Para as zonas rurais, calculava-se que existiam mais de 11.000 alunos, sendo que, para essas localidades, seria preciso abrir 350 escolas isoladas rurais. “A criação de escolas rurais é a grande tarefa do Govêrno do Território e só chegará a bom termo quando as estradas, a assistência médica, e um mínimo de conforto atingirem os mais afastados rincões”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 19).

O governador Albuquerque também evidenciou os valores que eram aplicados na área da educação pelos municípios do sul de Mato Grosso. No município de Bela Vista se investia o valor de Cr\$ 17.200,00, em Dourados de Cr\$ 12.160,00 e em Porto Murtinho designava a quantia de 10.000,00 mil Cruzeiros. Ponta Porã, por sua vez, era o município que mais financiava a educação – Cr\$ 56.000,00. Esses municípios gastavam, juntos, 95.360,00 mil Cruzeiros com a educação. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b). Essa fonte não apresentou os valores que se investiu nos municípios de Maracaju, Miranda e Nioaque, mas, por outro documento, nota-se que a importância total aplicada na educação era de 170.000,00 mil Cruzeiros, possibilitando calcular-se que, em média, esses municípios empregavam cerca de 25.000,00 mil cruzeiros.

No ano de 1944, todas as instituições escolares passaram a ser mantidas pelos recursos da União, mais especificamente administradas pela Divisão de Educação. Os valores de investimento no setor do ensino, ao menos nos dados, foram maiores que os municipais podiam direcionar para a educação, pois as aplicações na região aumentaram expressivamente 623,0%, já no ano de 1944:

[...] o ano de 1944 foi dedicado apenas à instalação — atingiram as seguintes cifras; Cr\$ 953.984,30 — com administração e pessoal e Cr\$ 275.242,90, com material; 1946 — Cr\$ 2.096.545,30 com administração e pessoal Cr\$ 251.307,90, com material e diversos, representando perto de 1/4 do total da verba pessoal, no orçamento do Território, gastos somente com o ensino. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 42).

Nesse contexto de aumento no financiamento da educação nos municípios que compreenderam o Território Federal de Ponta Porã, apresenta-se as instituições escolares que foram criadas e instaladas. No entanto, antes é relevante apresentar como estavam distribuídas as instituições escolares nos municípios que fizeram parte do território, no ano de 1944.

TABELA 23 – RELAÇÃO DAS ESCOLAS EXISTENTES NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO (1944)⁹³

| Tipologia Municípios | Escolas Estaduais | | | | Escolas Municipais | | | | TEP | EP | | Total |
|-------------------------|-------------------|------------------|-----------|----------|--------------------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|
| | GE | ER ⁹⁴ | EIU | EIR | GE | ER | EIU | EIR | | U | R | |
| | | | | | | | | | | | | |
| Ponta Porã (sede) | 1 | - | 4 | 2 | - | - | 2 | 11 | 20 | 2 | 2 | 24 |
| Bela Vista | - | 1 | 1 | 2 | - | - | 1 | 1 | 6 | 2 | 3 | 11 |
| Dourados | - | 1 | - | 1 | - | - | 3 | 4 | 9 | 2 | - | 11 |
| Maracaju | - | 1 | 2 | 1 | - | - | - | - | 4 | - | - | 4 |
| Miranda | - | 1 | 3 | 1 | - | - | - | 2 | 7 | 4 | - | 11 |
| Nioaque | - | 1 | - | 2 | - | - | - | - | 3 | - | - | 3 |
| Porto Murtinho | - | 1 | 3 | - | - | - | - | - | 4 | 1 | - | 5 |
| Total | 1 | 6 | 13 | 9 | - | - | 6 | 18 | 53 | 11 | 5 | 69 |
| | 29 | | | | 24 | | | | 53 | 16 | | 69 |

GE=Grupo Escolar; ER=Escola Reunida; EIU=Escola Isolada Urbana; EIR=Escola Isolada Rural; TEP= Total de Escolas Públicas; EP=Escola Particular; U=Urbana; R=Rural.

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 20). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

⁹³ Consultar anexo L para localizar os nomes e ano de instalação das escolas nos municípios da fronteira do sul de Mato Grosso que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã.

⁹⁴ “No Governo do Cel. Noronha as Escolas Reunidas das Sédés municipais, foram transformadas em Grupos Escolares, umas com aumento de classes e outras com o mesmo número”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 104). No entanto, as escolas reunidas foram elevadas a grupos escolares no final de 1945 e contabilizados como tal no ano de 1946.

Ponta Porã, por ser um dos municípios mais populoso do sul do Estado, concentrava o maior número de instituições escolares (das 53 escolas públicas na região, 20 funcionavam nesse município, isso equivalia a 37,7% do total). Nessa localidade, encontrava-se o único grupo escolar funcionando, pois no ano de 1944 a escola graduada de Miranda foi classificada como Escola Reunida Caetano Pinto, pelos administradores do Território Federal de Ponta Porã.

Ainda sobre Ponta Porã, a presença das escolas municipais correspondia a 65,0% do total das escolas públicas. Dourados, por sua vez, era a segunda localidade na região com maior número de escola, perfazendo 16,9% das 53. Nesse município, o percentual de escolas municipais também era mais significativo do que as escolas estaduais, ou seja, correspondiam a 77,7% das escolas do referido município.

Em relação ao total de escolas públicas de Bela Vista, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho apresentavam, respectivamente, os seguintes percentuais: 11,3%, 7,5%, 13,2%, 5,6% e 7,5%. Nesses municípios de menor potencial populacional e, conseqüentemente, de baixa arrecadação de impostos, a inversão em relação aos dois anteriores, quer dizer, as instituições escolares criadas e em funcionamento eram administradas, na sua maioria, pelo poder público estadual. É importante enfatizar que dos cinco municípios, três (Maracaju, Nioaque e Porto Murtinho) contavam com escolas financiadas somente pelo governo estadual. Nos municípios de Bela Vista, assim como em Miranda, as municipalidades haviam criado duas escolas e o Estado de Mato Grosso quatro no primeiro município e cinco no segundo.

Na tabela 23, que o Estado de Mato Grosso optou por criar escolas reunidas (20,6%) e escolas isoladas nos centros urbanos (44,8%), essa última sobressaindo em relação as escolas isoladas rurais (31,0%). Já o poder municipal intensificou a criação de escolas isoladas rurais, pois o percentual dessas era 75,0% maior em relação as escolas isoladas urbanas. Ou seja, enquanto o governo estadual voltava sua atenção para as áreas urbanas, os municípios procuravam atender a população dispersa nas zonas rurais de Mato Grosso, considerando as regiões sob sua administração.

As instituições escolares particulares também se faziam presentes na região que foi instalado o Território Federal de Ponta Porã. Na capital do território, por exemplo, estavam funcionando as Escolas Particulares São José, Bonfim, Vitória e Antônio João. Bela Vista chama atenção por haver três escolas rurais de iniciativa particular. Essas correspondiam a 23,1% de todas as escolas da região em 1944, enquanto as escolas estaduais por 42,0% e as

escolas municipais por 34,7%, ou melhor, as escolas públicas perfaziam 76,7% do total. Maracaju e Nioaque, contudo, eram municípios que não possuíam, na época, a presença de escolas particulares.

Ainda assim, nas palavras do governador do Território Federal de Ponta Porã, havia a necessidade “[...] imperiosa de um novo reajustamento e planejamento para o ano de 1945, em que, na realidade, o ensino territorial moldou-se nos indispensáveis preceitos pedagógicos, sob a orientação de professores paulistas [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 26). Para tanto, no Território Federal de Ponta Porã, criou-se quatro inspetorias escolares seguindo as características da organização escolar do Estado de São Paulo: a primeira, a de Ponta Porã; a segunda, a de Maracaju/Dourados; a terceira, a de Nioaque/Miranda; e a quarta, a de Bela Vista/Porto Murtinho. No entanto, com a expansão educacional, principalmente da primeira inspetoria, percebeu-se a necessidade de criar uma quinta unidade administrativa, a de Amambai, com vistas a atender a zona sul do então município de Ponta Porã⁹⁵. Referente à criação das cinco inspetorias é relevante ressaltar que, na sede da Divisão de Educação, com o intuito de dinamizar as demais, foi instituída a Inspetoria Geral.

Depois de organizado a Inspetoria Geral no mesmo prédio da Divisão de Educação do território é que se possibilitou aos inspetores irem a campo para realizarem cadastramento, orientação e supervisão, ainda que de forma inicial, das escolas e de seus respectivos professores. Conforme relatório do governador do Território Federal de Ponta Porã a função do inspetor era:

O inspetor escolar fiscaliza, orienta e verifica, corrigindo as falhas pedagógicas observadas nas visitas periódicas às escolas e o professor na campanha, sentindo-se assistido, redobra ânimo e entusiasmo, capacitando-se, cada vez mais, da importância que representa para a coletividade a sua missão, de cunho eminentemente patriótico, forjadora que é do Brasil por vir. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 33-34).

O papel do inspetor, de modo geral, era organizar o ensino aos moldes do Estado de São Paulo, bem como colaborar na diminuição do analfabetismo, da irresponsabilidade funcional e dos “péssimos costumes dos paraguaios”, ou melhor, da influência do país Guaraní vizinho. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c). Ou seja, o povo vizinho foi escolhido como estereótipo de pessoas que não trabalhavam e/ou que não apresentavam comportamentos

⁹⁵ O Decreto n. 20, de 30 de janeiro de 1946, criou mais uma inspetoria escolar, no 1º Distrito, Município de Ponta Porã. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 263).

desejável. No entanto esse trabalhador era a base da força de trabalho da região, especialmente na extração da erva-mate.

Os inspetores percorriam as regiões sob sua incumbência “[...] de caminhão, a maior parte delas, a cavalo, cortando picadas léguas e léguas, para locar escolas.” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 82-83), além de serem responsáveis por identificar locais em potencial para abertura de escolas isoladas.

As áreas de atuação dos inspetores eram tão extensas que os diretores dos grupos escolares foram convocados a auxiliá-los: “Os diretores de Grupo Escolares, em sede de município, tem função de auxiliar de inspeção, cabendo-lhes orientar, os professores de escolas isoladas, bem como controlar-lhes as faltas e o trabalho por meio de boletins mensais”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 122).

A partir dos relatórios dos inspetores foi possível planejar a criação de estabelecimentos de ensino primário no intuito de atender o máximo de locais nos quais existiam crianças em idade escolar. No entanto, a população de Mato Grosso encontrava-se muito dispersa por todo o estado, devido a sua trajetória de povoamento. Dessa forma, o consenso entre os inspetores foi o de criar escolas isoladas rurais onde se encontravam núcleos de população mais ou menos densos.

Neste sentido, o governador do Território Federal de Ponta Porã, José Alves de Albuquerque, destaca que “[...] nos anos de 1945 e 1946, foram criadas 139 dessas escolas [na sua maioria isoladas rurais], nas pequenas povoações onde a estatística acusava mais de 25 crianças em idade escolar [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 30). Os inspetores propuseram, também, para as áreas de extração de erva-mate, a implantação de escolas-ambulantes,

[...] ou melhor, itinerantes, que percorressem o Território campanha a fora, estacionando para efetuarem cursos intensivos de 4 a 6 meses em cada erval onde houvesse número suficiente de crianças em idade escolar. Nômade, como consequência de seu mister, o ervateiro se desloca, anualmente, de um erval para outro e, assim, a escola estaria ora em um, ora em outro ponto, seguindo as pégadas do sertanejo. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 30).

Os estabelecimentos denominados de escolas itinerantes teriam a colaboração do Ministério da Guerra. Esse contribuiria com o transporte dos professores, dos materiais escolares e da estrutura das escolas (barracas grandes). Para os locais em que predominava a

pecuária, no Território Federal de Ponta Porã, foi proposto a instalação de escolas-internatos, com a colaboração financeira dos fazendeiros, para atenderem seus filhos e dos seus empregados. Entretanto, essas escolas não chegaram a ser materializadas devido a extinção do território em 1946, ano no qual estava planejada a abertura desse tipo de escola, conforme relata o governador Albuquerque. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e).

Na tabela 24, apresenta-se as instituições escolares que foram criadas a partir da administração do governo federal, quando da existência do Território Federal de Ponta Porã. Sobre a tabela, é importante esclarecer que não foram incluídos os Cursos Populares Noturnos e nem o Curso Normal Regional Princesa Isabel.

TABELA 24 – ESCOLAS CRIADAS PELO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)⁹⁶

| Tipologia | GE | | | ER | | | EIU | | | EIR | | | EP | | | Total por Município |
|----------------------|----------|------|----------|----------|----------|------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|------------------|------------------|---------------------|
| | 1944 | 1945 | 1946 | 1944 | 1945 | 1946 | 1944 | 1945 | 1946 | 1944 | 1945 | 1946 | 1944 | 1945 | 1946 | |
| Ponta Porã (capital) | - | - | 1 | - | 1 | - | 7 | 1 | 10 | 11 | 5 | 42 | - | 3 | 4 ⁹⁷ | 85 |
| Bela Vista | - | - | 1 | - | - | - | - | 5 | 5 | - | 7 | 12 | - | 5 ⁹⁸ | - | 35 |
| Dourados | - | - | 1 | - | - | - | 2 | 1 | 3 | 1 | 13 | 17 | - | 2 ⁹⁹ | - | 40 |
| Maracaju | - | - | 1 | - | - | - | - | - | 4 | 1 | - | 3 | - | - | - | 09 |
| Miranda | - | - | 1 | - | - | - | - | 4 | 4 | 1 | 4 | 7 | - | 4 ¹⁰⁰ | 1 ¹⁰¹ | 26 |
| Nioaque | - | - | 1 | - | - | - | 2 | 1 | - | - | 2 | 3 | - | 1 ¹⁰² | - | 10 |
| Porto Murtinho | - | - | 1 | - | - | - | - | - | - | - | 5 | 3 | - | 1 ¹⁰³ | - | 10 |
| Total | - | - | 7 | - | 1 | - | 11 | 12 | 26 | 14 | 36 | 87 | - | 16 | 5 | 215 |
| | 7 | | | 1 | | | 49 | | | 137 | | | 21 | | | |
| 194 | | | | | | | | | | | | | | | | |

E=Grupo Escolar; ER=Escola Reunida; EIU=Escola Isolada Urbana; EIR=Escola Isolada Rural; EP=Escola Particular; U=Urbana; R=Rural.

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 152-246). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

No ano de instalação do Território Federal de Ponta Porã (1944) foram criadas 25 novas instituições escolares, esse número cresceu para 49, no ano de 1945, perfazendo 96,0%, e

⁹⁶ Consultar anexo L para localizar os nomes e o ano de instalação das escolas no Território Federal de Ponta Porã.

⁹⁷ Duas escolas isoladas urbanas e duas rurais.

⁹⁸ Duas escolas isoladas públicas rurais e uma urbana. E duas escolas particulares sem registro (Escola Particular Regimental de Antônio João e Escola Particular Nunca te Vi).

⁹⁹ Escolas isoladas urbanas.

¹⁰⁰ Três escolas particulares urbanas e uma escola particular sem registro (Escola Particular Rio Branco).

¹⁰¹ Curso de Datilografia.

¹⁰² Escola isolada urbana.

¹⁰³ Escola Particular Visconde de Taunay.

expandiu ainda mais em 1946, com a criação de 120 (144,9%) novas instituições escolares, perfazendo o total de 194 criadas pelo Território Federal de Ponta Porã.

É interessante também observar o crescimento das escolas por município no período de administração do território federal. No ano de 1944, na capital Ponta Porã, criou-se de imediato 18 escolas isoladas. No ano seguinte aumentou apenas sete instituições escolares primárias públicas, aumentando para 25 (38,9%) novas escolas e, em 1946, inaugurou-se mais 53, totalizando 78 (212,0%) novas escolas. As do tipo isoladas rurais (42) contribuíram com o maior percentual de expansão, ou seja, de 53,8% das 78 novas escolas públicas.

Não se criou escolas, no ano de 1944, nos municípios de Bela Vista e Porto Murtinho. No entanto, no município de Dourados os administradores do Território Federal de Ponta Porã criaram três novas instituições escolares. Em Nioaque instalaram duas e nos municípios de Maracaju e Miranda apenas uma em cada. Já no ano de 1945, em Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho foram inaugurados, respectivamente, 12, 14, 08, 03 e 05 novas escolas isoladas públicas. Nesses municípios, no ano de 1946, criou-se 18 outras escolas isoladas em Bela Vista; em Dourados 21; Miranda 12; Nioaque e Porto Murtinho 04. Assim como na capital Ponta Porã as instituições escolares isoladas rurais foram protagonistas no aumento de escolas, exceto no município de Maracaju.

Nesse cenário, os estabelecimentos primários que atenderam o público adulto eram os cursos populares noturnos de alfabetização. Sobre isso, salienta Reis (2005, p. 10): “[...] dentre as escolas criadas, figuravam [...] onze Cursos Populares Noturnos e iniciativas das mais promissoras da região [...]”. Os cursos noturnos foram criados e instalados de imediato, por meio do Decreto n. 18, de 23 de janeiro de 1946, “[...] cinco desses estabelecimentos, nas sedes dos municípios de Ponta Porã, Dourados, Nioaque, Bela Vista e Miranda [...]”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 35), entretanto, “Dos onze Cursos Populares Noturnos, seis estão em pleno funcionamento, com geral contentamento da população adulta.”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 127). Ainda segundo informações contidas no Relatório, os professores eram os mesmos que lecionavam no diurno, mas recebiam uma gratificação de 300,000 Cr\$ para desenvolverem suas atividades no período noturno. Os cursos noturnos de alfabetização de adultos, no ano de 1946, certificou 170 adultos. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e).

TABELA 25 – CURSOS POPULARES NOTURNOS DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)

| Localidades | Curso Popular Noturno (alfabetização de adultos) |
|--------------------|---|
| Ponta Porã | 3 |
| Bela Vista | 2 |
| Dourados | 1 |
| Maracaju | 2 |
| Miranda | 1 |
| Nioaque | 1 |
| Porto Murtinho | 1 |
| Total | 11 |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946e, p. 35; 1946c, p. 155-243). Organizado por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Em todos os grupos escolares foram criados Cursos Populares Noturnos de Alfabetização de Adultos, inclusive no Grupo Escolar Francisco Mendes Gonçalves. No entanto, outras localidades que não contavam com a presença das escolas graduadas foram selecionadas para alfabetizar adultos, são elas: Amambai (distrito de Ponta Porã), Jardim (distrito de Bela Vista) e Ervânia (distrito de Maracaju). (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c)¹⁰⁴. Entretanto, não chegaram a funcionar: Curso Popular Noturno do Grupo Escolar Francisco Mendes Gonçalves (Ponta Porã); de Generoso Ponce (Bela Vista); de João Fernandes e o de Ervânia (Maracaju); e de Claudio de Oliveira (Porto Murtinho).

Com a abertura dos cursos populares noturno os administradores pretendiam contemplar a Campanha de Combate ao Analfabetismo de Adultos¹⁰⁵ desencadeada pelo Ministério da Educação. Nesse sentido, foi criado uma Comissão Municipal de Educação de Adultos (CMEA) em todos os municípios sedes do Território Federal de Ponta Porã, essas seriam orientadas pelos inspetores escolares. O governador do Território Federal de Ponta Porã instituiu por meio do Decreto n. 18 que os cursos populares noturnos:

Art. 1º - Com fim precípua de alfabetizar adultos ministrando o ensino primário elementar, bem assim rendimentos de cultural geral ficam criados no Território, subordinados a Divisão de Educação, Curso Populares Noturnos, com a duração de dois anos. § único – Para efeito do disposto no presente

¹⁰⁴ Para mais informações sobre os cursos populares noturnos do Território Federal de Ponta Porã consultar anexo L.

¹⁰⁵ Ao final dos anos 1940, as primeiras políticas públicas nacionais de educação escolar para adultos foram implementadas, disseminando pelo território brasileiro campanhas de alfabetização. Em 1942, implantou-se a educação primária e o ensino supletivo para adolescentes e adultos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

artigo, considera-se adulto o matriculado maior de 14 anos de idade. Art. 2º - O ensino nesses Cursos será ministrado gratuitamente e assistirá a ambos os sexos, em classe separadas. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 126).

Contudo, não havia nenhuma classe que oferecia a alfabetização, no período noturno, para as mulheres. Bezerra (2015, p. 83) salienta que “[...] com a extinção do Território Federal em 1946, foi fechada uma grande quantidade de escolas fundadas pelo território, inclusive o Curso Normal Regional e os Cursos Populares Noturnos [...]”. Quer dizer, a proposta de expansão de estabelecimentos foi interrompida com a elaboração da Constituição de 18 de setembro de 1946, durante a presidência do Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), que extinguiu o Território Federal de Ponta Porã.

Conclui-se essa parte do texto apresentando informações sobre as matrículas, assim como sobre outros elementos relacionados a organização das instituições escolares no Território Federal de Ponta Porã. De acordo com informações fornecidas pelo relatório da Divisão de Educação do território as matrículas nas escolas públicas e particulares, no ano de 1945, atingiram o número de 7.574 alunos. A maior parte estava estudando nas escolas públicas, equivalente a 5.387 alunos (71,1%). Nesse total estão inseridos os alunos dos cursos populares noturnos de alfabetização. No ano de 1946 as matrículas diminuíram para 7.257, uma queda de 4,2%.

No ano de 1946 foram matriculados o total de 7.251 alunos, nas escolas públicas e particulares – inclusive nos cursos populares noturnos e curso normal regional – e estavam sem escola 3.657 (50,4%). Na tabela 26¹⁰⁶, apresenta-se informações mais detalhadas sobre essas matrículas.

Nas escolas públicas foram matriculados 5.852 alunos, o que equivale a 80,7% do total de alunos. Nos grupos escolares, nas escolas isoladas e nas escolas particulares os meninos eram pouco mais que a maioria, perfazendo, respectivamente, os seguintes percentuais 54,3%, 53,8% e 51,5%. Nos cursos populares noturnos predominavam os homens e na escola normal as mulheres eram maioria, 33 (60,0%).

¹⁰⁶ O total de alunos matriculados somados ao sem escola é pouco maior que os números apresentados na tabela 22, nesse sentido infere-se que os dados estatísticos educacionais estavam ainda em fase de elaboração, dado o curto tempo de existência do Território Federal de Ponta Porã, ou equivocados. Conforme o anuário estatístico do IBGE (1949/50) o número de crianças matriculadas, entre 07 a 12 anos, no Território Federal de Ponta Porã, em 1946, foi de 11.968. (BRASIL, 1950, p. 401).

TABELA 26 – MATRÍCULAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)

| Municípios | MATRÍCULA EFETIVA | | | | | | | | | | Crianças sem Escola | |
|----------------|-------------------|------------|--------------|--------------|-----------|-----------|------------|----------|--------------|------------|---------------------|--------------|
| | GE | | EI | | CNR | | CPN | | EP | | M | F |
| | M | F | M | F | M | F | M | F | M | F | | |
| Ponta Porã | 263 | 213 | 796 | 607 | 20 | 33 | 24 | - | 240 | 245 | 240 | 265 |
| Bela Vista | 123 | 113 | 121 | 105 | - | - | - | - | - | - | 152 | 168 |
| Dourados | 112 | 101 | 457 | 491 | - | - | 25 | - | 90 | 71 | 511 | 478 |
| Maracaju | 108 | 96 | 230 | 220 | - | - | 20 | - | - | - | 111 | 114 |
| Miranda | 112 | 68 | 104 | 90 | - | - | 22 | - | 103 | 110 | 240 | 265 |
| Nioaque | 175 | 139 | 269 | 185 | - | - | 20 | - | 290 | 250 | 147 | 134 |
| Porto Murtinho | 120 | 123 | 76 | 70 | - | - | - | - | - | - | 413 | 419 |
| Total | 1.013 | 852 | 2.053 | 1.768 | 20 | 33 | 111 | - | 723 | 676 | 1.814 | 1.843 |
| | 1.865 | | 3.821 | | 55 | | 111 | | 1.399 | | 3.657 | |
| | 7.251 | | | | | | | | | | | |
| | 10.908 | | | | | | | | | | | |

M=Masculino; F=Feminino; GE=Grupo Escolar; EI=Escolas Isoladas; CNR=Curso Normal Regional; CPN=Curso Popular Noturno; EP=Escola Particular.

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 107).

Em Ponta Porã estavam matriculados (grupo escolar e escolas isoladas públicas/particulares) 2.364 alunos, em que 1.299 eram do sexo masculino (54,9%) e os alunos que estavam fora das escolas de Ponta Porã perfaziam um total de 505 (17,6%). Em Bela Vista, dos 462 alunos matriculados, 244 (52,8%) eram homens, e estavam sem estudar 320 (40,9%). Dourados, por sua vez, totalizava 1.322 matrículas, em que 663 (50,1%) eram meninas. Fora da escola, nesse município, somou-se 989 alunos (42,8%). No município de Maracaju o número de alunos matriculados foi de 654, desses, 338 (51,7%) eram do sexo masculino, visto que 225 (25,6%) não estavam matriculados. Em Miranda, totalizava 587 alunos, sendo que a maioria era de meninos (54,3%), e nesse município estavam fora da escola 505 (46,2%) indivíduos em idade escolar. No município de Nioaque o número de matrícula foi de 1.308, a maioria era alunos 734 (56,1%), e estavam sem estudar 281 (17,7%). Em Porto Murtinho, o número de alunos matriculados foi de 389, os meninos perfaziam 196 (50,4%) do total. Nessa localidade estavam o maior número de alunos fora da escola, um total de 832 (68,1%).

No que tange às matrículas, em 1946, havia equilíbrio entre meninos e meninas, sendo que a diferença maior foi em Nioaque (56,1%), Ponta Porã (54,9%) e Miranda (54,3%). Entretanto, no município de Dourados, as meninas eram a maioria. No que diz respeito a alunos fora da escola, os números são ainda maiores. Em Porto Murtinho havia 68,1% de escolarizáveis sem atendimento escolar, em Miranda eram 46,2%, e em Dourados 42,8%.

A partir de agora apresenta-se outros elementos da organização das instituições escolares do Território Federal de Ponta Porã. Desta forma, no ano de 1945, em todos os municípios do território, criou-se caixa escolar¹⁰⁷ e, em alguns, hortas, bibliotecas escolares, boletim mensal e cooperativa escolar. A Primeira foi instituída no dia 07 de setembro com o objetivo de auxiliar na manutenção de alunos carentes nas escolas. Segundo Zonin, Silva e Petry (2018, p. 02),

A caixa escolar corresponde a um recurso implementado nas escolas com a finalidade de arrecadar fundos na forma de doações em dinheiro ou em materiais, os quais seriam destinados aos alunos pobres ou carentes, de modo a garantir sua permanência. Nos anos 1930, na legislação do ensino essa instância foi designada como Associação Auxiliar da Escola (AAE), compondo um leque de associações do tipo: Liga Pró-Língua Nacional, Biblioteca Escolar, Jornal Escolar, Clube Agrícola, Círculo de Pais e Professores, Museu Escolar e Pelotão de Saúde, dentre outras.

Doze hortas escolares foram implantadas no dia 17 de outubro nos grupos escolares de Ponta Porã (Mendes Gonçalves), Bela Vista, Dourados, Campanário (Grupo Escolar Francisco Mendes Gonçalves) e nas escolas isoladas da Colônia de Penzo (Ponta Porã) e de Picadinha (Dourados), sob orientações do Departamento Nacional da Criança e financiada pela Divisão de Fomento e Produção do território.

As bibliotecas foram instaladas no Grupo Escolar de Ponta Porã (Mendes Gonçalves) e no de Maracaju. Esse último contava com boletim mensal elaborado pelo clube de leitura. A cooperativa escolar¹⁰⁸ foi pensada na intenção de educar os nossos escolares na prática do cooperativismo, bem como de baratear os custos com material escolar.

O ensino no Território Federal de Ponta Porã diferenciou as escolas públicas e particulares, ou seja, “O Curso Primário é composto de Grupos Escolares, Escolas Isoladas Urbanas, Escolas Isoladas Rurais, e Cursos Populares Noturnos de Alfabetização. O Curso Elementar é formado de Escolas Particulares Urbanas e Rurais”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 151).

O ano letivo das escolas primárias iniciava na primeira quinzena de abril, com quatro horas de atividades – das 8 às 12 horas ou das 12 às 16 horas, salvo nos casos em que a escola precisasse desdobrar-se em dois turnos. Nesse caso, o tempo seria de três horas, respeitando o

¹⁰⁷ Para mais informações sobre a caixa escolar consultar anexo J.

¹⁰⁸ Para mais informações sobre a cooperativa escolar consultar anexo K.

descanso de duas horas do professor. Os professores/diretores eram responsáveis em comunicar à Divisão de Educação o número de alunos identificados nos arredores do município que não haviam sido matriculados, considerando-se um raio de três quilômetros. Cabia ao professor comprovar e enviar para o órgão mencionado a quantidade de alunos em condições de pobreza, pois esses receberiam material escolar e vestimentas necessárias. No intuito de ilustrar, expõe-se que “Quantidade enorme de calçados foram distribuídos enviados pelo M.D. chefe da Divisão de Educação [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 83).

Nas escolas públicas e particulares do território era obrigatório, ao menos uma vez por semana, hastear a bandeira e cantar o hino nacional. No caso específico das escolas públicas, tal atividade deveria ser desenvolvida todas as segundas-feiras. À vista disto, nas escolas particulares, o foco do governo territorial estava mais voltado para o controle das disciplinas e da linguagem, ou seja, nessas escolas o ensino da Língua Portuguesa, da Geografia do Brasil e História Pátria deveria ser ministrado por professores comprovadamente brasileiros. As escolas de iniciativa particular além de ensinar na Língua Portuguesa não poderiam ser denominadas com nomes em outros idiomas.

Na seção a seguir, trata-se sobre os professores que atuavam em Mato Grosso, destacando as intervenções realizadas pela Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã na intenção de melhorar a qualificação, bem como os salários dos professores.

4.2 Os professores das escolas primárias do Território Federal de Ponta Porã

O corpo docente das escolas públicas dos municípios que foram desmembrados de Mato Grosso (Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho), eram em maior número leigos. Porém, quando se observa as escolas particulares, os professores eram mais preparados. Os docentes das escolas particulares aumentavam o percentual de professoras normalistas atendendo as escolas nos municípios do território na época da administração de Mato Grosso. No entanto, os docentes das escolas particulares, em sua maioria, eram freiras com formação em São Paulo.

O número de professores leigos que atuavam em Mato Grosso, na região que compreendeu o território, aumentou 57,4% entre os anos de 1937 e 1938, no ano de 1940, cresceu 14,4%. Nos anos a seguir (1940-1943), houve constantes quedas que correspondem ao

total de 14,9%. No entanto, isso não representou aumento significativo no número de professores normalistas, que em todo o período não superou 27,6% do total de professores.

TABELA 27 – PROFESSORES DAS ESCOLAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS, EM MATO GROSSO (1937-1943)

| Anos | Normalistas | | Leigos | | Total |
|------|------------------|-------------------|------------------|-------------------|------------|
| | Número absolutos | Números relativos | Número absolutos | Números relativos | |
| 1937 | 16 | 25,3% | 47 | 74,7% | 63 |
| 1938 | 19 | 20,4% | 74 | 79,6% | 93 |
| 1939 | 19 | 20,0% | 76 | 80,0% | 95 |
| 1940 | 20 | 21,6% | 87 | 78,4% | 111 |
| 1941 | 22 | 20,5% | 85 | 79,5% | 107 |
| 1942 | 30 | 27,2% | 80 | 72,8% | 110 |
| 1943 | 28 | 27,6% | 74 | 72,4% | 102 |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 15).

É importante mencionar que no ano de 1945 os professores foram submetidos a avaliação de títulos no intuito de diagnosticar seu nível de formação, a partir desse primeiro levantamento reajustou o salário dos profissionais da educação. Nesse ano, a Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã organizou um curso de férias que objetivava atualizar os professores com o que se julgava mais contemporâneo no ato de ensinar. De acordo com o Professor Paschoal Innarelli,

Por prazo exíguo de quase 3 meses, em 1945, reunindo todo pessoal docente do Território e candidatos estranhos ao quadro do magistério, visando dar, pelo menos, como preparação primária, aos alunos, um bafejo de preparo técnico, foi organizado um Curso de Férias, cujo quadro docente se constituía de professores especializados do Estado de São Paulo, colocados à disposição da administração territorial. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 06).

O relato acima evidencia a presença de profissionais da educação do Estado de São Paulo com experiências no ensino secundário e no normal, sendo liderada pelo Professor Rafael Grisi. Com essa formação “relâmpago” “[...] novas escolas foram criadas e o professorado, já de posse de alguma noção da arte pedagógica, foi distribuído pelas escolas, tendo-as em vista a preferência de cada um e sua fácil adaptação ao meio ambiente onde iria desenvolver os seus trabalhos”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 06).

No quadro 02, a seguir, apresenta-se informações pertinentes sobre os exames de admissão e sobre o curso de férias oferecido no ano de 1945 no Território Federal de Ponta Porã.

**QUADRO 02 – CONTEÚDOS PARA ADMISSÃO E AS DISCIPLINAS
OFERTADAS NO CURSO DE FÉRIAS (1945)**

| Conteúdo para os exames de admissão | Disciplinas oferecidas no curso de férias |
|---|---|
| 1. Português – redação, concordância (sic), análise lógica e léxica. 2. Aritmética – sistema métrico decimal, frações ordinárias, porcentagens, juros. 3. História do Brasil. 4. Geografia do Brasil – regiões, estados. | 1. Psicologia e Pedagogia. 2. Prática de ensino das matérias do curso primário. 3. Higiene. 4. Música e canto orfeônico. 5. Educação Física. 6. Trabalhos manuais. 7. Desenho Pedagógico. |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 63-64). Organizado por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

O curso de férias para os professores foi oferecido na capital Ponta Porã nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1945 e o deslocamento para a sede do governo do território para participar do curso foi custeado pela Divisão de Educação do território (transporte e hospedagem). Para se inscrever no curso era preciso comparecer na Divisão de Educação ou nas diretorias das Escolas Reunidas espalhadas pelos municípios sedes, assim sendo, os interessados deveriam apresentar “1) diploma de professor primário; 2) certificado de conclusão de curso ginásial; 3) diploma de escola de comércio; 4) outro qualquer título equivalente a um dos acima mencionados”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 63). Como o curso era aberto para os professores com exercício em escola estadual/municipal e para “elementos estranhos ao magistério oficial”, os candidatos poderiam não ter como comprovar os títulos solicitados para inscrição. Nesses casos, exigiu-se a “prova de capacidade intelectual”, mediante exames. No quadro 02 apresentou-se as disciplinas que eram oferecidas com caráter intensivo, nos turnos da manhã, tarde e noite.

No que diz respeito a adesão ao curso de férias, dos 138 professores inscritos compareceram na formação 79 (57,2%). Dos grupos escolares, 45 (56,9%) professores

frequentaram o curso. Já os docentes que participaram e eram oriundos das escolas isoladas foi de 34 (43,0%).

No que se refere a formação dos profissionais da educação que participaram do curso de férias, observa-se que 90 (65,2%) concluíram apenas o primário. Os professores com formação incompleta no secundário correspondiam a 18 (13,0%). Com formação em nível secundário eram 30 (21,7%) e desses, 17 (12,3%) tinham concluído o ensino normal.

Os professores com formação incompleta/completa no ensino secundário predominavam nos grupos escolares, ou seja, correspondiam a 37 (61,6%) do total de 60. Nas escolas isoladas, ao contrário dos grupos escolares, a predominância era dos profissionais com formação primária – 67 (85,9%) em relação a 11 (14,1%) com formação secundária incompleta/completa. Nessa mesma linha de raciocínio, se dava a presença de professores diaristas, ou seja, dos 138 docentes 15 (10,8%) estavam lotados nas escolas isoladas, enquanto apenas quatro (2,9%) lecionavam nos grupos escolares.

TABELA 28 – CURSO DE FÉRIAS NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1945)

| | | R | NR | Total | CN | CC | CG | CSI | CP |
|-----------------------|---------------------------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|----------------|-----------|-----------|
| Grupos escolares | Diretores | 5 | 3 | 8 | 5 | - | 2 | - | 1 |
| | Professores de 1º estágio | 12 | 4 | 16 | - | - | 1 | - | 15 |
| | Professores de 2º estágio | 17 | 6 | 23 | 5 | 1 | 3 | 9 | 5 |
| | Professores de 3º estágio | 8 | 1 | 9 | 6 | 1 | 2 | - | - |
| | Professores Diaristas | 3 | 1 | 4 | - | - | ¹⁰⁹ | - | 2 |
| | Total | 45 | 15 | 60 | 16 | 2 | 10 | 9 | 23 |
| Escolas isoladas | Professores de 1º estágio | 18 | 35 | 53 | - | - | - | 3 | 50 |
| | Professores de 2º estágio | 8 | 2 | 10 | 1 | 1 | - | 6 | 2 |
| | Professores de 3º estágio | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | Professores Diaristas | 8 | 7 | 15 | - | - | - | - | 15 |
| | Total | 34 | 44 | 78 | 1 | 1 | - | 9 | 67 |
| Total absoluto | | 79 | 59 | 138 | 17 | 3 | 10 | 18 | 90 |

R=Realizaram o curso de férias; NR= Não realizaram o curso de férias; CN=Curso Normal; CC=Curso Comercial; CG=Curso Ginásial; CSI=Curso Secundário Incompleto; CP=Curso Primário.

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 65).

Além disso, conforme a tabela 29, a maioria dos professores estavam lotados nas escolas de Ponta Porã (34,3% do total 175). Em Dourados, Bela Vista, Porto Murtinho, Maracaju,

¹⁰⁹ O original não consta a quantidade dois.

Nioaque e Miranda, perfazia, respectivamente, o percentual de 20,6%, 14,8%, 9,1%, 8,6%, 6,8%, e 5,7%.

TABELA 29 – LOTAÇÃO E SALÁRIO DOS PROFESSORES NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)

| Municípios | Ponta Porã | Bela Vista | Dourados | Maracaju | Miranda | Nioaque | Porto Murtinho | Total |
|---------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------------|------------|
| 500,00 Cr\$ | 8 | 1 | 7 | - | - | 1 | 1 | 18 |
| 600,00 Cr\$ | 1 | - | - | - | - | - | - | 1 |
| 750,00 Cr\$ | 2 | - | - | - | - | - | - | 2 |
| 800,00 Cr\$ | 7 | 5 | 8 | 3 | 2 | 1 | 1 | 27 |
| 850,00 Cr\$ | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 10 |
| 900,00 Cr\$ | 27 | 12 | 14 | 5 | 2 | 5 | 9 | 74 |
| 1.000,00 Cr\$ | 8 | 3 | 5 | 4 | 5 | 3 | 1 | 29 |
| 1.100,00 Cr\$ | 4 | 2 | - | 1 | - | 1 | 2 | 10 |
| 1.500,00 Cr\$ | 1 | 1 | 1 | 1 | - | - | - | 4 |
| Total | 60 | 26 | 36 | 15 | 10 | 12 | 16 | 175 |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 67). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Na tabela 29, nota-se que os docentes recebiam salários de 500 a 1.500 cruzeiros. A maioria dos professores que recebiam as melhores remunerações (de 1.000 a 1.500 cruzeiros) atuavam no município sede do território (13), quer dizer, os docentes que estavam alocados em Ponta Porã correspondiam a 30,2% do total de 43. A maior parte dos professores (74) recebiam 900,00 cruzeiros e eles trabalhavam principalmente nos municípios de Ponta Porã (27), Bela Vista (12) e Dourados (14), perfazendo o percentual de 71,6% do total de 175.

Nesse contexto salarial, o governador do território José Alves de Albuquerque, destaca que “A remuneração do professor, irrisória que era ao tempo de Mato Grosso, mereceu cuidado especial do Governo territorial”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 40). Sendo assim, a seguir, apresenta-se a tabela 30 que evidencia os reajustes salariais dos professores na época do território.

No ano de 1945, o salário dos diretores aumentou 53,8% em relação ao ano de 1944 e, no ano seguinte, foi ampliado em mais 50,0%. Isso demonstra como é expressivo o aumento da remuneração dos diretores nos anos de 1944 a 1946, contabilizando um aumento de 130,7%. Os professores normalistas tiveram reajuste de 81,8% no ano de 1945 e de 83,3%, em 1946. Considerando o salário para os profissionais com formação normal, no ano de 1944 em relação ao ano de 1946, nota-se aumento de 233,3%. Os docentes com formação secundária ou com certificado do curso de férias seguiu a mesma trajetória, mas com aumentos de 51,5% no ano

de 1945 e de 80,0 % no ano seguinte. A elevação dos vencimentos desses profissionais entre os anos de 1944 e 1946 foi de 172,7%. Ademais, o salário dos professores com curso primário aumentou em 87,5% no ano de 1946. Todavia, a maioria das escolas eram administradas pelas municipalidades e o rendimento do professor até 1944 era ainda menor ao que se apresentou na tabela 29. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c).

TABELA 30 – SALÁRIO DOS DIRETORES E PROFESSORES EM MATO GROSSO (1944) E NO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1944-1946)

| FUNÇÃO | ANO | MATO GROSSO | TERRITÓRIO | |
|--|-----|-------------|---------------|---------------|
| | | 1944 | 1945 | 1946 |
| Diretor de Grupo | | 650,00 Cr\$ | 1.000,00 Cr\$ | 1.500,00 Cr\$ |
| Professores Normalistas | | 330,00 Cr\$ | 600,00 Cr\$ | 1.100,00 Cr\$ |
| Professores com certificado do curso de férias ou curso ginásial ou comercial (incompleto) | | 330,00 Cr\$ | 500,00 Cr\$ | 900,00 Cr\$ |
| Professores auxiliares, com o curso primário completo | | - | 400,00 Cr\$ | 750,00 Cr\$ |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 108; 1946e, p. 41). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

É relevante dizer que, no dia 31 dezembro de 1945, foi expedido o Decreto-Lei n. 8.512, que alterou o salário dos professores no território, que de alguma forma tem relação com os profissionais provenientes de estados mais desenvolvidos do Brasil. Isso seria um estímulo a mais para tais docentes se aventurarem em locais considerados longínquos. Conforme o governador Albuquerque:

Mesmo com vencimentos relativamente compensadores, ainda havia dificuldade no recrutamento de professores, razão por que muitas escolas não chegaram a ser instaladas. É que, Excelência, o ambiente da campanha, por demais pesado aos que vêm de fora, não oferece nenhuma sedução aos que se acham, embora percebendo menos, instalados em centros adiantados. O professor para aquele meio, deve ter qualidades especiais, grande dose de renúncia ao conforto, resignação ao sofrimento, resistência orgânica, facilidade de adaptação, compreensão nítida do dever para com a Pátria, recebendo a remuneração como fator de subsistência, julgando-se pago, sim, em servir a seu País, em contribuir com a sua parcela de sacrifícios em prol da educação e da formação do homem fronteiriço. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 41).

Em separado trata-se sobre a formação de professores no Território Federal de Ponta Porã. Dessa forma, aborda a respeito do Curso Normal Regional Princesa Isabel no ano de 1946. A seguir, apresenta-se o processo de criação e instalação das escolas normais no Brasil, para, na sequência, explicar a importância da abertura de um curso normal no Território Federal de Ponta Porã.

4.3 Curso Normal Regional Princesa Isabel no Território Federal de Ponta Porã

Os administradores do Território Federal de Ponta Porã procuraram resolver a problemática de falta de professores, já que a abertura de escolas primárias aumentou expressivamente. Além disso existia demanda na região, pois mais de 70,0% dos professores que estavam atuando nas escolas primárias não tinham formação adequada para atuarem.

O Professor Paschoal Innarelli, diretor do curso normal, assevera que os professores deveriam ser melhor preparados, pois os docentes “[...] na maior parte, sem cultura alguma, geral ou especializada, se sentia à parte da noção educativa e desconhecia, totalmente, os rudimentos básicos que os conduzisse a resultados satisfatórios no trabalho escolar”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 19).

Os professores de outras regiões, sobretudo de São Paulo, não estavam, na sua maioria, se adaptando às novas condições de vida: ao estilo “rude do sertão”. No Relatório de 1946 encontrou-se a informação de que os docentes, apesar de serem dedicados, eram leigos e as vezes com o curso primário.

Seria, necessário, o preparo do mestre no próprio “habitat” de seus futuros alunos, até porque, os professores de fora, acostumados a outro meio e a relativo conforto, dificilmente se adaptariam à vida rude do sertão, sujeitos, quase sempre, à nostalgia, ao abatimento moral que a ausência prolongada de sua cidade natal, por certo, ocasiona, o que é natural. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 36).

Dessa forma, na intenção de solucionar os obstáculos – formação de professores e falta destes profissionais – foi criado e implantado o curso normal regional, objetivando preparar novos docentes para as escolas primárias recém-implantadas e as que se pretendia criar. O referido estabelecimento foi criado pelo Decreto nº 34, de 27 de abril de 1946, em conformidade com o quarto artigo da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n. 8.530), expedida em 02

de janeiro de 1946. O governado do Território Federal de Ponta Porã evidenciou que o Curso Normal Regional Princesa Isabel foi o primeiro desse gênero a ser criado e instalado no Brasil depois da mencionada lei orgânica. Referente ao primeiro curso normal criado e instalado, pelo menos no que diz respeito aos territórios, pós Decreto-Lei n. 8.530, pode-se dizer que o Território Federal do Iguacu se adiantou em criar, por força do Decreto n. 2, de 21 de abril de 1946, um curso normal regional, porém a sua instalação aconteceu no dia 27 de abril do mesmo ano. Nesse mesmo dia fundou-se e se instalou o Curso Normal Regional Princesa Isabel, ou seja, a Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã é pioneira somente no que diz respeito à instalação, ainda que o governador José Alves de Albuquerque anunciasse que na criação fosse o “prógonos”.

É oportuno dizer que uma escola normal foi fundada ainda no ano de 1945, mas sua instalação não foi efetivada, como observa-se no trecho do relatório elaborado pelo diretor do curso normal do Território Federal de Ponta Porã (1946). “Fundou-se uma Escola Normal. Foram feitos os exames de admissão e apurados os resultados. Por força alheia à vontade dos administradores, essa Escola Normal não chegou a constituir realidade”. (TERRITÓRIO, 1946b, p. 07). Para a abertura dessa escola, realizou-se exame de admissão em 1945. Todavia, os resultados não foram aproveitados devido a escola não ter sido instalada.

No ano de 1946 foram retomadas as discussões sobre a importância de se criar um curso secundário que formasse professores *in loco*. Esse curso, conforme relatório do curso normal regional (1946), iniciou suas aulas no dia 01 de junho de 1946, mas teve vida curta, ou seja, de apenas quatro meses. A denominação desse curso normal regional foi estabelecida pelo Decreto n° 62, de 26 de julho de 1946: “Art. 1° - O Curso Normal Regional, situado em Ponta Porã, capital do Território, terá a denominação de Curso Normal Regional Princesa Isabel”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 09).

A escolha pelo curso normal regional se configurou devido a necessidade de formação de professores de forma aligeirada. Desta forma, a preocupação dos administradores da educação do Território Federal de Ponta Porã não era apenas organizar o ensino conforme estabeleciam as legislações, quer dizer, articulados para uma formação mais adequada, e sim possibilitar a formação de professores o mais rápido possível, pois a expansão das instituições escolares primárias estava sendo expressiva.

É importante lembrar que a instalação do Curso Normal Regional Princesa Isabel iniciou suas atividades em prédio construído de madeira e ainda com edificações em andamento, como pode ser observado à esquerda da figura 03.

FIGURA 03 – PRÉDIO ADAPTADO DE MADEIRA DO CURSO NORMAL REGIONAL PRINCESA ISABEL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946b, p. 108).

O governador do Território Federal de Ponta Porã, José Alves de Albuquerque, salienta que o Curso Normal Regional Princesa Isabel foi edificado em momentos que cortes nas verbas já estavam acontecendo, por isso ele foi construído improvisado de madeira, sem instalações elétricas no edifício. Esse curso foi registrado e recebeu permissão do Ministério da Educação para funcionar, assim como foi suprido de materiais necessários, contratou-se professores, principalmente, de São Paulo e iniciou as aulas imediatamente. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b). A Ata dos exames de admissão ao curso normal regional de Ponta Porã ratifica a informação de que o prédio no qual estudou os primeiros estudantes do Curso Normal Regional Princesa Isabel era improvisado, pois

aos dezessete, dezoito e vinte dias do mês de maio de mil novecentos e quarenta e seis, no prédio adaptado para o funcionamento provisório do Curso

Normal Regional de Ponta Porã, realizaram-se os exames de admissão do citado estabelecimento, sob a presidência geral do Senhor Doutor Wilson Dias de Pinho, Diretor da Divisão de Educação, em exercício, deste Território Federal, estando presentes os Senhores Paschoal Innarelli, Diretor do Curso Normal Regional, Antônio Pacheco Ferraz, Carlos Alberto Salignac de Sousa, Da. Manoela Pousa Fernandes e Da. Elda Rizzo Emerique, todos professores nomeadas para este estabelecimento de ensino. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946a, p. 12).

O curso normal regional atendeu duas frentes do propósito de expansão das instituições escolares no sul de Mato Grosso, mais precisamente, no Território Federal de Ponta Porã. A primeira, já citada anteriormente, diz respeito ao professor que não era facilmente encontrado nas regiões de fronteira. A segunda tem relação com a preocupação do governo central em manter sob o seu controle a região de fronteira pertencente ao Brasil, por meio da educação, pois o Paraguai estava instruindo os indivíduos em idade escolar na fronteira, inclusive de brasileiros.

Que nos sirva de exemplo o trabalho realizado por aquele País amigo [Paraguai¹¹⁰], no setor do ensino, frente ao nosso Território, instalando escolas e mais escolas primárias, e, mesmo na linha de limites, em Pedro Juan Cabalero¹¹¹ e Capitan Bado¹¹², duas outras de ensino normal. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946e, p. 38).

Nesse sentido, no relatório da Divisão de Educação, destaca que não era difícil encontrar os brasileiros, em idade escolarizável, que usavam o guarani para se comunicar. Na região de Amambá (Iguatemi e Paranhos) “[...] a língua portuguesa, era quasi que completamente esquecida, pela população, que apenas falava o guaraní, sendo que a maioria dos escolares, frequentava as escolas paraguaias, onde cultivavam a Bandeira Paraguaia [...]” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946c, p. 138). Fato destacado por Centeno (2007) de que, de 1910 até 1940, as crianças brasileiras atravessavam a fronteira para estudar nas escolas criadas

¹¹⁰ É preciso não esquecer que no dia 10 de julho de 1945 foi criado o Departamento de Amambay, no Paraguai, composto pelas cidades de Bella Vista (3.926 Km² e 16.413 habitantes, atualmente) Capitán Bado (3.276 Km² e 18.864 habitantes), Pedro Juan Caballero (2678 Km² e 117270, capital do Departamento), Zanja Putá (2.106 Km² e 7.632), e Karapaí (1.274 Km² e 4.282), tido como uma política expansionista desencadeada também pelo país vizinho.

¹¹¹ Pedro Juan Caballero é a capital do Departamento de Amambay, no Paraguai. O Departamento Paraguaio corresponde a um estado brasileiro. A referida cidade paraguaia faz fronteira seca com Ponta Porã, que foi a capital administrativa do Território Federal de Ponta Porã. Em Pedro Juan Caballero, assim como em Ponta Porã, a extração da erva mate era a base da economia.

¹¹² Capitan Bado também é um distrito do Departamento de Amambay, no Paraguai. Mas no caso dessa a fronteira seca é com o município de Coronel Sapucaia. Em ambas as citadas cidades a extração da erva mate era muito presente. O município brasileiro mencionado, Coronel Sapucaia, faz parte, atualmente, do Estado do Mato Grosso do Sul.

e instaladas pelo Paraguai, mas com a intervenção federal em meado da década de 1940 a melhoria e expansão das instituições escolares pelo governo brasileiro alteraram a situação na fronteira do Brasil com o Paraguai, ou seja, “já na década de 1950, há relatos de crianças do país vizinho que recebiam a instrução primária no Brasil”. (BEZERRA, 2015, p. 13)

Com a extinção do Território Federal de Ponta Porã, o governador José Alves de Albuquerque argumenta sobre a continuidade do curso normal regional. Entre as suas justificativas, ele explica que a referida escola não teria vida longa aos cuidados da administração estadual, no caso de Mato Grosso. Sendo assim, ele sugeriu ao Ministério da Educação, por meio de ofícios, que no ano de 1946 o Governo Federal se responsabilizasse em manter financeiramente o curso normal regional e, aos poucos, fosse passando para a administração do Estado de Mato Grosso. Entretanto, o que de fato ocorreu foi o fechamento do curso.

Nesta direção, Bezerra (2015) evidencia que os administradores do estado mato-grossense, cientes da falta de professores para atuarem nas escolas, estimularam a criação de cursos de férias, pois docentes de outras localidades não viam nenhuma vantagem em migrarem para o sul de Mato Grosso.

[...] cursos de férias, tendo se iniciado em julho de 1951, em Cuiabá, Campo Grande e Dourados. Prosseguiu o curso nas férias no final do mesmo ano nas cidades de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Cáceres, Três Lagoas, Aquidauana, Ponta Porã, Dourados, Amambaí, Coxim, Guiratinga, Poxoréu, Poconé e Rosário do Oeste. O curso contou com aulas de Português, Aritmética, Geografia, História, Higiene, entre outras. (BEZERRA, 2015, p. 70).

A região sul do Estado de Mato Grosso, até o final da década de 1950, havia ampliado para quatro as escolas normais, sendo que três delas (a de Campo Grande, a de Aquidauana e a de Três Lagoas) foram implantadas pelo governo estadual. De acordo com Carvalho (2014, p. 51):

Mediante a Lei n. 342, de 12 de Dezembro de 1949, criou-se a Escola Normal de Aquidauana, a qual se designou “Jango de Castro” (MATO GROSSO, DIÁRIO OFICIAL, 1949), uma vez que Aquidauana constituía-se, no referido período, uma das principais cidades do Estado devido a sua posição geográfica, e localização estratégica na Bacia do Prata, ligando-se a um processo mais amplo, o processo de ocupação do Pantanal.

A escola normal de Três Lagoas foi criada com a denominação de Escola Normal Dom Aquino Corrêa, durante o governo de Fernando Correia da Costa, por meio da Lei nº 501, de

21 de outubro de 1952. (MONTEIRO, 2018). As escolas normais do sul de Mato Grosso foram instaladas anexas as escolas que também ofereciam o secundário: a Escola Normal Pedro Celestino ao Liceu Cuiabano, em Cuiabá, e a Escola Normal Joaquim Murтинho ao Liceu Campo-grandense, em Campo Grande, ambas reabertas pelo Decreto-Lei n. 834, de 31 de janeiro de 1947; a Escola Normal Jango de Castro ao Ginásio Candido Mariano, em Aquidauana, de acordo com a Lei n. 342, de 12 de dezembro de 1949; e a Escola Normal Dom Aquino Corrêa ao Ginásio 2 de Julho, em Três Lagoas, conforme lei já mencionada.

Na fronteira do Brasil com o Paraguai, mais especificamente no município de Ponta Porã, foi criada a escola normal regional, no ano de 1959, mediante a Lei n. 1.251, de 27 de agosto de 1959, mas sua instalação aconteceu em 1960 com o início do primeiro ano letivo. (BEZERRA, 2015). A partir de 1964, conforme Bezerra (2015), a escola normal de Ponta Porã já estava oferecendo o 2º ciclo. Isso elevou a instituição à condição de escola normal, segundo a reforma federal de 1946, artigo 4, inciso 2. Entretanto, é relevante esclarecer que essa escola normal regional não tem relação com o Curso Normal Regional Princesa Isabel de 1946 do Território Federal de Ponta Porã, pois ela foi realmente extinta. Por ora, apresenta-se a figura 04 que evidencia que essa escola existiu, pelo menos, até a aplicação dos exames finais do ano de 1946.

**FIGURA 04 – EXAME FINAL DO CURSO NORMAL REGIONAL DO
TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ**



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946d, p. 113).

A seção a seguir, trata o funcionamento do curso normal regional do Território Federal de Ponta Porã.

4.3.1 Exame de admissão do Curso Normal Regional Princesa Isabel

As aulas do Curso Normal Regional Princesa Isabel iniciaram em Ponta Porã, sede do Território Federal de Ponta Porã, depois dos alunos terem sido selecionados por meio de exames. No dia 22 de abril de 1946, pela Divisão de Educação, foi publicado um aviso sobre a abertura, nos próximos dias, de inscrições para os exames de admissão para o curso normal regional. Esse informou que os aprovados poderiam se matricular na primeira série do Curso Normal Regional Princesa Isabel se apresentassem os seguintes documentos comprobatórios: a) qualidade de brasileiro; b) sanidade física e mental; c) ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contra-indique o exercício da função docente; d) bom comportamento social. Mas, três dias depois, uma retificação foi expedida, pelo mesmo órgão administrativo mencionado anteriormente, sobre os documentos necessários, acrescentando o seguinte: e) habilitação nos exames de admissão. Nesse sentido, cumpriu-se as determinações do artigo 20 da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946).

Ainda sobre os exames de admissão de 1946 o edital com as devidas datas e local de inscrição foi publicado entre os dias 26 de abril e 10 de maio, sendo que as inscrições seriam efetivadas na Divisão de Educação das 8 horas às 11 horas ou das 14 horas às 17 horas. Exigiu-se para a inscrição, além do requerimento ao diretor (Paschoal Innarelli) do curso normal regional, o seguinte:

- a) prova de conclusão dos estudos primários;
- b) certidão de idade, pela qual prove o candidato, no ato da inscrição da inscrição, ter a idade mínima de treze anos;
- c) autorização para realizar a inscrição, firmada pelo pai ou responsável, no caso de o candidato ter menos de 18 anos. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 16).

O artigo 21 da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) trata sobre os exames de admissão, ou seja, exigia-se prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de 13 anos para se candidatar ao curso de primeiro ciclo. Para o segundo ciclo era preciso apresentar a conclusão do primeiro ciclo ou certificado do curso ginásial e idade mínima de 15 anos. (BRASIL, 1946a). Para atingir um número maior de candidatos a Divisão de Educação do

Território Federal de Ponta Porã expediu informação orientando aos interessados a uma vaga no curso normal, que não possuísem o certificado de conclusão do curso primário, a possibilidade de submeter-se a exame de suficiência. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b).

Desta forma, inscreveram-se 55 candidatos nos exames de admissão do ano de 1946, sendo que a maioria era do sexo feminino (33 inscritas, ou seja, 60,0%). No mês de maio, mais exatamente no dia 13, foi expedido aviso informando que as provas aconteceriam nos dias 17 e 18 daquele mês. No primeiro dia foi aplicada a prova escrita de português, no período matutino, e a de matemática, no turno vespertino. As provas orais de português, matemática, geografia e história do Brasil foram aplicadas no segundo dia, no período da tarde. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b).

FIGURA 05 – APLICAÇÃO DOS EXAMES DE ADMISSÃO DO CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946d, p. 111-112).

Os 53 alunos aprovados foram divididos em duas turmas mistas¹¹³, ou seja, dois pretendentes do sexo masculino não foram aprovados, um na prova escrita de português e o outro na de matemática. Dias (2014) revela que os curso normal regional do Território Federal de Amapá atendia predominantemente o público feminino, fato esse que foi constatado também nas escolas normais de Mato Grosso, nos anos próximos, por Carvalho (2014) – escola normal

¹¹³ Para mais informações sobre as turmas do curso normal regional do Território Federal de Ponta Porã consultar anexo N.

de Aquidauana – e por Monteiro (2018) – escola normal de Três Lagoas. No caso da escola normal da capital de Mato Grosso não era diferente, pois

O número de alunos nella matriculados foi de 145, sempre crescendo de anno para anno, tanto que no corrente já atingiu a 167, em sua quasi totalidade do sexo feminino. É notavel em nosso Estado esse abandono da carreira do magisterio, por parte dos rapazes. Ou seja, porque considerem mais brilhantes as carreiras abertas pelo ensino superior ou porque reputeem menos compensadores os resultados materiaes que o nobre sacerdotício do magisterio oferece, o facto é que em 1930 só um alumno do sexo masculino se matriculou no 1º. Anno da nossa Escola Normal. (MATO GROSSO, 1930, p. 45-46).

No caso do Território Federal de Ponta Porã o número de matriculados no Curso Normal Regional Princesa Isabel demonstra que a presença de estudantes do sexo masculino era de 20 (37,7%), um contingente considerável.

**FIGURA 06 – ESTUDANTES DO CURSO NORMAL REGIONAL DO
TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1946)**



Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946d, p. 109).

Entretanto, é relevante destacar que algumas figuras evidenciam a diferenciação por gênero. Na figura 03, por exemplo, as filas dos meninos entravam primeiro, ainda que uma parte desses estudassem na primeira série A e outra na B. Na figura 04, os meninos sentavam nas carteiras da frente. A educação física também era outro elemento de separação por sexo, pois essas aulas ocorriam às segundas, quartas e sextas-feiras para os meninos e às terças e quintas-feiras para as meninas, bem como das disciplinas, pois elas deveriam participar da disciplina economia doméstica aos sábados.

As disciplinas oferecidas seguiam o que regulamentava a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) para a formação de regentes de ensino primário, esses que atuariam nas primeiras quatro séries do ensino primário. Sendo assim, ofereceria na “Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Geografia Geral. 4) Ciências Naturais. 5) Desenho e caligrafia. 6) Canto Orfeônico¹¹⁴. 7) Trabalhos Manuais¹¹⁵ e economia doméstica¹¹⁶. 8) Educação Física.”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 59). Portanto, os administradores do Curso Normal Regional Princesa Isabel inseriram a disciplina de Música no programa formativo.

Entre os materiais disponíveis no Curso Normal Regional Princesa Isabel (armários, mesas, carteiras, mapas, máquina de datilografia, piano, jogos e esportivos, por exemplo), nota-se a existência de 140 lençóis, 140 fronhas, 140 colchas brancas, 70 cobertores, 70 criados-mudos, 70 camas populares, 71 colchões e 70 travesseiros, um indício de que os administradores do território intencionavam oferecer a modalidade internato. Outro ponto interessante no relatório desse curso é referente ao regimento interno que não saiu da sua condição de projeto, devido a sua breve existência¹¹⁷.

No que tange aos profissionais responsáveis em formar os estudantes do Curso Normal Regional Princesa Isabel, o professor Paschoal Innarelli, que exercia o cargo de diretor do mencionado Curso, por força da Portaria n. 152 – expedida pelo governador do território –, era

¹¹⁴ “As aulas de Música e Canto Orfeônico serão dadas em uma das salas onde será colocado o piano do Curso.” (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 44).

¹¹⁵ “Está em estudo a instalação de uma pequena oficina para trabalhos manuais (seção masculina) num alpendre coberto, que faz parte do prédio escolar”. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b, p. 44).

¹¹⁶ No artigo sete da Lei Orgânica do Ensino Normal estabeleceu no “1º O ensino de trabalhos manuais e das atividades econômicas da região obedecerá a programas específicos, que conduzamos alunos ao conhecimento das técnicas regionais de produção e da organização do trabalho da região. § 2º O curso normal regional, que funcionar em zonas de colonização, dará ainda, nas duas últimas séries, noções do idioma de origem dos colonos e explicações sobre o seu modo de vida, costumes e tradições”. (BRASIL, 1946a, p. 16).

¹¹⁷ Consultar anexo I.

proveniente do Estado de São Paulo. Sua cedência foi emitida pelo interventor de São Paulo, através do Decreto de 06 de junho de 1945. Ele era normalista, com registro no Departamento Nacional da Educação, apto para lecionar Português e Trabalhos Manuais¹¹⁸. Tinha como formação: a) ginásial, no Ginásio do Estado Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo, Estado de São Paulo; b) profissional de formação de professores (normal), na Escola Normal Francisco Thomaz de Carvalho, em Casa Branca, Estado de São Paulo. Nesse estado foi professor do ensino primário, lecionando as disciplinas de português e trabalhos manuais no Colégio Estadual Euclides da Cunha, em São José do Rio Pardo. Também, nesse município, foi professor de português e matemática da Escola Técnica de Comércio. No Território Federal de Ponta Porã foi inspetor escolar, diretor da Divisão de Educação e diretor do Curso Normal Regional. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b).

Os demais professores são apresentados no quadro 03, a seguir.

QUADRO 03 – PROFESSORES DO CURSO NORMAL REGIONAL DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

| Nome | Disciplinas | Cedido/Estado |
|---|---|-------------------------------|
| Antônio Pacheco Ferraz | Desenho; Caligrafia; Trabalhos Manuais (seção masculina) | Cedido do Estado de São Paulo |
| Carlos Alberto Salignac de Souza ¹¹⁹ | Ciências Naturais; Português | Amazonas |
| Elda Rizzo Emerique ¹²⁰ | Geografia; Trabalhos Manuais (seção feminina); Economia Doméstica | São Paulo |
| Léa Loureiro Hofke | Educação Física | Rio de Janeiro |
| Manoela Pousa Fernandes | Música; Trabalhos Manuais (seção feminina); Economia Doméstica | Cedida do Estado de São Paulo |
| Vitório Fontana | Matemática | - |
| Wilson Dias de Pinho | Matemática; trabalhos manuais | - |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946b, p. 47-65). Organizado por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

¹¹⁸ Foi designado para dar aulas no Curso Normal Regional Princesa Isabel pela Portaria n. 108, de 01 de junho de 1946, promulgada pelo diretor da Divisão de Educação, tendo sido dispensado das funções de professor de Português para se dedicar ao cargo de diretor do Curso Normal Regional Princesa Isabel. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946a).

¹¹⁹ Este professor foi nomeado para as disciplinas de Ciências Naturais (Decreto de 07 de maio de 1946), de Matemática (temporariamente pela Portaria n. 110), e de Português (Portaria n. 170). Todas elas expedidas pelo governador do Território Federal de Ponta Porã. Sobre esse professor é relevante dizer também que foi o primeiro diretor do Ginásio Amapaense do Território Federal do Amapá, no ano de 1947.

¹²⁰ Foi nomeada pelo Decreto de 24 de abril de 1946 do Território Federal de Ponta Porã para exercer a função de professora da disciplina de Geografia Geral do Curso Normal Regional Princesa Isabel, e pela Portaria n. 111 do mesmo território para acumular a função de secretária do curso normal mencionado.

Antônio Pacheco Ferraz era formado em Contabilidade, na Escola de Comércio Morais de Barros, de Piracicaba/SP e em Pintura na academia Julian, em Paris, na França. Foi professor de desenho da Escola Normal Francisco Thomaz de Carvalho, em Casa Branca/SP, do Colégio Estadual de Sorocaba e de Mogi das Cruzes, ambos em São Paulo. No Território Federal de Ponta Porã foi professor de desenho no curso de aperfeiçoamento de professores. Esse professor, além de ter formação internacional, realizou diversas exposições de pinturas e foi classificado em primeiro lugar no concurso para professor efetivo de desenho de Escolas Normais e Ginásios, no Estado de São Paulo. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b).

O professor Carlos Alberto Salignac de Souza completou seu curso ginásial no Ginásio Amazonense Pedro II, fez o complementar no Colégio Salesiano Dom Bosco e cursou direito até o terceiro ano¹²¹. Foi funcionário da prefeitura de Manaus/AM, professor da Escola Normal Lourenço Filho, diretor do departamento de imprensa e propaganda e inspetor federal do Território do Acre. No Território Federal de Ponta Porã exerceu a função de professor no curso normal.

No grupo de professores homens é preciso mencionar o professor Wilson Dias de Pinho que era diretor da Divisão de Educação do Território Federal de Ponta Porã e lecionava as disciplinas de trabalhos manuais (seção masculina) e de matemática. Esse acumulava as citadas disciplinas, segundo o relatório do curso normal, por falta de professor habilitado na área. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b).

As mulheres também se fizeram presentes na formação de professores no Curso Normal Regional Princesa Isabel. Elda Rizzo Emerique formou-se normalista na escola normal de Casa Branca e fez o curso de aperfeiçoamento no Instituto de Educação, ambos no Estado de São Paulo, atuando como professora no ensino primário desse estado. A sua atuação no Território Federal de Ponta Porã teve início com a direção do Grupo Escolar Mendes Gonçalves e, mais tarde, como professora do curso normal.

¹²¹ É observado que as informações foram prestadas pelo respectivo professor. (TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ, 1946b).

A professora Léa Loureiro Hofke era a única com formação superior, concluindo sua formação na Escola Nacional de Educação e Desporto da Universidade do Brasil. No território, era responsável pela educação física das meninas.

Manoela Pousa Fernandes se formou normalista na Escola Primária de Campinas/SP. Nessa cidade, habilitou-se em canto no Conservatório Musical Carlos Gomes. Tinha formação em Canto Orfeônico promovido pelo Departamento de Educação do Estado de São Paulo. Ela lecionou no ensino primário de São Paulo, onde era também membro da Comissão de Arte da prefeitura de Campinas. No Território Federal de Ponta Porã compôs o grupo que aperfeiçoou os professores em 1945, em Ponta Porã, e ensinava no curso normal regional.

Sobre o corpo docente do curso normal regional de Ponta Porã pode-se dizer que eram, na sua maioria, profissionais provenientes do Sudeste, especialmente de São Paulo, mas se nota a presença de professor de outra região (do Amazonas) e do próprio Estado de Mato Grosso – o caso dos dois últimos mencionados no quadro 03.

O grupo de professores era constituído de homens (04) e mulheres (03), com leve vantagem do gênero masculino. Da mesma forma que se encontrou apenas um professor com formação internacional, nota-se a de uma mulher com ensino superior.

Conclui-se este capítulo apresentando os cursos normais regionais que foram criados nos demais territórios federais.

4.4 Implantação dos cursos normais regionais nos Territórios Federais do Brasil na Era Vargas

As escolas normais regionais foram criadas e implantadas em todos os territórios federais instituídos no Brasil, no âmbito do Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Por isso, essa normatização estabelecia sobre a organização das escolas normais no Brasil:

Art. 4º Haverá três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o curso normal regional, a escola normal e o instituto de educação.

§ 1º Curso normal regional será o estabelecimento destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal.

§ 2º Escola normal será o estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário.

§ 3º Instituto de educação será o estabelecimento que, além dos cursos próprios da escola normal, ministre ensino de especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário [...]. (BRASIL, 1946a, p. 01).

O caso do Território Federal do Acre foi exceção porque criou sua primeira escola normal rural no município de Xapuri no ano de 1944, antes da lei orgânica mencionada. Essa escola foi instalada no dia 25 de maio, no mesmo prédio do Colégio Divina Providência, da congregação das Servas de Maria Reparadora. (CASTRO, 2011). A referida escola normal rural era administrada pela iniciativa privada, recebendo auxílios, sobretudo administrativos, do governo do Acre, como explica Castro (2011, p. 122):

Dada a carência de professoras formadas na capital e no interior, a solução encontrada foi revitalizar a única escola normal confessional do Território, a Escola Normal Rural de Xapuri, e regulamentar a da capital, o Instituto de Educação Lourenço Filho.

A escola normal rural de Xapuri atendia somente estudantes no regime de externato e passou a funcionar com a denominação de curso normal regional no dia 14 de maio de 1947, porém, continuou dividindo espaço com o Colégio Divina Providência.

O Instituto Santa Juliana, em Sena Madureira e a escola Normal regional de Cruzeiro do Sul, no Acre, foram criadas no ano de 1947 para formar profissionais da educação. (CASTRO, 2011).

É importante enfatizar, sobre o Acre, que a escola normal regional pública teve sua origem associada à escola normal rural antes da transformação do Território do Acre em território federal, conforme Decreto n. 5.812, de 1943, e da elaboração da reforma das escolas normais de 1946. Nessa localidade, a iniciativa particular foi pioneira no oferecimento de escolas próprias para a formação de professores.

Foi nesse contexto que se criou no Território Federal de Iguaçu (TFI) o primeiro curso normal regional por força do Decreto nº 02, de 21 de abril de 1946. No entanto, a instalação do mencionado curso normal regional somente aconteceu seis dias depois, coincidentemente na mesma data de criação e instalação do Curso do Território Federal de Ponta Porã. Sendo assim, é relevante enfatizar que o curso normal regional do Território Federal de Iguaçu foi criado pelo Decreto, já citado, no município que era a sede do território, ou seja, Laranjeira do Sul (SBARDELLOTTO; DALAROSA, 2011). Contudo, o autor Lemiechek (2014) argumenta que o curso normal regional do Território Federal de Iguaçu foi instalado no município de Iguaçu, diferenciando-se dos autores anteriores. Esse impasse sobre onde foi criado o curso normal só pode ser entendido quando se analisa o que argumentam Priori, Pomari, Amâncio e Ipólito (2012, p. 69) de que

A decisão para a escolha da capital do Território Federal do Iguaçu foi uma verdadeira confusão. O primeiro decreto-lei determinou que a capital se instalasse na cidade de Foz do Iguaçu, porém, em seguida, foi transferida para Laranjeiras do Sul, o que fez a cidade ter de mudar o nome para Iguaçu. As autoridades justificavam essa contradição, argumentando que Laranjeiras do Sul estava mais próxima da “civilização”. Até a mudança de capital, a cidade não fazia parte do Território Federal. Essa medida ampliou as fronteiras do Território Federal do Iguaçu, colocando-as entre os rios Restinga Grande e Cavernoso.

Sobre o regime de atendimento do curso normal regional do Território de Iguaçu, Lemiechek (2014) salienta que funcionava nos regimes de internato e externato. O primeiro intencionava atender, principalmente, estudantes que não eram da capital e ficavam em espaços separados por sexo. Cabe mencionar, que foram, em abril de 1946, selecionados 90 dos 103 inscritos para as primeiras turmas. O autor evidencia também que os alunos do último ano do curso normal regional do Território Federal de Iguaçu praticavam o seu aprendizado no Grupo Escolar Tiradentes, na capital Iguaçu.

Conforme Gomes (2007) e Lima (2012) o primeiro curso normal regional, do Território Federal do Guaporé, denominado de Curso Normal Regional Carmela Dutra, foi criado por força do Decreto n. 47, de 19 de dezembro de 1947. O governador do Território Federal do Guaporé em exercício, no período de criação e instalação do curso normal regional, era o major do exército Frederico Trotta e que, nesse Território, era sua esposa Laudímia Trotta a responsável pela Divisão de Educação. Sendo assim, foi na administração desses que se aprovou o referido Decreto n. 78 que estabelecia o seguinte:

Art. 1º Cria o curso normal regional do Território Federal do Guaporé.

Art. 2º O curso normal regional do Território Federal do Guaporé se denominará “Carmela Dutra”, em homenagem à memória da ilustre dama que tão bem encarnava todas as virtudes da mulher brasileira. (BRASIL, 1947, p. 01).

O Decreto n. 78, de 28 de abril de 1948, aprovou o regimento interno do Curso Normal Regional Carmela Dutra, instalando-o na capital de Porto Velho que era a capital do Território do Guaporé. O aludido curso atendia, inicialmente, em regime de internato e, com o passar do tempo, o externato é inserido como opção aos estudantes. (GOMES, 2007; LIMA, 2012).

No primeiro ano de existência o mencionado curso foi provisoriamente instalado no Grupo Escolar Duque de Caxias, mais exatamente em uma casa cedida pela Madeira-Mamoré. Com o passar do tempo foi transferido para um prédio improvisado, até ser construída sua sede. Essa instituição atendia exclusivamente estudantes do sexo feminino, no caso do regime de

internato. O externato, por sua vez, era constituído de ambos os gêneros (masculino e feminino), segundo Gomes (2007) e Lima (2012).

O curso normal regional do Território Federal do Amapá foi criado no ano de 1948, mas sua instalação parece ter ocorrido somente no ano seguinte. Lobato (2009), por um lado, salienta que, em 1949, na capital Macapá, foi instalado o curso normal durante a administração de Janary Nunes. Essa unidade de ensino atendia, na sua maioria, estudantes do sexo feminino. Dias (2014, p. 201), por outro lado, argumenta que “o Curso Normal Regional, em 1953, dará a sua primeira turma de operários agrícolas” e que o: “Edital n. 1, publicado pelo diretor da Divisão de Educação do Território, Gabriel de Almeida Café, no dia 01 de fevereiro de 1949”, ratificando que a instalação do curso ocorreu no ano de 1949.

Lobato (2009, p. 101) afirma que o curso normal regional do aludido território “[...] iniciou suas atividades sem um prédio próprio”. Dias (2014) vai além e evidencia o local improvisado de funcionamento do curso, ou seja, no mesmo espaço onde funcionava o Ginásio Amapaense.

A primeira turma, no ano de 1949, do curso normal regional era constituída de 13 alunas e, segundo Lobato (2009) o número de estudantes foi ascendente, até pelo menos o ano de 1952, isto é, 29 estudantes no ano de 1949, 72 em 1950, 106 em 1951 e 140 no ano de 1952. Os dados de Dias (2014) apontam que eram 62 estudantes no ano de 1950, 94 em 1951, 129 em 1952 e 144 em 1953.

Outra disparidade entre os autores diz respeito ao público atendido, pois Lobato (2009), pautado no relatório do Território Federal do Amapá de 1944, argumenta que se planejava construir internatos para estudantes do sexo masculino e feminino separadamente, por um lado. Enquanto, por outro lado, Dias (2014) informa que até o ano de 1953 o citado curso atendia exclusivamente estudantes do sexo feminino.

No caso do Território Federal de Rio Branco o primeiro curso normal regional denominado de Monteiro Lobato foi criado pelo Decreto n. 89, de 01 de abril de 1949, na capital de Boa Vista, ou seja, seis anos depois da criação do referido território, com o auxílio do Ministério da Educação e Saúde, no governo de Paulo Schmitz. (SCHRAMM, 2013). O referido estabelecimento de ensino, além de ser o pioneiro em Roraima, correspondente ao ensino ginásial, foi “Criado para funcionar como o primeiro ciclo, era constituído por quatro séries e formava o Regente de Ensino, apto a lecionar da 1ª a 4ª série primária”. (SCHRAMM, 2013, p. 66).

Ainda segundo Schramm (2013), o referido curso normal funcionava próximo ao Grupo Escolar Oswaldo Cruz, o que permite compreender que o curso era desenvolvido em prédio próprio. O Curso Normal Regional Monteiro Lobato foi transformado em Ginásio Normal Monteiro Lobato, por força do Decreto n. 13, de 17 de fevereiro de 1964.

Conclui-se explicando que dos 13 grupos escolares do Estado de Mato Grosso, seis foram criados na região sul e desse dois estava na fronteira do Brasil com o Paraguai (Miranda e Ponta Porã). A empresa Matte Larangeira foi responsável por doar o local e o prédio onde instalou-se o Grupo Escolar Mendes Gonçalves (1927), essa empresa também doou todo o material de uma escola isolada em Bela Vista e era proprietária da escola isolada rural, que mais tarde foi elevada a Escola Reunida, e conseqüentemente a Grupo Escolar Francisco Mendes Gonçalves, sob tutela do Território Federal de Ponta Porã.

Na região que foi criado o Território Federal de Ponta Porã existia aproximadamente 16.000 mil crianças em idade de escolarização, e elas estavam predominantemente nas áreas rurais dos municípios de Ponta Porã, Dourados e Bela Vista. E desse quantitativo apenas 12,0% estavam sendo atendidas pelo setor educacional do Estado de Mato Grosso, até o ano de 1944. No entanto, os dados do anuário do IBGE indicam que nessa região de fronteira atendia-se 25,9% da população em idade escolar citada. Considerando os dados analisados, infere-se que as instituições escolares do território atenderam até o ano de 1946, entre 45,3% a 66,4% das pessoas em idade de escolarização

Os inspetores do território identificaram e evidenciaram os problemas enfrentados pela divisão de ensino de Mato Grosso, muitas delas já mencionadas no capítulo anterior, ou seja, mal remuneração dos professores, falta de profissionais habilitados para lecionar, baixa frequência dos alunos, livros de registros incompletos e/ou inexistentes, descaso com o prédio escolar e falta de material escolar.

Os municípios com concentração populacional mais expressiva e com condições financeiras mais favoráveis no estado, normalmente, apresentavam número de escolas municipais maiores do que as estaduais. Os municípios com densidade de habitantes menores, e conseqüentemente com recursos parcos, também dependiam da instalação de instituições escolares estaduais, por exemplo, os municípios de Maracaju, Nioaque e Porto Murtinho. Esses municípios, procuravam colaborar com o estado cedendo espaços e/ou subvencionando escolas estaduais.

Para potencializar a administração da educação nos municípios foi criada inspetorias, inicialmente quatro foi a quantidade considerada suficiente, no entanto a região de Ponta Porã ficou muito extensa, necessitando de uma quinta. Essa foi aberta no distrito de Amambaí, mais ao extremo sul da fronteira do Brasil com o Paraguai.

No ano de instalação do Território Federal de Ponta Porã (1944) foram criadas 25 novas escolas primárias públicas isoladas urbanas (11) e rural (14). De acordo com tabela 23, o Estado de Mato Grosso e os municípios (Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho) até o ano de 1944 haviam instalado 53 escolas públicas na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Somando-se, no ano de 1944, as instituições escolares legadas pelo Mato Grosso com as criadas pelo Território Federal de Ponta Porã, chegou-se ao número de 78 instituições escolares, ou seja, aumentou 47,1%. Em 1945, na mesma linha de raciocínio, foram criadas 49 novas escolas públicas e 16 particulares, expandindo-se o número de instituições escolares públicas tuteladas pelo território para 127 (62,8%). Já em 1946, aumentou-se em 120 novas escolas públicas, sendo que a expansão das escolas graduadas foi de sete, das escolas isoladas urbanas 26 e as isoladas rurais 87. No último ano de existência do Território Federal de Ponta Porã o quantitativo de instituições escolares chegou a 247 (105,8%). Nesse ano as escolas particulares instaladas totalizam cinco.

É relevante explicar também que Ponta Porã passou a contar com dois grupos escolares (Grupo Escolar Mendes Gonçalves e Francisco Mendes Gonçalves), quer dizer, a capital do Território já se igualava a Cuiabá (sede do Estado de Mato Grosso), que também contava com dois grupos escolares. Sobre os grupos escolares do Território de Ponta Porã é relevante evidenciar ainda que um deles estava funcionando na zona rural.

Especificamente no município de Ponta Porã foram criadas pelo território federal 18 instituições escolares, sendo que 11 eram isoladas rurais e sete urbanas. Somando-se as 20 escolas que foram legadas pelo Estado de Mato Grosso, o total de instituições escolares cresceu para 38 (90,0%), na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Em 1945 uma escola reunida, uma escola isolada urbana e cinco rurais foram criadas, expandindo para 45 (18,4%) instituições escolares públicas; e três particulares. No ano de 1946 os administradores criaram mais 53 escolas ampliando para 98 (84,9%); e quatro particulares.

No ano de 1944 no município de Bela Vista não foi criada instituição escolar pelo Território Federal de Ponta Porã, mas no ano de 1945 são criadas 12 novas escolas que somadas as quatro transferidas do Estado de Mato Grosso (uma escola reunida, uma isolada urbana e

duas isoladas rurais) mais duas do próprio município, aumentando o número de escola na localidade para 18 (200%) instituições escolares públicas; e cinco particulares. Em 1946 foram criadas mais 18 novas escolas públicas, perfazendo expansão de 36 (100,0%).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, no caso de Dourados, no ano de 1944, foram criadas três novas escolas isoladas (duas urbanas e uma rural) pelos gestores do território. Acrescentando-se as duas escolas provenientes do Estado de Mato Grosso (uma escola reunida e uma isolada rural), com as sete do próprio município (três isoladas urbanas e quatro rurais), chegando-se ao número de 12 (33,3%) instituições escolares na localidade. Já no ano de 1945 foram criadas 14 escolas públicas, totalizando 26 (116,6%); e duas particulares. No ano de 1946 mais 21 novas instituições escolares públicas (um grupo escolar, três escolas isoladas urbanas e 17 rurais), perfazendo 47 (80,7%).

No município de Maracaju, por sua vez, foi inaugurada uma escola na época do território, que incorporada com uma escola reunida, duas isoladas urbanas e uma rural de Mato Grosso, expandiu em 1944 para cinco (25,0%) instituições escolares. No ano seguinte, não foi instalado escolas mencionado município. Já no ano de 1946 oito (60,0%) novas instituições escolares foram criadas.

Os administradores do território criaram apenas uma nova escola em Miranda, no ano de 1944, essa somada a uma escola reunida e três escolas isoladas urbanas, antes administrada pelo Estado de Mato Grosso, mais duas escolas rurais sob jurisdição, à época, do município de Miranda, ampliou o quantitativo de instituições escolares para sete (14,3%). No ano de 1945 foram criadas oito novas escolas, sendo quatro urbanas e quatro rural, expandindo para 16 (100,0%); e quatro particulares. No ano seguinte, outras quatro isoladas urbanas, sete rurais e um grupo escolar foram criadas, totalizando 27 (68,7%); e uma particular.

Em Nioaque foram instaladas duas escolas isoladas urbanas pelo setor educacional do território, essas mais uma escola reunida e duas rurais do Estado de Mato Grosso, perfazem cinco (66,6%), em 1944. Um ano depois foi instalada uma escola isolada urbana e duas rurais, ampliando para oito (60,0%) instituições escolares na localidade; e uma particular. Em 1946, mais um grupo escolar e três escolas isoladas rurais foram criadas, aumentando para 11 (37,5%) escolas em Nioaque.

Em Porto Murtinho não foram criadas, em 1944, na administração do território. No entanto, no ano de 1945 cinco escolas isoladas rurais são instaladas, incorporando a uma escola reunida e três isoladas urbanas, ampliando-se para o total de nove (125,0%); e uma particular.

E no ano de 1946 são mais três escolas rurais e um grupo escolar, totalizando 13 (44,4) instituições escolares no município de Porto Murinho.

Ou seja, nos municípios de Ponta Porã, Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murinho, respectivamente, existia 20, 06, 09, 04, 07, 03 e 04 escolas estaduais/municipais, no período de existência do Território Federal de Ponta Porã, mais especificamente de 1944 a 1946, criou-se 78, 30, 38, 09, 21, 09 e 09 novas instituições escolares, isso corresponde em dados percentuais a expansão de 290,0%, 400,0%, 322,2%, 125,0%, 200,0%, 200,0% e 125,0%.

Sobre os cursos populares noturno é relevante dizer que foram criados nos sete municípios que fizeram parte do Território Federal de Ponta Porã, e em alguns deles intencionou-se abrir mais de uma sala/unidade. O governador do Território Federal de Ponta Porã expediu decreto garantindo acesso de ambos os sexos, desde que fosse em sala de aula separadas. Sendo assim, apenas em três municípios (03 em Ponta Porã, 02 em Bela Vista e 02 em Maracaju) existia essa possibilidade. Os cursos foram oferecidos nos grupos escolares e/ou nas escolas isoladas urbanas, em distritos de maior expressão na região. Contudo, muitos deles não chegaram a ser instalados.

Em 1946 todos os grupos escolares contavam com uma caixa escolar, e em alguns deles encontravam-se funcionando também horta, biblioteca, boletim, cooperativa escolar. Os diretores dos grupos escolares também foram convocados para auxiliar na fiscalização das escolas isoladas dos distritos municipais.

Os professores eram na sua maioria leigos, quer dizer, mais de 70,0% dos docentes não tinham formação adequada, e com o Território Federal de Ponta Porã, não se verifica mudanças significativas nesse quadro. Entretanto, foram apresentadas estratégias para melhorar a formação dos professores, inclusive a curto prazo. Por exemplo foi organizado e concretizado um curso de férias, no ano de 1945, com a participação de profissionais habilitados do Estado de São Paulo. A adesão ao curso foi de pouco mais de 50,0% dos professores que se inscreveram.

Na questão da remuneração dos professores do território salienta-se que recebiam em média 500,00 a 1.500,00 cruzeiros, no ano de 1946, depois de reajustes efetuados nos anos de 1944, 1945 e 1946, pois antes disso recebiam salários menores. Os professores, nesse cenário de regulamentação salarial, passaram a receber salários mais altos de acordo com a sua formação,

inclusive os docentes que participaram do curso de férias foram enquadrados no nível de professor com formação ginásial, melhorando seu rendimento de 300,00 para 900,00 cruzeiros.

O Curso Normal Regional foi outra estratégia para aumentar o número de pessoas habilitadas na categoria normal. Esse curso pretendeu atender a demanda e necessidade de formação de professores na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, bem como evitar que os brasileiros fossem estudar nas escolas normais do país vizinhos, que já contavam com duas escolas normais na fronteira, ou seja, em Pedro Juan Caballeiros, capital do Departamento do Amambay, e em Capitão Bado.

O curso teve curta duração, infere-se que existiu por menos de um ano, mas pelos materiais próprios de dormitórios deduz-se que se tinha o objetivo de atender alunos para além do município de Ponta Porã, isto é, em regime de internato. Os professores do curso eram, na sua maioria, de outras regiões do país, sobretudo do Estado de São Paulo. Havia professores que atuavam também nas instituições escolares primária de Ponta Porã.

Os professores contratados de outras regiões para atuarem no Território Federal de Ponta Porã, eram na sua maioria do sexo masculino. Tal fato foi observado nos primeiros normalistas contratados pelo Estado de Mato Grosso. Constatou-se que os cargos de chefia estavam todos sob o controle de homens (diretor da divisão de educação, diretor do curso normal regional, imprensa oficial, secretário geral), mas as mulheres também estiveram em locais de expressividade, como era o caso do Curso Normal Regional Princesa Isabel.

A desigualdade por gênero era velada, pois na figura 04 observou-se que as meninas estavam sentadas todas nas carteiras mais ao fundo da sala de aula. Na figura 04 as filas dos meninos estavam sendo conduzidas para a sala de aula antes que as das meninas, ora o Curso Normal Regional Princesa Isabel abriu duas turmas com alunos de ambos os sexos, ou melhor, parte dos meninos, assim como das meninas, estudavam na série A e a outra parte na série B. Notou-se ainda a separação por gênero em algumas disciplinas, especialmente na educação física. Entretanto as alunas eram maioria no Curso Normal Regional Princesa Isabel do Território Federal de Ponta Porã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monarquia favoreceu para garantir as fronteiras do Brasil, pois no período colonial o território brasileiro – ainda sob domínio de Portugal – foi expressivamente aumentado. Desta forma, no período imperial foram apresentadas propostas que visavam reorganizar as possessões administrativas do Brasil. De modo geral, essas perspectivas pretendiam que o governo central redimensionasse a organização o espaço territorial, bem como estimulasse a povoação das regiões com população rarefeitas, na intenção de potencializar os territórios com baixo aproveitamento econômico, porém a primeira constituição brasileira (1824) não materializou tais expectativas.

Contudo, a intensificação de atividades econômicas para o interior do Brasil, principalmente relacionadas ao café, pecuária, erva-mate e borracha, colaboraram para a dispersão da população e a compartimentação do território brasileiro.

No caso de Mato Grosso os primeiros adensamentos de povoamento e ampliação do capital são mais visíveis depois da guerra do Brasil contra o Paraguai. O fim desse conflito liberou a navegação do Rio Paraguai e tal cenário possibilitou ao Brasil avançar no seu propósito de melhorar a comunicação da província de Mato Grosso, integralizando-a aos poucos com o resto do país.

No sul do estado a ocupação foi materializada por meio de grandes latifúndios, principalmente pela empresa Matte Larangeira que ocupou a região se apropriando do trabalho, sobretudo de imigrantes paraguaios, em condições semelhantes a escravidão por dívida.

É relevante destacar que disputas por território no Brasil não aconteceram apenas no desenho das linhas internacionais, em outras palavras, os estados também disputaram territórios, especialmente aqueles que apontavam potencial de rentabilidade para os cofres públicos, a toque de exemplificação pode-se citar a disputa que aconteceu entre o Estado de Mato Grosso e do Amazonas, à época do período republicano, pela região do Madeira que era rica na extração da borracha, que posteriormente, ficou sob cuidado do Território Federal de Guaporé (atual Rondônia), ou ainda, a reivindicação do Território do Acre, na época sob posse da União, pelo Estado do Amazonas.

Essas disputas por terras aconteciam também nas esferas dos municípios, quer dizer, elas foram evidenciadas pelos constantes conflitos entre grupos armados que pleiteavam o

poder de uma ou mais localidades dos estados brasileiros, sobretudo no período da Primeira República.

Com o advento da República ocorreram poucas alterações nos aspectos políticos, econômicos e sociais do Brasil. Tais mudanças são mais perceptíveis nas décadas de 1920 e 1930. Observou-se que tanto no cenário nacional, quanto no estadual os trabalhadores, sobretudo rurais, estavam ainda em condições de trabalho semelhante a escravidão, ou seja, muitos deles em dívidas que não podiam ser saldadas. E a situação dos ex-escravos era mais precária.

Na Primeira República a expansão das principais atividades econômicas (borracha, pecuária e erva-mate) em Mato Grosso, bem como o aumento da população acarretaram ganhos consideráveis no orçamento do estado. Nesse contexto favorável expandiu-se também as instituições escolares da região.

A Era Vargas estabeleceu uma proposta centralizadora no contexto político do Brasil, no intuito de controlar às oligarquias latifundiárias, que ampliaram sua influência nos estados no decorrer da Primeira República. Essa política foi sentida também nas áreas de fronteiras do país. Para povoar e explorar as mencionadas regiões, ora consideradas *in natura*, sob controle do governo federal foi estimulado a pequena propriedade, ou seja, a constituição de centros/colônias agrícolas. Os territórios federais foram outra estratégia que o governo central utilizou para tentar controlar as regiões consideradas desconexas ao contexto desencadeado pós-1930, de manutenção do capitalismo no Brasil, em especial nas fronteiras. Ainda que as ações do estado indicassem que não havia planejamento, sobretudo econômico, para resolver os problemas reais do Brasil.

Todavia a ocupação dos espaços territoriais de Mato Grosso foi desencadeada, no final do período imperial e Primeira República pelos grandes latifúndios, que exploravam as principais atividades econômicas do estado, no caso do sul do estado, coube a empresa Matte Larangeira esse papel. O povoamento populacional nessa região, sobretudo as áreas de fronteiras, se deu mais intensamente na Era Vargas, no contexto da Marcha para o Oeste, que resultou, entre outras coisas, na criação de territórios federais.

Em relação aos territórios federais no Brasil é relevante esclarecer que as primeiras constituições brasileiras (1824 e 1891) não legislaram sobre a perspectiva de criação deles. De fato, à época das duas primeiras constituições a materialização dos territórios federais não passaram de projetos e/ou debates, ora extenuado, ora mais intensos. Em outras palavras, as

propostas de equidade territorial e populacional não foram levadas a frente nem no Brasil império nem na Primeira República. Inclusive, nesse período foi constatado que os estados com maiores extensões territoriais não eram os mais populosos.

Entretanto na Era Vargas as perspectivas de implantação de territórios federais são estabelecidas nas duas constituições elaboradas. A primeira lei maior além de legitimar a existência do Território do Acre possibilitou a criação de novos territórios. Todavia, a legislação criou uma confusão ao estabelecer que tais unidades federativas também seriam ininterruptas, ou seja, descaracterizou a concepção de reorganização populacional e territorial das regiões economicamente menos favorecidas por meio de intervenção temporária, conforme indicava os debates. A Constituição de 1937 mais do que corrige o equívoco da carta magna de 1934, no que diz respeito a perpetuidade dos territórios federais, ela inova com a possibilidade de desmembramento de outros estados e elenca como objetivo maior a defesa nacional. Essas medidas favoreceram para o controle das fronteiras por parte do governo federal na década de 1940. Esclarece-se que esses novos entendimentos a respeito dos territórios federais no Brasil não rejeitaram as perspectivas de reorganização territorial e populacional, contudo o foco passou a ser as áreas de fronteiras internacional.

O processo de materialização dos territórios federais no Brasil se assemelharam, em alguns aspectos, aos do EUA, da Argentina e do México, por exemplo, pois também se comprou territórios dos países vizinhos, bem como se focalizou no aspecto de equalização populacional mediada pelo poder central. E a perspectiva de controle das regiões distantes dos grandes centros econômicos pelo governo federal, também foram notáveis.

Antes de tratar a respeito das instituições escolares no Território Federal de Ponta Porã é relevante expor que as poucas instituições escolares de Mato Grosso estavam concentradas nas regiões mais povoadas sem muito incentivo do poder público. Até 1848 a Província de Mato Grosso contava com número de instituições escolares bem reduzido em relação a sua população que, à época, calculava-se em mais de 32 mil habitantes. Nesse sentido, as instituições escolares atendiam uma pequena parte da população livre. Na região sul de Mato Grosso o número de instituições escolares era ainda menor, ou melhor, somente depois da Guerra contra o Paraguai aumentou-se a criação e instalação de escolas públicas e particulares. Entretanto, é relevante lembrar que a primeira escola no sul de Mato Grosso foi criada em Paranaíba, por volta dos anos de 1840, mas seu funcionamento não aconteceu de imediato.

No final do período imperial, em Mato Grosso, a maioria dos indivíduos escolarizáveis eram do sexo feminino, mas o número de escola para homens era bem maior. A prova disso é que em 1876 das 30 escolas existentes 24 eram para o sexo masculino, ou seja, 80,0% do total de instituições escolares. Na segunda metade do século XIX, aumentou-se o número de instituições escolares funcionando em Mato Grosso, fato que também ocorreu no sul do estado, pois além de Paranaíba escolas foram instaladas em Corumbá e Miranda. Paranaíba e Corumbá inclusive contavam com sala de aulas específica para o público feminino.

De modo geral, no período imperial a educação em Mato Grosso enfrentava problemas como: informações imprecisas, sobretudo referente a frequência de alunos, profissionais com remuneração desestimulante e com instituições escolares funcionando em locais improvisados/precários. As instituições escolares nas áreas de fronteira de Mato Grosso além enfrentar os mesmos obstáculos, ainda sofria com o seu isolamento dos grandes centros urbanos.

No período republicano as instituições escolares cresceram expressivamente no Estado de Mato Grosso, em consonância com o cenário nacional, mas o aumento de escolas mistas chama mais a atenção, especialmente no ano de 1898, ou seja, elas eram quase o dobro das instituições escolares no estado. Contudo, observa-se também que o número de instituições escolares que não estavam funcionando era expressivo, isto é, 14 (16,5%) das 85 instituições escolares instaladas, isso ocorreu principalmente porque faltavam professores para lecionar e/ou alunos frequentarem assiduamente as escolas.

Na década de 1910 ocorreu a instalação dos primeiros grupos escolares em Mato Grosso, sendo que no ano de 1924 aumentou significativamente, ou seja, de quatro para oito instituições escolares, assim como aconteceu, e em nível mais acelerado, a expansão das instituições escolares isoladas públicas, inclusive em locais de colônias, aos moldes, notadamente, do Estado de São Paulo. Mais especificamente de 1910 a 1930 expandiram, consideravelmente, os grupos escolares que passaram de dois para 11 escolas (450,0%) e as escolas isoladas de 104 para 175 (68,2%). Conseqüentemente, a expansão das matrículas cresceu 480,0%, sobretudo, nas instituições escolares isoladas municipais. As instituições particulares também aumentaram sua participação na educação do mato-grossense.

Até a década de 1920 as escolas reunidas são pouco mencionadas e/ou utilizadas como estratégia de expansão das escolas primárias públicas. Isso não significa que elas não tenham sido cogitadas, no período em questão, ou melhor, em 1913 foi considerado criar uma escola

reunida em Aquidauana, mas a primeira escola reunida que se tem notícia foi a Escola Reunida de Santo Antônio do Rio Abaixo, no ano de 1929.

As escolas ambulantes foi outro meio encontrado para tentar atender alunos, em especial, dos ervais, pois esses migravam constantemente, o que dificultava a conclusão das atividades do ano escolar. Contudo as estratégias de expansão, na Primeira República, não estavam correspondendo ao desejável, pois nessa época na fronteira sul do Estado de Mato Grosso as crianças brasileiras continuavam atravessando os limites do Brasil para ter acesso a escola primária no Paraguai, esse que estava no período em questão, em expansão das suas instituições escolares. Essa região somente teve seu primeiro grupo escolar, na final década de 1920, com criação e instalação do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (GEMG).

Os administradores da área de educação do Território Federal de Ponta Porã apontaram que havia 11 mil indivíduos na zona rural e de 5 mil na área urbana, em idade de escolar. Foi evidenciado também que 140 escolas urbanas e 350 rurais seriam suficientes para atender os 16 mil alunos. Essa meta não foi alcançada, pois no total foram criadas no Território Federal de Ponta Porã 194 escolas públicas (referência 1946: sete grupos escolares; uma escola reunida; 49 isoladas urbanas e 137 rurais). Ou seja, em três anos de existência pouco menos de 40,0% das instituições escolares desejáveis já haviam sido criadas. Contudo 72 (37,1%) instituições escolares criadas no período de existência do território não chegaram a ser instaladas, reduzindo para 122 o número de instituições escolares deixadas funcionando pelo Território Federal de Ponta Porã.

Ainda assim, os administradores do Território Federal de Ponta Porã expandiram de 53 instituições escolares, à época que as escolas estiveram sob jurisdição do Estado de Mato Grosso ou dos próprios municípios, para 194 criadas, ou melhor, 122 instaladas, o que aumentou o número de escola na região para 247 criadas e, respectivamente, 175 instaladas, em dados percentuais corresponde ao crescimento de 266,0% de escolas criadas pelo território, ou de 130,1% de instaladas.

Constatou-se, ainda, que os municípios do Estado de Mato Grosso com condições financeiras mais favoráveis economicamente, na sua maioria, contavam com mais escolas municipais do que estaduais. Essas unidades administrativas preferiam, ou melhor, entendiam que as escolas isoladas rurais eram as mais adequadas para o propósito expansionista, quer dizer, objetivam atender crianças/adolescentes que moravam na zona rural. No caso do governo estadual as escolas urbanas, preferencialmente as isoladas, foi o caminho adotado, ou seja, havia

municípios que só ofereciam ensino financiado exclusivamente pelo Estado de Mato Grosso. No Território Federal de Ponta Porã a expansão de escolas isoladas rurais foi mais expressiva. Nesse sentido, percebe-se que a trajetória seguida pelos administradores do Território Federal de Ponta Porã se aproximou mais da perspectiva dos municípios. Ademais, os primeiros grupos escolares dos municípios de Bela Vista, Dourados, Maracaju, Nioaque e Porto Murtinho foram instalados no período de existência do Território Federal de Ponta Porã.

No início da Era Vargas os grupos escolares e as escolas isoladas não continuaram crescendo como na Primeira República, é preciso recordar que o país estava sentindo os efeitos da crise de 1929, de contexto internacional, no entanto a estratégia usada no Estado de Mato Grosso foi a instalação das escolas reunidas. Essas que eram menos custosas para o estado instalar e manter funcionando. No ano de 1930 são instaladas quatro escolas reunidas, sendo que duas delas foram implantadas na região sul do estado (Bela Vista e Paranaíba). O número de escolas reunidas no Estado de Mato Grosso expandiu de quatro no ano de 1930 para 23 no de 1947, isso corresponde a 475,0%. No Território Federal de Ponta Porã apenas uma escola reunida foi instalada, evidenciando que essa política não utilizada nessa unidade federativa.

Contudo quando se observa, no mesmo período supracitado, em relação a instalação de grupos escolares os dados apontam que o Estado Mato Grosso ampliou o número de escolas graduadas de 11 para 15 (36,3%), o Território Federal de Ponta Porã instalou sete grupos escolares, ou seja, quase o dobro de Mato Grosso. E por fim as escolas isoladas aumentaram de 175 para 236 (34,8%). No Território Federal de Ponta Porã por sua vez, aumentaram significativamente para 186, em apenas três anos de existência, quer dizer enquanto em Mato Grosso são instaladas 61 novas escolas no território forma 186, uma diferença de mais de 200,0%.

Trata-se a partir deste momento sobre o processo de instalação das escolas/cursos normais em Mato Grosso e Território Federal de Ponta Porã, mais especificamente no período republicano. Sendo assim, as únicas escolas normais que existiam nesse contexto, foram fechadas pelo interventor Julio Strubing Müller, que curiosamente foi diretor da escola normal de Cuiabá no ano de 1927. Essa escola passou por processo de intermitência, sendo aberta e fechadas várias vezes.

A Escola Normal Regional Princesa Isabel era a única que ofereceria ensino para habilitar professores na região durante o tempo de existência do Território Federal de Ponta Porã, pois as escolas normais de Cuiabá e de Campo Grande estavam desativadas. No caso do

território os professores com os melhores salários atuavam nos municípios com maior presença populacional, ou seja, Ponta Porã, Bela Vista e Dourados.

O corpo docente do curso normal regional do Território Federal de Ponta Porã era proveniente, na sua maioria, do Sudeste – Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo, alguns com formação em nível superior e/ou no exterior. Já os professores das instituições escolares primárias, especialmente aquelas rurais mais distantes dos centros urbanos, eram administradas por leigos. E o percentual desse grupo era bem expressivo no Estado de Mato Grosso. No território a estratégia utilizada, de imediato, ou melhor, a curto prazo, foi a organização e execução do curso de férias para formação de professores. Para participar dessa formação foram convocados todos os professores atuantes nas instituições escolares territorial, assim como se abriu espaço para pessoas “estranhas”, conforme documento da época, entretanto, o número de inscritos não se efetivou no curso, que foi desenvolvido de forma intensiva. A experiência deve ter atendido às necessidades mais imediatas dos profissionais em educação, pois anos mais tarde os gestores do Estado de Mato Grosso, conscientes da falta de professores para atuarem nas instituições escolares, estimularam a criação de cursos de férias. Não está se afirmando que exista uma relação direta, mas sim levantando a questão para que futuros estudos também transitem por essas brechas.

Os cursos normais regionais do Território de Rio Branco (Roraima) e do Território Federal de Ponta Porã foram os únicos, na época em questão, criados e implantados em prédios próprios, ainda que a estrutura tenha sido feita improvisada de madeira. Os cursos normais, na década de 1940, permite enfatizar que a educação era proclamada como prioridade nos discursos, nos períodos anteriores não foi diferente, mas de fato o que se nota são crianças/adolescentes sendo ensinadas em casas alugadas, ou seja, impróprias para o processo de ensino/aprendizagem, turmas superlotadas, sem material pedagógico suficiente, como foi identificada pelos inspetores em suas campanhas, em Mato Grosso.

É relevante lembrar que as escolas estaduais e municipais passaram a ser financiada pela Divisão de Educação do território, mas no ano que os municípios foram reintegrados ao Estado de Mato Grosso fica uma indagação: As escolas foram devolvidas todas para o governo estadual? Infere-se que sim, pois os territórios federais eram compatíveis com os estados federados do Brasil, assim como aumentou-se, consideravelmente, o número de instituições escolares em Mato Grosso em 1948, ano em que os dados educacionais são reintegrados ao estado. Todavia, é relevante destacar que o número de instituições escolares criadas, de modo

geral, aumentou significativamente tanto no Território Federal de Ponta Porã (194), quanto no Estado de Mato Grosso (198), no cenário em questão.

É interessante argumentar também a respeito dos inspetores, pois esses estiveram presentes tanto no Estado de Mato Grosso como no Território Federal de Ponta Porã. Em Mato Grosso o presidente Dom Aquino, em 1920, propôs a criação do cargo de inspetor, e conseqüentemente a contratação desses profissionais, porque ele percebeu que não adiantava apenas criar escola era preciso fiscaliza-las e orientá-las. No ano de 1921, o regulamento n. 845, de 1921, criou a inspetoria geral com sede em Cuiabá. O regulamento de 1927 estabeleceu que os diretores dos grupos escolares e escolas reunidas atendessem a demanda por fiscalização nas suas jurisdições distritais, sem ônus.

No Território Federal de Ponta Porã foi criado de imediato quatro inspetorias, o que se pode considerar um avanço, mas logo foi preciso dividir a inspetoria de Ponta Porã, pelo mesmo problema que enfrentavam os gestores da Divisão de Ensino de Mato Grosso quando a questão era fiscalização, porque o estado era muito grande territorialmente e com densidade demográfica rarefeita. Entretanto, financiar esse profissional na sua empreitada era muito custoso, pois viagem, hospedagem e alimentação, a depender da distância e do quantitativo de inspetores envolvidos. Sendo assim no regulamento de 1927 a responsabilidade em fiscalizar/orientar as escolas em todos os cantos do estado foi delegada aos diretores de escolas reunidas ou grupos escolares, ou seja, esse profissional estaria a menos léguas da unidade escolar. Os administradores do território cometem a mesma falha, ainda que tenham aberto cinco inspetorias, oneram os cofres públicos com pagamentos de diárias e hospedagem com serviços que podem ser executados por pessoas da região, contudo, nesse sentido não demorou para que os diretores de escolas agrupadas e/ou reunidas fossem convocados a colaborar na fiscalização/orientação.

Contudo, com a instalação dos territórios federais no Brasil, nas áreas de fronteiras, no compasso da Marcha para o Oeste, desencadeada pelo governo federal, na Era Vargas, entre outros motivos, permitiu a ocupação mais expressiva das fronteiras do Brasil. Com o povoamento dessas regiões distantes dos grandes centros econômicos, intencionava-se ampliar o acesso as reservas de matérias-primas para as emergentes indústrias do Sudeste, bem como estabelecer nessa região mercados, que passaram a ser considerados como potenciais consumidores de produtos industrializados.

A documentação analisada, por ora, não possibilitou elementos educacionais suficientes para compararmos a contento os territórios federais, assim como comparações da expansão das instituições escolares do Território Federal de Ponta Porã com outras regiões, consideradas na época mais desenvolvidas no intuito de verificar se tal processo foi realmente expressivo, não foram contempladas. Outra questão que não foi explorada a contento diz respeito às instituições escolares municipais, ou seja, o número de escola administrada pelos municípios, economicamente mais abastado na região, eram sempre maiores que as estaduais. Por vezes, sentimos provocados em comparar com outros estados brasileiros, no entanto, não houve tempo hábil para tal.

Estudos sobre a remuneração dos professores no Estado de Mato Grosso são escassos, o que não permitiu fazer comparações dos aumentos salariais dos professores do Território Federal de Ponta Porã, no intuito de verificar se houve uma política atração de professores de outros estados.

REFERÊNCIAS

ABRÚCIO, Fernando Luiz. A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

ALVES, Flávia Lima e. O Tratado de Petrópolis: Interiorização do conflito de fronteiras. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 166, p. 131-150, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande: Editora UFMS, 2015.

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso e a história – 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio econômico da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro**. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 61, p. 5-81, 1984.

ALVES, Gilberto Luiz. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: UNIDERP, p. 19-29, 2003.

ARAÚJO, José Carlos Souza. As instituições escolares na primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 95-122, 2007.

BASTO, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. **Revista Economia**, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, Brasília, n. 4, p. 239-275, 2006.

BEZERRA, Artur D'Amico. **A Escola Normal de Ponta Porã, Sul de Mato Grosso (1959-1974)**. 2015, 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2015.

BRITO, Sílvia Helena Andrade de. **Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001. 372f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CANO, Wilson. **Desequilíbrio Regionais e Concentração Industrial no Brasil – 1930/1970**, 1981. 459f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1981.

CARONE, Edgard. **A República Velha: II – evolução política (1889 – 1930)**. 4ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, Luciana Belíssimo de. **Implantação e Consolidação da Escola Normal no Sul de Mato Grosso**: Escola Normal Jango de Castro. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014.

CASTANHA, André Paulo; BITTAR, Marisa. Os professores e seu papel na sociedade imperial. In: **Revista HISTEDBR** [on-line], Campinas, n. 34, p.37-61, jun. 2009.

CASTRO, Cleyde Oliveira de. **Gestão Maria Angélica de Castro**. 2011. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

CENTENO, Carla Villamaina. **A educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930)**: crítica da historiografia regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura. 2000. 000f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2000.

CENTENO, Carla Villamaina. **Educação e fronteira com o Paraguai na historiografia matogrossense (1870-1950)**. 2007. 257f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CIGOLINI, Adilar Antonio. Ocupação do Território e a Criação de Municípios no Período Imperial Brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, n. 1, p. 7-19, abril. 2015.

CORREA, Jessica Aparecida. A fronteira, os tratados e os mapas: a formação territorial do Brasil e os tratados de Madri e Santo Ildefonso. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, n. 1, p. 31-51, 2015.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1995.

CORRÊA, Valmir Batista. **História e Violência em Mato Grosso: 1817 – 1840**. Mato Grosso do Sul: Editora UEMS, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: UNESP-FAPESP, 2000.

DEMIER, Felipe Abranches. **O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964)**: Autonomização Relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário. 2012, 306f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DIAS, Ana Olga da Silva. **A Organização da Educação no Território Federal do Amapá: do “ideal” ao Real, do Liberal ao Conservador (1943-1958)**. 2014. 226f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

DUTRA, Paulo Sérgio. **Memórias de Professoras Negras no Guaporé: do Silêncio à Palavra**. 2010, 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal Sul-Mato-Grossense (1830-1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos vinte e revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris. **História geral e da civilização brasileira**: Tomo III – O Brasil Republicano. 8ª ed., v. 9. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERNANDES, Arissane Dâmaso. A Expansão da Fronteira e a Formação de uma Ideologia no Brasil. **Revista História Hoje**. Florianópolis: UDESC, n. 10, p. 01-12, 2006.

FREITAS, Aimberê. **Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais do Brasil**. 1991. 173f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo-EAESP-FGV, 1991.

FURTADO, Alessandra Cristina; PINTO, Adriana Aparecida. A escola rural primária e o seu processo de institucionalização no antigo sul de Mato Grosso (1930-1961). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013, Cuiabá, MT. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/A%20ESCOLA%20RURAL%20PRIMARIA%20E%2000%20SEU%20PROCESSO%20DE%20INSTITUCIONALIZACAO.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2016.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiro no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v. 15, n. 27, p. 173-209, segundo semestre de 2009.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande em 1922**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.

GOMES, Pascoal de Aguiar. **A Educação Escolar no Território Federal do Guaporé (1943-1956)**. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2007.

HADDAD, Sérgio; Di PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, mai/ago. n. 14. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo. Brasil. p.108-130, 2000.

HAHN, Fábio André e MORIGI, Josimari de Brito. A Fronteira em Questão: Estudo da Ocupação de Mamborê/PR. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, Universidade Federal de Mato Grosso, v. 8, n. 1, p. 202-222, jan./jun. 2015.

HOBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2000.

HONORATO, Tony. A Escola Complementar paulista para formação de professores (1890-1911). **Revista Educação e Fronteiras** [On-Line], Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, v. 3, n. 9, p. 58-72, mai. / ago. 2013.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **A Guerra Cisplatina no contexto da formação dos estados nacionais na região platina (1825-1828)**. In: ANPHLAC, 2016, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Campo Grande: 2016. Disponível em <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Lucas%20de%20Faria%20Junqueira_Anais%20do%20XII%20Encontro%20Internacional%20da%20ANPHLAC.pdf>. Acesso em: janeiro de 2017.

LAURENZANO, Mayra Cristina. A Marinha de Guerra e sua atuação na Guerra da Cisplatina: Contribuições para a formação do Estado nacional. **Navigador**, Rio de Janeiro, Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, n. 4, p. 73-78, 2006.

LEMIECHEK, Lucimara. **Aspectos históricos da Formação de Professores Normalistas no Município de Laranjeiras do Sul – PR (1946 – 1980)**. 2014, 280f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil, nordeste e centro-oeste**. Campinas Ed. UNICAMP. 1985.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1987. 127 p.

LIMA, Abnael Machado de. **Instituto Estadual de Educação Carmela Dutra de Porto Velho/RO Comemorou 65 anos de sua Criação**, 2012. Disponível em: <<http://www.gentedeopiniaio.com.br/noticia/instituto-estadual-de-educacao-carmela-dutrade-porto-velho-ro-comemorou-65-anos-de-sua-criacao/105671>>. Acesso em: abril de 2016.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)**. 2009, 157f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 52, p. 61-104, 1953.

MARCÍLIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MARX, Karl; Friedrich Engels. **Manifesto do partido comunista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MAYER, Luiz Rafael. A Natureza Jurídica dos Territórios. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 125, p. 15-41, 1976.

MEDEIROS, Océlio. **Administração Territorial**. Comentários, subsídios e novas leis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. De imigrante a empresário: formação e atuação da empresa de navegação fluvial de Nicolás Mihanovich (1875-1919). **História Unisinos**, Vitória, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, v. 9, n. 3, p. 198-210, set./dez. 2005.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): a agricultura e a exploração da madeira (1950-1970)**. 2012. 138f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

MONTEIRO, Hellen Caroline Valdez. **O Processo de Institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa de Três Lagoas no Sul de Mato Grosso (1952-1975)**. 2018. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2018.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da Formação Territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, Universidade Federal do Espírito Santos, n. 2, p. 105-113, junho de 2001.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2001.

NAGLIS, Suzana. “**Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto**”: Os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND (1943 - 1960). Editora: UFGD, 2014.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As Pesquisas sobre Instituições Escolares: Balanço Crítico**. In: HISTEDBR, 2006, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_088.html>. Acesso em: fevereiro de 2016.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis. 1999. 255 f.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Revista Política & Sociedade**. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, n. 12, p. 13-21, abril de 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2008v7n12p13>>. Acessado em: outubro de 2018.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. Reformas Educacionais Mato-grossenses e a Institucionalização dos Grupos Escolares (1910 -1930). **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 105-129, jan./jun., 2009.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; SOUSA, Sandra Zákia. O federalismo e sua relação com a educação no Brasil (introdução). In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, p. 13-38, 2010.

PAES, Ademilson Batista. **A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)**. 2011. 269f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista – “Julio Mesquita Filho”, Araraquara, 2011.

PAES, Ademilson Batista. Reformas E Regulamentos da Instrução Pública de Mato Grosso (1889-1927). In: **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.2, n.4, p.80-96, jan/abr. 2012.

PONTES, Carlos José de Farias; FARIAS, Jânio Pablo Oliveira; COSTA, Jhonathan Martins da. **A Educação Escolar no Território Federal do Acre na Primeira República**. Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA1_ID11451_16082016001806.pdf>. Acesso em: abril de 2017.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. Os Territórios Federais e a sua evolução no Brasil. **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, n. 15, p. 1-11, março. 1999.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina. O território Federal do Iguazu. In: PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina (Orgs.). **História do Paraná: Séculos XIX e XX**. SCIELO Books, São Paulo: FAPESP, p. 59-74, 2012.

REIS, Elpídio. **Ponta Porã: antes, durante e depois**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2005.

REIS, Rosinete Maria dos. A implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso. **Revista HISTEDBR (on-line)**, Universidade Estadual de Campinas, n. 21, p. 44-51, março de 2006.

RODRIGUES, Almerinda Maria dos Reis Vieira. **O movimento da Escola Nova no sul de Mato Grosso: Uma análise de suas contribuições para a educação do Estado na primeira metade do século**. 2006. 115f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

RODRÍGUEZ, Margarita Victória; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. História da escola normal no estado de Mato Grosso: implantação e consolidação no sul do estado. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; et al. (Orgs.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008. p. 341-353.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; ROHDEN, Josiane Brolo. Ser professora primária em Mato Grosso (1930-1945). **Notandum**, São Paulo/Porto, ano XVIII, n. 37, jan./abr., 2015. p. 127-138.

SALLES, André Mendes. Historiografia da Guerra do Paraguai. In: **Revista Crítica Histórica**, Ano III, n. 6, dezembro de 2012.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-94.

SANFELICE, José Luís; JACOMELI, Mara Regina Martins; PENTEADO, Ana. Elisa. de Arruda. (Orgs.). **História de Instituições Escolares**. Bragança Paulista, São Paulo: Margem da Palavra. 2016.

SANTOS, Camila Carmelato. **Território Federal de Ponta Porã: O Brasil de Vargas e a Marcha para o Oeste**. 2016. 173f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. **Escolas Reunidas: na sedimentação da escola moderna em Mato Grosso (1927-1950)**. 2012. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SANTOS, Lúcia de Moura. “**Sanear, Educar, Povoar**”: Um estudo sobre o Território Federal De Ponta Porã (1943-1947). 2018. 135f. dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

SAQUET, Marcos Aurelio e SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. **Geo**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 18, p. 24-42, segundo semestre de 2008.

SAVIANI, Dermeval. Desafios da Construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação. **Trabalho, Educação e Saúde** [online], v. 6, n. 2, p. 213-232, jul./out. de 2008. Disponível em: <<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r206.pdf>>. Acesso em: agosto de 2018.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 40, abril de 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**, 4ª ed., Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Instituições Escolares no Brasil: Conceito e Reconstrução Histórica. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados, p. 3-29, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 2014.

SBARDELOTTO, Denise Kloeckner e DALAROSA, Adair Ângelo. O Desenvolvimento dos Cursos de Formação de Professores Primários na Fronteira Oeste Paranaense: A Primeira Escola Normal Secundária Pública. **HISTEDEBR (On-line)**. Campinas, n. 43, p. 159-182, 2011.

SCHALLENBERGER, Erneldo e SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Sociologias**, Porto Alegre, UFRGS, n. 25, p. 202-222, dezembro de 2010.

SCHRAMM, Milen Margareth Fernandes. **História da Educação de Roraima: o Colégio Normal Monteiro Lobato (1965-1970)**. 2013, 178f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

SILVA, Alice Felisberto. **O Processo Educativo dos Trabalhadores da Erva-Mate na Obra do Memorialista da Fronteira - Hélio Serejo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2010.

SILVA, Walter Guedes. A Estratégia de Integração do Sul do Estado de Mato Grosso ao Território Nacional durante o Governo Vargas: Uma Análise a partir da Criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 31, p. 26-42. 2016.

SOARES, Manoel de Jesus A. As escolas de aprendizes artífices – estrutura e evolução. **Fórum Educacional**. Rio de Janeiro: FGV/IESAE. Ano 6, n. 2, p. 58-92, out/dez de 1982.

SODRE, Nelson Werneck. **Oeste**: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1941.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 14, p. 61-88, 2000.

TREVIZAN, Marcio Bogaz. **Grupo Escolar Mendes Gonçalves**: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira do Brasil-Paraguai (1889 – 1931). 2011. 263f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

VARGAS, Getúlio Dornelles. **A nova política do Brasil**. Vol. III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, 309p.

ZAYAS ROSSI, Laura Inés. Historia de la formación docente en Paraguay. **Revista Praxis Educativa**. Santa Rosa, Facultad de Ciencias Humanas (UNPLam), v. 19, n. 03, p. 33-44, 2015.

ZONIN, Sélia Ana; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela. Assistência à infância escolarizada: A caixa escolar em cena. **Revista Brasileira de História da Educação**, Paraná, Universidade Estadual de Maringá, v. 18, p. 02-27. 2018.

Documentos

BRASIL. **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 4, Rio de Janeiro, 1938a, 1.000 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1938.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 5, Rio de Janeiro, 1939/40, 1.492 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1939_1940.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 6, Rio de Janeiro, 1945a, 540 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 7, Rio de Janeiro, 1946, 549 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1946.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL, **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 8, Rio de Janeiro, 1948, 584 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1948.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 11, Rio de Janeiro, 1950, 583 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. **Anuário Estatístico o Brasil**. v. 13, Rio de Janeiro, 1952, 575 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1952.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. Divisão e Administração dos novos Territórios Federais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano V, p. 523-718, out./dez. de 1943.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em: abril de 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em: abril de 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946b**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em: abril de 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: fevereiro de 2015.

BRASIL. Decreto – Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943a. **Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú**. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em: fevereiro de 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938b. **Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: novembro de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939. **Dispõe sobre as concessões de Terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.839, de 21 de setembro de 1943b. **Dispõe sobre a administração dos Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto->

lei-5839-21-setembro-1943-415958-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.771, de 23 de julho de 1945b. **Dispõe sobre a organização administrativa do Território Federal de Ponta Porã e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7771-23-julho-1945-457558-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: fevereiro de 2019.

BRASIL. **Decreto nº 14.708 de 8 de fevereiro de 1944 da Divisão de Ensino Secundário.** Rio de Janeiro, DF, 1944.

BRASIL. **Lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp41.htm>. Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. **Lei n. 2.731**, de 17 de fevereiro de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2731-17-fevereiro-1956-355081-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: abril de 2016.

BRASIL. **Lei n. 4.182**, de 13 de dezembro de 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4182-13-dezembro-1962-354017-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: abril de 2016.

BRASIL. **Lei nº 601**, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: setembro de 2018.

BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Normal**, de 02 de janeiro de 1946a. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em: abril de 2016.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL [CPDOC]. **Associação Pró Restauração do Território Federal de Ponta Porã.** Rio de Janeiro: s/ed., 1948.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Exonerando o Interventor Federal de Ponta Porã: O Major José Guiomar dos Santos é o novo interventor.** Rio de Janeiro, n. 95, ano 70, 15 de novembro de 1945.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **Nomeado o Primeiro Governador do Território de Ponta Porã: Escolhido para o alto posto o Coronel Ramiro Noronha.** Rio de Janeiro, n. 4, ano 70, 06 de janeiro de 1944a.

GAZETA DE NOTÍCIAS. **O primeiro Secretário Geral do Território de Ponta Porã.** Rio de Janeiro, n. 21, ano 70, 26 de janeiro de 1944b.

JORNAL A NOITE. **Um pouco de História do Lloyd brasileiro.** Rio de Janeiro, 1955. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_05&pagfis=33277&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: março de 2019.

MATO GROSSO. **Decreto nº 68 de 20 de junho de 1896a. Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso.** Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114995/Regulamento%20MT%201896%2C%2020%20de%20junho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Bel. Julio Strübing Müller, no período de 1941 a 1942. Cuiabá: Imp. Oficial, p. 17, 1942.

MATO GROSSO. **Discurso que recitou o Exm. Snr. Doutor Estevão Ribeiro de Rezende, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, no dia 1º de março do corrente ano [1840].** Disponível em:

<http://memoria.org.br/pub/meb000000473/rpemgrosso1840a/rpemgrosso1840a.pdf>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim,, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, em 1º de março de 1845.** Disponível em:

<http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000473&m=3882&n=rpegrosso1845>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Província de Mato-Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembléia Legislativa provincial, em 10 de junho de 1846.** Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1846#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Relatorio do Presidente da Provincia de Mato-Grosso, O Major Doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1849.** Disponível em: <<https://archive.org/details/rpemgrosso1849a/page/n1>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Falla dirigida a Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, na abertura da sessão ordinária, em 3 de maio de 1850.** Disponível em:

<https://archive.org/stream/rpemgrosso1850#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Falla com que o excellentissimo senhor general Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Provincial de Mato-Grosso, no dia 3 de maio de 1876.** Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1876#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Falla com que o excellentissimo senhor general Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Provincial de Mato-Grosso, no dia 3 de maio de 1877.** Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1877#mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Falla com que o exm. Sr. Vice-presidente, Tenente-Coronel José Leite Galvão abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial de Matto-Grosso, no dia 3 de maio de 1883.** Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1883b#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Lei Provincial nº 8, de 05 de maio de 1837. Estabelece novo Regulamento da Instrução Pública primária. Disponível em:

<<https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lim-8-1837.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2019.

MATO GROSSO. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de fevereiro de 1896b pelo Exmo Sr. Dr. Antonio Corrêa da Costa. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1896#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem do 2º Vice-Presidente do Estado Coronel Antonio Cesario de Figueiredo à Assembléia Legislativa, em sua 2ª sessão ordinária da 4ª legislatura, aberta em 1º de fevereiro de 1899. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1899#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso Coronel Antonio Paes de Barros a Assembléia Legislativa, em sua 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura, installada a 3 de março de 1904. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1904#mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida a Assembléia Legislativa, pelo Coronel Generoso P. L. de S. Ponce, Presidente do Estado, ao instalar-se a 3ª Sessão da 7ª Legislatura, em 13 de maio de 1908. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1908#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, a Assembléia Legislativa, ao instalar-se a 1ª Sessão da 8ª Legislatura, em 13 de Maio de 1909. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1909#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Decreto nº 226, de 3 de dezembro de 1910b, criando nesta capital uma Escola Normal de Instrução Primária e Jardim da Infância. Disponível em:

<<http://gem.ufmt.br/gem/sistema/arquivos/31071204351535.pdf>>. Acessado em: janeiro de 2019.

MATO GROSSO. Decreto nº 265 de 22 de outubro de 1910a. Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. In: APMT - Leis e Decretos de 1893 a 1896, Livro nº 213, p. 119-153. Cuiabá, 22 de outubro de 1910. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>>. Acessado em: janeiro de 2017.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, 1º Vice-Presidente do Estado, em exercício, a Assembléia Legislativa, ao instalar-se a 3ª Sessão da 8ª Legislatura, em 13 de Maio de 1911. Disponível em:

<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1911#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Doutor Joaquim Augusto da Costa Marques... em 13 de maio de 1912. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1912#mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado à Assembleia Legislativa, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 9ª Legislatura, em 13 de Maio de 1913. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1913#page/n3/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado à Assembleia Legislativa, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 9ª Legislatura, em 13 de Maio de 1914. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1914#page/n25/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a 1ª secção ordinária da 10ª Legislatura, em 13 de Maio de 1915. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1915#page/n1/mode/2up/search>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida pelo Exm. Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque Presidente do Estado de Matto-Grosso à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a 2ª secção ordinária da 10ª Legislatura, em 15 de maio de 1916. Disponível em: <<https://archive.org/stream/rpemgrosso1916#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Estado, ao instalar-se a 1ª secção ordinária da 11ª Legislatura, em 13 de maio de 1918. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1918c#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO, Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso Dom Francisco de Aquino Corrêa à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1919, Rio de Janeiro/RJ. Rolo de microfilme nº 060 planilha, fotogr. 32, 34, 35 e 38. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB. Cuiabá, 1919.

MATO GROSSO. Mensagem...Presidente Francisco de Aquino Corrêa, em 07 de setembro de 1920. Disponível em: <<https://archive.org/stream/rpemgrosso1920#mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem...Presidente Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1922. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1922#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. Mensagem Dirigida à Assembléia Legislativa, em 13 de maio de 1924 pelo Coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, em 13 de maio de 1924. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/rpemgrosso1924#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Mensagem à Assembléia Legislativa, lida na abertura da sua 1ª sessão ordinária da 14.ª legislatura, Cuiabá, em 13 de maio de 1927.** Disponível em: <<https://archive.org/stream/rpemgrosso1927#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembléia Legislativa e lida na abertura da sua 3ª Sessão Ordinária da 14.ª legislatura, Cuiabá, em 13 de maio de 1929.** Disponível em: <<https://archive.org/stream/rpemgrosso1929#page/n1/mode/2up>>. Acesso em: novembro de 2018.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa e lida na abertura da 1ª Sessão Ordinaria de sua 15ª Legislatura, em 13 de maio de 1930.** Disponível em: <http://ddsnex.crl.edu/titles/170?fulltext=mensagem%201930&item_id=3735#?h=mensagem%201930&c=4&m=103&s=0&cv=40&r=0&xywh=-1047%2C355%2C3868%2C1604>. Acesso em: setembro de 2018.

TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA. **Relatório do Governo do Território Federal de Fernando de Noronha, elaborado pelo governador Major Abelardo Alvarenga Mafra e apresentado ao Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira.** Fernando de Noronha: 1957.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Divisão de Educação. **Ata de Exames de Admissão do Curso Normal Regional de Ponta Porã.** Ponta Porã: 1946a.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Relatório do Curso Normal Regional “Princesa Isabel”.** Ponta Porã: 1946b.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Relatório da Divisão de Educação do Território Federal De Ponta Porã.** Ponta Porã: 1946c.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Relatório da Imprensa Oficial.** Ponta Porã: 1946d.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Relatório do Território Federal de Ponta Porã, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra.** Ponta Porã: 1946e.

TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Relatório do Serviço de Administração Geral do Território Federal de Ponta Porã.** Ponta Porã: 1946g.

Sites consultados

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: setembro de 2018.

Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro - Memória Estatística do Brasil. Disponível em: <http://memoria.org.br/index.php>. Acesso em: novembro de 2018.

Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bn.gov.br>. Acesso em: setembro de 2018.

ANEXOS

**ANEXO A. QUADRO DO MOVIMENTO DA MATRÍCULA E FREQUENCIA DOS
GRUPOS ESCOLARES E DAS ESCOLAS ISOLADAS DO ESTADO NO ANO
LETIVO DE 1914¹²²**

| Categoria | Localidades | n. de escolas | MATRICULA | | | FREQUENCIA | | |
|--------------------------------|---|---------------|-----------|----------|-------|------------|----------|-------|
| | | | Masculino | Feminino | Total | Masculino | Feminino | Total |
| MUNICIPIO DE CUYABA | | | | | | | | |
| | Escola Modelo anexa à Escola Normal da Capital. | - | 273 | 234 | 507 | 146 | 127 | 273 |
| | Grupo Escolar do 2º districto da Capital | - | 61 | 78 | 139 | 60 | 61 | 121 |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino | 2 | 30 | 32 | 62 | 30 | 32 | 62 |
| 2.º | “ “ “ e 2.º do “ | 2 | 35 | 41 | 76 | 26 | 27 | 53 |
| 1.º | Escola mixta da Passagem da Conceição | 1 | 18 | 15 | 33 | 12 | 10 | 22 |
| 1.º | Escola mixta do Cosipo do Ouro | 1 | 30 | 16 | 46 | 16 | 6 | 22 |
| 1.º | Escola mixta do Coxipo da Ponte | 1 | 14 | 6 | 20 | 11 | 5 | 16 |
| 1.º | Escola mixta da freguesia da Chapada | 1 | 39 | 0 | 39 | 15 | 0 | 15 |
| 1.º | Escola mixta da povoação de São Gonçalo | 1 | 18 | 10 | 28 | 10 | 5 | 15 |
| 1.º | Escola mixta da povoação de São Gonçalo | 1 | 42 | 0 | 42 | 22 | 0 | 22 |
| 1.º | Escola mixta da freguesia da Guia | 1 | 20 | 10 | 30 | 20 | 6 | 26 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Aldeia | 1 | 54 | 4 | 58 | 24 | 0 | 24 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Machado | 1 | 23 | 6 | 29 | 19 | 4 | 23 |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino da freguesia de Brotas | 2 | 43 | 19 | 62 | 39 | 19 | 58 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Cachoeirinha em Brotos | 1 | 16 | 2 | 18 | 16 | 2 | 18 |
| 1.º | Escola mixta da povoação dos Balais, idem | 1 | 20 | 0 | 20 | 20 | 0 | 20 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Morrinho | 1 | 26 | 8 | 34 | 18 | 8 | 26 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Capão de Pequi | 1 | 29 | 6 | 35 | 21 | 4 | 25 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Ponte Alta | 1 | 38 | 6 | 44 | 35 | 4 | 39 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Bom Sucesso | 1 | 17 | 7 | 24 | 15 | 5 | 20 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Capim Branco | 1 | 30 | 0 | 30 | 15 | 0 | 15 |
| 1.º | Escola mixta do Porto da Barca Pendulo | 1 | 23 | 7 | 30 | 17 | 6 | 23 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Sovaco | 1 | 25 | 11 | 36 | 25 | 11 | 36 |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino da Varzea-Grande | 2 | 38 | 26 | 64 | 29 | 24 | 53 |
| MUNICIPIO DO ROSARIO | | | | | | | | |
| | Grupo Escolar na sede da villa | | 93 | 72 | 165 | 80 | 63 | 143 |
| 1.º | Escola mixta na povoação da Figueira | 1 | 25 | 11 | 36 | 19 | 8 | 27 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Arruda | 1 | 31 | 9 | 40 | 24 | 8 | 32 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Cavallo | 1 | 33 | 0 | 33 | 28 | 0 | 28 |
| 1.º | Escola mixta na povoação da Raizama | 1 | 22 | 4 | 26 | 18 | 2 | 20 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Jangada | 1 | 21 | 4 | 25 | 17 | 8 | 20 |
| 1.º | Escola mixta da povoação dos Nobres | 1 | 41 | 14 | 55 | 32 | 8 | 40 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Rosario | - | - | - | - | - | - | - |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Ribeirão Grande | 1 | 18 | 7 | 25 | 16 | 6 | 22 |
| MUNICIPIO DE DIAMANTINO | | | | | | | | |

Continua...

¹²² O Título e dados extraídos da fonte na sua íntegra. Sendo assim há informações imprecisas.

Continuação...

| | | | | | | | | |
|--|--|---|-----|----|-----|-------------------|----|-----|
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede da villa | 2 | 44 | 19 | 63 | 43 | 16 | 59 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Rio Novo | 1 | 15 | 6 | 21 | 25 ¹²³ | 6 | 21 |
| MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO RIO MADEIRA | | | | | | | | |
| 1.º | Escola mixta na sede da villa | 1 | - | - | - | - | - | - |
| MUNICIPIO DO ARAGUAYA | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede da villa | 2 | 18 | 16 | 34 | 18 | 16 | 34 |
| 1.º | Escola mixta de Santa Rita | 1 | 28 | 0 | 28 | 23 | 0 | 23 |
| MUNICIPIO DE LIVRAMENTO | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede do villa | 2 | 37 | 31 | 68 | 32 | 16 | 48 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Pyrizal | 1 | 18 | 8 | 26 | 11 | 7 | 18 |
| 1.º | Escola mixta da povoação do Retiro | 1 | 28 | 3 | 31 | 25 | 3 | 28 |
| MUNICIPIO DE POCONÉ | | | | | | | | |
| | Grupo Escolar na sede da cidade | - | 69 | 52 | 121 | 59 | 45 | 104 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Pantanal | 1 | 17 | 5 | 22 | 15 | 5 | 20 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Canga | 1 | 27 | 3 | 30 | 23 | 2 | 25 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Formiga | 1 | 32 | 3 | 35 | 24 | 1 | 25 |
| 1.º | Escola mixta da povoação da Maravilha | 1 | 18 | 5 | 23 | 18 | 5 | 23 |
| MUNICIPIO DE SÃO LUIZ DE CACERES | | | | | | | | |
| | Grupo Escolar na sede da cidade | | 124 | 90 | 214 | 60 | 41 | 101 |
| 1.º | Escola mixta na povoação da Barra do Rio dos Bugres | 1 | 17 | 8 | 25 | 17 | 8 | 25 |
| MUNICIPIO DE MATTO-GROSSO | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede da villa | 1 | 45 | 0 | 45 | 29 | 0 | 29 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Guaporé | 1 | 20 | 0 | 20 | 20 | 0 | 20 |
| MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede da cidade | 2 | 81 | 30 | 111 | 65 | 25 | 90 |
| 2.º | Escola do sexo masculino na sede da villa | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Poço | 1 | 31 | 0 | 31 | 25 | 0 | 25 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Barranco Alto | 1 | 24 | 0 | 24 | 17 | 0 | 17 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Morro Grande | 1 | 18 | 0 | 18 | 16 | 0 | 16 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Mimoso | 1 | 21 | 3 | 24 | 19 | 2 | 21 |
| 1.º | Escola mixta na povoação da Colonia Izabel | 1 | 15 | 9 | 24 | 12 | 5 | 17 |
| 1.º | Escola mixta na povoação da Uacurutuba | 1 | 25 | 0 | 25 | 20 | 0 | 20 |
| 1.º | Escola de sexo masculino e 1.º do feminino | 2 | 35 | 30 | 65 | 26 | 23 | 49 |
| MUNICIPIO DE COXIM | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede da villa | 2 | 48 | 25 | 73 | 40 | 20 | 60 |
| 1.º | Escola mixta da povoação de Pedro Gomes | 1 | 25 | 0 | 25 | 25 | 0 | 25 |
| 1.º | Escola mixta da povoação de Ponte Vermelha | 1 | 21 | 0 | 21 | 21 | 0 | 21 |
| 1.º | Escola mixta da povoação das Correntes | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.º | Escola mixta da povoação dos Descanso | 1 | 54 | 0 | 54 | 43 | 0 | 43 |
| MUNICIPIO DE CORUMBÁ | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na sede da cidade | 2 | 40 | 68 | 108 | 32 | 46 | 76 |
| 2.º | Escola do sexo masculino e 2.º do feminino na sede da cidade | 2 | 30 | 65 | 95 | 25 | 35 | 60 |
| 3.º | Escola do sexo masculino na sede da cidade | 1 | 28 | 0 | 28 | 25 | 0 | 25 |
| Continua... | | | | | | | | |
| Continuação... | | | | | | | | |
| 1.º | Escola mixta na povoação de Albuquerque | 1 | 22 | 0 | 22 | 22 | 0 | 22 |
| 1.º | Escola mixta na povoação de São Domingos | 1 | 25 | 0 | 25 | 20 | 0 | 20 |

¹²³ Acredita-se que o valor correto seja 15.

| | | | | | | | | |
|---|--|--------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| 1.º | Escola mixta na povoação do Ladario | 1 | 60 | 0 | 60 | 47 | 0 | 47 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Forte Coimbra | 1 | 44 | 0 | 44 | 26 | 0 | 26 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Castello | 1 | 36 | 0 | 36 | 28 | 0 | 28 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Amolar | 1 | 31 | 0 | 31 | 24 | 0 | 24 |
| MUNICIPIO DE NIOAC | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da villa | 2 | 21 | 45 | 66 | 20 | 42 | 62 |
| 1.º | Escola mixta na povoação de Vacaria | 1 | 25 | 0 | 25 | 21 | 0 | 21 |
| 1.º | Escola mixta na povoação de Entre Rios | 1 | 31 | 0 | 31 | 31 | 0 | 31 |
| MUNICIPIO DE AQUIDAUANA | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da villa | 2 | 63 | 28 | 91 | 59 | 27 | 86 |
| MUNICIPIO DE MIRANDA | | | | | | | | |
| | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da villa | 2 | 12 | 45 | 57 | 12 | 42 | 54 |
| | Escola mixta na povoação de Bonito | 1 | 23 | 0 | 23 | 19 | 0 | 19 |
| MUNICIPIO DE CAMPO-GRANDE | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º feminino na séde da villa | 2 | 36 | 35 | 71 | 32 | 31 | 63 |
| 1.º | Escola mixta na povoação de Santa Rita do Rio Pardo | 1 | 31 | 0 | 31 | 37 | 0 | 37 |
| MUNICIPIO DE SANT'ANNA DO PARANAHYBA | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da cidade | 2 | 45 | 30 | 75 | 35 | 25 | 60 |
| 1.º | Escola mixta na povoação de Mello Taques | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1.º | Escola mixta na povoação de Tres Lagoas | 1 | 30 | 0 | 30 | 30 | 0 | 30 |
| MUNICIPIO DE PORTO MURTINHO | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da villa | 2 | 25 | 23 | 48 | 22 | 23 | 45 |
| MUNICIPIO DE BELLA-VISTA | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da villa | 2 | 35 | 39 | 74 | 28 | 26 | 54 |
| 1.º | Escola mixta na povoação do Caracol | 1 | 51 | 23 | 74 | 35 | 18 | 53 |
| MUNICIPIO DE PONTA PORÁ | | | | | | | | |
| 1.º | Escola do sexo masculino e 1.º do feminino na séde da villa | 2 | 51 | 38 | 89 | 49 | 31 | 80 |
| SOMA | | 103¹²⁴ | 2.996 | 1.450 | 4.446 | 2.325 | 1.056 | 3.381 |

Fonte: MATO GROSSO (1915, p. 66).

¹²⁴ A nossa somatória foi de 108 escolas. A diferença foi de 5 escolas, nesse sentido deduz-se que as escolas graduadas não foram contabilizadas.

**ANEXO B. QUADRO DO MOVIMENTO DA MATRICULA E
FREQUENCIA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PARTICULARES
DESTA CAPITAL E DO INTERIOR DO ESTADO NO ANNO
LECTIVO DE 1914**

| Sédes das Escolas | MATRICULA | | | FREQUENCIA | | |
|---|--------------|------------|------------------|------------|------------|--------------|
| | Masculino | Feminino | Total | Masculino | Feminino | Total |
| CAPITAL | | | | | | |
| Collegio de D. Bernadina Rich | 101 | 0 | 101 | 98 | 0 | 98 |
| Collegio de D. Maria Dimpina de Arruda Lobo | 34 | 7 | 41 | 30 | 5 | 35 |
| Collegio do cidadão André Avelino Ribeiro | 66 | 2 | 68 | 58 | 2 | 60 |
| Collegio de D. Amelia Eustorgina A. Muniz | 48 | 30 | 78 | 29 | 22 | 51 |
| Atheneu Brasileiro | 36 | 0 | 36 | 36 | 0 | 36 |
| Azylo Santa Rita | 0 | 150 | 0 ¹²⁵ | 0 | 120 | 120 |
| Collegio Santa Catharina de Senna | 0 | 65 | 65 | 0 | 59 | 59 |
| Collegio São Gonçalo | 124 | 0 | 124 | 101 | 0 | 101 |
| Collegio do cidadão Feliciano Galdino Duarte | 149 | 3 | 152 | 128 | 2 | 130 |
| Collegio do cidadão Fernando Leite Campos | 38 | 26 | 64 | 31 | 22 | 53 |
| Collegio Maria Auxiliadora (Coxipó da Ponte) | 0 | 39 | 39 | 0 | 39 | 39 |
| Collegio Santo Antonio (Coxipó da Ponte) | 21 | 0 | 21 | 21 | 0 | 21 |
| CORUMBÁ | | | | | | |
| Collegio Santa Thereza | 185 | 0 | 185 | 154 | 0 | 154 |
| Collegio do cidadão João Baptista de Lima | 80 | 0 | 80 | 65 | 0 | 65 |
| SÃO LUIZ DE CACERES | | | | | | |
| Collegio São Luiz | 87 | 0 | 87 | 78 | 0 | 78 |
| Collegio Immaculada Conceição | 0 | 95 | 95 | 0 | 84 | 84 |
| Collegio de D. Anna Gonçalves | 10 | 8 | 18 | 10 | 5 | 15 |
| PONTA-PORÁ | | | | | | |
| Collegio do cidadão Felicio Flôres | 17 | 0 | 17 | 17 | 0 | 17 |
| PORTO-MURTINHO | | | | | | |
| Collegio do cidadão Antonio Vieira de Almeida | 19 | 0 | 19 | 17 | 0 | 17 |
| SOMMA | | | | | | |
| | 1.015 | 425 | 1.440 | 873 | 360 | 1.223 |

Fonte: MATO GROSSO (1915, p. 67)

¹²⁵ O valor correto é de 150.

**ANEXO C. QUADRO DO MOVIMENTO DAS ESCOLAS SUBVENCIONADAS
POR OUTROS COFRES QUE NÃO OS DO ESTADO, NO DECURSO DO ANNO
DE 1914**

| Classificação | MATRÍCULA | | | FREQUÊNCIA | | |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | Masculino | Feminino | Total | Masculino | Feminino | Total |
| Escola de aprendizes artífices da Capital | 87 | 0 | 87 | 51 | 0 | 51 |
| Escola do Batalhão de Polícia Militar ¹²⁶ | 24 | 0 | 24 | 15 | 0 | 15 |
| Escolas municipais da cidade de Corumbá | 113 | 134 | 247 | 76 | 117 | 193 |
| Escola municipal da cidade de Campo Grande | 51 | 19 | 70 | 47 | 11 | 58 |
| SOMA | 275 | 153 | 428 | 189 | 128 | 317 |

Fonte: MATO GROSSO (1915, p. 67).

¹²⁶ Escola regimental.

**ANEXO D. TABELA COM O QUANTITATIVO DE
MATRÍCULAS POR MUNICÍPIO EM 1919¹²⁷**

| Municípios | Escolas Estaduais | | | Escolas Particulares ¹²⁸ |
|---------------------------------|-------------------|------------------|--------------|-------------------------------------|
| | Grupos Escolares | Escolas Isoladas | Total | |
| Cuiabá (capital) ¹²⁹ | 599 | 1.246 | 1.845 | 620 |
| Aquidauana | - | 111 | 111 | 719 |
| Araguaia | - | 260 | 260 | 66 |
| Bela Vista | - | 130 | 130 | 71 |
| Cáceres | 171 | 62 | 233 | 269 |
| Campo Grande | - | 230 | 230 | 719 |
| Corumbá | - | 236 | 236 | 839 |
| Coxim | - | 208 | 208 | 40 |
| Diamantino | - | 149 | 149 | - |
| Livramento | - | 186 | 186 | - |
| Mato Grosso | - | 71 | 71 | - |
| Miranda | - | 92 | 92 | 80 |
| Nioaque | - | 83 | 83 | - |
| Paranaíba | - | 80 | 80 | - |
| Poconé | 109 | 147 | 256 | 50 |
| Ponta Porã | - | 128 | 128 | - |
| Porto Murtinho | - | 107 | 107 | 81 |
| Rosário | 122 | 339 | 461 | - |
| Santo Antônio do Rio-Abaixo | - | 575 | 575 | - |
| Santo Antônio do Rio-Madeira | - | 120 | 120 | - |
| Três Lagoas | - | 73 | 73 | 182 |

Fonte: MATO GROSSO (1919, p. 79). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

¹²⁷ As escolas primárias municipais totalizaram 500 alunos matriculados nos respectivos municípios: Cuiabá (1), Bela Vista (2), Campo Grande (3), Corumbá (3), Ponta Porã (1), e Três Lagoas (1). Totalizando 11 escolas municipais. Título e dados extraído da fonte na íntegra.

¹²⁸ As escolas particulares de ensino primário estavam da seguinte forma distribuídas em Mato Grosso: Cuiabá (7), Aquidauana (13), Araguaia (1), Bela Vista (2), Cáceres (9), Campo Grande (22), Corumbá (7), Coxim (3), Miranda (2), Poconé (4), Porto Murtinho (1), e Três Lagoas (5). Totalizando 76 escolas particulares.

¹²⁹ A escola modelo (1º Distrito) com 473 alunos e o Grupo Escolar do 2º distrito com 126.

**ANEXO E. TABELA COM O QUANTITATIVO DE ESCOLAS
ESTADUAIS POR MUNICÍPIO EM 1919 E 1922**

| Municípios | 1919 | | | 1922 | | |
|---------------------------------|------------------|------------------|-------|------------------|------------------|-------|
| | Grupos Escolares | Escolas Isoladas | Total | Grupos Escolares | Escolas Isoladas | Total |
| Cuiabá (capital) ¹³⁰ | 2 | 34 | 36 | 2 | 34 | 36 |
| Aquidauana | - | 6 | 6 | - | 6 | 6 |
| Araguaia | - | 9 | 9 | - | 9 | 9 |
| Bela Vista | - | 4 | 4 | - | 4 | 4 |
| Cáceres | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 |
| Campo Grande | - | 7 | 7 | - | 7 | 7 |
| Corumbá | - | 11 | 11 | - | 11 | 11 |
| Coxim | - | 8 | 8 | - | 8 | 8 |
| Diamantino | - | 7 | 7 | - | 7 | 7 |
| Livramento | - | 5 | 5 | - | 5 | 5 |
| Mato Grosso | - | 4 | 4 | - | 4 | 4 |
| Miranda | - | 3 | 3 | - | 3 | 3 |
| Nioaque | - | 3 | 3 | - | 3 | 3 |
| Paranaíba | - | 2 | 2 | - | 2 | 2 |
| Poconé | 1 | 1 | 2 | 1 | 5 | 5 |
| Ponta Porã | - | 5 | 5 | - | 5 | 5 |
| Porto Murtinho | - | 3 | 3 | - | 3 | 3 |
| Rosário | 1 | 12 | 13 | 1 | 12 | 13 |
| Santo Antônio do Rio-Abaixo | - | 18 | 18 | - | 18 | 18 |
| Santo Antônio do Rio-Madeira | - | 3 | 3 | - | 3 | 3 |
| Três Lagoas | - | 3 | 3 | - | 3 | 3 |

Fonte: MATO GROSSO (1920, p. 93; 1923, p. 109). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

¹³⁰ A escola modelo (1º Distrito) com 473 alunos e o Grupo Escolar do 2º distrito com 126.

**ANEXO F. ESCOLAS ISOLADAS DE MATO GROSSO, E SUAS
RESPECTIVAS MATRÍCULAS, POR MUNICÍPIO EM 1923**

| Localidades | ESCOLAS | | | | MATRÍCULA | | | |
|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|------------------------|--------------|--------------|-------|--------------|
| | Masculino | Feminino | Mista | Total | Masculino | Feminino | Mista | Total |
| Cuiabá | 8 | 9 | 19 | 36 | 594 | 449 | - | 1.043 |
| Aquidauana | 1 | 1 | 4 | 9¹³¹ | - | - | - | - |
| Araguaia | 2 | 2 | 5 | 9 | 148 | 201 | - | 349 |
| Bela Vista | 1 | 1 | 2 | 4 | 31 | 30 | - | 61 |
| Campo Grande | 0 | 0 | 4 | 4 | - | - | - | - |
| Corumbá | 2 | 3 | 6 | 11 | 160 | 255 | - | 415 |
| Coxim | 2 | 3 | 3 | 8 | 184 | 106 | - | 290 |
| Diamantino | 1 | 1 | 5 | 7 | 109 | 64 | - | 173 |
| Livramento | 2 | 1 | 2 | 5 | 101 | 66 | - | 167 |
| Mato Grosso | 2 | 1 | 1 | 4 | 49 | 36 | - | 85 |
| Miranda | 1 | 1 | 1 | 8¹³² | - | - | - | - |
| Nioaque | 1 | 1 | 1 | 3 | - | - | - | - |
| Poconé | 2 | 3 | 5 | 10 | 116 | 59 | - | 175 |
| Ponta Porã | 1 | 1 | 3 | 5 | - | - | - | - |
| Porto Murtinho | 1 | 1 | 1 | 3 | - | - | - | - |
| Rosário Oeste | 0 | 0 | 0 | 12 | 244 | 100 | - | 344 |
| Santa Ana do Paranaíba | 1 | 1 | 0 | 2 | - | - | - | - |
| Santo Antônio do Madeira | 1 | 1 | 4 | 6 | - | - | - | - |
| Santo Antônio do Rio Abaixo | 2 | 1 | 12 | 15 | 274 | 138 | - | 412 |
| São Luiz de Cáceres | 0 | 0 | 1 | 1 | 21 | 21 | - | 42 |
| Três Lagoas | 0 | 0 | 2 | 2 | - | - | - | - |
| Soma¹³³ | 31 | 32 | 93 | 156 | 2.292 | 1.538 | - | 3.906 |

Fonte: MATO GROSSO (1924, p. 32-33). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2019.

¹³¹ Soma correta deveria ser 6 escolas.

¹³² Soma correta deveria ser 3 escolas.

¹³³ A Soma de matrícula do documento não estão exatos. Os dados corretos, respectivamente, são: 31; 32; 93; 156; 2.031; 1.525; e 3.556. Acredita-se que foi inserido média nas escolas que não enviaram dados.

**ANEXO G. ESCOLAS ISOLADAS DE MATO GROSSO, E SUAS
RESPECTIVAS MATRÍCULAS, POR MUNICÍPIO EM 1924**

| Localidades | ESCOLAS | | | | MATRÍCULA | | | |
|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------|--------------|----------|--------------|
| | Masculino | Feminino | Mista | Total | Masculino | Feminino | Mista | Total |
| Cuiabá | 8 | 9 | 20 | 37 | 642 | 589 | - | 1.231 |
| Aquidauana | - | - | 3 | 3 | - | - | - | - |
| Bela Vista | 1 | 1 | 2 | 4 | 15 | 9 | - | 24 |
| Campo Grande | 1 | 1 | 4 | 6 | 31 | - | - | 31 |
| Corumbá | - | - | 6 | 6 | - | - | - | - |
| Coxim | 2 | 3 | 3 | 8 | - | - | - | - |
| Diamantino | 1 | 1 | 5 | 7 | 114 | 82 | - | 196 |
| Livramento | 2 | 1 | 2 | 5 | 85 | 51 | - | 136 |
| Mato Grosso | 2 | 1 | 1 | 4 | 56 | 36 | - | 92 |
| Miranda | - | - | 1 | 1 | - | - | - | - |
| Nioaque | 1 | 1 | 1 | 3 | - | - | - | - |
| Poconé | 2 | 3 | 5 | 10 | 102 | 98 | - | 200 |
| Ponta Porã | 1 | 1 | 3 | 5 | - | - | - | - |
| Porto Murtinho | 1 | 1 | 1 | 3 | 25 | 27 | - | 52 |
| Registro do Araguaia | 2 | 2 | 3 | 7 | 110 | 64 | - | 174 |
| Rosário Oeste | - | - | 12 | 12 | 243 | 104 | - | 347 |
| Santa Ana do Paranaíba | 1 | 1 | - | 2 | - | - | - | - |
| Santa Rita do Araguaia | 1 | 1 | 1 | 3 | - | - | - | - |
| Santo Antônio do Madeira | 1 | 1 | 4 | 6 | - | - | - | - |
| Santo Antônio do Rio Abaixo | 2 | 1 | 12 | 15 | 252 | 141 | - | 393 |
| São Luiz de Cáceres | - | - | 1 | 1 | 36 | 23 | - | 59 |
| Três Lagoas | - | - | 2 | 2 | - | - | - | - |
| Soma | 29 | 29 | 92 | 150 | 1.711 | 1.224 | - | 2.935 |

Fonte: MATO GROSSO (1925, p. 24-25). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2019.

**ANEXO H. ESCOLAS ISOLADAS DE MATO GROSSO, E SUAS
RESPECTIVAS MATRÍCULAS, POR MUNICÍPIO EM 1928**

| Localidades | Grupos Escolares | | Escolas Isoladas | |
|-----------------------------|------------------|----------------------|------------------|--------------|
| | Escolas | Matrícula | Escolas | Matrícula |
| Cuiabá | 2 | 1.272 ¹³⁴ | 39 | 1.175 |
| Aquidauana | 1 | 560 | 5 | 104 |
| Bela Vista | - | - | 4 | 208 |
| Campo Grande | 1 | 480 | 6 | 225 |
| Corumbá | 1 | 331 | 7 | 212 |
| Coxim | - | - | 10 | 366 |
| Diamantino | - | - | 8 | 180 |
| Guajará Mirim | - | - | 2 | 70 |
| Livramento | - | - | 6 | 168 |
| Mato Grosso | - | - | 5 | 152 |
| Miranda | 1 | 136 | 1 | 42 |
| Nioaque | - | - | 3 | 98 |
| Poconé | 1 | 135 | 5 | 146 |
| Ponta Porã | 1 | 232 | 4 | 68 |
| Porto Murtinho | - | - | 4 | 110 |
| Registro do Araguaia | - | - | 2 | 136 |
| Rosário Oeste | 1 | 137 | 14 | 396 |
| Santa Ana do Paranaíba | - | - | 2 | 84 |
| Santa Rita do Araguaia | - | - | 8 | 210 |
| Santo Antônio do Madeira | - | - | 5 | 140 |
| Santo Antônio do Rio Abaixo | - | - | 19 | 484 |
| São Luiz de Cáceres | 1 | 151 | 3 | 72 |
| Três Lagoas | 1 | 237 | 1 | 35 |
| Soma | 11 | 3.671 | 163 | 4.481 |

Fonte: MATO GROSSO (1929, p. 92-93). Organizada por Marcelo Pereira Rocha, 2019.

¹³⁴ Escola Modelo da capital com 839 alunos e o Grupo Escolar (2º distrito) 433.

ANEXO I. REGIMENTO INTERNO DO CURSO NORMAL REGIONAL DE PONTA
PORÃ



TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ
CURSO NORMAL REGIONAL DE PONTA PORÃ

REGIMENTO INTERNO

(PROJETO)

DO DIRETOR DO CURSO NORMAL REGIONAL

- A - A direção do Curso Normal Regional será exercida por um diretor escolhido entre os professores do quadro oficial do magistério secundário..
- B - Ao Diretor do Curso Normal Regional compete:
- 1) representar o estabelecimento que dirige perante as autoridades federais, estaduais e municipais;
 - 2) superintender a administração, a disciplina e o ensino do Curso Normal Regional;
 - 3) assinar certificados e demais documentos relativos ao Curso Normal Regional;
 - 4) conferir diplomas e certificados aos alunos que completarem o Curso;
 - 5) advertir os professores e demais funcionários do Curso, quando não derem cumprimento a seus deveres;
 - 6) punir disciplinarmente os alunos do Curso;
 - 7) colaborar, quando solicitado, com a parte técnica da Divisão de Educação;
 - 8) apresentar, anualmente, no fim do ano letivo, ao Diretor da Divisão, relatório do movimento escolar do ano;
 - 9) convocar e presidir às reuniões da congregação, de alunos, de ex-alunos e de pais;
 - 10) fixar as datas de exames, compor-lhes a banca e promover-lhes a realização.
- C - O Diretor do Curso Normal Regional será substituído, nos seus impedimentos, pelo Secretário do Curso.

DO SECRETÁRIO DO CURSO NORMAL REGIONAL

- A - A Secretaria do Curso Normal Regional terá a seu cargo todo o serviço de escrituração, arquivo e fichário do estabelecimento.
- B - Ao Secretário compete:
- 1) organizar o serviço da Secretaria de modo a concentrar nela toda a escrituração do estabelecimento;

Continua...

Continuação...



TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ
CURSO NORMAL REGIONAL DE PONTA PORÃ

....

- 2) cumprir e fazer cumprir os despachos do Diretor do Curso;
- 3) redigir e fazer expedir toda correspondência oficial do Curso Normal Regional;
- 4) preencher os resumos dos boletins estatísticos mensais e fornecer ao Diretor do Curso todas as informações e esclarecimentos de que ele necessite;
- 5) determinar e fiscalizar os serviços dos escriturários.

DOS PROFESSORES DO CURSO NORMAL REGIONAL

A † Incumbe ao Professor do Curso Normal Regional:

- 1) reger sua cadeira ou aula, conforme o horário estabelecido;
- 2) comparecer às sessões da congregação, quando convocado;
- 3) auxiliar o Diretor na disciplina geral do estabelecimento;
- 4) verificar e marcar as faltas dos alunos;
- 5) apresentar à Secretaria, até o quinto dia útil de cada mês, as listas de faltas e médias de aplicação dos alunos;
- 6) registrar no diário de lições a matéria explicada;
- 7) tomar parte nos trabalhos de sua competência para que for designado;
- 8) cumprir o programa de ensino estabelecido;
- 9) cumprir as determinações do Diretor do estabelecimento.

DOS INSPETORES DE ALUNOS

A - Ao Inspetor de Alunos compete:

- 1) responder pela disciplina dos alunos do Curso enquanto permanecerem no estabelecimento;
- 2) socorrer os alunos que adoecerem no estabelecimento;
- 3) atender às determinações do Diretor com respeito à disciplina geral do estabelecimento.

.....

Conclusão.

ANEXO J. CAIXA ESCOLAR

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CAIXA ESCOLAR

CAPITULO I

De sua organização e fins.

Art. 1º - No distrito sede de cada município fica criada uma caixa escolar, que atenderá todas as escolas públicas de ensino primário, localizados no município.

Art. 2º - São objetivos da Caixa Escolar:

a)- investigar quais os menores em idade escolar que não frequentam a escola pública local e remover os motivos que os privam de receber instrução;

b)- facilitar pelos meios convenientes, a frequência, a escola, dos alunos pobres da respectiva jurisdição;

c)- fornecer merenda e vestuário aos alunos necessitados sempre que possível, as instituições do "copo de leite" e da "sopa escolar";

d)- organizar e manter, sob a orientação da autoridade sanitaria, serviços medicos e dentarios, junto as escolas de sua jurisdição, cooperando para maior eficiencia dos já instalados pela administração pública.

CAPITULO II

Da Administração:

Art. 3º - A Caixa Escolar, que fica sob a superintendência do Diretor da Divisão de Educação, será administrada por uma diretoria composta de um presidente, um diretor, um secretário e um tesoureiro e um conselho fiscal de três membros.

§ Único - O diretor do Grupo Escolar da sede será, por força do cargo, o diretor da Caixa Escolar, enquanto estiver no exercicio dessas funções.

Art. 4º - Em cada núcleo escolar, servido pela Caixa, funcionaria, como delegado desta um dos professores em exercicio, designado pelo inspetor escolar do distrito.

Art. 5º - A administração com exceção do diretor, será eleita por um ano, em assembleia geral, podendo ser reeleita para igual período.

§ Único - A eleição e posse dar-se-á a 15 de Fevereiro, em assembleia geral especialmente convocada.

continúa ...

Continuação...

Art. 6º - São atribuições da Diretoria:

- a) - reunir-se, pelo menos uma vez por mês;
- b) - deliberar sobre admissão e exclusão de sócios;
- c) - resolver sobre despesas gerais da Caixa;
- d) - estudar os assuntos que se refiram a assistência á infância, estabelecendo normas gerais para maior eficiência da Caixa;
- e) - apresentar, na assembleia geral de 15 de fevereiro, o balanço do movimento financeiro do exercício administrativo, bem como relatório da atividade da diretoria;
- f) - resolver os casos omissos no presente, o regulamento, consignando-os no relatório;
- g) - promover, por todos os meios idôneos, o aumento das rendas da Caixas;
- h) - organizar balancete mensal que deverá ser enviado á Divisão de Educação, juntamente com o relatório mensal das atividades da Caixa.

Art. 7º - Compete ao Presidente:

- a) - convocar a diretoria, uma vez por mês e sempre que julgar necessário;
- b) - convocar e presidir as assembleias gerais;
- c) - reunir, quando achar conveniente, os delegados da Caixa;
- d) - visar os livros de escrituração, os pedidos que informem despesas e autorizar a concessão de auxílios, nos termos das normas gerais referidas na letra "d" do artigo 6º;
- e) - representar a Caixa, ativa e passivamente judicial e extra-judicialmente;
- f) - enviar ao Diretor da Divisão de Educação, devidamente autenticada, copia do relatório anual dos serviços da Caixa, bem como atender com presteza aos pedidos de informações que a mesma autoridade lhe fizer.

Art. 8º - Ao compete:

- a) - diretoria o serviço de fornecimento de material escolar e vestuário aos escolares inscritos na Caixa;
- b) - promover meios que condicionem o funcionamento do "copo de leite" ou da "sopa escolar", ou de ambos conjuntamente;

continua.

Continuação...

assembleia geral e atender a consultas formuladas pela mesma diretoria.

Art. 12º - Ao Delegado compete:

- a) - enviar ao Presidente da Caixa Relação nominal dos pais ou tutores ou responsáveis e da contribuição a que se obrigam nos termos do artigo 130, da Constituição de 10 de novembro de 1937;
- b) - investigar, dentro os alunos de suas escolas, quais os necessitados de amparo da Caixa, a cujo presidente fornecerá a devida relação de que devem também constar os nomes dos pais, tutores ou responsáveis, sua profissão e residência;
- c) - assinar todos os pedidos feitos à Caixa e dar recibo do que lhe for entregue;
- d) - angariar socios, subscrevendo as respectivas propostas;
- e) - comparecer às reuniões da diretoria, quando convocado ou quando julgar util sua presença no interesse da Caixa;
- f) - prestar a diretoria todas as informações que lhe forem solicitadas;
- g) - auxiliar a diretoria na organização de festivais, tómbolas e outros movimentos em benefícios da Caixa;
- h) - relatar, periodicamente, a critério da diretoria, as atividades desenvolvidas no desempenho de suas funções;
- i) - receber as mensalidades dos sócios e as contribuições destinadas a Caixa;
- j) - realizar pagamento de despesas autorizadas pela diretoria;
- k) - remeter, mensalmente, ao tesoureiro, a quantia arrecadada ao saldo existente.

CAPITULO III

Dos Sócios, seus deveres e direitos:

Art. 13º - A Caixa Escolar compor-se-á de número ilimitado de sócios, como tais considerados;

1º - Os pais, tutores ou responsáveis pelos alunos matriculados em escolas públicas, que contribuem na forma do artigo 130 da Constituição;

continúa

Continuação...

2º - Outras pessoas que convocaram com a quota mensal de 2 a 20 cruzeiro, fixada a seu critério.

Art. 14º - São deveres e direitos dos sócios:

- a) - pagar pontualmente sua contribuição, podendo antecipá-la por semestre ou ano;
- b) - prestigiar, por todos os meios a seu alcance, a Caixa Escolar e suas iniciativas;
- c) - exercer com zelo e dedicação os cargos e comissões para que forem escolhidos, não os recusando sem justa causa;
- d) - propor novos sócios;
- e) - tomar parte nas assembleias gerais, votando e sendo votado;
- f) - representar ao diretor da Divisão de Educação contra os atos da administração da Caixa que forem contrários ao presente regulamento.

§ Único - Serão excluídos os sócios que deixarem de pagar três mensalidades consecutivas.

CAPÍTULO IV

Da receita e sua aplicação:

Art. 15º - A receita da Caixa Escolar será constituída:

- a) - de auxílio concedido anualmente, pelo Governo do Território;
- b) - das contribuições dos pais, tutores ou responsáveis pelos alunos, nos termos do art. 130 da Constituição Federal;
- c) - das mensalidades dos sócios;
- d) - do produto de festivais ou tombolas;
- e) - dos legados, donativos e outros auxílios.

Art. 16º - A renda da Caixa será aplicada na manutenção de seus encargos, nestas compreendido o fornecimento de alimento, vestuário, material escolar aos alunos beneficiados, bem como serviços médicos e dentários.

CAPÍTULO V

Da Assembleia Geral.

Art. 17º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, a 15 de fevereiro.

Art. 18º - A Assembleia Geral terá por objeto conhecer o relatório do Presidente, discutir e julgar a prestação de con-

continua

Continuação...

côntas e eleger empossar a administração para o exercício social seguinte:

§ Único - Nas Assembleias extraordinárias só se poderá discutir, e votar o assunto que tiver determinado sua convocação.

Art. 19º - A Assembleia Geral, em primeira convocação, só funcionará com a presença de pelos menos, um terço do total dos sócios e, em segunda, com qualquer numero.

§ 1º - Não é permitida a representação por procuração;

§ 2º - A segunda convocação poderá ser feita para o mesmo dia, que a primeira, com intervalo mínimo de uma hora.

§ 3º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos dos sócios presentes.

Art. 20º - É também lícito às Assembleias Gerais - conceder o título de sócio benemérito" da Caixa as pessoas que lhe houverem prestado relevantes serviços.

CAPITULO VI

Disposições gerais e transitorias.

Art. 21º - Cada Caixa tomará o nome do município - onde for fundada.

Art. 22º-- Os sócios só responderão pelas obrigações sociais até o valor das suas mensalidades.

Art. 23º - É facultado ao diretor da Divisão de Educação impedir que se execute qualquer ato da administração, inculcado de ilegal ou ilegítimo, até que se verifique a sua legitimidade.

Art. 24º - A critério da diretoria poderá a Caixa auxiliar as Cooperativas Escolares, os clubes Agrícolas e demais instituições complementares da escola.

Art. 25º - As Caixas terão sede no prédio do Grupo Escolar da sede municipal, realizando suas reuniões e assembleias fora do período escolar.

Art. 26º - A primeira administração será eleita ou clamada em reunião convocada pelo inspetor do distrito.

§ Único - O mandato dessa primeira administração - terminará a 15 de fevereiro de 1947.

-----XXXXX-----

Conclusão.

ANEXO K. COOPERATIVA ESCOLAR

D I V I S Ã O D E E D U C A Ç Ã OProjeto de Estatutos da futura Cooperativa Escolar do Território
Federal de Ponta Porã

Art. 1º - Sob a denominação de Cooperativa Escolar do Território Federal de Ponta Porã, fica constituída nesta data, entre os alunos das escolas primárias territoriais, abaixo assinadas e outros que forem regularmente admitidos, uma cooperativa escolar de fins econômicos e educativos, que se regerá pelos presentes estatutos:

Art. 2º - A Cooperativa terá sua sede junto à Divisão de Educação, manterá Departamentos em cada unidade escolar do Território, exercendo suas atividades em toda a extensão deste.

§ Único - O ano social corresponderá ao ano escolar.

Art. 3º - O capital da Cooperativa será formado pela subscrição de quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Art. 4º - O capital da Cooperativa será formado pela subscrição de quotas-partes subscritas, não podendo ser inferior a .. Cr\$ 10,00 cada uma.

Art. 5º - Cada quota-parte poderá ser paga de uma só vez, ou em prestações mensais, desde Cr\$ 1,00 mensal, até a sua integração, independente de chamada.

§ Único - O recibo da prestação paga pelo associado é passado no seu título nominativo pelo tesoureiro da sociedade, ou pelo diretor gerente do Departamento a que pertencer o associado.

Art. 6º - Cada associado deverá subscrever, no mínimo uma quota-parte, e no máximo 5 quotas-partes.

Art. 7º - As quotas-partes são intransferíveis a terceiros.

§ Único - Em caso de conclusão do curso, exclusão ou eliminação de aluno associado, a respectiva quota-parte será incorporada no patrimônio social, se não for regularmente transferida a outro associado ou a novo pretendente que o possa ser.

§ 2º - A transferência, em cada caso, só se opera depois de anotada no livro de matrícula existente para tal fim na sede social e em cada Departamento.

Art. 8º - A segunda ou terceira vias das quotas-par -

continúa

Continuação...

parte só serão expedidas em caso de perda, e mediante indenização do custo respectivo arbitrado pelo diretor gerente do Departamento.

Art. 9º - A Cooperativa Escolar do Território Federal de Ponta Porã, unindo os alunos das escolas primárias do Território, tem por objeto principal educá-los dentro dos princípios do sistema cooperativo da solidariedade e do auxílio mútuo e promover defesa dos seus interesses econômicos, com barateamento do material escolar e do que for exigido para a vida escolar.

Art. 10º - No cumprimento do seu programa de ação, a cooperativa se obriga a:

a) - fornecer aos associados livros, cadernos, material escolar, peças de uniforme, pelos menores preços possíveis e de boa qualidade;

b) - pedir aos professores a relação dos livros e do material escolar adotados afim de poder providenciar com antecedência sobre as compras a fazer;

c) - manter dentro do recinto de cada escola um pequeno sortimento do material escolar de consumo forçado, para atender aos pedidos associados.

§ 1º - Os fornecimentos da Cooperativa serão feitos exclusivamente aos associados e sempre a dinheiro.

§ 2º - Aos associados, alunos de fracos recursos financeiro, será permitido o pagamento em serviços prestados à cooperativa, não devendo esses serviços prejudicar o estudo dos alunos.

§ 3º - A Cooperativa procurará ainda na medida do possível preencher mais os seguintes fins:

a) - manter campos de experiência agrícola ou granjas;

b) - cultivar jardins ou hortas;

c) - manter oficinas de trabalhos manuais;

d) - instituir a sopa escolar ou o lanche escolar.

Art. 11º - Poderão fazer parte da Cooperativa todos os alunos das escolas primárias do Território, que tenham bom comportamento e concordarem com estes estatutos:

§ Único - O número de associados é ilimitado mas não poderá ser inferior a sete (7).

Art. 12º - Para ser associado basta pedir a Diretoria sua inscrição, trazendo para isso licença do pai, tutor ou responsável, assinando, depois, a ficha de matrícula.

continúa

Continuação...

Art. 13º - Uma vez inscrito, o associado receberá - título nominativo, em forma de caderneta, contendo os estatutos, e entrará no gozo de todos os direitos sociais.

§ 1º - O título nominativo será assinado pelo associado a que pertencer e por um dos diretores da Cooperativa.

§ 2º - No ato de realizar qualquer operação - com a Cooperativa, o associado deverá apresentar o seu título nominativo.

Art. 14º - São direitos do associado:

- a) - tomar parte nas assembleias gerais que se realizarem em seu Departamento;
- b) - ser eleito para qualquer cargo, cujo acesso não lhe seja defeso pelos presentes estatutos;
- c) - efetuar todas as operações e utilizar-se de todos os serviços da sociedade.

Art. 15º - São deveres dos associados:

- a) - comparecer às assembleias e reuniões;
- b) - obedecer aos estatutos e regulamentos da Cooperativa;
- c) - contribuir pelo exemplo e dedicação para que a Cooperativa possa cumprir rigorosamente os elevados fins que tem em vista.

Art. 16º - A Diretoria poderá excluir o associado - que:

- a) - tenha saído da escola;
- b) - deixe de proceder como bom colega ou bom cooperado;
- c) - deixe de comprar na Cooperativa durante o exercício de um ano social.

§ único - Em relação ao associado excluído, aplicar-se-á no que lhe couber, a disposição do artigo nº 7º.

Art. 17º - A Assembleia Geral dos associados é o poder soberano da administração da sociedade podendo, de acordo com estes estatutos, resolver todos os negócios da Cooperativa.

Art. 18º - As Assembleias Gerais se realizam simultaneamente na sede social e em todos os Departamentos em funcionamento em dia e hora previamente designada pela Diretoria Geral.

Art. 19º - Para a realização da Assembleia Geral é necessária a presença de 2/3 (dois terços) pelo menos, da totalidade dos associados, no pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 20º - Em cada semestre letivo haverá duas assem

continúa

Continuação...

assembleias gerais ordinárias, às quais compete:

- 1º - àquela que se realizar no início do semestre;
- 2º - eleger os diretores e membros do Conselho Fiscal e seus Suplentes;
- 3º - deliberar sobre o programa a ser executados; péla sociedade;
- 4º - àquela que se realizar no fim do semestre;
- 5º - deliberar sobre todos os assuntos de interesse da Cooperativa.

Art. 21º - Quando houver algum assunto importante a tratar, será convocada uma assembléia geral extra-ordinária e na convocação deverá ser declarado o assunto.

Art. 22º - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo presidente da Cooperativa, por meio de edital, em quadro negro, e em cada classe verbalmente, por um associado designado pelo Presidente ou pelo Diretor-Gerente em cada Departamento.

Art. 23º - Em cada Departamento pode haver Assembleias Gerais extra-ordinárias para resolver assuntos de seu peculiar-interesse podendo a elas comparecer apenas os associados sujeitos - aos respectivos Departamentos, e observadas, a seu respeito, o que dispuzerem estes estatutos a propósito das Assembléias Gerais.

§ Único - As Assembléias Gerais dos Departamentos realizar-se-ão por determinação do Presidente da Cooperativa, mediante solicitação escrita a ele dirigida pelo interessado.

Essas Assembléias só poderá discutir assuntos relativo ao seu interesse particular, valendo suas deliberações depois de homologadas pela Diretoria Geral, e verificada por esta, que a - deliberação não contraria a letra destes estatutos.

Art. 24º - Dentro dos cinco dias seguintes ao do recebimento do resultado a que se refere o artigo anterior, a Diretoria Geral proclamará o resultado total da Assembléia Geral, em sessão a que terão acesso os associados regularmente matriculados.

Art. 25º - O resultado obtido em cada Departamento na votação dos assuntos - objeto da assembleia geral, será comunicado pela mesa diretora dos respectivos trabalhos, a Diretoria Geral, dentro de três dias seguintes ao encerramento da Assembléia.

Art. 26º - As eleições serão realizadas pelo processo do voto secreto.

Art. 27º - Do que se passar nas Assembléias Gerais será lavrada uma ata que será assinada pelo professor que assitir à
continúa

Continuação...

reunião e por uma comissão designada pela Assembleia.

Art. 28º - A Cooperativa será dirigida por um Presidente que será nomeado pelo Diretor da Divisão de Educação, e pertencente ao quadro dos funcionários da Secção Técnica da mesma Divisão, e mais cinco membros eleitos em Assembléia Geral.

§ Único - Os cargos da Diretoria serão exercidos por associados residentes no local em que a Divisão de Educação tiver sua séde.

Art. 29º - São cargos da Diretoria, todos de eleição direta dos associados, exceto o primeiro:

- a) - Presidente;
- b) - Secretário;
- c) - Tesoureiro;
- d) - 1º Gerente;
- e) - 2º Gerente;
- f) - 3º Gerente;

Art. 30º - Os diretores não poderão ser reeleitos para o exercício social imediato.

§ Único - Vagando-se um cargo na Diretoria, os demais membros elegerão um substituto, obedecendo, quanto a esta escolha no que lhe couber, o disposto no artigo 26º .

Art. 31º - Cada Departamento que se crear, terá por séde a escola que constituir sua zona de atividade, e será administrada por um Conselhor Diretor composto de cinco membros sem designação especial eleitos pelos associados alunos da escola respectiva, em Assembleia Anual designada pela Diretoria Geral, e a realizar-se no primeiro mês de cada ano letivo.

§ Único - O cargo de Presidente do Conselho Diretor será sempre exercido pelo Diretor ou respbnsável pela unidade escolar respectiva.

Art. 32º - A Diretoria compete:

- a) - resolver sobre todos os atos de gestão da cooperativa;
- b) - resolver sobre as compras que a Cooperativa deva saber;
- c) - estabelecer os preços pelos quais serão feitos os fornecimentos aos associados;
- d) - tomar conhecimentos mensalmente do estado econômico da sociedade;
- e) - deliberar quanto à admissão ou exclusão

continúa

Continuação...

de associados;

f) - realizar as transações da Cooperativa exclusivamente a dinheiro;

Art. 33º - A Diretoria se reunirá tantas vezes quantas necessárias e registrará num livro todas as deliberações tomadas.

Art. 34º - Aos Conselhos Diretores compete a administração de seu Departamento, a articulação com a Diretoria Geral, no que disse respeito ao Departamento, as medidas discriminadas no artigo 32º, letras a, d, e, e f.

Art. 35º - O disposto no artigo 33º aplica-se aos conselhos diretores dos Departamentos.

Art. 36º - Os membros da Diretoria e dos conselhos diretores deverão trabalhar na mais perfeita harmonia, prestando uns aos outros todo o auxílio preciso para que a Cooperativa possa preencher perfeitamente suas finalidades.

Art. 37º - Compete ao Presidente:

- a) - convocar as Assembleias e reuniões;
- b) - assinar todos os papéis e documentos da Cooperativa, juntamente com o Secretário;
- c) - fazer o relatório para ser apresentado na Assembleia do fim do semestre letivo, podendo para instrução desse relatório, solicitar aos Departamentos as informações e dados necessários.

§ único - Na fixação dos preços de venda o Presidente poderá estabelecer até o máximo de 20% de acréscimo para o acorrer às despesas da Administração Social.

Art. 38º - Compete ao Secretário:

- a) - redigir os atos e a correspondência da Cooperativa.
- b) - assinar com o Presidente a correspondência da Cooperativa.
- c) - fazer todo o serviço escrito da Cooperativa;

Art. 39º - Compete ao Tesoureiro;

- a) - receber dos associados as importâncias das quotas-partes e suas prestações;
- b) - arrecadar todas as importâncias devidas à Cooperativa;
- c) - fazer os pagamentos autorizados pela Diretoria;

continúa

Continuação...

- d) - recolher diariamente o saldo da caixa;
 e) - ter sempre em dia a escrituração da caixa com entrada e saída de dinheiro;

Art. 40º - Compete aos gerentes:

- a) - cuidar e zelar pela guarda de tudo que pertencer à Cooperativa;
 b) - receber e arrumar as compras efetuadas pela sociedade;
 c) - fazer aos representantes das classes a entrega dos pedidos;

Art. 41º - Ao Presidente do Conselho Diretor compete distribuir entre os membros eleitos, as funções administrativas de seu Departamento.

Art. 42º - As importâncias recebidas pelos Departamentos serão escrituradas a crédito da Diretoria e a esta remetidas, salvo de determinação posterior de quem de direito;

Art. 43º - As obras líquidas apuradas no balanço da Cooperativa, levantado no fim de cada exercício, serão levadas à conta do fundo de reserva que se constituirá tão somente das sobras a que se refere esse artigo.

Art. 44º - O fundo de reserva da sociedade será aplicado em obras de fins culturais e sociais, a critério da Assembleia Geral.

Art. 45º - No caso de ser dissolvida a sociedade, o fundo de reserva reverterá em favor da instituição de caridade que a assembleia de associados indicar.

Art. 46º - A Cooperativa elegerá anualmente uma pessoa do quadro de professores dos estabelecimentos primários oficiais da onde se situar a sede social, para dirigir e encaminhar os trabalhos nas assembleias gerais e nas reuniões, e orientar os diretores no desempenho das funções dos cargos para que forem eleitos.

§ único - O mesmo farão os associados, em relação a cada departamento, elegendo pessoa de responsabilidade para o desempenho das funções discriminadas neste artigo.

Art. 47º - A pessoa referida no corpo do artigo anterior ficará encarregada de receber e guardar diariamente o dinheiro pertencente à Cooperativa, e responder pela sociedade perante terceiros.

§ único - A pessoa indicada no parágrafo único do artigo anterior, ficará encarregada de receber e guardar diariamente o dinheiro que compuzer a renda do Departamento, procedendo na forma do artigo 42º.

continúa

Continuação...

Art. 48º - A Cooperativa poderá contratar um empregado para o desempenho de certos serviços a cargo da sociedade e que não possam ser feitos pelos alunos associados.

Art. 49º - A Assembleia de constituição da sociedade elegerá sua primeira Diretoria.

-----XXXX-----

Conclusão...

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 73-80).

**ANEXO L. ESCOLAS PÚBLICAS E PARTICULARES DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÁ (1944-1946)
PONTA PORÁ**

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | ANO DE CRIAÇÃO | TIPO |
|-----------|--|-----------------|-----------------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| 1 | Curso Normal Regional Princesa Isabel | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | CNR |
| 2 | Curso de Dactilografia São José | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | C. de D. |
| 3 | Curso Popular Noturno Mendes Gonçalves | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 4 | Grupo Escolar Mendes Gonçalves | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |
| 5 | 1ª Escola Isolada de Sanga Puitã | Ponta Porá | Vila Sanga Puitã | Rural | 1944 | Singular |
| 6 | 2ª Escola Isolada de Sanga Puitã | Ponta Porá | Vila Sanga Puitã | Rural | 1945 | Singular |
| 7 | Escola Isolada de Porteira Ortiz | Ponta Porá | Vila Porteira Ortiz | Rural | 1944 | Singular |
| 8 | Escola Isolada de Invern. Saldanha | Ponta Porá | Povoado de Invern. Saldanha | Rural | 1944 | Singular |
| 9 | Escola Isolada de Capão Bonito | Ponta Porá | Povoado de Capão Bonito | Rural | 1944 | Singular |
| 10 | Escola Isolada da Fazenda Pacuri | Ponta Porá | Fazenda Pacuri | Rural | 1945 | Singular |
| 11 | Escola Isolada de Maemi | Ponta Porá | Povoado de Maemi | Rural | 1946 | Singular |
| 12 | Escola Isolada de Potreiro Machado | Ponta Porá | Zona Suburbana | Rural | 1946 | Singular |
| 13 | Escola Isolada de Peguajhó | Ponta Porá | Zona Suburbana | Rural | 1946 | Singular |
| 14 | Escola Isolada do Norte da cidade | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 15 | Escola Isolada do Sul da cidade | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 16 | Escola Isolada de Duque de Caxias | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 17 | 1ª Escola Isolada de Santo Tomás | Ponta Porá | Povoado de Santo Tomás | Rural | 1946 | Singular |
| 18 | 2ª Escola Isolada de Santo Tomás | Ponta Porá | Povoado de Santo Tomás | Rural | 1946 | Singular |
| 19 | 3ª Escola Isolada de Santo Tomás | Ponta Porá | Povoado de Santo Tomás | Rural | 1946 | Singular |
| 20 | 4ª Escola Isolada de Santo Tomás | Ponta Porá | Povoado de Santo Tomás | Rural | 1946 | Singular |
| 21 | Escola Particular de São José | Ponta Porá | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Agrupado |
| 22 | Escola Particular de Vitória | Ponta Porá | Fazenda São Máximo | Rural | 1945 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|--------------------------------------|--------------|------------------------------|--------|------|----------|
| 23 | Escola Particular de Dom Pedro II | Ponta Porã | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 24 | Escola Particular de Rio Verde | Ponta Porã | Povoado de Rio Verde | Rural | 1946 | Singular |
| 25 | Escola Particular de Maemi | Ponta Porã | Povoado de Maemi | Rural | 1946 | Singular |
| 26 | 1ª Escola Isolada de Vila Amambaí | Vila Amambaí | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 27 | 2ª Escola Isolada de Vila Amambaí | Vila Amambaí | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 28 | 3ª Escola Isolada de Vila Amambaí | Vila Amambaí | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 29 | 4ª Escola Isolada de Vila Amambaí | Vila Amambaí | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 30 | Escola Isolada de Curussu Ambá | Vila Amambaí | Povoado de Curussu Ambá | Rural | 1944 | Singular |
| 31 | Escola Isolada de Cabeça dos Porcos | Vila Amambaí | Povoado de Cabeça dos Porcos | Rural | 1944 | Singular |
| 32 | Escola Isolada de Colônia Campina | Vila Amambaí | Povoado de Colônia Campina | Rural | 1944 | Singular |
| 33 | Escola Isolada da Fazenda Jaguaretê | Vila Amambaí | Fazenda Jaguaretê | Rural | 1946 | Singular |
| 34 | Escola Isolada da Fazenda de Amambaí | Vila Amambaí | Fazenda de Amambaí | Rural | 1944 | Singular |
| 35 | Curso Popular Noturno de Amambaí | Vila Amambaí | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 36 | Escola Particular de Padre Anchieta | Vila Amambaí | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 37 | 1ª Escola Isolada de Antônio João | Antônio João | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 38 | 2ª Escola Isolada de Antônio João | Antônio João | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 39 | Escola Isolada de Mangai | Antônio João | Povoado de Mangai | Rural | 1944 | Singular |
| 40 | Escola Isolada de Currelito | Antônio João | Povoado de Currelito | Rural | 1946 | Singular |
| 41 | Escola Isolada da Fazenda Jataí | Antônio João | Fazenda Jataí | Rural | 1946 | Singular |
| 42 | Escola Isolada da Fazenda Pirajui | Antônio João | Fazenda Pirajui | Rural | 1946 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|--|--------------|---------------------------------|--------|------|----------|
| 43 | Escola Isolada da Fazenda Isla Lopes | Antônio João | Isla Lopes | Rural | 1946 | Singular |
| 44 | Escola Isolada da Fazenda Bareguí | Antônio João | Fazenda Bareguí | Rural | 1946 | Singular |
| 45 | Escola Isolada da Fazenda Itapotí | Antônio João | Fazenda Itapotí | Rural | 1946 | Singular |
| 46 | Escola Isolada da Fazenda Itaquapiru | Antônio João | Fazenda Itaquapiru | Rural | 1946 | Singular |
| 47 | 1ª Escola Isolada de Paranhos | Antônio João | Povoado de Paranhos | Rural | 1946 | Singular |
| 48 | 2ª Escola Isolada de Paranhos | Antônio João | Povoado de Paranhos | Rural | 1946 | Singular |
| 49 | 3ª Escola Isolada de Paranhos | Antônio João | Povoado de Paranhos | Rural | 1946 | Singular |
| 50 | 4ª Escola Isolada de Paranhos | Antônio João | Povoado de Paranhos | Rural | 1946 | Singular |
| 51 | Escola Particular de Antônio João | Antônio João | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 52 | Grupo Escolar Francisco Mendes Gonçalves | Bocajá | Sede de distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |
| 53 | Curso Popular Noturno Francisco Mendes Gonçalves | Bocajá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 54 | Escola Isolada de Bocajá | Bocajá | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 55 | 1ª Escola Isolada de Bonfim | Bocajá | Povoado de Bonfim | Rural | 1946 | Singular |
| 56 | 2ª Escola Isolada de Bonfim | Bocajá | Povoado de Bonfim | Rural | 1946 | Singular |
| 57 | Escola Isolada de Rincão das Lagoas | Bocajá | Povoado de Rincão da Lagoas | Rural | 1946 | Singular |
| 58 | Escola Isolada da Fazenda Independência | Bocajá | Fazenda Independência | Rural | 1946 | Singular |
| 59 | Escola Isolada de Lagoa Boverí | Bocajá | Povoado de Lagoa Boverí | Rural | 1946 | Singular |
| 60 | Escola Isolada da Fazenda Capeí | Bocajá | Fazenda Capeí | Rural | 1946 | Singular |
| 61 | Escola Isolada de Rincão das Palmeiras | Bocajá | Povoado de Rincão das Palmeiras | Rural | 1946 | Singular |
| 62 | Escola Isolada da Fazenda Bulcão | Bocajá | Fazenda de Bulcão | Rural | 1946 | Singular |
| 63 | Escola Isolada de Rincão Bonito | Bocajá | Povoado de Rincão Bonito | Rural | 1946 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|--|---------------|-------------------------------|--------|------|----------|
| 64 | Escola Isolada de Boca de Juti | Bocajá | Povoado de Boca de Juti | Rural | 1946 | Singular |
| 65 | Escola Isolada da Fazenda São Felipe | Bocajá | Fazenda São Felipe | Rural | 1946 | Singular |
| 66 | Escola Isolada de Carapã | Bocajá | Povoado de Carapã | Rural | 1946 | Singular |
| 67 | Escola Isolada de Invern. Carapã | Bocajá | Núcleo Agrícola | Rural | 1946 | Singular |
| 68 | 1ª Escola Isolada de Lagunita | Bocajá | Fazenda Lagunita | Rural | 1944 | Singular |
| 69 | 2ª Escola Isolada de Lagunita | Bocajá | Fazenda Lagunita | Rural | 1946 | Singular |
| 70 | 1ª Escola Isolada de Cabeça do Apa | Cabeça do Apa | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 71 | 1ª Escola Isolada de Colônia Penzo | Cabeça do Apa | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 72 | 2ª Escola Isolada de Colônia Penzo | Cabeça do Apa | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 73 | 3ª Escola Isolada de Colônia Penzo | Cabeça do Apa | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 74 | 4ª Escola Isolada de Colônia Penzo | Cabeça do Apa | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 75 | Escola Isolada da Fazenda Estrela | Cabeça do Apa | Fazenda Estrela | Rural | 1944 | Singular |
| 76 | Escola Isolada de Colônia Alto Itá | Cabeça do Apa | Povoado de Colônia Alto Itá | Rural | 1946 | Singular |
| 77 | Escola Isolada da Fazenda Boqueirão | Cabeça do Apa | Fazenda Boqueirão | Rural | 1946 | Singular |
| 78 | Escola Isolada da Fazenda Solidão | Cabeça do Apa | Fazenda Solidão | Rural | 1946 | Singular |
| 79 | Escola Isolada da Fazenda Catête | Cabeça do Apa | Fazenda Catête | Rural | 1946 | Singular |
| 80 | Escola Isolada de Cabeça do Roncador | Cabeça do Apa | Povoado de Cabeça do Roncador | Rural | 1946 | Singular |
| 81 | Escola Isolada da Fazenda São Lourenço | Cabeça do Apa | Fazenda São Lourenço | Rural | 1946 | Singular |
| 82 | Escola Isolada da Fazenda Mosqueteiro | Cabeça do Apa | Fazenda Mosqueteiro | Rural | 1946 | Singular |
| 83 | Escola Isolada de Capim Branco | Cabeça do Apa | Povoado de Capim Branco | Rural | 1946 | Singular |
| 84 | 1ª Escola Isolada de Igatemi | Igatemi | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 85 | 2ª Escola Isolada de Igatemi | Igatemi | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 86 | 3ª Escola Isolada de Igatemi | Igatemi | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |

Conclusão.

BELA VISTA

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | DATA DE CRIAÇÃO | TIPO |
|----|---|------------|--------------------------|--------|-----------------|----------|
| 1 | Grupo Escolar de Bela Vista | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |
| 2 | Curso Popular Noturno Grupo Escolar | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 3 | 1ª Escola Isolada de Nunca te Vi | Bela Vista | Bairro Nunca te Vi | Rural | 1945 | Singular |
| 4 | 2ª Escola Isolada de Nunca te Vi | Bela Vista | Bairro Nunca te Vi | Rural | 1945 | Singular |
| 5 | 3ª Escola Isolada de Nunca te Vi | Bela Vista | Bairro Nunca te Vi | Rural | 1945 | Singular |
| 6 | 4ª Escola Isolada de Nunca te Vi | Bela Vista | Bairro Nunca te Vi | Rural | 1946 | Singular |
| 7 | 1ª Escola Isolada de Urbana | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 8 | 2ª Escola Isolada de Urbana | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 9 | 3ª Escola Isolada de Urbana | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 10 | Escola Isolada de Cabeceira Alegre | Bela Vista | Fazenda Cabeceira Alegre | Rural | 1945 | Singular |
| 11 | Escola Isolada da Fazenda Sól | Bela Vista | Fazenda Sól | Rural | 1945 | Singular |
| 12 | Escola Isolada de Jardim | Bela Vista | Bairro Militar | Urbana | 1945 | Singular |
| 13 | Escola Isolada de Jardim | Bela Vista | Bairro Militar | Urbana | 1945 | Singular |
| 14 | Escola Isolada de Jardim | Bela Vista | Bairro Militar | Urbana | 1946 | Singular |
| 15 | Curso Popular Noturno de Jardim | Bela Vista | Bairro Militar | Urbana | 1946 | Singular |
| 16 | Escola Particular Regimental de Antônio João | Bela Vista | Bairro Militar | Urbana | s/registro | Singular |
| 17 | Escola Particular de Santo Afonso | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Agrupada |
| 18 | Escola Particular de Patrício | Bela Vista | Bairro Cancha | Rural | 1945 | Agrupada |
| 19 | Escola Particular de São Geraldo | Bela Vista | Bairro Água Doce | Rural | 1945 | Agrupada |
| 20 | Escola Particular Nunca te Vi | Bela Vista | Bairro Nunca te Vi | Rural | s/registro | Singular |
| 21 | Escola Particular de Datilografia de Santo Afonso | Bela Vista | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 22 | 1ª Escola Isolada de Caracól | Caracól | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|---------------------------------------|---------|-----------------------------|--------|------|----------|
| 23 | 2ª Escola Isolada de Caracól | Caracól | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 24 | 3ª Escola Isolada de Caracól | Caracól | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 25 | 4ª Escola Isolada de Caracól | Caracól | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 26 | 1ª Escola Isolada de Passo das Pedras | Caracól | Povoado Passo das Pedras | Rural | 1946 | Singular |
| 27 | 2ª Escola Isolada de Passo das Pedras | Caracól | Povoado Passo das Pedras | Rural | 1946 | Singular |
| 28 | Escola Isolada de Ponte do Perdido | Caracól | Povoado da Ponte do Perdido | Rural | 1945 | Singular |
| 29 | Escola Isolada de Itá | Caracól | Povoado de Itá | Rural | 1946 | Singular |
| 30 | Escola Isolada de Passo Itá | Caracól | Povoado de Passo Itá | Rural | 1945 | Singular |
| 31 | Escola Isolada de Margarida | Caracól | Povoado de Margarida | Rural | 1945 | Singular |
| 32 | Escola Isolada de Salobra | Caracól | Povoado de Salobra | Rural | 1946 | Singular |
| 33 | Escola Isolada de Salobra | Caracól | Povoado de Campestre | Rural | 1946 | Singular |
| 34 | Escola Isolada de Cancha | Caracól | Bairro de Cancha | Rural | 1946 | Singular |
| 35 | Escola Isolada de Água Doce | Caracól | Bairro de Água Doce | Rural | 1946 | Singular |
| 36 | Escola Isolada de Floresta Azul | Caracól | Bairro de Floresta Azul | Rural | 1946 | Singular |
| 37 | Escola Isolada de Três Barras | Caracól | Bairro das Três Barras | Rural | 1946 | Singular |
| 38 | Escola Isolada de São Felipe | Caracól | Fazenda São Felipe | Rural | 1946 | Singular |

Conclusão.

DOURADOS

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | DATA DE CRIAÇÃO | TIPO |
|---|---------------------------------------|----------|-----------------------------|--------|-----------------|----------|
| 1 | Grupo Escolar de Dourados | Dourados | Sede do distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |
| 2 | Curso Popular Noturno de Dourados | Dourados | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 3 | 1ª Escola Isolada de Cabeceira Alegre | Dourados | Povoado de Cabeceira Alegre | Rural | 1940 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|---|----------|------------------------------|-------|------|----------|
| 4 | 2ª Escola Isolada de Cabeceira Alegre | Dourados | Povoado de Cabeceira Alegre | Rural | 1945 | Singular |
| 5 | 1ª Escola Isolada Picadinha | Dourados | Povoado de Picadinha | Rural | 1945 | Singular |
| 6 | Escola Isolada de Iguassuzinho | Dourados | Povoado de Iguassuzinho | Rural | 1945 | Singular |
| 7 | Escola Isolada de Caiuá | Dourados | Povoado de Caiuá | Rural | 1945 | Singular |
| 8 | Escola Isolada União de Potreirito | Dourados | Povoado de União Potreirito | Rural | 1945 | Singular |
| 9 | Escola Isolada de Guariroba | Dourados | Povoado de Guariroba | Rural | 1945 | Singular |
| 10 | Escola Isolada de Macaubas | Dourados | Povoado de Macaubas | Rural | 1945 | Singular |
| 11 | Escola Isolada de Colônia Municipal | Dourados | Povoado de Colônia Municipal | Rural | 1945 | Singular |
| 12 | Escola Isolada de Panambi | Dourados | Povoado de Panambi | Rural | 1944 | Singular |
| 13 | Escola Isolada de Jaguapiru | Dourados | Povoado de Jaguapiru | Rural | 1945 | Singular |
| 14 | Escola Isolada de Pôrto Vilma | Dourados | Povoado de Pôrto Vilma | Rural | 1945 | Singular |
| 15 | Escola Isolada de Serrito | Dourados | Povoado de Serrito | Rural | 1946 | Singular |
| 16 | Escola Isolada de Usina | Dourados | Povoado de Usina | Rural | 1946 | Singular |
| 17 | Escola Isolada de Figueira | Dourados | Fazenda Figueira | Rural | 1946 | Singular |
| 18 | Escola Isolada de Bocajá | Dourados | Povoado de Bocajá | Rural | 1946 | Singular |
| 19 | Escola Isolada de Capão Alto | Dourados | Povoado de Capão Alto | Rural | 1946 | Singular |
| 20 | Escola Isolada de Água Boa | Dourados | Povoado de Água Boa | Rural | 1946 | Singular |
| 21 | Escola Isolada de Barreiro Sêco | Dourados | Povoado de Barreiro Sêco | Rural | 1946 | Singular |
| 22 | Escola Isolada de Martim Ajul | Dourados | Povoado de Martim Ajul (sic) | Rural | 1946 | Singular |
| 23 | Escola Isolada de Boqueirão | Dourados | Povoado de Boqueirão | Rural | 1946 | Singular |
| 24 | Escola Isolada de Fazenda Dourada | Dourados | Fazenda Dourada | Rural | 1946 | Singular |
| 25 | Escola Isolada de Fazenda Coqueiro | Dourados | Fazenda Coqueiro | Rural | 1946 | Singular |
| 26 | Escola Isolada da Fazenda de São Domingos | Dourados | Fazenda de São Domingos | Rural | 1946 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|---|----------|-----------------------------|--------|------|----------|
| 27 | 2ª Escola Isolada de Picadinha | Dourados | Povoado de Picadinha | Rural | 1945 | Singular |
| 28 | 1ª Escola Isolada de Potreirinho | Dourados | Povoado de Potreirinho | Rural | 1945 | Singular |
| 29 | 2ª Escola Isolada de Potreirinho | Dourados | Povoado de Potreirinho | Rural | 1946 | Singular |
| 30 | 1ª Escola Isolada Colônia Agrícola Nacional | Dourados | Colônia Agrícola Nacional | Rural | 1946 | Singular |
| 31 | 2ª Escola Isolada Colônia Agrícola Nacional | Dourados | Colônia Agrícola Nacional | Rural | 1946 | Singular |
| 32 | 1ª Escola Isolada de Urbana | Dourados | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 33 | 2ª Escola Isolada de Urbana | Dourados | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 34 | Escola Particular Erasmo Graga | Dourados | Sede do distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 35 | Escola Particular Imaculada Conceição | Dourados | Sede do distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 36 | 1ª Escola Isolada Juti | Juti | Sede do distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 37 | 2ª Escola Isolada Juti | Juti | Sede do distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 38 | 3ª Escola Isolada Juti | Juti | Sede do distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 39 | 4ª Escola Isolada Juti | Juti | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 40 | 1ª Escola Isolada Caarapó | Juti | Povoado de Caarapó | Rural | 1946 | Singular |
| 41 | 2ª Escola Isolada Caarapó | Juti | Povoado de Caarapó | Rural | 1946 | Singular |
| 42 | Escola Isolada de Porto Felicidade | Juti | Povoado de Porto Felicidade | Rural | 1945 | Singular |

Conclusão.

MARACAJU

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | DATA DE CRIAÇÃO | TIPO |
|---|---|----------|----------------------|--------|-----------------|----------|
| 1 | Grupo Escolar de João Fernandes | Maracaju | Sede do distrito | Urbana | 1941 | Agrupado |
| 2 | Curso Popular Noturno de João Fernandes | Maracaju | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 3 | 1ª Escola Isolada Água Fria | Maracaju | Povoado de Água Fria | Rural | 1944 | Singular |
| 4 | 2ª Escola Isolada Água Fria | Maracaju | Povoado de Água Fria | Rural | 1946 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | | | | | | |
|----|---|----------|-------------------------|--------|------|----------|
| 5 | 1ª Escola Isolada Coronel L. Figueiredo | Maracaju | Povoado de Vila Juquita | Urbana | 1946 | Singular |
| 6 | 2ª Escola Isolada Vila Juquita | Maracaju | Povoado de Vila Juquita | Urbana | 1946 | Singular |
| 7 | 3ª Escola Isolada Vila Juquita | Maracaju | Povoado de Vila Juquita | Urbana | 1946 | Singular |
| 8 | Escola Isolada São Miguel | Maracaju | Povoado de São Miguel | Rural | 1946 | Singular |
| 9 | Escola Isolada Catingueiro | Maracaju | Povoado de Catingueiro | Rural | 1946 | Singular |
| 10 | 1ª Escola Isolada Ervânia | Ervânia | Sede do distrito | Urbana | 1939 | Singular |
| 11 | 2ª Escola Isolada Ervânia | Ervânia | Sede do distrito | Urbana | 1939 | Singular |
| 12 | 3ª Escola Isolada Ervânia | Ervânia | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 13 | Curso Popular Noturno Ervânia | Ervânia | Sede do distrito | Urbana | 1946 | Singular |

Conclusão.

MIRANDA

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | DATA DE CRIAÇÃO | TIPO |
|----|--|----------|--------------------------|--------|-----------------|----------|
| 1 | Grupo Escolar de Miranda | Miranda | Sede de distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |
| 2 | Curso Popular Noturno de Miranda | Miranda | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 3 | Escola Isolada de Duque Estrada | Miranda | Estância Duque Estrada | Rural | 1944 | Singular |
| 4 | Escola Isolada de Bocaina | Miranda | Fazenda Bocaina | Rural | 1945 | Singular |
| 5 | Escola Isolada de Agachí | Miranda | Estação Agachí | Rural | 1946 | Singular |
| 6 | Escola Isolada da Fazenda Azeredo | Miranda | Fazenda Azeredo | Rural | 1946 | Singular |
| 7 | Escola Isolada de Cafezal Estância | Miranda | Fazenda Cafezal Estância | Rural | 1946 | Singular |
| 8 | Escola Isolada de Pederneiras | Miranda | Fazenda Pederneiras | Rural | 1946 | Singular |
| 9 | Escola Particular Paroquial Nossa Senhora do Carmo | Miranda | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Agrupada |
| 10 | Escola Particular de São José | Miranda | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 11 | Escola Particular de Duque de Caxias | Miranda | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |

Continua...

Continuação...

| | Escola Particular Rio Branco | Miranda | Sede de distrito | Urbana | s/registro | Singular |
|-----------|--|-----------------|-----------------------|--------|------------|----------|
| 12 | Escola Particular de Datilografia Nossa Senhora do Carmo | Miranda | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 13 | Escola Isolada de Pôrto Esperança | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 14 | Escola Isolada de Pôrto Esperança | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 15 | Escola Isolada de Pôrto Esperança | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 16 | Escola Isolada de Pôrto Esperança | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 17 | Escola Isolada de Pôrto Esperança | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 18 | Escola Isolada de Pôrto Esperança (Bairro Alto) | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 19 | Escola Isolada de Estação de Guaicurus | Pôrto Esperança | Estação Guaicurus | Rural | 1946 | Singular |
| 20 | Escola Isolada da Fazenda Guaicurus | Pôrto Esperança | Fazenda Guaicurus | Rural | 1946 | Singular |
| 21 | Escola Isolada de Carandazal | Pôrto Esperança | Fazenda Carandazal | Rural | 1946 | Singular |
| 22 | Escola Isolada de Morro Grande | Pôrto Esperança | Fazenda Santo Antônio | Rural | 1945 | Singular |
| 23 | Escola Isolada de Santa Cecília | Pôrto Esperança | Fazenda Santa Cecília | Rural | 1945 | Singular |
| 24 | Escola Isolada de Cerradinho | Pôrto Esperança | Fazenda Cerradinho | Rural | 1945 | Singular |
| 25 | Escola Isolada de Rincão Bonito | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 26 | Escola Isolada de Rincão Bonito | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |

Continua...

| | | Continuação... | | |
|-----------|---------------------------------|-----------------------|------------------|----------|
| 27 | Escola Isolada de Rincão Bonito | Pôrto Esperança | Sede de distrito | Urbana |
| | | | | 1946 |
| | | | | Singular |

Conclusão.

NIOAQUE

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | DATA DE CRIAÇÃO | TIPO |
|-----------|---|----------|--------------------|--------|-----------------|----------|
| 1 | Grupo Escolar de Nioaque | Nioaque | Sede de distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |
| 2 | Curso Popular Noturno de Nioaque | Nioaque | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
| 3 | Escola Isolada de Posses | Nioaque | Povoado de Posses | Rural | 1945 | Singular |
| 4 | Escola Isolada de Flechas | Nioaque | Povoado de Flechas | Rural | 1945 | Singular |
| 5 | Escola Isolada de Faz Saudades | Nioaque | Fazenda Saudades | Rural | 1946 | Singular |
| 6 | Escola Isolada de Faz Conceição | Nioaque | Fazenda Conceição | Rural | 1946 | Singular |
| 7 | Escola Isolada de Faz Palmeiras | Nioaque | Fazenda Palmeiras | Rural | 1946 | Singular |
| 8 | Escola Particular Regimental Antônio João | Nioaque | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |
| 9 | 1ª Escola Isolada de Visconde de Taunay | Nioaque | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 10 | 2ª Escola Isolada de Visconde de Taunay | Nioaque | Sede de distrito | Urbana | 1944 | Singular |
| 11 | 3ª Escola Isolada de Visconde de Taunay | Nioaque | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |

Conclusão.

PORTO MURTINHO

| | NOME | DISTRITO | LOCALIDADE | ZONA | DATA DE CRIAÇÃO | TIPO |
|----------|---------------------------------|----------------|------------------|--------|-----------------|----------|
| 1 | Grupo Escolar de Porto Murtinho | Porto Murtinho | Sede de distrito | Urbana | 1937 | Agrupado |

Continua...

Continuação...

| 2 | Curso Popular Murtinho | Noturno Pôrto Murtinho | Porto Murtinho | Sede de distrito | Urbana | 1946 | Singular |
|----|-------------------------------------|------------------------|----------------|----------------------|--------|------|----------|
| 3 | 1ª Escola Isolada de Quebracho | | Porto Murtinho | Povoado Quebracho | Rural | 1945 | Singular |
| 4 | 2ª Escola Isolada de Quebracho | | Porto Murtinho | Povoado Quebracho | Rural | 1945 | Singular |
| 5 | Escola Isolada de Quilometro 8 | | Porto Murtinho | Povoado Quilometro 8 | Rural | 1945 | Singular |
| 6 | Escola Isolada de Fóz do Apa | | Porto Murtinho | Fóz do Apa | Rural | 1945 | Singular |
| 7 | Escola Isolada de Cachoeira | | Porto Murtinho | Fazenda Cachoeira | Rural | 1945 | Singular |
| 8 | Escola Isolada da Fazenda Lourenço | | Porto Murtinho | Fazenda São Lourenço | Rural | 1946 | Singular |
| 9 | Escola Isolada da Fazenda Guaicurus | | Porto Murtinho | Fazenda Guaicurus | Rural | 1946 | Singular |
| 10 | Escola Isolada de Saladeiro | | Porto Murtinho | Fazenda Saladeiro | Rural | 1946 | Singular |
| 11 | Escola Particular Taunay | Visconde de | Porto Murtinho | Sede de distrito | Urbana | 1945 | Singular |

Fonte: Território Federal de Ponta Porã (1946c, p. 172-246). Organizado por Marcelo Pereira Rocha, 2018.

Conclusão.